Tipo documento: **CAPA PROCESSO**
Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 0004474-20.2001.4.02.5001

Capa: **Parte 1**

Nº do processo 0004474-20.2001.4.02.5001
Classe da ação: EXECUÇÃO FISCAL
Competência Execução Fiscal
Data de autuação: 20/04/2001 00:00:00
Situação SUSP/SOBR-P.Decisão Judicial
Órgão Julgador:
Juízo Federal da 3ª VF de Execução Fiscal de Vitória
Juiz(a): RONALD KRUGER RODOR
Processos relacionados: 5017008-38.2022.4.02.0000/TRF2 | Relacionado no 2o. grau | Agravo de Instrumento | GAB28
5007385-50.2020.4.02.5001/ES | Relacionado | EMBARGOS DE TERCEIRO | ESVITEF03

Assuntos

Código	Descrição	Principal
0312	Dívida Ativa, DIREITO TRIBUTÁRIO	Sim

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (00.394.460/0216-53) - Entidade ALESSANDRA CARLA MAGALHAES PORTUGAL P1321980	GILSON ANTUNES RIBEIRO (251.894.176-20) - Pessoa Física Procurador(es): GILSON ANTUNES RIBEIRO ES024675
	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES (931.043.327-20) - Pessoa Física
	ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA (39.383.013/0001-22) - Pessoa Jurídica Procurador(es): GILSON ANTUNES RIBEIRO ES024675

Informações Adicionais

Valor da Causa: R$ 233.215,81	Nível de Sigilo do Processo: Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos: Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual: Não	Admitida execução: Não	Agravo Retido: Não
Antecipação de Tutela: Não Requerida	Grande devedor: Não	Grande devedor para PRF: Não
Grande dívida para Fazenda: Não	Justiça Gratuita: Não requerida	Penhora no rosto dos autos: Não
Penhora/apreensão de bens: Não	Petição Urgente: Não	Reconvenção: Não
Vista Ministério Público: Não	Total CDA: 1	

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 1

Evento:
DISTRIBUICAO___SORTEIO_AUTOMATICO
Data:
24/04/2001 13:57:00
Usuário:
JESVOT - VALERIA DE OLIVEIRA TORRES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 2

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO
Data:
24/05/2001 21:01:00
Usuário:
JESCPM - CLAUDIA ROSANA PAULO DE MACEDO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 3

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
11/06/2001 21:02:00
Usuário:
JESCPM - CLAUDIA ROSANA PAULO DE MACEDO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
3

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 4

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_CALCULO
Data:
11/06/2001 21:03:00
Usuário:
JESANA - ALEXSANDRA MARIA DE ALMEIDA RANGEL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 5

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
18/12/2001 21:04:00
Usuário:
JESRCO - ROBSON CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 6

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_AGUARDA_RETORNO_DE_A_R_
Data:
18/12/2001 21:05:00
Usuário:
JESRCO - ROBSON CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 7

Evento:
JUNTADA
Data:
08/01/2002 16:44:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 8

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
10/01/2002 21:06:00
Usuário:
JESRCO - ROBSON CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 9

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_REU_POR_MOTIVO_DE_AGUARDA_PAGAMENTO_NOMEAR_BENS
Data:
10/01/2002 21:07:00
Usuário:
JESRCO - ROBSON CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
9

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 10

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
30/01/2002 21:08:00
Usuário:
JESRCO - ROBSON CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
10

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 11

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_INSS_POR_MOTIVO_DE_VISTA
Data:
30/01/2002 21:09:00
Usuário:
JESRCO - ROBSON CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
11

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 12

Evento:
JUNTADA
Data:
06/02/2002 17:27:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 13

Evento:
JUNTADA
Data:
07/02/2002 15:23:00
Usuário:
JESALB - ANA LUCIA BEZERRA DE MARTIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
13

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 14

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
20/05/2002 21:10:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 15

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO
Data:
04/06/2002 21:11:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
15

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 16

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___PUBLICACAO
Data:
16/08/2002 21:12:00
Usuário:
JESAAB - ADRIANA ALVES BATISTA QUEIROZ -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
16

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 17

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_EXPEDIR_OFICIO
Data:
29/08/2002 21:13:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
17

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 18

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
26/08/2003 21:14:00
Usuário:
JESJLA - JAIRA LAYBER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
18

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 19

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_ATENDIMENTO
Data:
26/08/2003 21:15:00
Usuário:
JESJLA - JAIRA LAYBER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
19

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 20

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
15/09/2003 21:16:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
20

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 21

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
14/10/2003 03:00:00
Usuário:
JESALB - ANA LUCIA BEZERRA DE MARTIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
21

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 22

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_AUTOR_POR_MOTIVO_DE_VISTA
Data:
14/10/2003 21:17:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
22

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 23

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
27/01/2004 18:45:00
Usuário:
JESPSM - PATRICIA ROCHA HERINGER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 24

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
11/03/2004 16:42:00
Usuário:
JESEZC - ELOISA ZERBONI CORREA MALVA COELHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
24

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 25

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
20/05/2004 16:08:00
Usuário:
JESMCC - MARIA CONCEIÃ‡AO CARVALHO PIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
25

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 26

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
21/06/2004 17:02:00
Usuário:
JESPSM - PATRICIA ROCHA HERINGER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
26

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 27

Evento:
REDISTRIBUICAO
Data:
15/10/2004 20:00:00
Usuário:
MPS - MPS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 28

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA_DE_DENTRO_DO_PRAZO
Data:
19/10/2004 12:59:00
Usuário:
JESMCC - MARIA CONCEIÃ‡AO CARVALHO PIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
28

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 29

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
05/11/2004 12:17:00
Usuário:
JESPRO - PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA COSTA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 30

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_INSS_POR_MOTIVO_DE_VISTA
Data:
02/02/2005 16:06:00
Usuário:
JESJWS - JOSÃ© WILSON DA SILVA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
30

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 31

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
10/02/2005 15:45:00
Usuário:
JESMAM - MARIA APARECIDA MONTEIRO COUTO FERREIRA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 32

Evento:
JUNTADA
Data:
14/02/2005 14:54:00
Usuário:
JESSMC - SILVANA INES MARTINS COSTANTINI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 33

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
14/02/2005 14:55:00
Usuário:
JESSMC - SILVANA INES MARTINS COSTANTINI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 34

Evento:
REDISTRIBUICAO
Data:
30/03/2005 20:00:00
Usuário:
MPS - MPS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 35

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
05/04/2005 15:33:00
Usuário:
JESRPB - MIRIAN ROGÃ‰RIA PIZOLATO BILIZAR SCHUNIG -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 36

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
11/04/2005 13:34:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
36

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 37

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
15/04/2005 14:17:00
Usuário:
JESFCG - FRANCYNY COSTA GUZZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
37

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 38

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
15/04/2005 14:25:00
Usuário:
JESFCG - FRANCYNY COSTA GUZZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
38

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 39

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
17/05/2005 16:07:00
Usuário:
JESAPR - ANA P R GOMIDE PIVETI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 40

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
17/05/2005 17:02:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 41

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
18/05/2005 14:57:00
Usuário:
JESRHM - RICARDO HENRIQUE MACHADO TERTULIANO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
41

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 42

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
20/05/2005 13:43:00
Usuário:
JESFCG - FRANCYNY COSTA GUZZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 43

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
15/08/2005 12:42:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
43

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 44

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO
Data:
25/08/2005 15:42:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 45

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
25/08/2005 16:37:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 46

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
01/09/2005 11:44:00
Usuário:
JESAOF - ADILSON ORÃ§AI FIALHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
46

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 47

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
06/09/2005 14:10:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
47

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 48

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
06/09/2005 14:11:00
Usuário:
JESWNL - WALTER NUNES LYRIO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
48

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 49

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
23/09/2005 17:57:00
Usuário:
JESJDS - JADER DUARTE DA SILVA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 50

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_MODIFICACOES_NA_DISTRIBUICAO
Data:
17/10/2005 14:46:00
Usuário:
JESPCT - PAULO CESAR TEIXEIRA DE MORAES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
50

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 51

Evento:
REMESSA_INTERNA_PARA_ANDAMENTO
Data:
19/10/2005 16:31:00
Usuário:
JESGPC - GABRIEL PASSOS CORREA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 52

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
21/10/2005 11:42:00
Usuário:
JESRCA - RICARDO CORREA DE ARAUJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 53

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
25/10/2005 13:20:00
Usuário:
JESJDS - JADER DUARTE DA SILVA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 54

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
31/01/2006 13:32:00
Usuário:
JESMED - MARIA ASSUNÃ‡Ãƒ O MEDEIROS DE ARAÃšJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
54

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 55

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO
Data:
02/02/2006 13:53:00
Usuário:
JESLFI - LEONARDO FIERECK AFONSO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
55

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 56

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA__ASSINATURA_DO_DIRETOR
Data:
20/04/2006 18:32:00
Usuário:
JESFLB - FABIO LAUFF BARCELLOS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
56

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 57

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA__ASSINATURA_DO_DIRETOR
Data:
17/05/2006 16:46:00
Usuário:
JESMED - MARIA ASSUNÃ‡Ãƒ O MEDEIROS DE ARAÃšJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
57

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 58

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_DEVOLUCAO_DE_MANDADO___OFICIO
Data:
19/05/2006 17:55:00
Usuário:
JESMED - MARIA ASSUNÃ‡Ãƒ O MEDEIROS DE ARAÃšJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
58

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 59

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_DEVOLUCAO_DE_MANDADO___OFICIO
Data:
06/06/2006 13:00:00
Usuário:
JESLFI - LEONARDO FIERECK AFONSO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
59

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 60

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
19/06/2006 14:16:00
Usuário:
JESMED - MARIA ASSUNÃ‡Ãƒ O MEDEIROS DE ARAÃšJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
60

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 61

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
07/05/2007 13:32:00
Usuário:
JESRSAA - ROBERTO SANT ANNA FILHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
61

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 62

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
17/12/2007 17:03:00
Usuário:
JESMED - MARIA ASSUNÃ‡Ãƒ O MEDEIROS DE ARAÃšJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
62

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 63

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
30/04/2008 13:47:00
Usuário:
JESMED - MARIA ASSUNÃ‡Ãƒ O MEDEIROS DE ARAÃšJO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
63

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 64

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
18/03/2009 17:37:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
64

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 65

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_JUNTADA_DE_PETICOES
Data:
20/03/2009 12:51:00
Usuário:
JESMNC - MARCELO NETTO CARVALHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
65

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 66

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_JUNTADA_DE_PETICOES
Data:
04/05/2009 13:34:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
66

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 67

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA
Data:
17/06/2009 15:14:00
Usuário:
JESRCH - ROBERT MADSEN CHMATALIK -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
67

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 68

Evento:
JUNTADA
Data:
20/07/2009 10:52:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
68

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 69

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
20/07/2009 10:53:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
69

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 70

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
21/07/2009 13:50:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
70

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 71

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
21/07/2009 14:09:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
71

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 72

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
10/08/2009 17:11:00
Usuário:
JESSMSM - SUELI MARIA DA SILVEIRA MELO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
72

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 73

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
14/08/2009 14:38:00

Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
73

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 74

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
03/11/2009 00:00:00
Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
74

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 75

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_JUNTADA_DE_PETICOES
Data:
03/11/2009 17:52:00
Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
75

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 76

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
27/11/2009 12:10:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
76

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 77

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
03/05/2010 13:11:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
77

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 78

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
04/05/2010 18:20:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
78

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 79

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
08/05/2010 14:29:00
Usuário:
JESPRA - PAULO ROBERTO DE SOUZA E Ã•VILA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
79

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 80

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
08/05/2010 15:25:00
Usuário:
JESPRA - PAULO ROBERTO DE SOUZA E Ã•VILA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
80

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 81

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
09/05/2010 12:43:00
Usuário:
JESPRA - PAULO ROBERTO DE SOUZA E Ã•VILA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
81

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 82

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
09/05/2010 12:45:00
Usuário:
JESPRA - PAULO ROBERTO DE SOUZA E Ã•VILA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
82

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 83

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_CADASTRAMENTO_DE_BACEN_JUD
Data:
19/05/2010 10:24:00
Usuário:
JESPRA - PAULO ROBERTO DE SOUZA E Ã•VILA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
83

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 84

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
07/06/2010 17:15:00

Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 85

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
29/06/2010 18:28:00
Usuário:
JESMNC - MARCELO NETTO CARVALHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
85

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 86

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_JUNTADA_DE_PETICOES
Data:
29/06/2010 18:34:00
Usuário:
JESMNC - MARCELO NETTO CARVALHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
86

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 87

Evento:
JUNTADA
Data:
27/07/2010 15:34:00
Usuário:
JESXLIA - LILIAN PADOVANI CELIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
87

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 88

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
03/08/2010 14:51:00
Usuário:
JESMNC - MARCELO NETTO CARVALHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
88

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 89

Evento:
JUNTADA
Data:
03/08/2010 15:05:00
Usuário:
JESMNC - MARCELO NETTO CARVALHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
89

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 90

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
06/09/2010 14:55:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
90

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 91

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
06/09/2010 16:04:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
91

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 92

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
06/09/2010 16:07:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
92

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 93

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
15/09/2010 14:52:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
93

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 94

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_CADASTRAR_PESQUISA_INFOJUD
Data:
15/09/2010 14:57:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
94

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 95

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
10/11/2010 15:12:00
Usuário:
JESXLIO - LÃ•VIA POTRATZ AULER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
95

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 96

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
10/11/2010 16:10:00
Usuário:
JESXLIO - LÃ•VIA POTRATZ AULER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
96

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 97

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
16/11/2010 15:39:00
Usuário:
JESXLIA - LILIAN PADOVANI CELIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
97

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 98

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL
Data:
16/11/2010 15:48:00
Usuário:
JESXLIA - LILIAN PADOVANI CELIN -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
98

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 99

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
13/12/2010 15:38:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
99

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 100

Evento:
JUNTADA
Data:
09/02/2011 17:22:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
100

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 101

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
09/02/2011 17:40:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
101

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 102

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
21/02/2011 18:52:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
102

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 103

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
24/02/2011 14:19:00
Usuário:
JESXCRT - CRISTIANE TORRES ALBUQUERQUE -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
103

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 104

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANDAMENTO_EXECUCAO
Data:
25/02/2011 15:45:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
104

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 105

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
10/03/2011 15:37:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
105

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 106

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
10/03/2011 17:50:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
106

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 107

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_LEILOEIRO_POR_MOTIVO_DE_ANDAMENTO
Data:
10/03/2011 17:53:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
107

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 108

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
24/03/2011 12:13:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
108

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 109

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
31/03/2011 14:57:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
109

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 110

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
31/03/2011 15:42:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
110

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 111

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
31/03/2011 16:18:00

Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
111

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 112

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
15/04/2011 16:15:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
112

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 113

Evento:
JUNTADA
Data:
15/04/2011 16:16:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
113

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 114

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANDAMENTO
Data:
15/04/2011 16:17:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
114

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 115

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REALIZACAO_DE_LEILAO_UNIFICADO
Data:
15/04/2011 16:41:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
115

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 116

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
25/05/2011 15:10:00

Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
116

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 117

Evento:
JUNTADA
Data:
25/05/2011 15:15:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
117

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 118

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
22/06/2011 11:11:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
118

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 119

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
27/06/2011 11:29:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
119

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 120

Evento:
JUNTADA
Data:
29/06/2011 12:05:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
120

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 121

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANDAMENTO_EXECUCAO
Data:
29/06/2011 12:23:00
Usuário:
JESVAM - VANOR DE ASSIS MARINHO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
121

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 122

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
30/06/2011 16:24:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
122

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 123

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
30/06/2011 18:31:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
123

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 124

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
30/06/2011 18:36:00

Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
124

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 125

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
30/06/2011 18:41:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
125

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 126

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
07/10/2011 15:22:00
Usuário:
JESRCH - ROBERT MADSEN CHMATALIK -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
126

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 127

Evento:
JUNTADA
Data:
11/10/2011 13:19:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
127

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 128

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANDAMENTO
Data:
11/10/2011 13:20:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
128

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 129

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
16/12/2011 00:00:00
Usuário:
JESXAES - AMANDA E SOUZA FERRAREIS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
129

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 130

Evento:
JUNTADA
Data:
10/02/2012 12:31:00
Usuário:
JESRAJ - RICARDO DE AQUINO JUNIOR -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
130

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 131

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
28/02/2012 14:53:00
Usuário:
JESLCF - LUCIANA CECIM DE CASTRO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
131

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 132

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
08/05/2012 15:08:00
Usuário:
JESXJJN - JÃ‰SSICA JESUS NASCIMENTO NORONHA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
132

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 133

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANDAMENTO
Data:
31/05/2012 13:32:00
Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
133

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 134

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
31/05/2012 17:28:00
Usuário:
JESMPR - MARIA DA PENHA RIOS MARTINS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
134

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 135

Evento:
REMESSA_INTERNA
Data:
16/07/2012 13:20:00
Usuário:
JESXJJN - JÃ‰SSICA JESUS NASCIMENTO NORONHA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
135

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 136

Evento:
JUNTADA
Data:
02/08/2012 17:43:23
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
136

SEÇ... E SE...
Fls. Nº 4234/02
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE AUTUACAO

EM VITORIA, 24 de Abril de 2001 , nesta Secretaria da Vara 4VF-VIT, autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

PROCESSO 2001.50.01.004474-7
CLASSE 03000 EXECUCAO FISCAL
DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 24/04/2001

PARTES:

EXQTE INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

EXCDO ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

EXCDO GILSON ANTUNES RIBEIRO

EXCDO MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

EXCDO MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

VIDE TERMO DE RETIFICAÇÃO À(S) FL(S). 104

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 7239/9
Fls. N.º 03
Rubrica

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA DA SECAO JUDICIARIA DO ESPIRITO SANTO

2001.50.01.004474-7

PROTOCOLO I.F.E.S. -20-Abr-2001-16:40-00323-2/2

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), autarquia federal, criada pela Lei no. 8029, de 12 de abril de 1990, e Decreto no. 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei no. 6830, de 22 de setembro de 1980, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, propor a presente EXECUCAO FISCAL, para cobranca da divida no valor de R$ **********233.215,81 (DUZENTOS E TRINTA E TRES MIL, DUZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS, **********) atualizada para o mes de 04/2001, conforme as anexas certidoes de Divida Ativa sob o(s) numero(s) 32.738.829-3 , ********** contra:

Devedor			Identificacao
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA			CGC: 39.383.013/0001-22
Endereco			Telefone
RUA JOAO AZEVEDO, 94			
Cep	Bairro	Municipio	UF
29070-514	SAO CRISTOVAO	VITORIA	ES

E/ou			Identificacao
GILSON ANTUNES RIBEIRO			CPF: 251.894.176-20
Endereco			Telefone
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24			
Cep	Bairro	Municipio	UF
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

F.0001
(continua)

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 723479
Flo. N.º 04
Rubrica

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

E/ou		Identificacao
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS		CPF: 808.768.707-87
Endereco		Telefone
RUA DIONIZIO ABAURRE,543-APTO 204-BLOCO 1-A		
Cep / Bairro	Municipio	UF
29060-440 JARDIM CAMBURI	VITORIA	ES

E/ou		Identificacao
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES		CPF: 931.043.327-20
Endereco		Telefone
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24		
Cep / Bairro	Municipio	UF
29102-572 PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

Nestas condicoes, requer a Vossa Excelencia, nos termos do art. 8o. da Lei no. 6830/80, a citacao do(s) Executado(s) para, no prazo de cinco (05) dias, pagar a divida devidamente atualizada e acrescida de juros, multa e demais encargos indicados no Titulo Executivo representado pela (s) C.D.A(s) referida(s), ou nomear bens a penhora, com observancia do disposto no art. 9o., seus incisos e paragrafos, da supra citada Lei no. 6.830/80, sob pena de, nao o fazendo, proceder-se a penhora ou arresto, com o respectivo registro, de tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execucao, nos termos dos arts. 10 e 11 do mesmo ato e demais cominacoes legais.

Requer ainda a V. Exa., se for o caso, a intimacao do conjuge do executado, nos termos do paragrafo 2o. do art. 12, da Lei no. 6830, obedecidas as formalidades do art. 7o., inciso IV, combinado com o art. 14 da mesma Lei, e a condenacao, a final, do(s) executado(s), no valor da divida atualizada, encargos legais, custas processuais e honorarios advocaticios a razao de 20% (vinte por cento) do valor da causa.

Da-se a causa o valor da divida com os acrescimos calculados ate a data da distribuicao, nos termos do artigo 6o., paragrafo 4o. da Lei de Execucoes Fiscais.

Nestes Termos,

p.deferimento

VITORIA, 03/04/2001

PROCURADOR, MATRICULA E OAB

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

Procuradoria: VITORIA
Endereco: RUA PEDRO FONSECA S/N 2 ANDAR
Cep: 29040-590 Bairro: ILHA DE MONTE BELO
Municipio: VITORIA UF: ES

F.0002
(final)

I N S S
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

M P A S
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

SEC. JUD. E SANTO
Proc. nº 7234/01
Fls. Nº 05
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscricao da divida cujo os dados sao os seguintes:

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Endereco			Telefone
RUA JOAO AZEVEDO, 94			
Cep	**Bairro**	**Municipio**	**Uf**
29070-514	SAO CRISTOVAO	VITORIA	ES

Identificacao
CGC: 39.383.013/0001-22

Periodo da Divida	Valor Originario	Moeda
09/1996 a 01/1999	111.457,80	REAL

Documento Original	Orgao de origem	Lancamento	Calculo
NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO	07.001.130	07/05/1999	03/04/2001

Principal Atualizado	Juros	Multa	Valor Total
111.457,80	73.410,56	48.347,43	233.215,81

Co-responsavel
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
Identificacao
CPF: 931.043.327-20
Endereco
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
Periodo
desde 06/04/1993

Cep	Bairro	Municipio	Uf
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

Co-responsavel
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
Identificacao
CPF: 808.768.707-87
Endereco
RUA DIONIZIO ABAURRE,543-APTO 204-BLOCO 1-A
Periodo
01/04/1996 a 08/05/1997

Cep	Bairro	Municipio	Uf
29060-440	JARDIM CAMBURI	VITORIA	ES

Co-responsavel
GILSON ANTUNES RIBEIRO
Identificacao
CPF: 251.894.176-20
Endereco
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
Periodo
desde 08/05/1997

Cep	Bairro	Municipio	Uf
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

Vitória-ES 03/04/2001 ____ F.0001
LOCAL DATA Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

I N S S
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

M P A S
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 723401
Fls. N.º 06
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
041.00		AFERICAO REAL
041.01	desde 01/01/1988	Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 14; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 33.
082.00		PROCESSO TRABALHISTA - RECLAMACAO TRABALHISTA
082.04	01/01/1993 28/02/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art.43, com a redacao da Lei n. 8.620, de 05.01.93.
082.05	desde 01/03/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art.43, com a redacao da Lei n. 8.620, de 05.01.93.
083.00		DIFERENCA DE ACRESCIMOS LEGAIS
083.01	desde 01/09/1989	DEBITO REFERENTE A DIFERENCA DE ACRESCIMOS LEGAIS (ATUALIZACAO MONETARIA,JUROS E/OU MULTA) RECOLHIDOS A MENOR QUANDO DOS RESPECTIVOS PAGAMENTOS. Lei n. 3.807/60, art. 82, com a redacao dada pelo art. 1. da Lei n. 5.890/73; Lei n. 7.787, de 30.06.89, art. 10, II, III, IV; Lei n. 8.218, de 29.08.91, art. 3, II e paragrafos, art. 4, 6 e 33; Lei n. 8.383, de 30.12.91, arts. 58 e 61; Lei n. 8.620, de 05.01.93, arts. 3 e 4; Lei n. 8.212, de 24.07.91, na redacao dada pela MP 1571, de 01.04.97, convertida na Lei n. 9.528, de 10.12.97 e Lei 9.876, de 26.11.99.
100.00		CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS (EMPREGADOS, TRABALHADORES TEMPORARIOS E AVULSOS)
100.09	01/08/1995 31/12/1996	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93) e VI, paragrafo 4 (incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 (com redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95), art. 28, I, paragrafos

Vitória - ES 03/04/2001 — F.0002
LOCAL DATA Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 4234/01
Fls. N.º 07
Rubrica

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Adainistrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327368293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
100.09	01/08/1995 31/12/1996	1, 2, 5, 7, 8, art. 30, I, "a", art. 33, paragrafo 5; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7, paragrafo 2.
100.10	01/01/1997 28/02/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 12, I (com as alteracoes do art. 3. da Lei n. 8.647, de 13.04.93) e VI, paragrafo 4 (incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 (com redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.032/95 e art.4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95), art. 28, I, paragrafos 1, 2, 5, 7, 8, art. 30, I, "a", art. 33, paragrafo 5; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7, paragrafo 2; Lei 9.311, de 24.10.96, art.17, II.
100.11	01/03/1997 31/01/1998	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93) e VI, paragrafo 4 (incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 (com redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95), art. 28, I, paragrafos 1, 2, 5, 7, 8, considerando a redacao da MP 1523-7, de 30.04.97, reeditada ate 1.523-13, renumerada para 1.596-14, de 10-11-97, esta convertida na Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 30, I,"a", art.33, paragrafo 5; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7 , paragrafo 2; Lei 9.311, de 24.10.96, art. 17, II.
100.12	01/02/1998 28/02/1998	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93, e as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.506, de 30.10.97) e VI, paragrafo 4 (incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 (com redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95),art. 28, I, paragrafos 1, 2, 5, 7, 8, considerando a redacao da MP n. 1523-7, de 30.04.97, reeditada ate 1.523-13, renumerada para 1.596-14, de 10-11-97, esta convertida na Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 30, I, "a", art. 33, paragrafo 5; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7., paragrafo 2; Lei n. 9.311, de 24.10.96, art.17, II; Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 13.

Vitória - ES 03/04/2001 — 7.0003

LOCAL DATA Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 7234/01
Fls. N.º 08
Rubrica

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo		Descricao / Embasamento Legal
100.13	01/03/1998	31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, arts. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93 e as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.506, de 30.10.97), VI, paragrafo 4,(incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 com redacao dada pelo art.2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95), art. 28, I, paragrafos 1., 2, 5, 7 e 8, considerando as alteracoes da Lei n. 9.528, de 10.12.97 - MP 1523-7, de 30.04.97, MP 1596, de 10.11.97, MP 1596, de 22.05.98 e MP 1663, de 29.05.98, arts. 30, I, "a" e 33, paragrafo 5.; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7. , paragrafo 2.; Lei n. 9.311, de 24.10.96, art.17, II; Lei n. 9.528, de 10.12.97, arts. 1 e 13.
200.00			CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS
200.04	01/07/1992	28/02/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91; art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I.
200.05	01/03/1997	28/02/1998	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I (na redacao da Lei n. 9.528, de 10.12.97, MP 1596-14, de 10.11.97), art. 30, I, "B" (observadas as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.063, de 14.06.95).
200.06	01/03/1998	31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I (na redacao da Lei n. 9.528, de 10.12.97), art. 30, I, "B" (observadas as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.063, de 14.06.95).
301.00			CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFICIOS EM RAZAO DA INCAPACIDADE LABORATIVA
301.05	01/07/1992	30/06/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, II.
301.06	01/07/1997	31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, II (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523-9, de

Vitória - ES 03/04/2001 _____ F.0004
LOCAL DATA Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 7234/01
Fls. N.º 09
Rubrica

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
301.06	01/07/1997 31/05/1999	27.06.97, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97).
400.00		TERCEIROS - SALARIO EDUCACAO
400.02	01/11/1991 31/12/1996	Lei n. 3.807/60, art. 151; Lei n. 4.440/64; Lei n. 5.890/73, art. 14; DL n. 1.422, de 23.10.75; art. 1., paragrafos 1, 2, 3 e 5. DL n. 1.861/81, arts n. 1, 2, 3, e paragrafo unico, com a redacao do DL 1.867/81; Decreto n. 87.043, de 22.03.82, art. 1.; art. 2; art. 3, I; paragrafos 1, 2; art. 13; Decreto Lei-Lei n. 2.318, de 30.12.86; art. 3; Constituicao Federal, art. 212, paragrafo 5, combinado com o artigo 34, caput, das Disposicoes Constitucionais Transitorias; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94.
400.03	01/01/1997 28/02/1997	Lei n. 3.807/60, art. 151; Lei n. 4.440/64; Lei n. 5.890/73, art. 14, combinado com a Lei n. 6.950/81, art.4; Decreto Lei n. 1.422, de 23.10.75; art. 1., paragrafos 1, 2, 3, 5; DL n. 1.861/81, arts n. 1, 2, 3, e paragrafo unico, com a redacao do DL 1.867/81. Decreto n. 87.043, de 22.03.82, art. 1.; art. 2; art. 3, I, paragrafos 1, 2; art. 13; Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86; art. 3; Constituicao Federal/88, art. 212, paragrafo 5, combinado com o artigo 34, caput, das Disposicoes Constitucionais Transitorias; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94; MP 1.518, de 19.09.96 e reedicoes; Lei n. 9.424, de 26.12.96, art. 15, caput. MP 1.565 de 09.01.97 e reedicoes;

Vitória-ES — LOCAL
03/12/2001 — DATA
Funcionario e Matricula
F.0005 (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 4234/01
Fls. N.º 10
Rubrica

I N S S
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

M P A S
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
400.03	01/01/1997 28/02/1997	MP 1.607-12, de 11.12.97 e reedicoes, arts. 1, 2 e 4.
400.04	desde 01/03/1997	Lei n. 3.807/60, art. 151; Lei n. 4.440/64; Lei n. 5.890/73, art. 14, combinado com a Lei n. 6.950/81, art.4; Decreto Lei n. 1.422, de 23.10.75; art. 1., paragrafos 1, 2, 3 e 5; DL n. 1.861/81, arts n. 1, 2, 3, e paragrafo unico, com a redacao do DL 1.867/81; Decreto N. 87.043, de 22.03.82, art. 1.; art. 2; art. 3, I; paragrafos 1, 2; art. 13; Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86; art. 3; Constituicao Federal/88, art. 212, paragrafo 5, combinado com o artigo 34, caput, das Disposicoes Constitucionais Transitorias; Lei n. 8.212, de 24.07.91 e alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.528, de 10.12.97 - MP 1.523, de 14.10.96, art. 94; MP 1.518, de 19.09.96 e reedicoes; Lei n. 9.424, de 26.12.96, art. 15, caput. MP 1.565 de 09.01.97 e reedicoes; MP 1.607-12, de 11.12.97 e reedicoes, arts. 1, 2 e 4; Lei n. 9.528, de 14.12.97.
405.00		TERCEIROS - INCRA
405.02	01/11/1991 28/02/1997	Decreto Lei n. 1.146, de 31.12.70, art. 1., I, item 2, art. 3 e art. 4; Lei Complementar n. 11, de 25.05.71, art. 15, II; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94.
405.03	desde 01/03/1997	Decreto Lei n. 1.146, de 31.12.70, art. 1., I, item 2, art. 3 e art. 4; Lei Complementar n. 11, de 25.05.71, art. 15, II; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528,

Vitória - ES 03/04/2001

LOCAL DATA Funcionario e Matricula

F.0006
(continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 4234/91
Fls. N.º
Rubrica

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327368293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
405.03	desde 01/03/1997	de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
413.00		TERCEIROS - SENAC
413.02	01/11/1991 28/02/1997	Decreto Lei n. 8.621, de 10.01.46, art. 2, art. 4 e art. 5; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94.
413.03	desde 01/03/1997	DL n. 8.621, de 10.01.46, art. 2, art. 4 e art. 5; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
414.00		TERCEIROS - SESC
414.02	01/11/1991 28/02/1997	Decreto Lei n. 9.853, de 13.09.46, art. 1. e art. 3; Lei n. 5.107, de 13.09.66, art. 23; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94.
414.03	desde 01/03/1997	Decreto Lei n. 9.853, de 13.09.46, art. 1. e art. 3; Lei n. 5.107, de 13.09.66, art. 23; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
415.00		TERCEIROS - SEBRAE
415.02	01/11/1991 28/02/1997	Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86, art. 1; Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 8, paragrafo 3 (com alteracoes do art. 1. da Lei n. 8.154, de 28.12.90), paragrafo 4; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94.
415.03	desde 01/03/1997	Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86, art. 1;

Vitória - ES 03/04/2001 _____ F.0007
LOCAL DATA Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. Nº 4234/01
Fls. Nº 12
Rubrica

I N S S
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

M P A S
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
415.03	desde 01/03/1997	Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 8, paragrafo 3 (com alteracoes do art. 1. da Lei n. 8.154, de 28.12.90), paragrafo 4/; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
500.00		GLOSA - SALARIO FAMILIA, SALARIO MATERNIDADE E AUXILIO NATALIDADE
500.06	01/03/1997 31/05/1999	Lei n. 3.807/60, art. 33, com a redacao dada pelo art. 1. da Lei n. 5.890/73, art. 69, V, com a redacao dada pela Lei n. 6.667/80; Lei n. 4.266/63, art. 4, paragrafo 1; Lei n. 6.136/74, art. 2, com a redacao dada pelo art. 9 da Lei n. 6.332/76; DL n. 2.087/83, art. 1; Lei n. 8.213, de 24.07.91, arts. 65, 66, 67, 68, paragrafos 1, 69, 71, 72, 145.
600.00		CORRECAO MONETARIA
600.08	desde 01/01/1995	Lei 8981, de 20.01.95, art. 06. Valores originarios em real e sem atualizacao
601.00		ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA
601.06	01/01/1995 28/02/1997	Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 3 e art. 4. CALCULO DA MULTA 60%(SESSENTA POR CENTO) SOBRE O VALOR ORIGINARIO.
601.07	01/03/1997 31/03/1997	Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 3 e art. 4. CALCULO DA MULTA 60%(SESSENTA POR CENTO) SOBRE O VALOR ORIGINARIO.
601.08	01/04/1997 31/10/1999	Lei n. 8.212/91, na redacao dada pela MP 1.571, de

Vitória - ES 03/04/2001
LOCAL DATA

F.0008
Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 4234/09
Fls. N.º 13
Rubrica

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPAS
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
601.08	01/04/1997 31/10/1999	01.04.97, art. 35, II e III, suas reedicoes e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97. CALCULO DA MULTA 40% (QUARENTA POR CENTO), SOBRE O VALOR ORIGINARIO, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, SE O CREDITO NAO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO; 50% (CINQUENTA POR CENTO), SOBRE O VALOR ORIGINARIO, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, SE O CREDITO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO.
602.00		ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS
602.06	01/04/1995 31/03/1997	Lei n. 8.981, de 20.01.95, art. 84 paragrafo 4; Lei n. 9.065, de 20.06.95, art. 13. Lei n. 8.212/91, art. 34 restabelecido pela MP 1.571, de 01.04.97 e reedicoes, e pela MP 1.523-8, de 28.05.97 e reedicoes e MP 1.596-14, de 10.11.97, convertidas na Lei n. 9.528, de 10.12.97; Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 1 e art. 13. CALCULO DOS JUROS JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) 1% (UM POR CENTO) NO MES SUBSEQUENTE AO DA COMPETENCIA; B) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, NOS RESPECTIVOS PERIODOS; C) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
602.07	desde 01/04/1997	Lei n. 8.212/91, art. 34 restabelecido pela MP 1.571, de 01.04.97 e reedicoes, e pela MP 1.523-8, de 28.05.97 e reedicoes e MP 1.596-14, de 10.11.97, convertidas na Lei n. 9.528, de 10.12.97; Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 1 e art. 13. CALCULO DOS JUROS JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS:

Vitória - ES 03/04/2001
LOCAL DATA

F.0009
Funcionario e Matricula (continua)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 4234/01
Fls. N.º 14
Rubrica

I N S S
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

M P A S
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Numero de Inscricao em Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
602.07	desde 01/04/1997	A) 1% (UM POR CENTO) NO MES SUBSEQUENTE AO DA COMPETENCIA; B) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, NOS RESPECTIVOS PERIODOS; C) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL
800.07	01/05/1996 28/02/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 30, I, "B" (com a nova redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.063, de 14.06.95 - MP n. 598, de 31.08.94); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7, paragrafos 1 e 2; Lei Complementar n. 84, de 18.01.96, arts. 4 e 5; Decreto n. 1.826, de 29.02.96, art. 6 e art. 7.
800.08	01/03/1997 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 30, I, "B" (com a nova redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.063, de 14.06.95); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7, paragrafos 1 e 2; Lei Complementar n. 84, de 18.01.96, arts. 4 e 5. Decreto n. 1.826, de 29.02.96, arts. 6 e 7; Decreto n. 2.173, de 05.03.97 - REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, art. 39, I, "B", paragrafos 1 ao 5.

E para que se possa proceder a cobranca em acao propria,nos termos da Lei no. 6830, de 22/09/80, art 2o. e seus paragrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraida a presente certidao .

Vitória - ES 03/04/2001 0010
LOCAL DATA Funcionario e Matricula (final)

Maria Lúcia Ribeiro Pereira
PROCURADOR INSS
OAB/ES 3992
Matr. SIAPE 0886988

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 7234/01
Fls. N.º 15
Rubrica

I N S S
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

M P A S
MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria da Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao: 07.201.000 Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA CGC: 39.383.013/0001-22

Endereco: RUA JOAO AZEVEDO, 94 Bairro: SAO CRISTOVAO
Municipio: VITORIA Uf: ES Cep: 29070-514

Fase Atual: 520 em 06/07/2000 Doc.: NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO Dt.Lancamento:07/05/1999 Dt.Consolidacao:03/04/2001

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL	(*) ORIGINARIO	(**) ATUALIZADO	(**) JUROS	(**) MULTA
09/1996	REAL	638,93	638,93	638,93		
10/1996	REAL	5,33	5,33	5,33		
11/1996	REAL	7.875,29	3.116,59	3.116,59	2.888,77	1.869,93
12/1996	REAL	8.758,33	3.489,95	3.489,95	3.174,47	2.093,91
13/1996	REAL	11.123,31	4.401,96	4.401,96	4.080,19	2.641,16
01/1997	REAL	8.952,68	3.611,45	3.611,45	3.194,60	2.146,63
02/1997	REAL	10.025,16	4.081,37	4.081,37	3.528,46	2.415,33
03/1997	REAL	8.180,68	3.328,61	3.328,61	2.857,95	1.994,12
04/1997	REAL	306,47	301,33	301,33	3,51	1,63
05/1997	REAL	2.965,17	1.366,84	1.366,84	1.077,75	520,58
06/1997	REAL	10.321,64	4.666,22	4.666,22	3.788,97	1.866,45
07/1997	REAL	4.608,16	2.099,34	2.099,34	1.669,85	838,97
08/1997	REAL	6.241,22	2.862,70	2.862,70	2.233,48	1.145,04
09/1997	REAL	11.265,92	5.249,70	5.249,70	3.947,92	2.068,30
10/1997	REAL	8.548,94	4.008,75	4.008,75	2.937,46	1.602,73
11/1997	REAL	7.836,25	3.725,52	3.725,52	2.620,54	1.490,19
12/1997	REAL	8.576,65	4.131,19	4.131,19	2.793,99	1.651,47
13/1997	REAL	7.718,47	3.669,54	3.669,54	2.581,16	1.467,77
01/1998	REAL	10.130,13	5.044,39	5.044,39	3.158,25	1.927,49
02/1998	REAL	12.002,20	5.903,68	5.903,68	3.737,99	2.360,53
03/1998	REAL	5.334,44	2.645,71	2.645,71	1.630,55	1.058,18
04/1998	REAL	7.801,31	3.900,73	3.900,73	2.340,46	1.560,12
05/1998	REAL	10.045,53	5.063,33	5.063,33	2.957,00	2.025,20
06/1998	REAL	3.061,08	1.556,25	1.556,25	882,37	622,46
07/1998	REAL	5.083,44	2.603,98	2.603,98	1.437,91	1.041,55
08/1998	REAL	10.103,04	5.242,12	5.242,12	2.764,18	2.096,74
09/1998	REAL	8.133,45	4.285,52	4.285,52	2.133,76	1.714,17
10/1998	REAL	6.705,92	3.583,02	3.583,02	1.689,76	1.433,14
11/1998	REAL	4.359,69	2.422,68	2.422,68	1.022,91	914,10
12/1998	REAL	12.870,55	7.050,11	7.050,11	3.001,18	2.819,26
13/1998	REAL	12.156,27	6.579,51	6.579,51	2.944,98	2.631,78
01/1999	REAL	1.480,16	821,45	821,45	330,21	328,50
Total do Credito		233.215,81		111.457,80	73.410,58	48.347,43

** Valores atualizados para 04/2001 em REAL com multa de ajuizamento Ufir de conversao: 0,9108 F.0001 (final)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

SEC. JUD. E SANTO
Proc. N.º 7234/01
Fls. N.º 16
Rubrica

RECEBIMENTO

Recebi estes autos da distribuição

Em, 23 / 04 / 2001

Diretora da Secretaria

REGISTRO

Certifico que o presente feito foi registrado nesta 4.ª Vara no Livro C-III às fls. 71 tendo recebido o número 7234/2001 de ordem

Vitória em 04 de 05 de 2001

Funcionário Encarregado

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
4a VARA FEDERAL

<FOLHA: 17>

PROCESSO: 2001.50.01.004474-7

CONCLUSAO
Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) JOSE EDUARDO DO NASCIMENTO.
VITORIA 24 de maio de 2001

DULCINETE BARBOSA ALELUIA
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 200150010044747

Cite(m)-se. Arbitro honorários de 10% (dez por cento), salvo embargos.

VITORIA 24 de maio de 2001

JOSE EDUARDO DO NASCIMENTO
Juiz Federal

Recebidos estes autos do MM. Juiz com o respeitavel despacho supra.

VITORIA, 05/06/2003

Funcionario Encarregado

VISTO EM INSPEÇÃO
Vitória, 06 de agosto de 2001.

Juiz Federal

4ª VARA

FL. 18

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

T E R M O D E J U N T A D A

****

Em 17 de dezembro de 2001, junto aos autos a(s) carta(s) de citação que segue(m).

Do que, para constar, lavro este termo.

_____

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 19

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

EXECUÇÃO FISCAL No. 2001.50.01.004474-7
EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

C A R T A D E C I T A Ç Ã O
COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

Ilmo(a). Sr(a).
ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA
RUA JOAO AZEVEDO, 94
, SAO CRISTOVAO, VITORIA, ES
29.070-514

De ordem do(à) MM(a). JUIZ(a) FEDERAL DA 4a. VARA DA SJ/ES e tendo em vista o disposto no artigo 8o, inciso I, da Lei No. 6.830, de 22 de Setembro de 1980, combinado com o artigo 223, do C.P.C., fica(m) V.Sa.(s), através da presente, CITADO(a,s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar(em) a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais, ou garantirem a execução através de depósito em dinheiro, fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação de bens oferecidos por terceiros, desde que aceito pelo(a) exequente.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetivada a penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação da obrigação.

Fica(m) V.Sa.(s) ciente, ainda, de que este Juizo funciona na RUA SAO FRANCISCO 52, CIDADE ALTA, VITORIA-ES, com expediente no horario de 12:00 as 18:00 horas.

DESPACHO:
Cite(m)-se. Arbitro honorários de 10% (dez por cento), salvo embargos.

VALOR : R$ 233.215,81 (DUZENTOS E TRINTA E TRES MIL, DUZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), em 30/04/2001.

EM VITORIA, 27 de novembro de 2001

DRA. CIBELE DAYRELL CRUZ SOARE
DIRETOR(A) DA SECRETARIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 30

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

EXECUÇÃO FISCAL No. 2001.50.01.004474-7
EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

C A R T A D E C I T A Ç Ã O
COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

Ilmo(a). Sr(a).
GILSON ANTUNES RIBEIRO
RUA CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO, 24
, PQ DAS GAIVOTAS, VILA VELHA, ES
29.102-572

De ordem do(a) MM(a). JUIZ(a) FEDERAL DA 4a. VARA DA SJ/ES e tendo em vista o disposto no artigo 8o, inciso I, da Lei No. 6.830, de 22 de Setembro de 1980, combinado com o artigo 223, do C.P.C., fica(m) V.Sa.(s), através da presente, CITADO(a,s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar(em) a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais, ou garantirem a execução através de depósito em dinheiro,fiança bancária,nomeação de bens à penhora ou indicação de bens oferecidos por terceiros, desde que aceito pelo(a) exequente.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetivada a penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação da obrigação.

Fica(m) V.Sa.(s) ciente, ainda, de que este Juízo funciona na RUA SAO FRANCISCO 52, CIDADE ALTA, VITORIA-ES, com expediente no horario de 12:00 as 18:00 horas.

DESPACHO:
Cite(m)-se. Arbitro honorários de 10% (dez por cento), salvo embargos.

VALOR : R$ 233.215,81 (DUZENTOS E TRINTA E TRES MIL, DUZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), em 30/04/2001.

EM VITORIA, 27 de novembro de 2001

DRA. CIBELE DAYRELL CRUZ SOARE
DIRETOR(A) DA SECRETARIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 21

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

EXECUÇÃO FISCAL No. 2001.50.01.004474-7
EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

C A R T A D E C I T A Ç Ã O
COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

Ilmo(a). Sr(a).
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
RUA DIONIZIO ABAURRE, 543
APTO 204 BLOCO 1-A, JARDIM CAMBURI, VITORIA, ES
29.060-440

De ordem do(a) MM(a). JUIZ(a) FEDERAL DA 4a. VARA DA SJ/ES e tendo em vista o disposto no artigo 8o, inciso I, da Lei No. 6.830, de 22 de Setembro de 1980, combinado com o artigo 223, do C.P.C., fica(m) V.Sa.(s), através da presente, CITADO(a,s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar(em) a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais, ou garantirem a execução através de depósito em dinheiro,fiança bancária,nomeação de bens à penhora ou indicação de bens oferecidos por terceiros, desde que aceito pelo(a) exequente.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetivada a penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação da obrigação.

Fica(m) V.Sa.(s) ciente, ainda, de que este Juízo funciona na RUA SAO FRANCISCO 52, CIDADE ALTA, VITORIA-ES, com expediente no horario de 12:00 as 18:00 horas.

DESPACHO:
Cite(m)-se. Arbitro honorários de 10% (dez por cento), salvo embargos.

VALOR : R$ 233.215,81 (DUZENTOS E TRINTA E TRES MIL, DUZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), em 30/04/2001.

EM VITORIA, 27 de novembro de 2001

DRA. CIBELE DAYRELL CRUZ SOARE
DIRETOR(A) DA SECRETARIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 22

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

EXECUÇÃO FISCAL No. 2001.50.01.004474-7
EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

C A R T A D E C I T A Ç Ã O
COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

Ilmo(a). Sr(a).
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
RUA CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO, 24
, PQ DAS GAIVOTAS, VILA VELHA, ES
29.102-572

De ordem do(a) MM(a). JUIZ(a) FEDERAL DA 4a. VARA DA SJ/ES e tendo em vista o disposto no artigo 8o, inciso I, da Lei No. 6.830, de 22 de Setembro de 1980, combinado com o artigo 223, do C.P.C., fica(m) V.Sa.(s), através da presente, CITADO(a,s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar(em) a divida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, acrescida das custas judiciais, ou garantirem a execução através de depósito em dinheiro, fiança bancária, nomeação de bens à penhora ou indicação de bens oferecidos por terceiros, desde que aceito pelo(a) exequente.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetivada a penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação da obrigação.

Fica(m) V.Sa.(s) ciente, ainda, de que este Juízo funciona na RUA SAO FRANCISCO 52, CIDADE ALTA, VITORIA-ES, com expediente no horario de 12:00 as 18:00 horas.

DESPACHO:
Cite(m)-se. Arbitro honorários de 10% (dez por cento), salvo embargos.

VALOR : R$ 233.215,81 (DUZENTOS E TRINTA E TRES MIL, DUZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), em 30/04/2001.

EM VITORIA, 27 de novembro de 2001

DRA. CIBELE DAYRELL CRUZ SOARE
DIRETOR(A) DA SECRETARIA

CUSTAS JUDICIAIS

Tabela I, nº - R$ 1.915,38

Vitória, 02 / 01 / 02

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de **AR** ~~e ENVELOPE~~, como adiante se vê.

Em, 10 / 01 / 2002

SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO 23

Funcionário

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

ENDEREÇO

RUA JOAO AZEVEDO, 94

SAO CRISTOVAO

CEP / CODE PC

VITORIA
ES

CEP - 29070514

DECLARAÇÃO I

PROC - 200150010044747

VARA - 4VF-VIT

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI A ÉTÉ DÛMENT	DATA DE RECEBIMENTO	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ		COD - MARUÍPE 19 DEZ 2001 VITÓRIA - ES

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

Renata Rocha Chaves

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
	B278.540-6

VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.

* 7 5 2 4 0 2 0 3 0 *

752402030 FC0463 / 16 114 x 186 mm

2002/350 **DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇ GILSON ANTUNES RIBEIRO

RUA CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO, 24

CEP / CODE

PQ DAS GAIVOTA
ES

VILA VELHA

CEP - 29102572

DECLARAÇ PROC - 200150010044747

VARA - 4VF-VIT

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI A ÉTÉ DÛMENT	DATA DE RECEBIMENTO	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ		COD - SANTA MÔNICA 19 DEZ 2001 VILA VELHA - ES

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

Adriana Rangel dos Santos

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.

* 7 5 2 4 0 2 0 3 0 *

752402030 FC0463 / 16 114 x 186 mm

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de **AR ~~e ENVELOPE~~**, como adiante se vê.

Em, 10 / 01 / 2002

SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO 23

Funcionário

CORREIOS BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AVIS CN07

RC 53858312 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

18 DEZ 2001

TENTATIVAS DE ENTREGA ___/___/___ : h ___/___/___ : h ___/___/___ : h

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

JUSTIÇA FEDERAL – 4ª VARA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Rua São Francisco, 52 – Cidade Alta
29015-200 – Vitória – Espírito Santo

ENDEREÇ

CIDADE / L

IL

SEÇÃO ES

CORREIOS BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AVIS CN07

RC 53858313 7 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

18 DEZ 2001

TENTATIVAS DE ENTREGA ___/___/___ : h ___/___/___ : h ___/___/___ : h

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

JUSTIÇA FEDERAL – 4ª VARA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Rua São Francisco, 52 – Cidade Alta
29015-200 – Vitória – Espírito Santo

ENDEREÇ

CIDADE /

SIL

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de **AR** ~~e ENVELOPE~~, como adiante se vê.

Em, 10 / 01 / 2002

Funcionário

SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO — 24

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

ENDEREÇO: RUA DIONIZIO ABAURRE, 543
APTO 204 BLOCO 1-A
VITORIA
CEP - 29060440

JARDIM CAMBURI
ES

DECLARAÇÃO: PROC - 200150010044747

VARA - 4VF-VIT

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI A ÉTÉ DÛMENT
☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ

DATA DE RECEBIMENTO: 20 DEZ 2001

CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
CDD - JARDIM DA PENHA
VITÓRIA - ES

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE
Margareth S. Oliveira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
CORREIOS-DR/ES
Anilton S. Custódio
Mat. 8279212-1 - Contrato

VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.

• 7 5 2 4 0 2 0 3 0 •

752402030 FC0463 / 16 114 x 186 mm

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

ENDEREÇO: RUA CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO, 24
VILA VELHA
CEP - 29102572

PQ DAS GAIVOTA
ES

DECLARAÇÃO: PROC - 200150010044747

VARA - 4VF-VIT

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI A ÉTÉ DÛMENT
☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ

DATA DE RECEBIMENTO: 20 DEZ 2001

CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
STA CRUZ
CDD - VILA VELHA
VILA VELHA - ES

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE
Sara Abielle M. M. Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.

• 7 5 2 4 0 2 0 3 0 •

752402030 FC0463 / 16 114 x 186 mm

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de **AR ~~e ENVELOPE~~**, como adiante se vê.

Em, 10 / 01 / 2002

Funcionário

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO 24

CORREIOS BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AVIS CN07

RC 53858359 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

11 DEZ 2001 SEED

TENTATIVAS DE ENTREGA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR

ENDEREÇ

CIDADE /

JUSTIÇA FEDERAL – 4ª VARA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Rua São Francisco, 52 – Cidade Alta
29015-200 – Vitória – Espírito Santo

SIL

CORREIOS BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU NÚMERO)

RC 53858360 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

11 DEZ 2001 SEED

TENTATIVAS DE ENTREGA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR

ENDERE

CIDADE /

JUSTIÇA FEDERAL – 4ª VARA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Rua São Francisco, 52 – Cidade Alta
29015-200 – Vitória – Espírito Santo

SIL

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de cópia do pedido de parcelamento do executado como adiante se vê.

Em, 29 / 01 / 02

Página da W 222 2001.50.01.4474-7

JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO Fls. 25

Recebidos, este (a) petição nesta data. Em, 29 / 01 / 02

ANEXO III da IN/INSS/DC nº 29 **Previdência Social** AGÊNCIA VITÓRIA

PEDIDO DE PARCELAMENTO – PP
DÍVIDA ATIVA – CONTRIBUINTES EM GERAL
Ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Nº. DO PP: 36202.000050/2002-38

DATA: 10.01.2002

Carimbo/Assinatura serv.

A V (O) Empresa ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA com sede (residente) RUA JOÃO AZEVEDO, 94, SÃO CRISTÓVÃO, VITÓRIA, ES CGC/CEI nº. 39383013/0001-22, neste ato representada(o) por seu(s) responsável(is) legal(is), requer, com base na (o) _____, **PARCELAMENTO** de sua dívida ativa constituída dos DEBCADs abaixo discriminados, em (60 sessenta) prestações mensais.

Nº DÉBITO-EXTRA JUDICIAL	Nº DÉBITO JUDICIAL	PERÍODO DA DÍVIDA DEBCAD

O (A) requerente, ciente de que o deferimento do pedido ficará condicionado ao pagamento da parcela antecipada, conforme o disposto no parágrafo 7º. do Art. 38 da Lei 8.212, de 24/07/91, e à assinatura do Termo de Parcelamento de Dívida Ativa – TPDA, requer, ainda, a emissão da parcela antecipada para pagamento no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir do seu recebimento. Declara-se também ciente de que o indeferimento do pedido, pelos motivos citados, ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando o prosseguimento da cobrança judicial da dívida.

NOME E TELEFONE PARA CONTATO: GILSON ANTUNES RIBEIRO- 027 33255331

LOCALIDADE E DATA: VITÓRIA (ES), 02 DE JANEIRO DE 2002

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL-MPAS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
GUIA DA PREVIDENCIA SOCIAL-GPS

1.NOME / TELEFONE / ENDERECO ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA RUA JOAO AZEVEDO, 94 SAO CRISTOVAO VITORIA 29000971 ES	3.CODIGO PAGAMENTO	6106
	4.COMPETENCIA	01/2002
	5.IDENTIFICADOR	327388293-0002-0
2.VENCIMENTO 09/01/2002 USO EXCLUSIVO DO INSS	6.VALOR DO INSS	4.661,14
	7.	
07201000-VITORIA	8.	
PARCELA : 001/060 - 09/01/2002	9.VALOR OUTRAS ENTIDADES	
CGC: 39.383.013/0001-22 PPS = 07-201-000 CUSTO INSS R$ 4,00 NO VAL. COBRADO ACRESC. ATRASO COBRADO POSTERIORMENTE NAO RECEBER APOS VENCIMENTO PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA	10.ATM/MULTA E JUROS	
	11.TOTAL	4.661,14
12.AUTENTICACAO BANCARIA		

051182 0256 KRC××××××××××××4.661,14N 09/01/02

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 126

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 136, PROCJUDIC1, Página 29

4a. VF
Fls. 27

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE JUNTADA

Em 04 de 02 de 2002, junto aos autos
PETIÇÃO 8371 que segue(m).

Do que, para constar, lavro este termo.

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Porteiros, Garagistas, Office Boys, Moto Boys, Zeladoras, Copeiras, Recepcionistas, Telefonistas, Ascensoristas, Jardineiros e Outros.

"QUEM EXIGE QUALIDADE EM SERVIÇOS É PORQUE TEM UM NOME A ZELAR"

JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - SEÇÃO Fls. 28

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2001.50.01.004474-7

ZELAR-Administração de Serviços Ltda., inscrito no CGC sob o nº 39.383.013/0001-22, através de seu representante legal **GILSON ANTUNES RIBEIRO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 251.894.176-20, com endereço na rua João Azevedo, nº 94, bairro de São Cristovão, vitória, Espírito Santo, através de seu advogado infrafirmado, conforme Instrumento Procuratório incluso (DOC.01), com endereço profissional na rua Alberto de Oliveira Santos, 42 (ED.AMES), sala 1605, Centro, Vitória, Espírito Santo, nos autos da Execução Fiscal em epígrafe que lhe moveu o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência para expor o seguinte:

01. As partes transigiram, ou seja, fizeram um acordo extra-autos na forma de 60 (sessenta) prestações mensais de R$ 4.661,14 (quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e quatorze centavos), tendo inclusive pago a primeira parcela, conforme comprovantes inclusos (DOCS. 02 e 03).

02. Ante ao exposto, requer a Vossa Excelência que se digne intimar o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** para se manifestar.

Pede respeitosamente deferimento.

Vitória(ES), 23 de janeiro de 2002

ANTONIO CESAR SANTOS
Advogado - OAB/ES 6355

JUST. FED. SJES 4a V.F. -24-Jan-2002-12:45-000371-1/2

SEDE: Rua João Azevedo, 94 - São Cristóvão - Vitória - ES - Telefax.: (27) 3325-5331
CNPJ: 39.383.013/0001-22 - Insc. Mun.: 050.000-0
E-mail: zelar_adm@hotmail.com

JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - SEÇÃO JUDICIÁRIA
Fls. 29

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL-MPAS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
GUIA DA PREVIDENCIA SOCIAL-GPS

3.CODIGO PAGAMENTO: 6106

1.NOME / TELEFONE / ENDERECO
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

RUA JOAO AZEVEDO, 94
SAO CRISTOVAO
VITORIA
29000971 ES

4.COMPETENCIA: 01/2002

5.IDENTIFICADOR: 327388293-0002-0

2.VENCIMENTO: 09/01/2002
USO EXCLUSIVO DO INSS

6.VALOR DO INSS: 4.661,14

7.

8.

9.VALOR OUTRAS ENTIDADES

10.ATM/MULTA E JUROS

11.TOTAL: 4.661,14

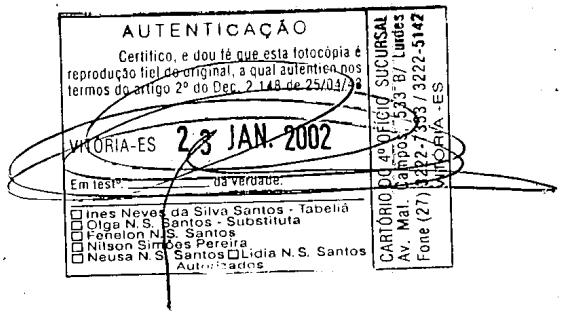
07201000-VITORIA

PARCELA : 001/060 - 09/01/2002

CGC: 39.383.013/0001-22
PPS = 07-201-000
CUSTO INSS R$ 4,00 NO VAL. COBRADO
ACRESC. ATRASO COBRADO POSTERIOMENTE
NAO RECEBER APOS VENCIMENTO
PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA

12.AUTENTICACAO BANCARIA

051192 0256 XXXXXXXXXXXX4.661,14M 09/01/02


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, a qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/03/98
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em test.
da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 533 "B" Lindes
Fone (27) 3222-7333 / 3222-5142
VITÓRIA - ES

JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - SEÇÃO Fls. 30

ANEXO III da IN/INSS/DC n.º 29 Previdência Social
AGÊNCIA VITÓRIA

PEDIDO DE PARCELAMENTO – PP
DÍVIDA ATIVA – CONTRIBUINTES EM GERAL
Ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Nº. DO PP: **36202.000050/2002-38**

DATA: 10.01.2002

Carimbo/Assinatura serv.

A (O) Empresa (contribuinte) ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA com sede (residente) RUA JOÃO AZEVEDO, 94, SÃO CRISTÓVÃO, VITÓRIA, ES CGC/CEI nº. 39383013/0001-22, neste ato representada(o) por seu(s) responsável(is) legal(is), requer, com base na (o) _____, **PARCELAMENTO** de sua dívida ativa constituída dos DEBCADs abaixo discriminados, em (60 sessenta) prestações mensais.

Nº DÉBITO-EXTRA JUDICIAL	Nº DÉBITO JUDICIAL	PERÍODO DA DÍVIDA DEBCAD

O (A) requerente, ciente de que o deferimento do pedido ficará condicionado ao pagamento da parcela antecipada, conforme o disposto no parágrafo 7º. do Art. 38 da Lei 8.212, de 24/07/91, e à assinatura do Termo de Parcelamento de Dívida Ativa – TPDA, requer, ainda, a emissão da parcela antecipada para pagamento no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir do seu recebimento. Declara-se também ciente de que o indeferimento do pedido, pelos motivos citados, ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando o prosseguimento da cobrança judicial da dívida.

NOME E TELEFONE PARA CONTATO: GILSON ANTUNES RIBEIRO- 027 33255331

LOCALIDADE E DATA: VITÓRIA (ES), 02 DE JANEIRO DE 2002

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - SEÇÃO
Fls. 31

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Porteiros, Garagistas, Office Boys, Moto Boys, Zeladoras, Copeiras

Recepcionistas, Telefonistas, Ascensoristas, Jardineiros e Outros.

"QUEM EXIGE QUALIDADE EM SERVIÇOS É PORQUE TEM UM NOME A ZELAR"

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

***ZELAR-ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CGC sob o nº 39.383.013.0001-22, através de seu representante legal **GILSON ANTUNES RIBEIRO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 251.894.176-20, com endereço na Rua João Azevedo, nº 94, bairro São Cristovão, Vitória, Espirito Santo, pelo Instrumento de Procuração, nomeia e constitue seu bastante procurador o advogado **Dr. ANTONIO CESAR SANTOS**, inscrito na OAB/ES sob o nº 6355, com escritório profissional na rua Alberto de Oliveira Santos, 42 (ED.AMES), sala 1605, Centro, Vitória, Espirito Santo, a quem confere amplos poderes para o fôro em geral, com a cláusula ad-judicia, em qualquer Juizo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra que de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou ser reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.*

presente Instrumento tem efeito especial para somente fazer defesa nos autos do Processo de Execução Fiscal nº 2001.50.01.004474-7 que corre na 4ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Espirito Santo.

Vitória(ES), 23 de janeiro de 2002

GILSON ANTUNES RIBEIRO

SEDE: Rua João Azevedo, 94 - São Cristóvão - Vitória - ES - Telefax.: (27) 3325-5331
CNPJ: 39.383.013/0001-22 - Insc. Mun.: 050.000-0
E-mail: zelar_adm@hotmail.com

JUDICIARIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO SEÇÃO Fls. 32

ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, Comerciante, data nascimento 14/09/61, portadora da CIC nº 530.731 SSP/ES e CIC nº 931.043.327-20, residente à Rua Bernardo Horta, nº 22 Jucutuquara, Vitória, ES; e LADISLAU PAULINO CAMPOS, brasileiro, divorciado, comerciante, data de nascimento 27/06/49, portador da CI nº 2824-3 PM/ES e CIC nº 244.205.497 34, residente à Rua Dionizio Abaurre, nº 543 Aptº 204 Bloco 1-A, Jardim Camburi, Vitória, ES; Tem entre si justos e contratados a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, nas omissões pela legislação específica que disciplina essa forma Societária:

PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A denominação social da sociedade será: ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

SEGUNDA - DA GERÊNCIA

Os negócios da Empresa será gerido pelo sócio MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, isoladamente, porém sempre vinculados aos objetivos da sociedade e ao seu giro operacional, sendo-lhes entretanto , vedado expressamente à pratica em nome da Empresa de qualquer ato estranho ou alheio aos fins sociais, tais como: Consessão de avais, fianças, endossos e abonos, ou que de alguma forma implicar em algum favor.

TERCEIRA - DO OBJETIVO SOCIAL

A Sociedade explorará o Ramo de Serviços de Higiene, Limpeza, Conservação, Zeladoria e outros serviços executados em Prédios Residenciais e Comerciais.

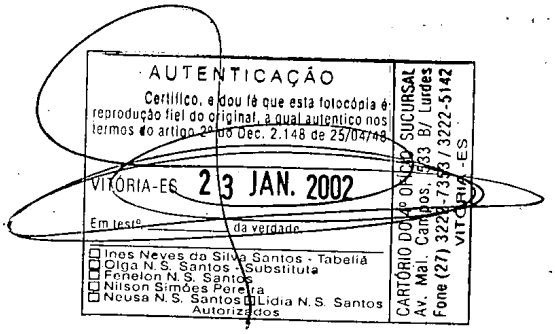
QUARTA - DA SEDE SOCIAL

A sede social será à Rua Daniel Abreu Machado, nº 370 , Itarare, Vitória, ES.

QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital social é de Cr$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Cruzeiros) dividido em 1500 (Hum Mil, Quinhentas) quotas no valor nominal de Cr$ 10.000,00 (Dez Mil Cruzeiros) cada uma, e integralizadas neste ato em moeda corrente do País, e subscritas em:

MARIA AP. DA ROCHAEANTUNES 750 quotas no valor de Cr$ 7.500.000,00
LADISLAU PAULINO CAMPOS 750 quotas no valor de Cr$ 7.500.000,00
TOTALIZANDO: ..... 1500 quotas no valor de Cr$ 15.000.000,00


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, à qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em test.º da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 1933 B/ Lurdes
Fone (27) 3222-7393 / 3222-5142
VITÓRIA-ES

JUDICIARIA DO ESPIRITO SANTO - SUCAO Fls. 33

SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado e a Responsabilidade dos sócios, é limitada a importância do Capital social, na forma da legislação em vigor.

SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA COTAS E DA RETIRADA PRO-LABORE

As cotas serão livremente transferíveis entre os sócios, sendo que sua alienação a terceiros, dependerá da prévia anuência do outro sócios com autorização por escrito; E o sócio gerente no exercicio da gerência terá direito de uma retirada mensal a titulo de Pro-Labore, respeitando sempre os limites fixados pela legislação do Imposto de Renda.

OITAVA - DO BALANÇO E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

No dia 31 (trinta e Um) Dezembro de cada exercício, será feito o balanço geral da Empresa, e o Resultado apurado será dividido ou suportados pelos sócios, na proporção do Capital, Podendo os Lucro formarem reservas, à critérios dos sócios e de acordo com a Lei; e na Hipotese de morte de qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá, os herdeiros poderão optar pela participação ou o recebimento em moeda corrente do País das quotas que lhes couberem.

NONA - DA DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTOS E DO FORO

Os sócios declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercer atividades mercantis; E os casos omissos serão resolvidos com base no Dec. 3.708 de 10/01/19, ficando eleito o forum da Comarca de Vitória, ES, para dirimir as duvídas que por ventura possam surgir.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente em (04) qutro exemplares de igual forma e teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo, com a primeira via destinada a Registro e arquivamento na JUCEES.

Vitória, ES, 06 de Abril de 1993

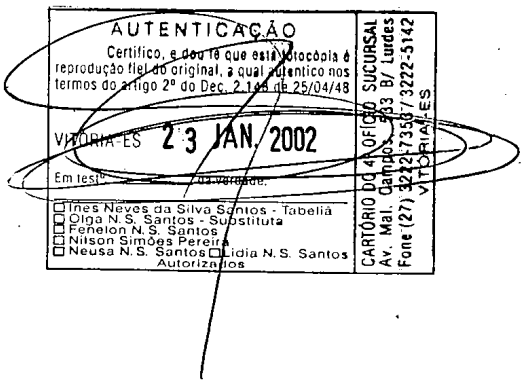
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

LADISLAU PAULINO CAMPOS

TESTEMUNHAS:

JOSE ZORZANELLI FILHO

MARIA VALDINA SILVA


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta xerocópia é reprodução fiel do original, a qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em test.
da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N. S. Santos - Substituta
Fenelon N. S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N. S. Santos
Lidia N. S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 383 B/ Lurdes
Fone (27) 3222-7358 / 3222-5142
VITÓRIA-ES

JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SEÇÃO Fls. 34

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, empresária, data de nascimento 14/09/61, filha de José Gonçalves da Rocha e Mercedes Fontes da Rocha, portadora da C.I. n. 530.731 SSP-ES e CIC. n. 931.043.327-20, residente à Rua José de Anchieta Fontana, s/n., apto. 302 - Bloco P - Jardim Camburi, Vitória-ES, e LADISLAU PAULINO CAMPOS, brasileiro, casado, comerciante, data de nascimento 27/06/49, filho de João Paulino Campos e Maria Lessa da Silva, portador da C.I. n. 2824-3 PM-ES e CIC. n. 244.205.497-34, residente à Rua Dionízio Abaurre, n. 543 - apto. 204 - Bloco 1-A - Jardim Camburi, Vitória-ES; únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o Ramo de Serviços de Higiene, Limpeza e Conservação, Zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., estabelecida em Vitória-ES, à Rua Daniel Abreu Machado, n. 370, Itararé, com contrato social devidamente arquivado na JUCEES sob o n. 32.200.587.842 de 14/04/93; resolvem em comum acordo alterar o referido contrato social como a seguir se contrata:

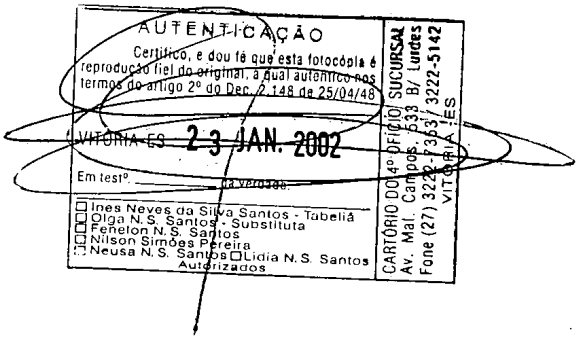
CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica admitida na sociedade MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, brasileira, casada, empresária, data de nascimento 29/09/61, filha de Waldemiro Silva e Maria Yolanda Silva, portadora da C.I. n. 572.133 SSP-ES e CIC. n. 808.768.707-87, residente à Rua Dionízio Abaurre, n. 543 - apto. 204 - Bloco 1-A - Jardim Camburi, Vitória-ES.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Sócio LADISLAU PAULINO CAMPOS, retira-se da sociedade cedendo e transferindo as sus quotas de capital na mesma para a Sócia MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, no valor de CR$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros reais) de suas quotas partes do Capital Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - O sócio que se retira da sociedade declara haver recebido, neste ato a quantia de CR$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros reais) da sócia MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, assim como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for nem dos cessionários e nem da sociedade dando-lhes plena, rasa, geral e irrevogável quitação.

CLÁUSULA QUARTA - A sócia aqui admitida na condição de cessionária da quota-parte do cedente LADISLAU PAULINO CAMPOS, a partir desta alteração assume todos os deveres e direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pelo cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados aos demais sócios, conforme estão dispostos no contrato social.

CLÁUSULA QUINTA - A sócia ora admitida declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em leis que a impeça de exercer atividades mercantis.


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, a qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em test.º
da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 533 B/ Lurdes
Fone (27) 3222-5142
VITÓRIA - ES

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 136, PROCJUDIC1, Página 42

SERVIÇO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Fls. 35

CLÁUSULA SEXTA - O capital social que é de CR$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros reais) e totalmente integralizado, passa a ser de CR$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros reais), sendo o aumento em moeda corrente do Pais e totalmente integralizado neste ato pelos subscritores, passando o total do capital a ser distribuido em:

MARIA APARECIDA DA R. ANTUNES - 200 quotas no valor de CR$ 2.000.000,00
MARIA VALDINA S. CAMPOS - 200 quotas no valor de CR$ 2.000.000,00

400 quotas no valor de CR$ 4.000.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor nominal de cada uma quota passa a ser de CR$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - A Gerência da sociedade passa a ser exercida pelas sócias MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES e MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, isoladamente, e que se incumbirão de todas as operações e representarão a sociedade Ativa e Passiva, Judicial e Extra-Judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - A sociedade passa a ter a sua sede na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, à Rua das Palmeiras, n. 309-A - Itararé, podendo estabelecer filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA NONA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no ato constitutivo da sociedade não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E assim por estarem em perfeito acordo neste instrumento que foi lavrado, assinam-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo, com a primeira via para registro e arquivamento na Junta Comericial do Estado do Espirito Santo.

Vitória(ES), 19 de maio de 1994.

Maria Aparecida da Rocha Antunes
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

LADISLAU PAULINO CAMPOS

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

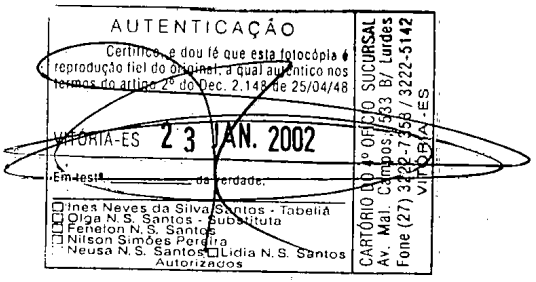
TESTEMUNHAS:

Flávio José Castro Cabral

1 - FLAVIO DE CASTRO CABRAL

2- José Zorzanele Filho

Reconheço por consolhança a firma supra de Maria Aparecida da Rocha Antunes Ladislau Paulino Campos e Maria Valdina Silva Campos dou f.
27/05/94
do Verdade


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, o qual autêntico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em test.
da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N. S. Santos - Substituta
Feneton N. S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N. S. Santos
Lidia N. S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 1533 B/ Lurdes
Fone (27) 3222-7358 / 3222-5142
VITÓRIA - ES

JUSTIÇA FEDERAL 1ª INSTÂNCIA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO Fls. 36

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA FIRMA ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade no. 530.731 - SSP/ES, inscrita no CPF(MF) sob o no. 931.043.327-20, residente e domiciliada à Rua José de Anchieta Fontana, s/nº - Aptº 302 - Bloco P - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, nascida aos quatorze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, filha de José Gonçalves da Rocha e Mercedes Fontes da Rocha, **e MARIA VALDINA SILVA CAMPOS**, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade no. 572.133 - SSP/ES, inscrita no CPF(MF) sob o no. 808.768.707-87, residente e domiciliada à Rua Dionízio Abaurre nº 543 - Aptº 204 - Bloco 1-A - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, nascida aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, filha de Waldemiro Silva e Maria Yolanda Silva, únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o ramo de serviços de higiene, limpesa, conservação, zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma **ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**. estabelecida à Rua das Palmeiras nº 309-A - Bairro Itararé, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 32.200.587.842, em seção de 14-04-1993, e alteração arquivada sob o nº 140.847, em seção de 14-06-1994, inscrita no CGC(MF) sob o nº 39.383.013/0001-22, resolvem alterar o referido contrato social, da seguinte forma:

I - O capital social que é de CR$4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros reais) equivalentes a R$1.454,00 (hum mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), totalmente integralizado, passa a ser de R$15.000,00 (quinze mil reais), com um aumento de R$13.546,00 (treze mil, quinhentos e quarenta e seis reais), dividido em 13.546,00 (treze mil, quinhentos e quarenta e seis inteiros) de quotas, no valor de R$1,00 (um real), cada uma, e subscritas em:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	-	6.773,00 quotas, no valor de R$ 6.773,00
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS	-	6.773,00 quotas, no valor de R$ 6.773,00
Totalizando	-	13.546,00 quotas, no valor de R$13.546,00

passando o total do capital a ser distribuido em:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	-	7.500 quotas, no valor de R$ 7.500,00
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS	-	7.500 quotas, no valor de R$ 7.500,00
Totalizando	-	15.000 quotas, no valor de R$15.000,00

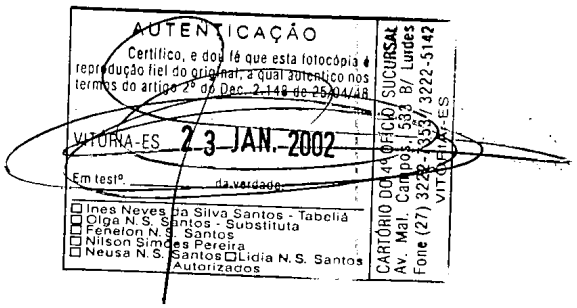
Parágrafo Único - As novas quotas subscritas são integralizadas de acordo com as seguintes verbas:

a) R$1.434,40 (hum mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), provenientes do aproveitamento da Reserva de Correção Monetária do Capital, na forma da legislação em vigor, integralizados neste ato;

b) R$3.565,60 (três mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), provenientes do aproveitamento da Reserva de Lucros Acumulados, integralizados neste ato; e

c) R$8.546,00(Oito mil quinhentos e quarenta e seis reais), em moeda corrente do país, totalmente integralizados neste ato pelos sócios;

II - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, a qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em test.º da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO/ SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 1533 B/ Lundes
Fone (27) 3222-5353/ 3222-5142
VITÓRIA-ES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 37

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em quatro exemplares de igual teor, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Vitória (ES), 07 de Outubro de 1996.

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

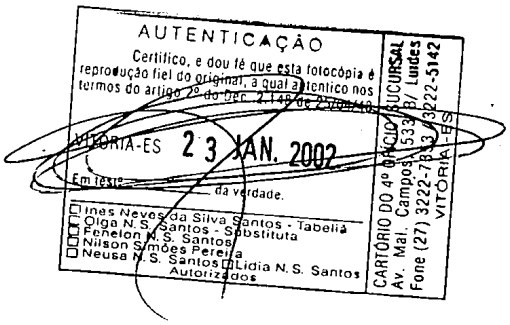
Testemunhas:

EURICO ROGER DOS SANTOS LIMA
C.I. 1.330.095 SSP/ES

JOÃO LUIZ DA SILVA
C.I. 345.501 SSP/ES

12 OUT 1996

96023097


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é
reprodução fiel do original, a qual autentico nos
termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/40.
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em testº
da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO
Av. Mal. Campos, 1533 - B/ Lundes
Fone (27) 3222-7833 / 3222-5142
VITÓRIA-ES

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - Fls. 38

TERCEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FIRMA: Zelar Administração de Serviços Ltda.

Os sócios:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 530.731 - SSP/ES e do CPF nº 931.043,327-20, residente em Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração;

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 572.133 - SSP/ES e do CPF nº 808.768.707-87, residente em Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração, únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o ramo de serviços de higiene, limpeza, conservação, zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma ***ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.***, estabelecida a Rua das Palmeiras, nº 309-A, Bairro Itararé, Vitória, Estado do Espírito Santo, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob nº 32200587842, em seção de 14-04-93 e alterações contratuais arquivada em: 14/06/94 sob nº 140.847 e 22/10/96 - 960330,097, inscrita no CGC-MF sob nº 39.383.013/0001-22, resolvem alterar o referido contrato social da seguinte forma:

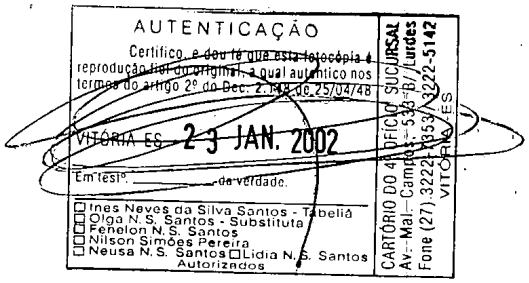
PRIMEIRA - O Capital social que é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) totalmente integralizado, passa a ser de R$ 224.952,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinqüenta e dois reais), divididos em 224.952(duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinqüenta e dois inteiros) de quotas no valor unitário de cada uma de R$ 1,00(um real), e subscritas pelos sócios da seguinte forma:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES , subscreve neste ato 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas no valor nominal de cada uma R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 (cento e doze mil quatrocentos e setenta e seis reais);

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, subscreve neste ato 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas no valor nominal de cada uma R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 (cento e doze mil quatrocentos e setenta e seis reais);

Parágrafo Primeiro - As novas quotas subscritas são integralizadas de acordo com as seguinte verbas:

a) - Capital Inicial	15.000,00
b) - Saldo da Cta. de Correção Monetária do Capital Social	60.000,00
c) - Moeda Corrente do País	149.952,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	224.952,00


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, o qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA ES 23 JAN. 2002
Em test°. da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 538 - B/ Lurdes
Fone (27) 3222-5142
VITÓRIA - ES

JUDICIARIA DO ESPIRITO SANTO - SECÇÃO Fls. 39

Parágrafo Segundo - Do valor da integralização feita em moeda corrente do Pais, neste ato são integralizadas 3.124 (três mil e cento e vinte e quatro inteiros) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma perfazendo um total de R$ 3.124,00 (três mil cento e vinte e quatro reais), a saber:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, integraliza 1.562 (um mil quinhentos e sessenta e dois inteiros) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma perfazendo o total de R$ 1.562,00 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais);

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, integraliza 1.562 (um mil quinhentos e sessenta e dois inteiros) de quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma perfazendo o total de R$ 1.562,00 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais);

Parágrafo Terceiro - As 146.828 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos e vinte oito inteiros) de quotas restantes, que somam a importância de R$ 146.828,00(cento e quarenta e seis mil e oitocentos e vinte e oito reais), serão integralizadas também em moeda corrente do país, em 47 (quarenta e sete) parcelas mensais, de conformidade com a proporção da participação de cada sócio no capital social da sociedade, com vencimento todo dia 10 de cada mês, em caso do dia ser não útil será de vencimento no primeiro dia útil seguinte.

SEGUNDA - A sociedade passa a ter a sua sede social no novo endereço na Rua Coronel Bráulio Dórea, nº 94, Maruípe, Vitória, Estado do Espírito Santo

TERCEIRA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e suas alterações posteriores, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em inteiro vigor.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em quatro exemplares de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

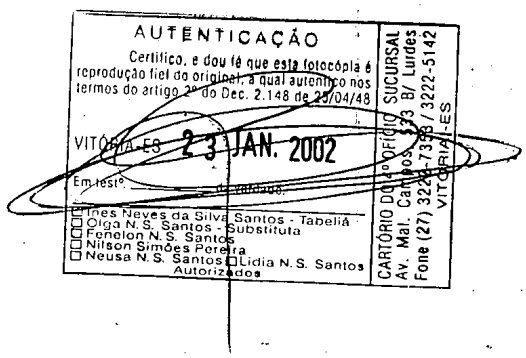
Vitória-ES, 31 de Março de 1997

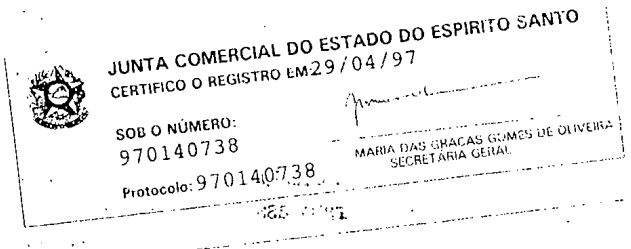
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

TESTEMUNHAS: 1ª _____
JOÃO LUIZ DA SILVA
C.I. 345.501 - SSP/ES

2ª _____
EURICO ROGER DOS SANTOS LIMA
C.I. 1.330.095 - SSP/ES


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, a qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. 2.148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em testº
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N. S. Santos - Substituta
Fenelon N. S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N. S. Santos
Lidia N. S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 1373 B/ Lurdes
Fone (27) 3226-7355 / 3222-5142
VITÓRIA-ES


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 29/04/97
SOB O NÚMERO:
970140738
Protocolo: 970140738
MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA GERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 40

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FIRMA: Zelar Administração de Serviços Ltda.

Os sócios:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 530.731 - SSP/ES e do CPF nº 931.043,327-20, residente e domiciliada à Rua José de Anchieta Fontana, s/nº - Aptº 302 - Bloco P - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração;

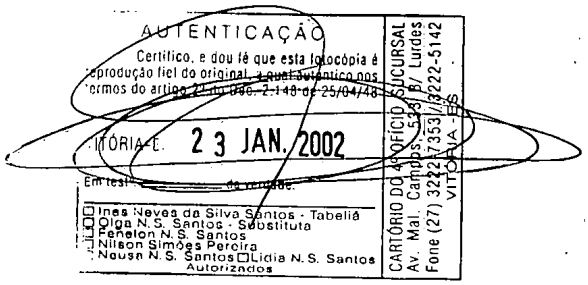
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 572.133 - SSP/ES e do CPF nº 808.768.707-87, residente e domiciliada à Rua Dionízio Abaurre nº 543 - Aptº 204 - Bloco 1-A - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração, únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o ramo de serviços de higiene, limpeza, conservação, zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma ***ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.***, estabelecida na Rua Coronel Bráulio Dórea, nº 94, Maruípe, Vitória, Estado do Espírito Santo, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob nº 32200587842, em seção de 14-04-93 e alterações contratuais arquivada em: 14/06/94 sob nº 140.847 e 22/10/96 - 960330,097, e alteração de nº 970140738 de 29/04/97, inscrita no CGC-MF sob nº 39.383.013/0001-22, resolvem alterar o referido contrato social da seguinte forma:

PRIMEIRA - É admitido na sociedade o sócio ***Gilson Antunes Ribeiro***, brasileiro, casado, empresário, portador da Cart. de Identidade nº 457.282/SSP/ES e do CPF nº 251.894.176-20, nascido aos 08/05/58, filho de Hugo Ribeiro de Souza e Adelvina Antunes de Souza, residente e domiciliado na Rua Aurora Aguiar Ferreira, nº 94, Bloco P, apto 301, Jardim Camburi, Vitória, Estado do Espírito Santo;

SEGUNDA - A sócia *Maria Valdina Silva Campos*, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo as suas quotas de capital na mesma proporção, para o novo sócio o Sr. Gilson Antunes Ribeiro, já qualificado acima;

TERCEIRA - A sócia que se retira da sociedade, declara haver recebido, neste ato a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais), referente a venda que fez de suas quotas partes do capital social que corresponde a 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas, no valor nominal de cada uma de R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 para o novo sócio o Sr. ***Gilson Antunes Ribeiro***, assim também, como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação;

QUARTA - O sócio aqui admitido, na condição de cessionário da parte do cedente a Sr.a. ***Maria Valdina Silva Campos***, a partir deste contrato assume todos os deveres e direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pelo cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações asseguradas aos demais sócios, conforme estão dispostos no contrato constitutivo da sociedade e suas alterações contratuais;


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é
reprodução fiel do original, o qual autentico nos
termos do artigo 2º da Lei nº 2.148 de 25/04/48.
VITÓRIA-ES. 23 JAN. 2002
Em test
de verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Nousa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO E SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 538 B/ Lurdes
Fone (27) 3227-3531/3222-5142
VITÓRIA - ES

JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - SEÇÃO
Fls. 41

QUINTA - O Capital Social, por força da cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído pelos sócios da seguinte forma:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES , subscreve 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas no valor nominal de cada uma R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 (cento e doze mil quatrocentos e setenta e seis reais);

GILSON ANTUNES RIBEIRO, subscreve 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas no valor nominal de cada uma R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 (cento e doze mil quatrocentos e setenta e seis reais), totalizando 224.952 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois) inteiros de quotas, no valor total de R$ 224.952,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinqüenta e dois reais);

SEXTA - A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, em conjunto ou isoladamente, que subdivirão entre si todas as operações e representarão a sociedade ativa e passiva, judicial e extraducialmente;

SÉTIMA - Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei do Decreto 1.800 de 30/01/96, que os impeçam de exercer as atividades mercantis.

OITAVA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e suas alterações posteriores, não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em inteiro vigor;

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em quatro exemplares de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Vitória-ES, 08 de Maio de 1997

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

GILSON ANTUNES RIBEIRO

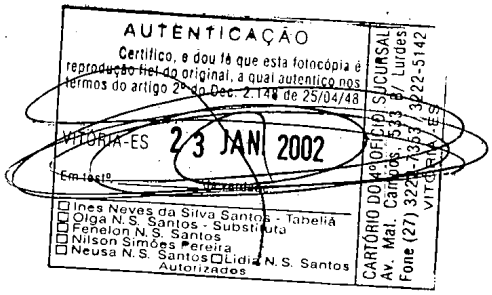
TESTEMUNHAS: 1ª

JOÃO LUIZ DA SILVA
C.I. 345.501 - SSP/ES

2ª

EURICO ROGER DOS SANTOS LIMA
C.I. 1.330.095 - SSP/ES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/97
SOB O NUMERO: 970231377
Protocolo: 970231377
MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETARIA GERAL



SP0233137-7 30/11/97 12:14
JUNTA COMERCIAL DO ESPIRITO SANTO
32 2 0058784 2 Atos: 105
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

	Previsto	Recolhido
JUNTA(GR)	83,00	83,00
DNRC (DARF)	5,06	5,06

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - Fls. 42

QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FIRMA: Zelar Administração de Serviços Ltda.

Os sócios:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 530.731 - SSP/ES e do CPF nº 931.043,327-20, residente e domiciliada à Rua José de Anchieta Fontana, s/nº - Apto 302 - Bloco P - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração;

GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cart. de Identidade nº 457.282/SSP/ES e do CPF nº 251.894.176-20, nascido aos 08/05/58, filho de Hugo Ribeiro de Souza e Adelvina Antunes de Souza, residente e domiciliado na Rua Aurora Aguiar Ferreira, nº 94, Bloco P, apto 301, Jardim Camburi, Vitória, Estado do Espírito Santo; únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o ramo de serviços de higiene, limpeza, conservação, zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma ***ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.***, estabelecida na Rua Coronel Bráulio Dórea, nº 94, Maruípe, Vitória, Estado do Espírito Santo, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob nº 32200587842, em seção de 14-04-93 e alterações contratuais arquivada em: 14/06/94 sob nº 140.847 e 22/10/96 - 960330,097, 970140738 de 29/04/97, e alteração nº 970231377 em 04/07/97, inscrita no CGC-MF sob nº 39.383.013/0001-22, resolvem alterar o referido contrato social da seguinte forma:

PRIMEIRA - Fica alterado o endereço da sociedade que passará a funcionar na Rua João Azevedo, nº 94, São Cristovão em Vitória, Estado do Espírito Santo.

SEGUNDA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e suas alterações posteriores, não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em inteiro vigor.

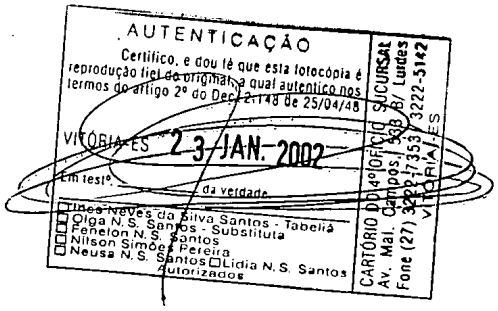
E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em quatro exemplares de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

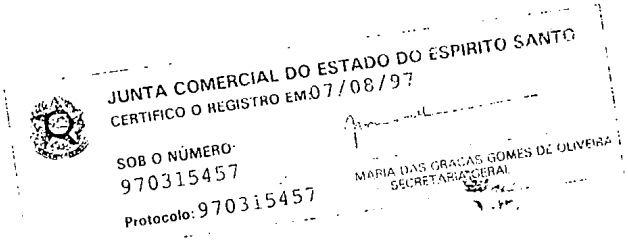
Vitória-ES, 05 de Agosto de 1997

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES ***GILSON ANTUNES RIBEIRO***

TESTEMUNHAS: 1ª _____
JOÃO LUIZ DA SILVA
C.I. 345.501 - SSP/ES

2ª _____
EURICO ROGER DOS SANTOS LIMA
C.I. 1.330.095 - SSP/ES


AUTENTICAÇÃO
Certifico, e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original a qual autentico nos termos do artigo 2º do Dec. Lei 148 de 25/04/48
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em teste da verdade
Dineo Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N. S. Santos - Substituta
Feneton N. S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N. S. Santos
Lidia N. S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 1468 B/ Lundes
Fone (27) 3227-1353 / 3222-5142
VITÓRIA-ES


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM 07/08/97
SOB O NÚMERO
970315457
Protocolo: 970315457
MARIA DAS GRAÇAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA GERAL

SEXTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FIRMA: ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

JUNTA COMERCIAL DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 43

Os Sócios:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 530.731 - SSP-ES e do CPF nº 931.043.327-20, residente e domiciliada à Avenida Coronel José Gabriel Marques Filho, nº 24, Parque das Gaivotas, Vila Velha - ES, nascida aos 14/09/61, filha de José Gonçalves da Rocha e Mercedes Fontes da Rocha;

GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 457.282-SSP/ES e do CPF nº 251.894.176-20, residente e domiciliado à Avenida José Gabriel Marques Filho, nº 24, Parque das Gaivotas, Vila Velha - ES, nascido aos 08/05/58, filho de Hugo Ribeiro de Souza e Adelvina Antunes de Souza;

Únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o ramo de serviços de higiene, limpeza, conservação, zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma **ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.**, estabelecida à Rua João Azevedo, nº 94, São Cristóvão, Vitória, Estado do Espírito Santo, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 32200587842, em seção de 14/04/93 e alterações contratuais arquivada em 14/06/94 sob nº 140.847 , 22/10/96 sob nº 960330,097, 29/04/97 sob nº 970140738, 04/07/97 sob nº 970231377, e alteração nº 970315457 em 07/08/97, inscrita no CGC (MF) sob nº 39.383.013/0001-22, resolvem alterar o referido contrato social da seguinte forma:

CLÁUSULA 1ª - Fica nesta data constituído a filial de nº 01, que terá seu endereço na Rodovia Ibiraçu, nº 1221 - Sala 02 - Aracruz - Cidade de Ibiraçu - Estado do Espírito Santo - CEP: 29.670-000.

CLÁUSULA 2ª - O objeto da filial é o de Serviços de Higiene, Limpeza, Conservação, Zeladoria e outros serviços executados em Prédios Residenciais e Comerciais.

CLÁUSULA 3º - Todas as demais cláusulas de condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em inteiro vigor.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em quatro exemplares de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Vitória - ES, 23 de Julho de 1998.

GILSON ANTUNES RIBEIRO

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

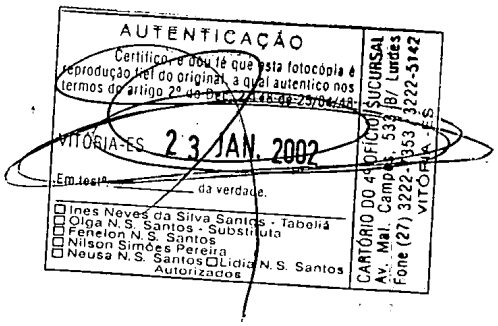
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/07/98
SOB O NÚMERO: 980416043
Protocolo: 980416043
MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA GERAL

Testemunhas:

1. **João Luiz da Silva**
CI: 345.501 - SSP/ES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/07/98
SOB O NÚMERO: 32900247882
Protocolo: 980416043
MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA GERAL

2. **Robson Werneck Pires**
CI: 6.434.211 - SSP/ES


AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original, a qual autentico nos termos do artigo 2º do DEC. 2.148 de 29/04/48.
VITÓRIA-ES 23 JAN. 2002
Em teste da verdade.
Ines Neves da Silva Santos - Tabeliã
Olga N.S. Santos - Substituta
Fenelon N.S. Santos
Nilson Simões Pereira
Neusa N.S. Santos
Lidia N.S. Santos
Autorizados
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO / SUCURSAL
Av. Mal. Campos, 533 / B. Lurdes
Fone (27) 3222-1353 / 3222-3142
VITÓRIA - ES

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME / TELEFONE
ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

2001.50.01.4474-7

Veja no verso
Instruções para preenchimento 4ª V.

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00.

Aprovado pela IN/SRF nº 81/96

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	
03	NÚMERO DO CPF OU CGC	39383013/0001-22
04	CÓDIGO DA RECEITA	5762
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	JAN/2002
07	VALOR DO PRINCIPAL	1.915,38
08	VALOR DA MULTA	
09	VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
10	VALOR TOTAL	1.915,38

11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)

CEF 0829240120020057350000443 - 1.915,38RM1002

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 44

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 136, PROCJUDIC1, Página 60

4a. VF
Fls. 45

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

T E R M O D E J U N T A D A

Em 06 de fevereiro de 2002, junto aos autos petição do executado que segue(m).

Do que, para constar, lavro este termo.

279

2002 2052

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 46

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Porteiros, Garagistas, Office Boys, Moto Boys, Zeladoras, Copeiras, Recepcionistas, Telefonistas, Ascensoristas, Jardineiros e Outros.

"QUEM EXIGE QUALIDADE EM SERVIÇOS É PORQUE TEM UM NOME A ZELAR"

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

JUST. FED. SJES 4a V.F. -06-Fev-2002-17:30-00032-1/2

PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 2001.50.01.004474-7

ZELAR - Administração de Serviços Ltda., inscrita no CGC sob o nº 39.383.013/0001-22, através de seu representante legal **GILSON ANTUNES RIBEIRO**, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Execução Fiscal em epígrafe, através de seu advogado infrafirmado, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência para expor e requerer o seguinte:

Conforme se infere da **QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**, firmado em 08/05/97, às fls. 40 dos autos, na cláusula **SEGUNDA**, " Maria Valdivina Silva Campos, retirou-se da Sociedade, cedendo e transferindo as suas quotas de capital na mesma proporção para o novo sócio Sr. Gilson Antunes Ribeiro" .

Portanto, urge ressaltar que a partir da data de 08/05/97 a ex-sócia, Maria Valdivina Silva Gomes, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob o nº 808.768.707-87 e Identidade Civil nº 572.133/ES, residente e domiciliada na rua Dionísio Abaurre, nº 543, apartamento 204, bloco I-A, bairro de Jardim Camburi, Vitória, Espírito Santo, esta excluida de quaisquer dever ou obrigação da empresa/Zelar, vez que sua obrigação é somente anterior a data supra (08/05/97).

SEDE: Rua João Azevedo, 94 - São Cristóvão - Vitória - ES - Telefax.: (27) 3325-5331
CNPJ: 39.383.013/0001-22 - Insc. Mun.: 050.000-0
E-mail: zelar_adm@hotmail.com

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Porteiros, Garagistas, Office Boys, Moto Boys, Zeladoras, Copeiras

Recepcionistas, Telefonistas, Ascensoristas, Jardineiros e Outros.

"QUEM EXIGE QUALIDADE EM SERVIÇOS É PORQUE TEM UM NOME A ZELAR"

JUSTIÇA JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO SEÇÃO Fls. 47

Ante ao exposto, requer a Vossa Excelência que se digne determinar a intimação do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS no sentido de se apurar o valor que cabe a **MARIA VALDIVINA SILVA GOMES** para que seja feita a quitação e posterior exclusão do seu nome da Seção de Distribuição e Expedição de Certidões, conforme cópia da Certidão inclusa.

Nestes termos
pede respeitosamente deferimento.

Vitória(ES), 05 de fevereiro de 2002

ANTONIO CESAR SANTOS
Advogado - OAB-ES 6355

SEDE: Rua João Azevedo, 94 - São Cristóvão - Vitória - ES - Telefax.: (27) 3325-5331
CNPJ: 39.383.013/0001-22 - Insc. Mun.: 050.000-0
E-mail: zelar_adm@hotmail.com

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 48

Nº DO PEDIDO
292-0

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA A PESSOA FISICA

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
CPF: 808.768.707-87

Constam os seguintes feitos:

PROCESSO	VARA DISTRIB.	CLASSE DA ACAO	AUTOR
2001.50.01.004474-7	4VF-VIT	24/04/01 E.FISCAL	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

VITORIA, 24 DE JANEIRO DE 2002. (12:01h)

RALF FERRARI HERINGER
SECAO DE DISTRIBUICAO E EXPEDICAO DE CERTIDOES
RALF FERRARI HERINGER
SUPERVISOR DA SEDIC

FOI RECOLHIDO O VALOR DE R$ 0,42 POR FOLHA EXPEDIDA
REFERENTE AO PEDIDO DE CERTIDAO NUMERO 292-0

SECAO JUDICIARIA DO ESPIRITO SANTO
VALIDA SOMENTE SEM EMENDAS E SEM RASURAS.

NCJF 8445928

JF - CIP - 107.067

4a. VF
fls. 49

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE JUNTADA

Em 07 de fevereiro de 2002, junto aos autos petição do executado que segue(m).

Do que, para constar, lavro este termo.

279

20022132

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 50

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Porteiros, Garagistas, Office Boys, Moto Boys, Zeladoras, Copeiras, Recepcionistas, Telefonistas, Ascensoristas, Jardineiros e Outros.

"QUEM EXIGE QUALIDADE EM SERVIÇOS É PORQUE TEM UM NOME A ZELAR"

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 4 VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DO ESPIRITO SANTO

PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL N° 2001.50.01.004474-7

ZELAR Administração de Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 39383013/0001-22, através de seu representante legal GILSON ANTUNES RIBEIRO, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Execução Fiscal, através de seu advogado infrafirmado, vem mui respeitosamente á presença de Vossa Excelência para expor e requerer o seguinte:

Por um lapso, no documento protocolado no dia 06 de fevereiro de 2002 as 17,30 horas protocolo n° 008732-2/2, o nome da ex socia da empresa ZELAR, Senhora Maria Valdina Silva Campos foi relacionado como Maria Valdivina silva Gomes.

Ante ao exposto, requer que seja retificado o nome da referida ex sócia, e que ao invés de Maria Valdivina Silva Gomes seja considerado o nome correto que é **MARIA VALDINA SILVA CAMPOS**

Nestes Termos

Pede respeitosamente deferimento

Vitoria (ES) 07 de fevereiro de 2001

ANTONIO CESAR SANTOS
Advogado - OAB - ES 6355

JUST. FED. SJES 4a V.F. -07-Fev-2002-15:24-008749-1/2

SEDE: Rua João Azevedo, 94 - São Cristóvão - Vitória - ES - Telefax.: (27) 3325-5331
CNPJ: 39.383.013/0001-22 - Insc. Mun.: 050.000-0
E-mail: zelar_adm@hotmail.com

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 51

V I S T A

Nesta data, faço estes autos com vista ao Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador do INSS

Em, 14 / 05 / 02

RECEBIMENTO

CERTIFICO e dou fé que nesta data recebi estes autos do INSS

Vitória - ES 20 / 05 / 02

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de petição do INSS
como adiante se vê.

Em, 28/05/02

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 136, PROCJUDIC1, Página 69

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 52

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ES

JUST. FED. SJES 4a V.F.-20-Mai-2002-16:02-011263-1/2

Execução Fiscal 2001.50.01.04474-7
INSS x Zelar
CDA 32.738.829-3

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, neste ato representado pelo Procurador Federal adiante firmado, mandato *ex lege*, por força do artigo 8°. da Lei N°. 8.620/93, combinado com art. 12, inciso I, do CPC e art. 17 da LC 73/93, vem, pelo presente, ante o pedido de fls. 46, dizer que basta a interessada comparecer ao setor de Dívida Ativa da Procuradoria da Previdência Social (3321-2138)que poderá pagar a sua parte da dívida, sendo o cálculo feito na hora e posteriormente comunicado eventual pagamento a esse juízo para providências.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Vitória-ES, 20 de maio de 2002.

Francisco Vieira Lima Neto
PROCURADOR FEDERAL
Matrícula 0.298.168
OAB/ES 4619

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
4a VARA FEDERAL

<FOLHA: 53>

PROCESSO: 2001.50.01.004474-7

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) ALEXANDRE MIGUEL.

VITORIA 04 de junho de 2002

DRA. CIBELE DAYRELL CRUZ SOARE
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 200150010044747

VISTOS EM INSPEÇÃO.

Intime a Sra. Maria Valdivina Silva Campos a tomar ciência da petição de fl. 52.

VITORIA 11 de junho de 2002

ALEXANDRE MIGUEL
Juiz Federal

Recebidos estes autos do MM. Juiz com o respeitavel despacho supra.

VITORIA, 17/06/02

Funcionario Encarregado

JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Fls. 54

REMESSA, nesta data, do(a) despacho.
de fls. 53, à Imprensa Oficial de Estado, para publicação no "Boletim" desta Seção.

Vitória, 16/08/02

Queiroz

CERTIFICO que o (a) despacho de fls. _____, foi publicado(a) no "Boletim da Justiça Federal", no D. O. de 29/08/02.

Vitória, 29/08/02

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
4ª Vara Federal
Rua São Francisco, nº 52, Cidade Alta, Vitória/ES - CEP 29015-200 - Tel. 3331-4044 – Fax 3331-4042

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO Fls. 55

CARTA DE INTIMAÇÃO

Vitória, 27 de março de 2003.

Prezado(a) Senhor(a):

De ordem do Excelentíssimo Juiz Federal da 4ª Vara, Dr. Alexandre Miguel, fica Vossa Senhoria INTIMADO(A), nos autos da Execução Fiscal nº 2001.50.01.4474-7, requerida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS em face de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA e OUTROS, para tomar ciência da petição e despacho que seguem por cópia, em anexo.

Atenciosamente,

CIBELE DAYRELL CRUZ SOARES
Diretora da Secretaria da 4ª Vara

Ao(À)
Ilustríssimo(a) Senhor(a)
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
Rua Dionísio Abaurre, 543, Apto. 204, Bloco 1-A – JARDIM CAMBURI
VITÓRIA - ES
CEP: 29060-440

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de **AR**, como adiante se vê.

Em, 15 / 09 / 03

Funcionário

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
FLS. 56

227

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE DE L'OBJET

E
À Ilustríssima Senhora
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
Rua Dionísio Abaurre, 543, Apto. 204, Bloco 1-A
Jardim Camburi - VITÓRIA - ES
CEP: 29060-440

[Contém Carta de Intimação ref. Proc. n.º 2001.50.01.4474-7 (INSS-III)] 4ª Vara

☐ ENTREGUE / REMIS ☐ PAGO / PAYÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

8248591

CARIMBO DE DESTINO / DESTINATION

CDD JARDIM DA PENHA
27 AGO. 2003
VITÓRIA - E.S.

VEJA, DO OUTRO LADO, O ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DESTE AR.

75240203-0

* 7 5 2 4 0 2 0 3 - 0 *

FC0463 / 16 114 x 186 mm

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de **AR**, como adiante se vê.

Em, 15 / 09 / 03

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
FLS. 56

Funcionário

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

CORREIOS BRASIL

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
26 AGO 2003

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
CTCE/VITÓRIA/ES

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)
RA 559859172 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA
__/__/__ : h
__/__/__ : h
__/__/__ : h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

JUSTIÇA FEDERAL - 4.ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESP. SANTO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
Rua São Francisco, 52 - Cidade Alta

CIDADE / LOCALITÉ
29015-200 — Vitória — Espirito Santo
UF
BRASIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 136, PROCJUDIC1, Página 75

REGISTRADO / REGISTERED | URGENTE / PRIORITY | AR 1

VALOR DECLARADO / INSURED VALUE | PESO / WEIGHT 50 kg

RA 559859172 BR

FC0734 / 30 75240298-6 42 x 74 mm

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Rua São Francisco, 52 - Cidade Alta - Tel.: (27) 3331-4000 - Vitória-ES

CONTRATO ECT/DR/ES
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA
DO ESPÍRITO SANTO

À Ilustríssima Senhora
MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
Rua Dionísio Abaurre, 543, Apto. 204, Bloco 1-A
Jardim Camburi - VITÓRIA - ES
CEP: 29060-440

[Contém Carta de Intimação ref. Proc. n.º 2001.50.01.447[illegible]7 (INSS-III)] 4ª Vara

AO REMETENTE

GTURN 2
26 AGO 2003
CTC/VITÓRIA/ES

AO REMETENTE
DA PENHA
Mudou-se ☐ Desconhecido
Não Existe Nº ☐ Não Procurado
Endereço Insuficiente
22 SET 2003

JUNTADA, que faço a estes autos, nesta data, de AR e ENVELOPE, como adiante se vê.
(devolução positiva)
Em, 04 / 10 / 03

Funcionário

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

VISTA

CERTIFICO que, nesta data, abro vista desta ação ao Dr. Procurador do(a) INSS nos termos da Portaria n.º 010/2003 - 4.ª Vara.

Vitória, 21 / 06 / 04

ASRocha

Funcionário Encarregado

Recebi, em (a) autos nesta data.

Em, 15 / 10 / 04

Queiroz

JUNTADA

Em 15 de 10 de 04, junto aos autos petição nº 032373 que segue ....., Do que, para constar lavre o termo.

Queiroz

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fl. 58

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INSS

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da 4ª Vara de Vitória - Seção Judiciária do Espírito Santo.

Execução Fiscal nº 2001.50.01.004474-7
Executado: Zelar Administradora de Serviço Ltda
CDA: 32.738.829-3

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pela Procuradora Federal com poderes de representação *ex lege*, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência informar que através de diligências administrativas foi localizado novo endereço da co-responsável Maria Valdina Silva Campos na Rua Laurentino Proença Filho, 639, apto 204, Jardim de Penha, Vitória, CEP 29.060-440.

Requer-se, assim, seja a co-responsável Maria Valdina Silva Campos intimada do despacho de fls. 53 no endereço supra.

Termos em que,
Pede deferimento.
Vitória, 14 de outubro de 2004

Nede D. Mariani
Proc. Federal – OAB 267-B
Mat. 1261833

JUST. FED. SJES 4ª V.F. -15-Out-2004-16:06-032373-1/2

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 59
Rubrica

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo redistribuído para a 9ª Vara, nos termos do Provimento Nº 13, de 05.10.2004, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2a. Região e Portaria Nº 362 da Seção Judiciária do Espírito Santo

JUNTADA

Aos 09 dias do mês de 11 de 2004, junto a estes autos a(o) que segue(m).

Do que para constar lavrei este termo.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
NONA VARA FEDERAL
Av. Getúlio Vargas, 595, 5º andar, Centro, Vitória-ES, 29010-040 Tel. 27 3331.4694

60

C E R T I D Ã O

CER.0009.000144-6/2004

A DIRETORA DE SECRETARIA DA 9ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DA LEI E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, ETC ...

C E R T I F I C A, a pedido verbal da parte interessada, após a exibição do comprovante de recolhimento das custas pertinentes, que perante este Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo, tramita a Execução Fiscal registrada sob o nº **2001.50.01.004474-7**, proposta pela **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** em face de **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF nº. 251.894.179-20, MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, CPF nº. 808.768.707-87 e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, CPF nº. 931.043.327-20, ajuizada em 20/04/2001, para cobrança de débitos referentes à Certidão de Dívida Ativa nº 32738829-3, cujo valor, em 04/2001, remontava ao numerário de R$ 233.215,81 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e quinze reais e oitenta e um centavos). **CERTIFICA**, que após a citação a empresa executada protocolizou petição informando que houve parcelamento do débito, o que não foi confirmado pelo exeqüente, até a presente data. **CERTIFICA,** que a empresa executada informou que a sócia MARIA VALDINA SILVA CAMPOS retirou-se da empresa, requerendo a apuração, pelo exeqüente, do valor que lhe cabe na dívida para que possa ser efetuada a quitação, tendo o exeqüente informado que a parte interessada deverá comparecer ao Setor de Dívida Ativa da Procuradoria da Previdência Social. **CERTIFICA,** ainda, que foi exarado despacho determinando a intimação da sócia-executada Maria Valdina Silva Campos da informação do exeqüente, o que ainda não ocorreu, tendo em vista a mudança de endereço, conforme consta da carta de intimação devolvida e do novo endereço apresentado pelo exeqüente. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.** Dada e passada na Secretaria da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo, aos 08 de Novembro de 2004. Eu, _____ (ELIANE RAMOS CABRAL PINHO), Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, SORAYA DE FATIMA VAZ VIEIRA, Diretora de Secretaria, reconferi e subscrevo.

SORAYA DE FATIMA VAZ VIEIRA
Diretora de Secretaria da 9ª Vara – SJ/ES

Recebi em 09/11/04
Maria das Graças Viana

VISTA

Nesta data, faço estes autos com vista a(o) Excelentíssimo Senhor Dr. PROCURADOR DO INSS.

Vitória, 02/02/05.

RECEBIMENTO

ertifico e dou fé que nesta data recebi estes autos do exeqüente.

Vitória, 10/02/05.

JUNTADA

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2005, junto a estes autos a petição do Exeqüente que segue(m). Do que para constar lavrei este termo.

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 61
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INSS

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA DE VITÓRIA DE EXECUÇÃO FISCAL II - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

JUST.FED.SJES e U.F.10/FEV/2005 15:26 0020 1

EXECUÇÃO FISCAL Nº 2001.50.01.004474-7
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LDA
CDA: 32.738.829-3

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, pela Procuradora Federal com poderes de representação *ex lege*, nos autos do processo acima identificado, vem respeitosamente à presença de V. Exa. expor e requerer o que se segue:

A dívida objeto da presente execução compreende o período de 09/96 a 01/99, CDA de fls. 05. Por seu turno, a co-responsável Maria Valdina Silva Campos foi admitida na sociedade em 19/05/96 na qualidade de sócia gerente e retirou-se da sociedade em 08/05/97, conforme atesta a 4ª alteração contratual, registrada na Junta Comercial em 04/07/97.

Mais recentemente, a co-responsável supra citada compareceu nesta Procuradoria e manifestou interesse em quitar as competências referentes ao período em que esteve na gerência. Efetuado o pagamento, o valor foi apropriado pelo sistema com a liquidação das referidas competências (telas do sistema em anexo).

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 62
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INSS

Nestes termos e considerando que a legitimidade passiva do representante legal da pessoa jurídica executada deve ser aferida em cotejo com a época correspondente à geração da obrigação tributária principal; o INSS emitiu nova certidão de dívida ativa (CDA) excluindo a co-responsável Maria Valdina Silva Campos.

No que é pertinente ao parcelamento anunciado às fls. 28, cumpre informar que foi rescindido por inadimplência. As parcelas recolhidas foram apropriadas pelo sistema (doc. anexo).

Face ao exposto, requer-se a juntada da nova CDA e a expedição de mandado de penhora, avaliação e registro em bens da empresa, tantos quantos bastem para quitar o débito e demais despesas.

Vitória, 4 de fevereiro de 2005.
Termos em que,
Pede Deferimento.

Neide D. Marcon
Proc. Federal – OAB 267-B
Mat. 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 63
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscricao da divida cujo os dados sao os seguintes:

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Endereco — Telefone
RUA PEDRO ALVARES CABRAL 780

CEP	Bairro	Municipio	UF
29160-772	N.SENHORA DE FATIMA	SERRA	ES

Identificacao
CGC: 39.383.013/0001-22

Periodo da Divida	Valor Originario	Moeda
08/1997 a 01/1999	79.899,76	REAL

Documento Original NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Orgao de Origem 07.001.130 Lancamento 07/05/1999 Calculo 31/01/2005

Princ.Atualizado	Juros	Multa	Valor Total
79.899,76	100.271,36	39.950,57	220.121,69

Co-responsavel — Identificacao
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES — CPF: 931.043.327-20
Endereco — Periodo
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO 24 — desde 06/04/1993

CEP	Bairro	Municipio	UF
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

Co-responsavel — Identificacao
GILSON ANTUNES RIBEIRO — CPF: 251.894.176-20
Endereco — Periodo
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO 24 — desde 08/05/1997

CEP	Bairro	Municipio	UF
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 041.00		ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRA

Vitoria — 02/02/05 — F.0001
LOCAL — DATA — Funcionario e Mat. — (continua)

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 64
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 041.01	desde 01/01/1988	Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 14; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 33.
3 082.00		PROCESSO TRABALHISTA - RECLAMACAO TRABALHISTA
3 082.05	desde 01/03/1997	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art.43, com a redacao da Lei n. 8.620, de 05.01.93.
3 100.00		CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS (EMPREGADOS, TRABALHADORES TEMPORARIOS E AVULSOS)
3 100.12	01/02/1998 28/02/1998	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93, e as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.506, de 30.10.97) e VI, paragrafo 4 (incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 (com redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95),art. 28, I, paragrafos 1, 2, 5, 7, 8, considerando a redacao da MP n. 1523-7, de 30.04.97, reeditada ate 1.523-13, renumerada para 1.596-14, de 10-11-97, esta convertida na Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 30, I, "a", art. 33, paragrafo 5; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7., paragrafo 2; Lei n. 9.311, de 24.10.96, art.17, II; Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 13.
3 100.13	01/03/1998 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, arts. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93 e as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.506, de 30.10,97), VI, paragrafo 4,(incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 com redacao dada pelo art.2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95), art. 28, I, paragrafos 1., 2,

Vit. 02/02/05 F.0002
LOCAL DATA Funcionario e Mat. (continua)

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 65
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 100.13	01/03/1998 31/05/1999	5, 7 e 8, considerando as alteracoes da Lei n. 9.528, de 10.12.97 - MP 1523-7, de 30.04.97, MP 1596, de 10.11.97, MP 1586, de 22.05.98 e MP 1663, de 29.05.98, arts. 30, I, "a" e 33, paragrafo 5.; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7. , paragrafo 2.; Lei n. 9.311, de 24.10.96, art.17, II; Lei n. 9.528, de 10.12.97, arts. 1 e 13.
3 200.00		CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS
3 200.05	01/03/1997 28/02/1998	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I (na redacao da Lei n. 9.528, de 10.12.97, MP 1596-14, de 10.11.97), art. 30, I, "B" (observadas as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.063, de 14.06.95).
3 200.06	01/03/1998 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I (na redacao da Lei n. 9.528, de 10.12.97), art. 30, I, "B" (observadas as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.063, de 14.06.95).
3 301.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFICIOS EM RAZAO DA INCAPACIDADE LABORATIVA.
3 301.06	01/07/1997 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, II (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523-9, de 27.06.97, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97).
3 400.00		TERCEIROS - SALARIO EDUCACAO
3 400.04	desde 01/03/1997	Lei n. 3.807/60, art. 151;

Vitória 02/02/05 _____ F.0003
LOCAL DATA Funcionario (a) Mat. (continua)

Neide Dezani Lea
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 66
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 400.04	desde 01/03/1997	Lei n. 4.440/64; Lei n. 5.890/73, art. 14, combinado com a Lei n. 6.950/81, art.4; Decreto Lei n. 1.422, de 23.10.75; art. 1., paragrafos 1, 2, 3 e 5; DL n. 1.861/81, arts n. 1, 2, 3, e paragrafo unico, com a redacao do DL 1.867/81; Decreto N. 87.043, de 22.03.82, art. 1.; art. 2; art. 3, I; paragrafos 1, 2; art. 13; Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86; art. 3; Constituicao Federal/88, art. 212, paragrafo 5, combinado com o artigo 34, caput, das Disposicoes Constitucionais Transitorias; Lei n. 8.212, de 24.07.91 e alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.528, de 10.12.97 - MP 1.523, de 14.10.96, art. 94; MP 1.518, de 19.09.96 e reedicoes; Lei n. 9.424, de 26.12.96, art. 15, caput. MP 1.565 de 09.01.97 e reedicoes; MP 1.607-12, de 11.12.97 e reedicoes, arts. 1, 2 e 4; Lei n. 9.528, de 14.12.97.
3 405.00		TERCEIROS - INCRA
3 405.03	desde 01/03/1997	Decreto Lei n. 1.146, de 31.12.70, art. 1., I, item 2, art. 3 e art. 4; Lei Complementar n. 11, de 25.05.71, art. 15, II; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
3 413.00		TERCEIROS - SENAC

Vit. 02/02/05 — F.0004
LOCAL DATA Funcionario e Mat. (continua)

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

Seção Judiciária do Espírito Santo
8.ª Vara
Fls. 67
Rubrica

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal

3 413.03 desde 01/03/1997
DL n. 8.621, de 10.01.46, art. 2, art. 4 e art. 5;
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97);
Lei n. 9.528, de 10.12.97.

3 414.00
TERCEIROS - SESC

3 414.03 desde 01/03/1997
Decreto Lei n. 9.853, de 13.09.46, art. 1. e art. 3;
Lei n. 5.107, de 13.09.66, art. 23;
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97);
Lei n. 9.528, de 10.12.97.

3 415.00
TERCEIROS - SEBRAE

3 415.03 desde 01/03/1997
Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86, art. 1;
Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 8, paragrafo 3 (com alteracoes do art. 1. da Lei n. 8.154, de 28.12.90), paragrafo 4/;
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97);
Lei n. 9.528, de 10.12.97.

3 500.00
GLOSA - SALARIO FAMILIA, SALARIO MATERNIDADE E AUXILIO NATALIDADE

Vit. 02/02/05 — F.0005 (continua)
LOCAL DATA Funcionario e Mat.

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 68
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 500.06	01/03/1997 31/05/1999	Lei n. 3.807/60, art. 33, com a redacao dada pelo art. 1. da Lei n. 5.890/73, art. 69, V, com a redacao dada pela Lei n. 6.667/80; Lei n. 4.266/63, art. 4, paragrafo 1; Lei n. 6.136/74, art. 2, com a redacao dada pelo art. 9 da Lei n. 6.332/76; DL n. 2.087/83, art. 1; Lei n. 8.213, de 24.07.91, arts. 65, 66, 67, 68, paragrafos 1, 69, 71, 72, 145.
3 600.00		CORRECAO MONETARIA
3 600.08	desde 01/01/1995	Lei n.8.981, de 20.01.95, art. 06. Valores originarios em real e sem atualizacao.
3 601.00		ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA
3 601.08	01/04/1997 31/10/1999	Lei n. 8.212/91, na redacao dada pela MP 1.571, de 01.04.97, art. 35, II e III, suas reedicoes e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97. CALCULO DA MULTA 40% (QUARENTA POR CENTO), SOBRE O VALOR ORIGINARIO, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, SE O CREDITO NAO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO; 50% (CINQUENTA POR CENTO), SOBRE O VALOR ORIGINARIO, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, SE O CREDITO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO.
3 602.00		ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS
3 602.07	desde 01/04/1997	Lei n. 8.212/91, art. 34 restabelecido pela MP 1.571, de

02/02/05 — F.0006

LOCAL | DATA | Funcionario e Mat. | (continua)

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Mat. SIAPE 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do Espírito Santo
2.ª Vara
Fls. 69
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 602.07	desde 01/04/1997	01.04.97 e reedicoes, e pela MP 1.523-8, de 28.05.97 e reedicoes e MP 1.596-14, de 10.11.97, convertidas na Lei n. 9.528, de 10.12.97; Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 1 e art. 13. CALCULO DOS JUROS JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS: A) 1% (UM POR CENTO) NO MES SUBSEQUENTE AO DA COMPETENCIA; B) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, NOS RESPECTIVOS PERIODOS; C) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
3 800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL
3 800.08	01/03/1997 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 30, I, "B" (com a nova redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.063, de 14.06.95); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7, paragrafos 1 e 2; Lei Complementar n. 84, de 18.01.96, arts. 4 e 5. Decreto n. 1.826, de 29.02.96, arts. 6 e 7; Decreto n. 2.173, de 05.03.97 - REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, art. 39, I, "B", paragrafos 1 ao 5.

Vit. 02/02/05 — F.0007

LOCAL DATA Funcionario e Mat. (continua)

Neide Dezune Martins
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Seção Judiciária do
Espírito Santo
8.º Vara
Fls. 70
Rubrica

C E R T I D A O D E D I V I D A A T I V A (C D A)

Procuradoria de Origem	Livro/ Folha	Data de Inscricao	Processo Administrativo Original	Desmembrado	Nm.Inscricao Divida Ativa
07.200.000	0001/491	06/07/2000	327388293		32.738.829-3

Devedor
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

E para que se possa proceder a cobranca em acao propria, nos termos da Lei No. 6830 de 22/09/80, art 20. e seus paragrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraida a presente certidao.

02/02/05

LOCAL DATA Funcionario e Mat. F.0008 (final)

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

Seção Judiciária do
Espírito Santo
8.ª Vara
Fls. 71
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

Endereco: RUA PEDRO ALVARES CABRAL 780
Bairro : N.SENHORA DE FATIMA Munic.: SERRA
UF : ES CEP : 29160-772

Fase Atual: 797 em 05/10/2004
Doc.: NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Dt.Lancamento: 07/05/1999 Dt.Consolidacao: 31/01/2005

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA	(**) ATUALIZADO
08/1997	REAL	8.430,95	2.862,70	2.862,70
		4.136,88	1.431,37	
09/1997	REAL	15.142,24	5.170,82	5.170,82
		7.385,99	2.585,43	
10/1997	REAL	11.612,04	4.006,91	4.006,91
		5.601,66	2.003,47	
11/1997	REAL	10.685,92	3.725,52	3.725,52
		5.097,62	1.862,78	
12/1997	REAL	11.732,45	4.128,82	4.128,82
		5.539,20	2.064,43	
13/1997	REAL	10.525,38	3.669,54	3.669,54
		5.021,03	1.834,81	
01/1998	REAL	13.590,50	4.818,80	4.818,80
		6.362,27	2.409,43	
02/1998	REAL	16.514,13	5.901,47	5.901,47
		7.661,88	2.950,78	
03/1998	REAL	7.358,33	2.645,71	2.645,71
		3.389,71	1.322,91	
04/1998	REAL	10.785,21	3.900,73	3.900,73
		4.934,03	1.950,45	
05/1998	REAL	13.918,68	5.063,33	5.063,33
		6.323,62	2.531,73	
06/1998	REAL	4.251,54	1.556,25	1.556,25
		1.917,14	778,15	
07/1998	REAL	7.075,30	2.603,98	2.603,98
		3.169,31	1.302,01	
08/1998	REAL	14.112,89	5.242,12	5.242,12
		6.249,66	2.621,11	
09/1998	REAL	11.411,52	4.285,52	4.285,52
		4.983,21	2.142,79	
10/1998	REAL	9.446,67	3.583,02	3.583,02
		4.072,10	1.791,55	
11/1998	REAL	5.970,37	2.285,30	2.285,30
		2.542,40	1.142,67	

** Valores atualizados para 01/2005 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108

F.0001(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 92
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA	(**) ATUALIZADO
12/1998	REAL	18.260,04	7.048,29	7.048,29
		7.687,58	3.524,17	
13/1998	REAL	17.188,99	6.579,51	6.579,51
		7.319,70	3.289,78	
01/1999	REAL	2.108,54	821,42	821,42
		876,37	410,75	
Total do Credito		220.121,69		79.899,76
		100.271,36	39.950,57	

** Valores atualizados para 01/2005 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108

F.0002(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
8.º Vara
Fls. 03
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

Co-responsavel
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
Identificacao
CPF: 931.043.327-20
Endereco
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO 24
Periodo
desde 06/04/1993

CEP	Bairro	Municipio	UF
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

Co-responsavel
GILSON ANTUNES RIBEIRO
Identificacao
CPF: 251.894.176-20
Endereco
RUA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO 24
Periodo
desde 08/05/1997

CEP	Bairro	Municipio	UF
29102-572	PARQUE DAS GAIVOTAS	VILA VELHA	ES

F.0003(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 74
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

F.Legal Periodo Descricao / Embasamento Legal

---

3 041.00
ATRIBUICAO DE COMPETENCIA PARA FISCALIZAR, ARRECADAR E COBRA

3 041.01 desde 01/01/1988
Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 14;
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 33.

3 082.00
PROCESSO TRABALHISTA - RECLAMACAO TRABALHISTA

3 082.05 desde 01/03/1997
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art.43, com a redacao da Lei n. 8.620, de 05.01.93.

3 100.00
CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS (EMPREGADOS, TRABALHADORES TEMPORARIOS E AVULSOS)

3 100.12 01/02/1998 28/02/1998
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93, e as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.506, de 30.10.97) e VI, paragrafo 4 (incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 (com redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95),art. 28, I, paragrafos 1, 2, 5, 7, 8, considerando a redacao da MP n. 1523-7, de 30.04.97, reeditada ate 1.523-13, renumerada para 1.596-14, de 10-11-97, esta convertida na Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 30, I, "a", art. 33, paragrafo 5;
Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7., paragrafo 2;
Lei n. 9.311, de 24.10.96, art.17, II;
Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 13.

3 100.13 01/03/1998 31/05/1999
Lei n. 8.212, de 24.07.91, arts. 12, I (com as alteracoes do art. 3 da Lei n. 8.647, de 13.04.93 e as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.506, de 30.10,97), VI, paragrafo 4,(incluido pelo art. 2 da Lei n. 9.032, de 28.04.95), art. 20 com redacao dada pelo art.2 da Lei n. 9.032/95 e art. 4 da Lei n. 9.129, de 20.11.95), art. 28, I, paragrafos 1., 2, 5, 7 e 8, considerando as alteracoes da Lei n. 9.528, de

---

F.0004(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
8.ª Vara
Fls. 75
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 100.13	01/03/1998 31/05/1999	10.12.97 - MP 1523-7, de 30.04.97, MP 1596, de 10.11.97, MP 1586, de 22.05.98 e MP 1663, de 29.05.98, arts. 30, I, "a" e 33, paragrafo 5.; Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7. , paragrafo 2.; Lei n. 9.311, de 24.10.96, art.17, II; Lei n. 9.528, de 10.12.97, arts. 1 e 13.
3 200.00		CONTRIBUICAO DA EMPRESA SOBRE A REMUNERACAO DE EMPREGADOS
3 200.05	01/03/1997 28/02/1998	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I (na redacao da Lei n. 9.528, de 10.12.97, MP 1596-14, de 10.11.97), art. 30, I, "B" (observadas as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.063, de 14.06.95).
3 200.06	01/03/1998 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, I (na redacao da Lei n. 9.528, de 10.12.97), art. 30, I, "B" (observadas as alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.063, de 14.06.95).
3 301.00		CONTRIBUICAO DAS EMPRESAS PARA FINANCIAMENTO DOS BENEFICIOS EM RAZAO DA INCAPACIDADE LABORATIVA.
3 301.06	01/07/1997 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 15, I, paragrafo unico, art. 22, II (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523-9, de 27.06.97, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97).
3 400.00		TERCEIROS - SALARIO EDUCACAO
3 400.04	desde 01/03/1997	Lei n. 3.807/60, art. 151; Lei n. 4.440/64; Lei n. 5.890/73, art. 14, combinado com a Lei n. 6.950/81, art.4;

F.0005(continua)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 137

Evento:
JUNTADA
Data:
02/08/2012 17:43:24
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
137

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.º Vara
Fls. 76
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

F.Legal Periodo Descricao / Embasamento Legal

---

3 400.04 desde 01/03/1997
Decreto Lei n. 1.422, de 23.10.75; art. 1., paragrafos 1, 2, 3 e 5;
DL n. 1.861/81, arts n. 1, 2, 3, e paragrafo unico, com a redacao do DL 1.867/81;
Decreto N. 87.043, de 22.03.82, art. 1.; art. 2; art. 3, I; paragrafos 1, 2; art. 13;
Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86; art. 3;
Constituicao Federal/88, art. 212, paragrafo 5, combinado com o artigo 34, caput, das Disposicoes Constitucionais Transitorias;
Lei n. 8.212, de 24.07.91 e alteracoes introduzidas pela Lei n. 9.528, de 10.12.97 - MP 1.523, de 14.10.96, art. 94;
MP 1.518, de 19.09.96 e reedicoes;
Lei n. 9.424, de 26.12.96, art. 15, caput.
MP 1.565 de 09.01.97 e reedicoes;
MP 1.607-12, de 11.12.97 e reedicoes, arts. 1, 2 e 4;
Lei n. 9.528, de 14.12.97.

3 405.00
TERCEIROS - INCRA

3 405.03 desde 01/03/1997
Decreto Lei n. 1.146, de 31.12.70, art. 1., I, item 2, art. 3 e art. 4;
Lei Complementar n. 11, de 25.05.71, art. 15, II;
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97);
Lei n. 9.528, de 10.12.97.

3 413.00
TERCEIROS - SENAC

3 413.03 desde 01/03/1997
DL n. 8.621, de 10.01.46, art. 2, art. 4 e art. 5;
Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97);

F.0006(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 77
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 413.03	desde 01/03/1997	Lei n. 9.528, de 10.12.97.
3 414.00		TERCEIROS - SESC
3 414.03	desde 01/03/1997	Decreto Lei n. 9.853, de 13.09.46, art. 1. e art. 3; Lei n. 5.107, de 13.09.66, art. 23; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
3 415.00		TERCEIROS - SEBRAE
3 415.03	desde 01/03/1997	Decreto Lei n. 2.318, de 30.12.86, art. 1; Lei n. 8.029, de 12.04.90, art. 8, paragrafo 3 (com alteracoes do art. 1. da Lei n. 8.154, de 28.12.90), paragrafo 4/; Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 94 (e alteracoes introduzidas pela MP 1.523, de 14.10.96, suas reedicoes, renumeracao para MP 1.596/97 e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97); Lei n. 9.528, de 10.12.97.
3 500.00		GLOSA - SALARIO FAMILIA, SALARIO MATERNIDADE E AUXILIO NATALIDADE
3 500.06	01/03/1997 31/05/1999	Lei n. 3.807/60, art. 33, com a redacao dada pelo art. 1. da Lei n. 5.890/73, art. 69, V, com a redacao dada pela Lei n. 6.667/80; Lei n. 4.266/63, art. 4, paragrafo 1; Lei n. 6.136/74, art. 2, com a redacao dada pelo art. 9 da Lei n. 6.332/76; DL n. 2.087/83, art. 1;

F.0007(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.º Vara
Fls. 78
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

F.Legal Periodo Descricao / Embasamento Legal

---

3 500.06 01/03/1997 31/05/1999
Lei n. 8.213, de 24.07.91, arts. 65, 66, 67, 68, paragrafos 1, 69, 71, 72, 145.

3 600.00
CORRECAO MONETARIA

3 600.08 desde 01/01/1995
Lei n.8.981, de 20.01.95, art. 06.
Valores originarios em real e sem atualizacao.

3 601.00
ACRESCIMOS LEGAIS - MULTA

3 601.08 01/04/1997 31/10/1999
Lei n. 8.212/91, na redacao dada pela MP 1.571, de 01.04.97, art. 35, II e III, suas reedicoes e conversao na Lei n. 9.528, de 10.12.97.
CALCULO DA MULTA
40% (QUARENTA POR CENTO), SOBRE O VALOR ORIGINARIO, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, SE O CREDITO NAO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO;
50% (CINQUENTA POR CENTO), SOBRE O VALOR ORIGINARIO, APOS O AJUIZAMENTO DA EXECUCAO FISCAL, SE O CREDITO FOI OBJETO DE PARCELAMENTO.

3 602.00
ACRESCIMOS LEGAIS - JUROS

3 602.07 desde 01/04/1997
Lei n. 8.212/91, art. 34 restabelecido pela MP 1.571, de 01.04.97 e reedicoes, e pela MP 1.523-8, de 28.05.97 e reedicoes e MP 1.596-14, de 10.11.97, convertidas na Lei n. 9.528, de 10.12.97;
Lei n. 9.528, de 10.12.97, art. 1 e art. 13.
CALCULO DOS JUROS
JUROS CALCULADOS SOBRE O VALOR ORIGINARIO, MEDIANTE A APLICACAO DOS SEGUINTES PERCENTUAIS:
A) 1% (UM POR CENTO) NO MES SUBSEQUENTE AO DA COMPETENCIA;
B) TAXA MEDIA MENSAL DE CAPTACAO DO TESOURO NACIONAL RELATIVA A DIVIDA MOBILIARIA FEDERAL / TAXA REFERENCIAL DO

F.0008(continua)

Seção Judiciária do
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 79
Rubrica

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

F.Legal	Periodo	Descricao / Embasamento Legal
3 602.07	desde 01/04/1997	SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA - SELIC, NOS RESPECTIVOS PERIODOS; C) 1% (UM POR CENTO) NO MES DO PAGAMENTO.
3 800.00		PRAZO E OBRIGACAO DE RECOLHIMENTO - EMPRESAS EM GERAL
3 800.08	01/03/1997 31/05/1999	Lei n. 8.212, de 24.07.91, art. 30, I, "B" (com a nova redacao dada pelo art. 2 da Lei n. 9.063, de 14.06.95); Lei n. 8.620, de 05.01.93, art. 7, paragrafos 1 e 2; Lei Complementar n. 84, de 18.01.96, arts. 4 e 5. Decreto n. 1.826, de 29.02.96, arts. 6 e 7; Decreto n. 2.173, de 05.03.97 - REGULAMENTO DA ORGANIZACAO E DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - ROCSS, art. 39, I, "B", paragrafos 1 ao 5.

F.0009 (final)

CSALDOPAR } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CSALDOPAR }
DIVIDA ATIVA
04/02/2005 CONSULTA DISCRIMINATIVA DO SALDO DO PARCELAMENTO 15:07:59

Seção Judiciária
Espírito Santo
9.º Vara
Fls. 80
Rubrica

Parcelamento: {327388293}
CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Mod.Parcelamento: 17	Dt.Requerimento: 04/01/2002	Dt.Concessao :	04/01/2002
Valor do Parcelamento:	254.025,86	Qtd.Parcelas :	60
Valor dos Honorarios :	25.402,59	Percentual :	10,0
Total do Parcelamento:	279.428,45	Qtd.Agrupados:	1

Qtd.Parcelas Pagas: 18
Saldo do Parcelamento: **********
Saldo dos Honorarios : **********
Juros Vincendos : **********
Juros de Mora : **********
Saldo Total : **********

Dt.Saldo: **/**/****

Situacao em 05/10/2004 Rescindido

XMIT { }

Fim de consulta

CACAOJUD } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CACAOJUD }
DIVIDA ATIVA
04/02/2005 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 15:08:42
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: {200150010044747} Credito: {327388293} PPS: 7201000
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase: 535 Dt.Fase: 20/04/2001 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED
Procurador: 886988 Honorarios: 10.00 PRO
Segunda Instancia: Instancia Superior:

Credito		Fase	Dt.Fase	Valor	
327388293	{ }	797	05/10/2004	221.224,30	{ }

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.º Vara
Fls. 81
Rubrica

Total Divida - 220.121,69
Prox.Credito Total Honor - 22.012,16
Total Acao - 242.133,85 { }
* - Apensada XMIT { }
Fim dos Creditos Para Esta Acao

CAPROPCOMPETCRED) PROCURADORIA - INSS - DATAPREV (CAPROPCOMPETCRED)
DIVIDA ATIVA
10/12/2004 CONSULTA APROPRIACAO DAS COMPETENCIAS - CREDITO 17:45:36

Seção Judiciária d
Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 82
Rubrica

Credito: (327388293) CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Pag. - Dt: 17/11/2004 Refer.: 327388293-0057-7 Valor: 3.498,60
Aprop.-Dt: 22/11/2004 Credito: 327388293 Valor: 3.176,91

Rev.	Estabelecimento	Compet.	Valor Apropriado
PT	39.383.013/0001-22	07/1997	3.176,91

XMIT ( )

Nao existem mais historicos de pagamentos para este credito

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCREDEXT) PROCURADORIA - INSS - DATAPREV (CCREDEXT

DIVIDA ATIVA

10/12/2004 CONSULTA AO EXTRATO DO DEVEDOR 16:47:31

Seção Judiciária do Espírito Santo
8.ª Vara
Fls. 83
Rubrica

Cat: (1-CGC 2-CEI 3-CPF 4-RG 5-NIT/PIS)
{3} { 80876870787}
Nome: MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
Usu: {3} (1-Procuradoria 2-Administrativo 3-Ambos)
Tipo: {9} (1-Outros 2-Natureza Nao Previdenciaria 3-Arrematacao
4-Sucumbencia 5-Contr.Nao Repassada 6-Todos Menos Tipo 5
7-Afericao Indireta 8-Solidariedade 9-Todos)

Filial	Credito	Usu	Fase	APS/PPS	Situacao	Valor Total	Tipo

Proximo Credito

XMIT { }

Empresa nao e devedora

:PAGCRED) PROCURADORIA - INSS - DATAPREV (CPAGCRED
DIVIDA ATIVA
)/12/2004 CONSULTA AOS PAGAMENTOS DE UM CREDITO 17:18:54

Seção Judiciária
Espírito Santo
8.ª Vara
Fls. 84
Rubrica

redito : (327388293) CGC/CPF : 39.383.013/0001-22 CEI :
ome : ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
ase : 797 Data Fase : 05/10/2004
alor : 218.939,19 REAL Dt.Atualizacao : 01/12/2004

	Seq	Dt Pagto	Fpas	Mestre	V. Apropriavel	Hon/Tx.Adm	Dt Aprop	MP
}	57	17112004	415		3.176,91	321,69	22/11/2004	

MP: A = Aguardando parecer do Procurador D = Parecer desfavoravel
F = Parecer favoravel XMIT { }
ao ha mais guia paga para este credito

Seção Judiciária d
Espírito Santo
19.º Vara
Fls. 85
Rubrica

CGPS } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CGPS
DIVIDA ATIVA
9/12/2004 CONSULTA A GUIA DE PAGAMENTO 17:22:11

redito: { 27388293} Sequencial: { 57} DV : 7
CGC: 39.383.013/0001-22
me : ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
AS : 415 Acao Judicial :
eriodo: 07/1997 a 07/1997 Estabelecimento:
mis. total Compet. hon 10,00%
Discriminativo

			Detalhes
			CAR : 001.5063.7 Forma Cap.: 4
3-Codigo Pagamentos:	6009		Remessa : 0001.00001415.1999.0011815
4-Competencia :			Situacao: SEM RED. MULTA
5-Identificacao :	327388293-0057-7		Moeda : REAL
6-Valor do INSS :		3.498,60	Data de Vencimento : 30/11/2004
7-			Data de Pagamento : 17/11/2004
8-			Data de Cadastramento: 22/11/2004
9-Valor outras			Apropriacao: 22/11/2004 22:22:58.97
Entidades :			Data de emissao: 17/11/2004
0-Mora/Multa :			Inicio Vigencia:
1-Valor Arrecadacao:		3.498,60	Parcela: Sequencial:
			XMIT { }

im da consulta

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 86
Rubrica

CCOMCRED } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CCOMCRED
DIVIDA ATIVA
1/12/2004 CONSULTA COMPETENCIAS DE UM CREDITO 09:26:18

redito: {327388293} CGC: 39.383.013/0001-22
ome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Filial	Dt.	IEC	Vl.Originario	M	Cred.Orig.	Saldo Devedor	Sit	Tipo
001-22	09/1996	{ }	638,93	9	327388293		L	83
001-22	10/1996	{ }	5,33	9	327388293		L	83
001-22	11/1996	{ }	3.116,59	9	327388293		L	41
001-22	12/1996	{ }	3.307,07	9	327388293		L	41
001-22	12/1996	{ }	182,88	9	327388293		L	82-41
001-22	13/1996	{ }	4.401,96	9	327388293		L	41
001-22	01/1997	{ }	33,69	9	327388293		L	83
001-22	01/1997	{ }	3.504,52	9	327388293		L	41
001-22	01/1997	{ }	73,24	9	327388293		L	82-41
001-22	02/1997	{ }	55,76	9	327388293		L	83
001-22	02/1997	{ }	3.842,51	9	327388293		L	41

eda: 1-REIS 2-Cr$ 3-NCr$ 4-Cr$ 5-Cz$ 6-NCz$ 7-Cr$ 8-CR$ 9-REAL
t : L-Liquidado A-Ativo R-Recadastrar Competencias Proxima Dt. 02/1997
XMIT { }
ansmita para continuar consulta

CCOMCRED } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CCOMCRED }
DIVIDA ATIVA
1/12/2004 CONSULTA COMPETENCIAS DE UM CREDITO 09:26:20

redito: {327388293} CGC: 39.383.013/0001-22
ome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Filial	Dt.	IEC	Vl.Originario	M	Cred.Orig.	Saldo Devedor	Sit	Tipo
001-22	02/1997	{ }	183,10	9	327388293		L	82-41
001-22	03/1997	{ }	5,03	9	327388293		L	83
001-22	03/1997	{ }	3.323,58	9	327388293		L	41
001-22	04/1997	{ }	297,18	9	327388293		L	83
001-22	04/1997	{ }	4,15	9	327388293		L	41
001-22	05/1997	{ }	65,23	9	327388293		L	83
001-22	05/1997	{ }	1.207,86	9	327388293		L	41
001-22	05/1997	{ }	93,75	9	327388293		L	82-41
001-22	06/1997	{ }	4.490,44	9	327388293		L	41
001-22	06/1997	{ }	175,78	9	327388293		L	82-41
001-22	07/1997	{ }	1,81	9	327388293		L	83

ed 1-REIS 2-Cr$ 3-NCr$ 4-Cr$ 5-Cz$ 6-NCz$ 7-Cr$ 8-CR$ 9-REAL
t : L-Liquidado A-Ativo R-Recadastrar Competencias Proxima Dt. 07/1997
XMIT { }
ansmita para continuar consulta

CCOMCRED } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CCOMCRED

DIVIDA ATIVA

1/12/2004 CONSULTA COMPETENCIAS DE UM CREDITO 09:26:29

Seção Judiciária do Espírito Santo
9.ª Vara
Fls. 87
Rubrica

redito: {327388293} CGC: 39.383.013/0001-22
ome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Filial	Dt.	IEC	Vl.Originario	M	Cred.Orig.	Saldo Devedor	Sit	Tipo
001-22	07/1997	{ }	1.990,67	9	327388293		L	41
001-22	07/1997	{ }	106,86	9	327388293		L	82-41
001-22	08/1997	{ }	2.862,70	9	327388293	2.862,70	A	41
001-22	09/1997	{ }	78,88	9	327388293		L	83
001-22	09/1997	{ }	5.170,82	9	327388293	5.170,82	A	41
001-22	10/1997	{ }	1,84	9	327388293		L	83
001-22	10/1997	{ }	4.006,91	9	327388293	4.006,91	A	41
001-22	11/1997	{ }	3.725,52	9	327388293	3.725,52	A	41
001-22	12/1997	{ }	2,37	9	327388293		L	83
001-22	12/1997	{ }	3.059,12	9	327388293	3.059,12	A	41
001-22	12/1997	{ }	1.069,70	9	327388293	1.069,70	A	41

eda: 1-REIS 2-Cr$ 3-NCr$ 4-Cr$ 5-Cz$ 6-NCz$ 7-Cr$ 8-CR$ 9-REAL
t : L-Liquidado A-Ativo R-Recadastrar Competencias Proxima Dt. 13/1997
XMIT { }
ansmita para continuar consulta

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo redistribuído para a 10ª Vara, nos termos do Provimento Nº 04, de 21.03.2005, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2a. Região e Portaria Nº 106 da Seção Judiciária do Espírito Santo

JUNTADA

Aos 17 dias do mês de maio de 2005 junto a estes autos petição que segue. Do que, para constar, lavrei este termo.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-INSS
SERVIÇO DA DÍVIDA ATIVA DO ESPÍRITO SANTO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO Fls. 88

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA DA SEÇÃO JUDIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Processo n.º 2001.50.01.004474-7
Execução Fiscal
Exeqüente: INSS
Executada: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA
CDA: 32.738.829-3

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, previamente qualificado nestes autos, vem, pelo Procurador Federal signatário, requerer, **seja excluído do pólo passivo desta Ação de Execução a Senhora MARIA VALDINA SILVA CAMPOS**, tendo em vista que a mesma compareceu a esta procuradoria e procedeu pelo pagamento (extratos e cópia da guia de pagamento anexas) da competência 07/1997, pela qual era responsável (cópia da alteração contratual anexa). Vale informar que as competências anteriores foram pagas por parcelamento, e, assim sendo, não resta qualquer débito a ser quitado por esta, até então, co-responsável.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Vitória, 04 de maio de 2005.

Neide Dezane Mariani
PROCURADOR INSS
OAB/ES 267-B
Matr. SIAPE 1261833

Bianca Ventorim Comarela
Acadêmica de Direito

JUST.FED.10ª VARA 17/MAI/2005 15:33 000252

PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - INSS/ES
END. RUA PEDRO FONSECA, SN, 2º ANDAR, ILHA DE MONTE BELO, VITÓRIA – ES, CEP 29.040-590

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº DO PEDIDO
2005.001970-0

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA A PESSOA FÍSICA

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

CPF: 808.768.707-87

Constam os seguintes feitos:

Processo	Vara	Protocolo	Distribuição	Classe da Ação
	Nome do Autor			
2001.50.01.004474-7	10VF-VIT	20/04/2001	30/03/2005	EXECUCAO FISCAL
	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			

VITÓRIA, 10 DE MAIO DE 2005. (18:09H)

MARIA DE JESUS NINKE ARAÚJO
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES

FOI RECOLHIDO O VALOR DE 0,00 MOEDA: REAL
REFERENTE AO PEDIDO DE CERTIDÃO NÚMERO 2005001970

TOTAL DE PROCESSOS: 1
TOTAL DE PÁGINAS: 1

JFES 0010926

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FIRMA: Zelar Administração de Serviços Ltda.

Os sócios:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 530.731 - SSP/ES e do CPF nº 931.043,327-20, residente e domiciliada à Rua José de Anchieta Fontana, s/nº - Aptº 302 - Bloco P - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração;

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 572.133 - SSP/ES e do CPF nº 808.768.707-87, residente e domiciliada à Rua Dionízio Abaurre nº 543 - Aptº 204 - Bloco 1-A - Bairro Jardim Camburi, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, já qualificado no contrato social primitivo e alteração, únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explora o ramo de serviços de higiene, limpeza, conservação, zeladoria e outros serviços executados em prédios residenciais e comerciais, sob a firma *ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.*, estabelecida na Rua Coronel Bráulio Dórea, nº 94, Maruípe, Vitória, Estado do Espírito Santo, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob nº 32200587842, em seção de 14-04-93 e alterações contratuais arquivada em: 14/06/94 sob nº 140.847 e 22/10/96 - 960330,097, e alteração de nº 970140738 de 29/04/97, inscrita no CGC-MF sob nº 39.383.013/0001-22, resolvem alterar o referido contrato social da seguinte forma:

PRIMEIRA - É admitido na sociedade o sócio ***Gilson Antunes Ribeiro***, brasileiro, casado, empresário, portador da Cart. de Identidade nº 457.282/SSP/ES e do CPF nº 251.894.176-20, nascido aos 08/05/58, filho de Hugo Ribeiro de Souza e Adelvina Antunes de Souza, residente e domiciliado na Rua Aurora Aguiar Ferreira, nº 94, Bloco P, apto 301, Jardim Camburi, Vitória, Estado do Espírito Santo;

SEGUNDA - A sócia *Maria Valdina Silva Campos*, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo as suas quotas de capital na mesma proporção, para o novo sócio o Sr. Gilson Antunes Ribeiro, já qualificado acima;

TERCEIRA - A sócia que se retira da sociedade, declara haver recebido, neste ato a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais), referente a venda que fez de suas quotas partes do capital social que corresponde a 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas, no valor nominal de cada uma de R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 para o novo sócio o Sr. ***Gilson Antunes Ribeiro***, assim também, como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação;

QUARTA - O sócio aqui admitido, na condição de cessionário da parte do cedente a Sr.a. ***Maria Valdina Silva Campos,*** a partir deste contrato assume todos os deveres e direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pelo cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações asseguradas aos demais sócios, conforme estão dispostos no contrato constitutivo da sociedade e suas alterações contratuais;

QUINTA - O Capital Social, por força da cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuido pelos sócios da seguinte forma:

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES , subscreve 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas no valor nominal de cada uma R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 (cento e doze mil quatrocentos e setenta e seis reais);

GILSON ANTUNES RIBEIRO, subscreve 112.476 (cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis inteiros) de quotas no valor nominal de cada uma R$ 1,00 (um real), perfazendo um total de R$ 112.476,00 (cento e doze mil quatrocentos e setenta e seis reais), totalizando 224.952 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois) inteiros de quotas, no valor total de R$ 224.952,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos e cinqüenta e dois reais);

SEXTA - A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, em conjunto ou isoladamente, que subdivirão entre si todas as operações e representarão a sociedade ativa e passiva, judicial e extraducialmente;

SÉTIMA - Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei do Decreto 1.800 de 30/01/96, que os impeçam de exercer as atividades mercantis.

OITAVA - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade e suas alterações posteriores, não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em inteiro vigor;

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo, em quatro exemplares de igual teor e forma, com a primeira via destinada a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espirito Santo.

Vitória-ES, 08 de Maio de 1997

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MARIA VALDINA SILVA CAMPOS

GILSON ANTUNES RIBEIRO

TESTEMUNHAS: 1ª _____
JOÃO LUIZ DA SILVA
C.I. 345.501 - SSP/ES

2ª _____
EURICO REGIS DOS SANTOS LIMA
C.I. 1.330.095 - SSP/ES

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/07/97
SOB O NUMERO
97023133 77
Protocolo 97023133 77

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL - M.P.A.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA PREVIDENCIA SOCIAL-GPS

1.NOME / TELEFONE / ENDERECO
RELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

RUA PEDRO ALVARES CABRAL 780
N.SENHORA DE FATIMA
SERRA
29164-777 ES

2.COMPETENCIA
11/2004

3.IDENTIFICADOR
30738029300577

4.VENCIMENTO
30/11/2004

5.VALOR DO INSS
3.490,60

6.VALOR EXCLUSIVO DO INSS

7.
PAGAMENTO PARCIAL

8.
HORA/ARTOS : 20,00% R$ 317,69
PERIODO : 07/1997 A 07/1997

9.VALOR OUTRAS ENTIDADES

CNPJ: 39.383.013/0001-42
PG = 07-201-000
ATO INSS R$ 4,00 NO VAL. COBRADO
JUROS, ATRASO COBRADO POSTERIORMENTE
PAGAVEL SOMENTE APOS VENCIMENTO
PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA

10.ATM/MULTA E JUROS

11.TOTAL
3.494,60

12.AUTENTICACAO BANCARIA

SECÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 92

17/11/2004 - BANCO DO BRASIL - 16:32:00
343110529 0171

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE GPS

DATA DO PAGAMENTO	17/11/2004
IDENTIFICADOR	30738029300577
CODIGO DE PAGAMENTO	6009
COMPETENCIA	11/2004
VALOR DA CONTRIBUICAO	3.490,60
VALOR TOTAL	3.490,60

NR.AUTENTICACAO 9.00F E49.2FF.0E4.A00

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

Endereco: RUA PEDRO ALVARES CABRAL 780
Bairro : N.SENHORA DE FATIMA Munic.: SERRA
UF : ES CEP : 29160-772

Fase Atual: 624 em 04/02/2005
Doc.: NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Dt.Lancamento: 07/05/1999 Dt.Consolidacao: 16/05/2005

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA	(**) ATUALIZADO
08/1997	REAL	8.589,56	2.862,70	2.862,70
		4.295,49	1.431,37	
09/1997	REAL	15.428,71	5.170,82	5.170,82
		7.672,46	2.585,43	
10/1997	REAL	11.834,02	4.006,91	4.006,91
		5.823,64	2.003,47	
11/1997	REAL	10.892,32	3.725,52	3.725,52
		5.304,02	1.862,78	
12/1997	REAL	11.961,21	4.128,82	4.128,82
		5.767,96	2.064,43	
13/1997	REAL	10.728,69	3.669,54	3.669,54
		5.224,34	1.834,81	
01/1998	REAL	13.857,45	4.818,80	4.818,80
		6.629,22	2.409,43	
02/1998	REAL	16.841,07	5.901,47	5.901,47
		7.988,82	2.950,78	
03/1998	REAL	7.504,85	2.645,71	2.645,71
		3.536,23	1.322,91	
04/1998	REAL	11.001,34	3.900,73	3.900,73
		5.150,16	1.950,45	
05/1998	REAL	14.199,19	5.063,33	5.063,33
		6.604,13	2.531,73	
06/1998	REAL	4.337,76	1.556,25	1.556,25
		2.003,36	778,15	
07/1998	REAL	7.219,58	2.603,98	2.603,98
		3.313,59	1.302,01	
08/1998	REAL	14.403,28	5.242,12	5.242,12
		6.540,05	2.621,11	
09/1998	REAL	11.648,93	4.285,52	4.285,52
		5.220,62	2.142,79	
10/1998	REAL	9.645,19	3.583,02	3.583,02
		4.270,62	1.791,55	
11/1998	REAL	6.096,97	2.285,30	2.285,30
		2.669,00	1.142,67	

** Valores atualizados para 05/2005 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108

F.0001(continua)

M P A S - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
I N S S - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



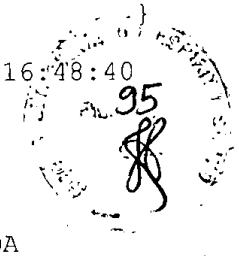
DISCRIMINATIVO DE CREDITO INSCRITO - SINTETICO POR COMPETENCIA

Procuradoria Previdencia Social Orig.:07.200.000 Tramitacao:07.201.000
Credito: 32.738.829-3
Processo Administrativo - Originario: 327388293
Devedor: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CGC: 39.383.013/0001-22

Compet.	Moeda(*)	(**) TOTAL (**) JUROS	(*) ORIGINARIO (**) MULTA	(**) ATUALIZADO
12/1998	REAL	18.650,50	7.048,29	7.048,29
		8.078,04	3.524,17	
13/1998	REAL	17.553,51	6.579,51	6.579,51
		7.684,22	3.289,78	
01/1999	REAL	2.154,04	821,42	821,42
		921,87	410,75	
Total do Credito		224.548,17		79.899,76
		104.697,84	39.950,57	

** Valores atualizados para 05/2005 em REAL c/multa ajuizam.
Ufir de conversao: 0,9108 F.0002 (final)

CGRPS } PROCURADORIA - INSS - DATAPREV {CGRPS
DIVIDA ATIVA
16/05/2005 CONSULTA A GUIA DE PAGAMENTO 16:48:40



Credito: {327388293} Sequencial: { 57} DV : 7
CGC: 39.383.013/0001-22
Nome : ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Acao Judicial: 200461190075035
Tipo: 1 Ident: 39383013000122 FPAS: 415 PAGTO PERIODO DA DIVIDA
Ref.: 32738829300577 Competencia Mes/Ano: 07/1997 Comp Uso INSS: 07/1997
Vencimento: 30/11/2004 Emis. total Compet. hon 10,00%

	Discr.	Cod.	Valor
16-	PRINCIPAL	6017	1.082,90
17-			
18-	JUROS	6076	1.552,54
19-	MULTA	6041	541,47
20-	Tx.Adm/J.V	6033	4,00
21-	HONORARIOS	6092	317,69
23-			
24-			
25-	TOTAL	1090	3.498,60

Detalhes
Remessa : 0001.00001415.1999.0011815
Situacao: SEM RED. MULTA
Meio : GPS
Moeda : REAL
Data de Pagamento : 17/11/2004
Data de Cadastramento: 22/11/2004
Aprop.: 22/11/2004 22:22:58.97
Parcelamento
Inicio Vigencia:
Parcela: Sequencial:
XMIT }

Guia de GPS

JUNTADA

Aos 19 dias do mês de maio de 2005 junto a estes autos DARF e certidão que segue (m). Do que, para constar, lavrei este termo.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 96

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME / TELEFONE	Maria Valdina Silva Campos.
Veja no verso instruções para preenchimento	
02 PERÍODO DE APURAÇÃO ⇨	05/05
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ ⇨	808.768.707-87
04 CÓDIGO DA RECEITA ⇨	5762
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA ⇨	
06 DATA DE VENCIMENTO ⇨	19/05/05
07 VALOR DO PRINCIPAL ⇨	
08 VALOR DA MULTA ⇨	
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69 ⇨	
10 VALOR TOTAL ⇨	R$ 0,42

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00.

11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)

CEF0829190520050207350000744 0,42RD1001

Aprovado IN/RF nº 81/96

TILIBRA S.A. PRODUTOS DE PAPELARIA - RUA AIMORÉS, 8-9 - BAURU - SP - CNPJ 44.990.901/0001-43 tilibra CÓD. 15.060

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 97

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

C E R T I D Ã O

O DIRETOR DE SECRETARIA DA 10ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC, ETC.

C E R T I F I C A, a pedido da interessada, que, compulsando os autos da **Execução Fiscal nº 2001.50.01.004474-7,** proposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS em face de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA E OUTROS, CNPJ 39.383.013/0001-22**, distribuída em 24/04/2001, referente à certidão de dívida ativa número 32.738.829-3, verifico constar que a executada foi citada via postal através dos Correios – ECT pelo sistema "AR", e, em 17/05/2005 a exeqüente peticionou ao Juízo desta Vara Federal, requerendo a exclusão da co-responsável** MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, do pólo passivo, **em virtude da mesma ter quitado integralmente o débito pelo qual era responsável na presente ação, estando os autos na Secretaria desta Vara Federal conclusos para despacho. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ .**

Dada e passada na Secretaria da 10ª Vara da Seção Judiciária do Espírito Santo, em 19 de maio de 2005. Eu,_____ (Jader Duarte da Silva),Técnico Judiciário, a digitei. E eu,_____,(Ricardo Henrique Machado Tertuliano), Diretor de Secretaria da 10ª Vara, subscrevo e assino.

RICARDO HENRIQUE MACHADO TERTULIANO
Diretor de Secretaria - 10ª Vara

Recebi em 19.05.05
Maria da Penha Vago

PODER JUDICIÁRIO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
10ª VF - Execução Fiscal III

Folha 98
Rub.

PROCESSO: 2001.50.01.004474-7

CONCLUSÃO
Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Sr(a). Dr(a). Juiz(a) da 10ª VF - Execução Fiscal III.

Vitória, 25 de agosto de 2005

RICARDO HENRIQUE MACHADO TERTULIANO
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 2001.50.01.004474-7

Fls.61/62 e 88.

Defiro o pedido do exeqüente formulado às fls. 61/62 e renovado à fl.88.

À SEDIC para excluir do pólo passivo **Maria Valdina Silva Campos**, tendo em vista o cumprimento da obrigação por parte desta, conforme informado pelo exeqüente à fl.88.

Prossiga-se com a execução quanto aos demais executados, conforme Certidão de Dívida Ativa de fls.63/87, uma vez que o parcelamento anunciado à fls. 28, pela executada, foi rescindido por inadimplência, conforme informa o exeqüente às fls61/62.

Expeça-se Mandado de Penhora, Avaliação e Registro.

Vitória, 25 de Agosto de 2005

ELOÁ ALVES PEREIRA DE MATTOS
Juiz(a) Federal Titular

REMESSA

Certifico e dou fé que nesta data, faço remessa destes autos À SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO, em cumprimento a(o) respeitável DESPACHO de fls. 98.

Vitória-ES, 18/10/2001.

Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do ES

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
Fls. 99

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no Vitória, 19 de outubro de 2005, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	2001.50.01.004474-7
Classe do processo.....:	3000 - EXECUCAO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	20/04/2001
2. Número de volumes.....:	1
3. Observações.....:	CUMPRIMENTO DO DESPACHO DE FLS. 98.
4. Vara.....:	10ª VF - Execução Fiscal III - TIT
5. Tipo de Distribuição.....:	Redistribuição
6. Data/Hora distribuição.....:	30/03/2005 20:00
7. Distr. lançada por.....:	MPS
8. Usuário últ. alteração.....:	Gabriel Passos Correa
9. Data últ. alteração.....:	19/10/2005 16:22
10. Processo Prevento.....:	
11. Objetos.....:	
12. Processo Vinculado.....:	
13. Valor da Causa.....:	233.215,81
14. Valor da Causa.....:	
15. Processo administrativo.:	327388293
16. Natureza do Cálculo.....:	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA

17. Nro. inscrição C.D.A.....:	**CDA**	**Data**	**Moeda**	**Valc**
	32738829-3			

Assunto:

03.12.01 Contribuição previdenciária - Dívida Ativa - Tributário
03.12.11 Contribuição Social - Dívida Ativa - Tributário

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS		NORMAL
REU	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	39.383.013/0001-22	NORMAL
REU	GILSON ANTUNES RIBEIRO	251.894.176-20	NORMAL
REU	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	931.043.327-20	NORMAL

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

CERTIDÃO

CERTIFICO que decorreu o prazo sem que o(s) executado(s) efetuasse(m) o pagamento da dívida ou oferecesse(m) bens à penhora.

Vitória, 20 / 04 **/2006**

Servidor Responsável

Processo nº 2001.50.01.004474-7

10ª VARA FEDERAL

CERTIDÃO / EXPEDIÇÃO

Certifico que, nesta data, expedi o :

MEF.0010.001743-3/2006

Vitória / ES, 20/04/2006.

FABIO LAUFF BARCELLOS

CERTIDÃO / REMESSA

Nesta data, faço remessa do expediente acima mencionado para o setor de distribuição de mandados.

Vitória / ES, 24 / 05 /2006.

Funcionário Responsável

CERTIDÃO / JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos do

Vitória / ES , ___/___/2006.

Funcionário Responsável

JUNTADA

Em 14 de 6 de 19 juntos aos autos
os 101/103
segue. Do que, para constar, lavrei o
termo.

(X)CONSULTA BD OK
( )CONSULTA FAZENDA OK

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
10ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL III
(Av. Presidente Getúlio Vargas, 595, 2º andar, centro, Vitória/ES – Tel.: 3183-5244.)
MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO
MEF.0010.001743-3/2006

0 0 6 8 8 0 0 1 0 0 0 1 7 4 3 3 2 0 0 6

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - OFICIAL DE JUSTIÇA

☐ PENHORA **POSITIVA**
☐ PENHORA **NEGATIVA**

PROCESSO: **2001.50.01.004474-7** (EXECUCAO FISCAL)
EXEQÜENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
EXECUTAD(S) : ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA E OUTROS
CDA Nº 32738829-3

O DOUTOR MARCUS VINICIUS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA COSTA, Juiz Federal da **10ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL III**, Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições.

MANDA ao Sr. Analista Judiciário - Executante de Mandados – a quem o presente for distribuído, que, em seu cumprimento, proceda ao seguinte:

PENHORE BENS DE:,

▷ 1º RÉU : ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, CPF/CNPJ nº 251.894.176-20, RUA JOAO AZEVEDO, 94, SAO CRISTOVAO, VITORIA -ES CEP 29070514;

2º RÉU: GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF: 251.894.176-20, RUA CEL. JOSÉ GABRIEL MARQUES FILHO, 24, PARQUE DAS GAIVOTAS, VILA VELHA (ES), CEP: 29102-572; ,

3º RÉU: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, CPF: 931.043.327-20, RUA CEL. JOSÉ GABRIEL MARQUES FILHO, 24, PARQUE DAS GAIVOTAS, VILA VELHA (ES), CEP: 29102-572;

Tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas, honorários advocatícios e demais encargos legais no total de **R$ 220.121,69, em 02/02/2005** . A fim de instrumentalizar a busca de bens, deverão os senhores titulares de Cartórios de Registro Geral de Imóveis exibir ao Oficial de Justiça, quando por este solicitado, informações pertinentes ao eventual registro de propriedade de bens imóveis em nome do executado, independente do recolhimento de emolumentos;

b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juizo advertindo o devedor que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público;

c) **AVALIE** os bens penhorados;

d) **INTIME** o(a) executado(a), bem como o cônjuge, se casado, se a penhora recair sobre bem imóvel;

e) **CIENTIFIQUE** o(a) executado(a) do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora;

f) **REGISTRE** a penhora no Cartório de Registro Público, se o bem for imóvel ou a ele equiparado, ou na Repartição competente, se for veiculo, ou ainda, na Junta Comercial, na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro tipo, créditos ou direito proprietário nominativo, entregando-se, em qualquer caso, a contrafé e cópia do auto de penhora.

g) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

DESPACHO:

"Fls.61/62 e 88.

Defiro o pedido do exeqüente formulado às fls. 61/62 e renovado à fl.88.

À SEDIC para excluir do pólo passivo Maria Valdina Silva Campos, tendo em vista o cumprimento da obrigação por parte desta, conforme informado pelo exeqüente à fl.88.

Prossiga-se com a execução quanto aos demais executados, conforme Certidão de Dívida Ativa de fls.63/87, uma vez que o parcelamento anunciado à fls. 28, pela executada, foi rescindido por inadimplência, conforme informa o exeqüente às fls61/62.

Expeça-se Mandado de Penhora, Avaliação e Registro."

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. **EXPEDIDO** nesta cidade de Vitória /ES, em 20 de abril de 2006. Eu, _____ FABIO LAUFF BARCELLOS, TÉCNICO JUDICIÁRIO, digitei. Conferido e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM. Juiz Federal.

Fernando Rocha Guimarães
Diretor da Secretaria da
10ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL III

19.826

Processo nº 2001.50.01.004474-7
Mandado nº 0010.001743-3/2006

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao r. mandado, dirigi-me ao local nele indicado, em 24/09/2007, mas deixei de proceder à PENHORA de bens de Zelar Administradora de Serviços Ltda. em razão de a mesma não mais funcionar naquela localidade, não me tendo possível, por isso mesmo, localizar bens sobre os quais a constrição pudesse recair.

No imóvel, reside e dele é proprietário o Sr. Adilson João Campos (tel. 9921-9336/3314-5767), que me disse ter a Executada funcionado ali, mas que já saiu há cerca de 4 (quatro) anos, nada sabendo dizer acerca de seu paradeiro.

Assim sendo, haja vista o registro no mandado de outros Executados, bem como de outro endereço que não pertence à minha área de atuação, devolvo o r. mandado à origem para ulterior REDISTRIBUIÇÃO ao Oficial de Justiça atuante na respectiva localidade.

Dou fé.

Vitória, 26 de setembro de 2007.

Carlos Eduardo Monteiro de Lemos
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula nº 10.442

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - JFES - Fl. 101

MANDADO N.º MEF.0010.001743-2/2006

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao r. mandado, dirigi-me à Rua Coronel José Gabriel Marques Filho, 24, Praia das Gaivotas, Vila Velha e, aí estando, avistei-me com o Sr. Gilson Antunes Barreto, executado e representante legal da executada, Zelar Administração de Serviços Ltda. e, indagado sobre bens da empresa para garantia da execução, ele informou que existem ainda alguns bens dela localizados em imóvel na Rua Alberto de Oliveira, 321, Soteco, Vila Velha. Certifico que, na ocasião, ele informou que não possui bens em seu nome, e nem sua esposa, a Sra. Maria Aparecida Rocha Antunes. Adentrei sua residência em busca de bens passíveis de penhora, entretanto, constatei somente a existência de bens que normalmente guarnecem em uma residência, tais como cama, sofá, geladeira, fogão, televisão, além de utensílios de uso doméstico. Dirigi-me então à *Rua Alberto de Oliveira, 321, Soteco, Vila Velha*, onde constatei a existência de vários bens, como computadores antigos e desmontados, alguns móveis deteriorados e outros bens inservíveis, mas todos eles sem valor econômico. Verifiquei no local a existência de lavadora/secadora de piso e procedi à ***penhora*** do bem. Após, ***nomeei depositário*** do bem o Sr. Gilson Antunes Barreto, bem como o ***intimei*** na qualidade de representante legal da empresa executada, da penhora e do prazo para oposição dos embargos. Desta feita, respeitosamente, devolvo o presente Mandado para os devidos fins, desde já, colocando-me à disposição para cumprimento de eventuais diligências que julgar pertinentes.

O referido é verdade e dou fé.

Vila Velha, 13 de novembro de 2008.

Rodrigo Massuyama Martinelli
Oficial de Justiça Federal
Mat. 10.711

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - Fl. 102

10ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Processo n. 2001.50.01.004474-7
Exeqüente: Instituto Nacional do Seguro Social
Executado: Zelar Administradora de Serviços Ltda. e Outros

AUTOS DE PENHORA, DEPÓSITO, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PENHORA

Aos TREZE dias do mês de novembro de dois mil e oito (13/11/2008), no endereço sito na Rua Alberto de Oliveira, 321, Soteco, Vila Velha, em cumprimento ao r. mandado de Penhora, Avaliação e Registro, expedido nos Autos acima epigrafados, nos termos do artigo 659 e seguintes do CPC, combinado com o disposto no artigo 13 da Lei 6.830/80, após localização e vistoria, procedi à **PENHORA** sobre os bens a seguir descritos, bem como à **AVALIAÇÃO** dos mesmos:

01 (uma) Lavadora/Secadora de piso, marca Karcher, Mod. BD450, em estado regular de conservação, que avalio, por estimativa, em R$2.000,00 (dois mil reais).

Nesta data, **INTIMEI** o Sr. Gilson Antunes Ribeiro, **na qualidade de representante legal da empresa Zelar Administradora de Serviços Ltda.**, do conteúdo da **PENHORA** efetuada, dando-lhe ciência de que tem o prazo legal de 30 dias para, querendo, opor embargos à execução.

Em seguida, depositei os bens supra relacionados em mãos e poder da Sr. **Gilson Antunes Ribeiro**, CPF 251.894.176-20, com endereço na Rua Cel. José Marques Filho, 24, Parque das Gaivotas, Vila Velha, ao qual neste ato **NOMEEI DEPOSITÁRIO**, que aceitou o encargo, e foi informado de que não deverá abrir mão do bem ora penhorado sem prévia autorização do Juízo Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma e sob pena de responsabilidade pessoal e prisão.

Rodrigo Mussayama Martinelli
Oficial de Justiça Federal
Mat. 10.711

Gilson Antunes Ribeiro

JESLCF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

Vara Federal de Execução Fiscal 103

Processo n.º: 2001.50.01.004474-7
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 20 de julho de 2009

Paulo Roberto de Souza e Ávila
Diretor(a) de Secretaria

2001.50.01.004474-7

DESPACHO

À SEDIJEF para excluir o INSS e incluir a União Federal no pólo ativo.
Após, abra-se vista à exeqüente para se manifestar sobre o bem penhorado à fl. 102.

Vitória, 20 de julho de 2009

WILSON JOSÉ WITZEL
Juiz(a) Federal Titular

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME / TELEFONE: Vsg Vigilancia e Seg. em Card Ltda		
Veja no verso instruções para preenchimento	02 PERÍODO DE APURAÇÃO ⇨	Nov 2004
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ ⇨	31276470000106
	04 CÓDIGO DA RECEITA ⇨	5762
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA ⇨	
	06 DATA DE VENCIMENTO ⇨	08.11.04
	07 VALOR DO PRINCIPAL ⇨	
	08 VALOR DA MULTA ⇨	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL 1.025/69 ⇨	
	10 VALOR TOTAL ⇨	0,42
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	0,42RD1001

CEF082908112004027735001124

ATENÇÃO
É vedado o recolhimento de tributos e contribuições adminstrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00.

APROVADO PELA IN/SRF Nº 81/96

POLICROMIA IND. GRÁFICA LTDA - RUA 13 DE MAIO, 525 - VILA GALVÃO - CEP 07071-050 - GUARULHOS - SP - CNPJ: 03.402.532/0001-43 - I.E.: 336.496.054.117

REMESSA

À **SEDIJEF** para os devidos fins.

27/07/2009

Robert M. Chmatalik – SJES: 15076

Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do ES



Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, no Vitória, 10 de agosto de 2009, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	2001.50.01.004474-7
Classe do processo.....:	3000 - EXECUCAO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	20/04/2001
2. Número de volumes.....:	1
3. Observações.....:	CUMPRIMENTO DO DESPACHO DE FLS. 98. Em cumprimento da determinação de fl.103
4. Vara.....:	3ª Vara Federal de Execução Fiscal - TIT
5. Tipo de Distribuição.....:	Redistribuição
6. Data/Hora distribuição.....:	30/03/2005 20:00
7. Distr. lançada por.....:	MPS
8. Usuário últ. alteração.....:	SUELI MARIA DA SILVEIRA MELO
9. Data últ. alteração.....:	10/08/2009 17:05
10. Processo Prevento.....:	
11. Objetos.....:	
12. Processo Vinculado.....:	
13. Valor da Causa.....:	233.215,81
14. Valor da Causa.....:	
15. Processo administrativo.:	327388293
16. Natureza do Cálculo.....:	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA

17. Nro. inscrição C.D.A.....:	**CDA**	**Data**	**Moeda**	**Valor**
	32738829-3			

Assunto:

03.12.01 Contribuição previdenciária - Dívida Ativa - Tributário
03.12.11 Contribuição Social - Divida Ativa - Tributário

PARTES:

Tipo	Nome	CPF/CNPJ	Tipo Carac.
AUTOR	UNIÃO FEDERAL		
PROCURADOR	MARIA LUCIA RIBEIRO PEREIRA		
REU	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	39.383.013/0001-22	NORMAL
REU	GILSON ANTUNES RIBEIRO	251.894.176-20	NORMAL
REU	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	931.043.327-20	NORMAL
ADVOGADO	ANTONIO CESAR SANTOS		

Não existe Termo de Informação de Prevenção.

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

REMESSA

Remeto hoje estes autos para a FN.
Vitória, 17/08/2009.

Robert Madsen Chmatalik - 15076

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi na secretaria desse Juízo, os presentes autos.

03 NOV. 2009

Vitória - ES
Funcionário

Moacyr A. B. Júnior
Técnico Judiciário - Mat. 10033

JUNTADA

Em 25 de 11 de 09, junto aos autos a petição da FN que segue. Do que, para constar, lavrei este

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
FL. 105
VARA FEF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo

Processo nº: 2001.50.01.004474-7 (Execução Fiscal)
P. A. F. nº: 327388293
Exequente: UNIÃO FEDERAL
Executado: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA e OUTROS

A **UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL**, nos autos da execução fiscal acima referenciada, por seu Procurador da Fazenda Nacional infra-assinado, considerando que o valor atribuído ao bem penhorado (cf. Autos de Penhora, Depósito, Avaliação e Intimação de fl. 102) é ínfimo quando comparado ao valor integral da presente execução, vem à presença de Vossa Excelência, requerer seja determinada, via Sistema Bacen-Jud, a penhora sobre o numerário existente na conta bancária de titularidade dos executados, até o limite do crédito exeqüendo, excetuados os valores que a lei considera absolutamente impenhoráveis.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória, 28 de setembro de 2009.

Gustavo Henrique T. de Oliveira
Procurador da Fazenda Nacional

Natacha Cerillo C. Silva
Estagiária/PFN-ES

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
21/09/2009 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:16:22

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO 2ª VEF Fl. 106

Credito: 327388293 CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Doc. de Origem..: 07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 07/05/1999 Livro: 1 Folha: 491
Dt. de Inscricao: 06/07/2000 RFB: 07.001.130 Orgao Inscr.: 07.200.000
Depurado: SIM Aviso Cadin: 06/07/2000 Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 09/1996 a 01/1999 PRC Tramitacao: 07.200.800
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Judicial: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 04/02/2005

Principal:	79.899,76	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	151.742,78	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	39.950,57	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	271.593,11	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 09/2009 em REAL

XMIT

Credito Ajuizado -

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD

DIVIDA ATIVA

21/09/2009 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 15:16:28

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200150010044747 Credito: 327388293 PRC: 7200800

Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Fase: 624 Dt.Fase: 04/02/2005 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED

Procurador: 1261833 Honorarios: 10.00 PRO

Segunda Instancia: Instancia Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Valor
327388293	624	04/02/2005	271.593,11

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO - 3ª VARA FEF Fl. 107

Total Divida - 271.593,11

Honor Divida - 27.159,31

J/Hon REFIS - 0,00

Total da Acao - 298.752,42 Prox.Credito -

* - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

JESSRG

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

3ª Vara Federal de Execução Fiscal
108
Seção Judiciária do ES

Processo n.º: 2001.50.01.004474-7
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 03 de maio de 2010

Paulo Roberto de Souza e Ávila
Diretor(a) de Secretaria

2001.50.01.004474-7

DECISÃO

Não tendo sido localizados bens penhoráveis de propriedade dos executados e restando verificados os demais elementos que determinam a utilização do sistema BACEN-JUD, defiro a medida de constrição sobre valores existentes em contas da titularidade de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF n.º 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF/CNPJ nº 251.894.176-20, e de MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, CPF 931.043.327-20, até o limite de R$ 298.752,42.

Havendo bloqueio, promova-se a transferência e intime-se a parte exequente. Em se revelando inócua a medida por ser ínfima a quantia bloqueada, fica desde logo determinada a respectiva liberação. Para tal finalidade, será considerado ínfimo o valor inferior a R$ 100,00, salvo quando represente mais de 1% do total da dívida.

Transcorridos 05 (cinco) dias sem bloqueio ou sendo o caso de desbloqueio, dê-se vista à exeqüente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 10 dias.

Prazo para embargos já decorrido quando da penhora de fl. 102.

Vitória, 04 de maio de 2010

WILSON JOSÉ WITZEL
Juiz(a) Federal Titular

BANCO CENTRAL DO BRASIL **BacenJud 2.0** - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

ejuan.pauloavila
domingo, 09/05/2010

109

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20100001044745
Data/Horário de protocolamento:	09/05/2010 11h58
Número do Processo:	0200150010044747
Tribunal:	TRIB REG FEDERAL 2A. REGIAO
Vara/Juízo:	2774 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal ES
Solicitante do Bloqueio:	WILSON JOSE WITZEL - JT
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
931.043.327-20 :MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	298.752,42	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
251.894.176-20 :GILSON ANTUNES RIBEIRO	298.752,42	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
39.383.013/0001-22 :ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	298.752,42	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Senha do Juiz Solicitante (Obrigatória no Caso de Cancelamento):

Cancelar ordem judicial | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

CERTIDÃO

Certifico que a quantia bloqueada pelo sistema BACENJUD foi liberada, pois era menor que o limite estabelecido na decisão.

Vitória, 07/06/10.

Servidor responsável.

VISTA/REMESSA
Nesta data, faço VISTA/REMESSA dos presentes autos ao exeqüente.
14 JUN. 2010
Vitória - ES
Funcionário

RECEBIMENTO
Nesta data, recebi na secretaria desse Juízo, os presentes autos.
28 JUN. 2010
Vitória - ES
Funcionário

110

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Exmº Sr. Juiz Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória – Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo

Processo n.º.: 2001.50.01.004474-7
P. A. F. nº .: 327388293
Exeqüente: UNIÃO FEDERAL
Executada: ZELAR ADMINISTRADORA E SERVIÇOS LTDA E OUTROS

A **UNIÃO FEDERAL**, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, nos autos da execução fiscal em epígrafe, vem, perante V. Exa., visando a necessidade de se constituir a efetiva garantia da execução, requerer a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil para que disponibilize a esse h. Juízo as cinco últimas declarações de imposto de renda apresentadas pelo(s) executado(s).

Requer, ainda, a partir da juntada das declarações acima mencionadas, a decretação de segredo de justiça do processo (art. 155 do CPC).

Nestes termos, pede deferimento.
Vitória/ES, 18 de maio de 2010.

Danilo Themi Garam
Procurador da Fazenda Nacional

Josiane Faustino Pianca
Estagiária de Direito/PFN

JUST.FED.VIT. EXC.FISCAL -25-Jun-2010-12:07-007103-2/2

111

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
17/06/2010 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 14:46:23
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200150010044747 Credito: 327388293 PRC: 7200800
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase: 624 Dt.Fase: 04/02/2005 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED
Procurador: 1261833 Honorarios: 10.00 PRO
Segunda Instancia: Instancia Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Valor
327388293	624	04/02/2005	274.629,30

Total Divida - 274.629,30
Honor Divida - 27.462,93
J/Hon REFIS - 0,00
Total da Acao - 302.092,23 Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
17/06/2010 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:46:18

Credito: 327388293 CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Doc. de Origem..: 07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 07/05/1999 Livro: 1 Folha: 491
Dt. de Inscricao: 06/07/2000 RFB: 07.001.120 Orgao Inscr.: 07.200.000
Depurado: SIM Aviso Cadin: 06/07/2000 Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 09/1996 a 01/1999 PRC Tramitacao: 07.200.800
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Judicial: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 04/02/2005

Principal:	79.899,76	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	154.778,97	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	39.950,57	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	274.629,30	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 06/2010 em REAL

XMIT

Credito Ajuizado -

113

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_____
T34227BI DATA: 17/06/2010 PAG.: 1 / 1 USUARIO: GONCALVES

CNPJ: 39.383.013/0001-22 (MATRIZ)
CPF RESP.: 931.043.327-20 QUALIF.: SOCIO-ADMINISTRADOR
N.EMP.: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

NOME FANTASIA: ZELAR
DT ABERTURA: 14/04/1993(04/1993) DT PRIM. ESTAB.: 14/04/1993
SIT.CAD.CNPJ: ATIVA
DATA DA SITUACAO : 03/11/2005(11/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

SIMEI: NAO

END.: R ALBERTO DE OLIVEIRA 321 LOJA 01
BAIRRO : SOTECO
MUNICIPIO: 5703 VILA VELHA
UF : ES CEP : 29106-100 TELEFONE : 27-30429814 FAX : 27-99242929
ORGAO : 0720106
PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO
PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF11 - DECLARACOES IRPJ
PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

114

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_____

17/06/2010 14:45 RELACAO DECLARACOES 1990 A 2009 USUARIO: GONCALVES

CNPJ BASICO: 39.383.013 PAG. 001 / 002

NOME EMP.: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EX.	ANO CALE.	DATA ENTREGA	FORM.	NUM. DECL.	SIT. M.CAD.	SIT. ESP.	PERIODO INICIAL	BASE FINAL
2009	2008	30/06/2009	L.PRES.	0929100	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2008
2008	2007	30/06/2008	L.PRES.	1727871	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2007
2006	2005	27/06/2008	L.REAL	1430971	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2005
2006	2005	28/06/2007	L.REAL	1404886	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/2005
2005	2004	27/06/2008	L.REAL	1371807	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2004
2005	2004	30/06/2005	L.REAL	1232466	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/2004
2004	2003	04/06/2008	L.REAL	1321430	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2003
2004	2003	04/05/2005	L.REAL	1253715	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/2003
2003	2002	11/08/2006	L.REAL	1259490	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2002
2003	2002	30/05/2003	L.REAL	0405730	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/2002
2002	2001	28/06/2002	L.REAL	1047951	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2001
2001	2000	30/06/2001	L.REAL	1066401	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2000

PF1=CADASTRO PF7= RETORNA PF8= AVANCA T.AI

115

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_____

17/06/2010 14:46 RELACAO DECLARACOES 1990 A 2009 USUARIO: GONCALVES

CNPJ BASICO: 39.383.013 PAG. 002 / 002

NOME EMP.: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EX.	ANO CALE.	DATA ENTREGA	FORM.	NUM. DECL.	SIT. M.CAD.	SIT. ESP.	PERIODO INICIAL	BASE FINAL
2000	1999	30/06/2000	L.REAL	0985747	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/1999
1999	1998	28/10/1999	L.REAL	0891331	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/1998
1998	1997	30/04/1998	L.REAL	3178643	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/1997
1997	1996	29/04/1997	F.I	8095790	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/1996
1997	1996	15/09/1998	F.I	7956632	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/1996
1996	1995	23/05/1997	F.I	9335232	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/1995
1995	1994	23/05/1997	F.I	2062004	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/1994
1995	1993	23/05/1997	F.I	2062003	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/1993

PF1=CADASTRO PF7= RETORNA PF8= AVANCA T.AI

JESLCF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

3ª Vara Federal de Execução Fiscal
116
Seção Judiciária do ES

Processo n.º: 2001.50.01.004474-7
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 06 de setembro de 2010

Pedro Diaz Leal
Diretor(a) de Secretaria

2001.50.01.004474-7

DECISÃO

Defiro o pedido retro.

Requisite-se à Receita Federal, por meio do INFOJUD, o encaminhamento a este Juízo das cinco últimas declarações de ajuste anual do Imposto de Renda de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, CPF/CNPJ 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF/CNPJ 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, CPF/CNPJ 931.043.327-20 e MARIA VALDINA SILVA CAMPOS, CPF/CNPJ 808.768.707-87.

Fica desde já decretado o sigilo desta execução, que deverá ser lançado no Apolo com a juntada das informações.

Com a resposta, junte-se a declaração por linha, anote-se o sigilo no sistema informatizado.

Dê-se vista à parte exeqüente para requerer o que for de seu interesse.

Após a vista, desentranhem-se as informações encaminhadas pela receita e promova-se a destruição das mesmas, retirando, por conseguinte o sigilo destes autos. Todo o ocorrido deverá ser devidamente certificado.

Nada sendo requerido, fica desde logo a parte exeqüente intimada de que será suspenso o curso da presente, sem baixa na distribuição, nos termos do art. 40 da LEF.

Decorrido o prazo de 01 ano, os autos serão arquivados, independente de nova vista, nos termos do § 2º do mesmo diploma legal.

Vitória, 06 de setembro de 2010

AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Juiz(a) Federal Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

3ª Vara Federal de Execução Fiscal
117

Processo n.º: 2001.50.01.004474-7
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 10 de novembro de 2010

Pedro Diaz Leal
Diretor(a) de Secretaria

2001.50.01.004474-7

DECISÃO

Defiro o pedido retro.

Fica autorizada a parte exeqüente ter acesso às cinco últimas declarações de ajuste anual do Imposto de Renda de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, CPF/CNPJ 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF/CNPJ 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, CPF/CNPJ 931.043.327-20MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES931.043.327-20. Para tanto, deverá diligenciar junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória a obtenção dos dados ora autorizados.

Decreto desde já o sigilo desta execução, que deverá ser lançado no Apolo com a juntada das informações.

Só deverão ser juntadas aos autos declarações de IR indispensáveis a instrução de eventuais requerimentos. As demais deverão ser destruídas.

Após a vista, nada sendo requerido, fica desde logo a parte exeqüente intimada de que será suspenso o curso da presente, sem baixa na distribuição, nos termos do art. 40 da LEF.

Decorrido o prazo de 01 ano, os autos serão arquivados, independente de nova vista, nos termos do § 2º do mesmo diploma legal.

Vitória, 10 de novembro de 2010

AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Juiz(a) Federal Titular

Vitória - ES
Funcionário

RECEBIMENTO
Nesta data, recebi na secretaria desse Juízo, os presentes autos.
13 DEZ. 2010
Vitória - ES
Funcionário

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória
Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo

JUST.F.3ªVF EXC.FISCAL -13-Dez-2010-15:36-0004474-20

Processo. nº:	2001.50.01.004474-7
P. A. F. Nº:	32.738.829-3
Exeqüente:	UNIÃO FEDERAL
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA E OUTROS

A **UNIÃO**, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, nos autos em epígrafe, vem perante V. Exª. assinalar que na declaração do coexectado, Sr. Gilson Antunes Ribeiro entregue em 2010 (Doc. em anexo) há a informação de que este possui imóvel.

Pelo exposto vem requerer seja expedido mandado executivo para lavratura do termo de penhora e avaliação do bem acima mencionado, requer, ainda a exequente, seja feita a intimação de tais atos aos executados para a oposição de embargos, na forma do art. 8º, inc. IV c/c 16 da lei nº 6830/80.

Após, caso não haja oposição de embargos, requer a designação de data para realização de hasta pública dos bens supracitados, precedido de edital, nos termos do art. 22 e 23 da Lei nº 6.830/80, indicando como leiloeira a Sra. **Hidirlene Duszeiko**, com escritório na Rua Rio Ipiranga, 16, Bairro Helio Ferraz, Serra/ES, CEP 29160-630, tel: 0800-707-9272.

Requer, outrossim, que conste no Edital de Leilão que o pagamento ou parcelamento do débito na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional implicará no pagamento das custas do leiloeiro conforme previsão do §2º do artigo 13 da Lei nº. 10.522/2002, a fim de evitar expedientes destinados unicamente a procrastinar a realização do leilão, bem como por ser medida de justiça com o leiloeiro.

Por outro lado, a fim de aumentar o interesse na arrematação dos bens penhorados, requer ainda que conste no Edital de Leilão que o arrematante, se assim desejar, poderá requerer ao Juízo, após o depósito do valor da arrematação, a sua investidura na condição de depositário do bem arrematado, em substituição ao executado ou outro depositário, até o desfecho do leilão.

Por fim, considerando as informações e documentos acostados aos autos, vem requerer seja determinando que o processo passe a tramitar em segredo de justiça.

Nestes termos, pede deferimento.
Vitória-ES, 2 de dezembro de 2010.

Danilo Thermi Caram
Procurador da Fazenda Nacional

MARIA IRPF NEGATIVO

119

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
01/12/2010 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 17:06:55
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200150010044747 Credito: 327388293 PRC: 7200800
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase: 624 Dt.Fase: 04/02/2005 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED
Procurador: 1261833 Honorarios: 10.00 PRO Dt.Ajuizamento: 20/04/2001
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	624	04/02/2005	Nao	277.985,03

Total Divida - 277.985,03
Honor Divida - 27.798,50
J/Hon REFIS - 0,00
Total da Acao - 305.783,53 Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

120
9

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
01/12/2010 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 17:06:49

Credito: 327388293 CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Doc. de Origem..: 07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 07/05/1999 Livro: 1 Folha: 491
Dt. de Inscricao: 06/07/2000 RFB: 07.001.120 Orgao Inscr.: 07.200.000
Periodo da Divida: 09/1996 a 01/1999 PRC Tramitacao: 07.200.800
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 04/02/2005

Principal:	79.899,76	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	39.950,57	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	158.134,70	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	277.985,03		
Honorarios:	27.798,50		

Valores atualizados p/ 11/2010 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

ANO: 1997 UNIDADE: 0720100 LOTE: 0001 PASTA: 00025 REMESSA:

NUM. DO DISQUETE: ND: 0002508

I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO

CGC: 30965263000104 DOI NORMAL CONTROLE
54 / 97

MATRICULA	REGISTRO	LIVRO	FOLHA	TIPO
	110792	P24		REG. DE TITULOS E DOC.

II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE QTD. ALIENANTES - 01

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
30971584000103	QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA	10000

PF3-RETORNA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE QTD. ADQUIRENTES - 01

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
25189417620	GILSON ANTUNES RIBEIRO	10000

IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO

DATA DA ALIENACAO	DATA CONTRATO ANTERIOR	FORMA DE ALIENACAO
01031996		A PRAZO

CODIGO DA TRANSACAO	CODIGO MOEDA
PROMESSA DE COMPRA E VENDA	REAL (A PARTIR DE 01/07/94)

VALOR DA ALIENACAO	BASE DE CALCULO	AREA	UNID. MEDIDA
54.175,00	0,00	0,00	

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

V-INFORMACOES SOBRE A AQUISICAO

DATA DA AQUISICAO	VALOR DA AQUISICAO	AREA	UNID. MEDIDA
	0,00	0,00	

MOEDA:

V1-INFORMACOES SOBRE O IMOVEL

IMOVEL	TIPO
URBANO	APARTAMENTO

ENDERECO NUMERO COMPLEMENTO

BAIRRO	CEP	MUNICIPIO	UF
	29090410		ES

DATA DA RECEPCAO
18041997

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

124
4

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

ANO: 2002 UNIDADE: 0720100 LOTE: PASTA: REMESSA:

NUM. DO DISQUETE: 4017917678 ND:

I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO

CGC: 27744663000177 DOI NORMAL CONTROLE
344848 / 02

MATRICULA	REGISTRO	LIVRO	FOLHA	TIPO
4260		75S2E	122	OFICIO DE NOTAS

II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE QTD. ALIENANTES -

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
25189417620	GILSON ANTUNES RIBEIRO	
93104332720	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	

PF3-RETORNA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE QTD. ADQUIRENTES -

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
02455855759	JOAQUINA LOPES LOUVEM	

IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO

DATA DA ALIENACAO	DATA CONTRATO ANTERIOR	FORMA DE ALIENACAO
10122002		A VISTA

CODIGO DA TRANSACAO	CODIGO MOEDA
COMPRA E VENDA	

VALOR DA ALIENACAO	BASE DE CALCULO	AREA	UNID. MEDIDA
37.405,50	0,00	0,00	

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

V-INFORMACOES SOBRE A AQUISICAO

DATA DA AQUISICAO	VALOR DA AQUISICAO	AREA	UNID. MEDIDA
	0,00	0,00	

MOEDA:

V1-INFORMACOES SOBRE O IMOVEL

IMOVEL	TIPO
URBANO	APARTAMENTO

ENDERECO	NUMERO	COMPLEMENTO
Rua José c. Claudio		Apto 502

BAIRRO	CEP	MUNICIPIO	UF
Camburi		Vitória	ES

DATA DA RECEPCAO
28102003

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

ANO: 2002 UNIDADE: 0720100 LOTE: PASTA: REMESSA:

NUM. DO DISQUETE: 4017917678 ND:

I-IDENTIFICACAO DA OPERACAO

CGC: 27744663000177 DOI NORMAL CONTROLE
344774 / 02

MATRICULA	REGISTRO	LIVRO	FOLHA	TIPO
4260		75S2E	122	OFICIO DE NOTAS

II-IDENTIFICACAO DO ALIENANTE QTD. ALIENANTES -

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
30971584000103	QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA	

PF3-RETORNA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

III-IDENTIFICACAO DO ADQUIRENTE QTD. ADQUIRENTES -

CPF/CGC	NOME COMPLETO/RAZAO SOCIAL	PARTICIPACAO %
25189417620	GILSON ANTUNES RIBEIRO	
93104332720	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES	

IV-INFORMACOES SOBRE A ALIENACAO

DATA DA ALIENACAO	DATA CONTRATO ANTERIOR	FORMA DE ALIENACAO
10122002		A VISTA

CODIGO DA TRANSACAO	CODIGO MOEDA
COMPRA E VENDA	

VALOR DA ALIENACAO	BASE DE CALCULO	AREA	UNID. MEDIDA
37.405,00	0,00	0,00	

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 01/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

V-INFORMACOES SOBRE A AQUISICAO

DATA DA AQUISICAO	VALOR DA AQUISICAO	AREA	UNID. MEDIDA
	0,00	0,00	

MOEDA:

V1-INFORMACOES SOBRE O IMOVEL

IMOVEL	TIPO
URBANO	APARTAMENTO

ENDERECO	NUMERO	COMPLEMENTO
Rua José C. Claudio		Apto 502

BAIRRO	CEP	MUNICIPIO	UF
Camburi		Vitória	ES

DATA DA RECEPCAO
28102003

PF3-RETORNA PF7-VOLTA TELA PF8-AVANCA TELA PF12-ENCERRA
PF5-IMPRIME

__ DOI,CONSULTA (CONSULTA BASE A PARTIR DE 1996)_____ 02/12/2010
DOI - RELATORIOS GERENCIAIS - CONSULTA POR CONTRIB. USUARIO: NAZARE

CPF/CNPJ DO CONTRIBUINTE: 25189417620 PARTICIPACOES: 3

PAG.: 0001 DE 0001

DT.OPERAC.	CNPJ DO CARTORIO	CONTROLE	VALOR DA OPERACAO	TIPO	SITUACAO
01/03/1996	30.965.263/0001-04	5497	54.175,00	AD	OK
10/12/2002	27.744.663/0001-77	34477402	37.405,00	AD	OK
10/12/2002	27.744.663/0001-77	34484802	37.405,50	AL	OK

PF1-AJUDA PF3-RETORNA PF12-ENCERRA

JESLCF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

3ª Vara Federal de Execução Fiscal
131

Processo n.º: 2001.50.01.004474-7
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 21 de fevereiro de 2011

Pedro Diaz Leal
Diretor(a) de Secretaria

DESPACHO

Aguarde-se a designação de leilão, a ser realizado por este Juízo.

Vitória, 21 de fevereiro de 2011

AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Juiz(a) Federal Titular

2001.50.01.004474-7

JESSRG

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

3ª Vara Federal de Execução Fiscal
132
Seção Judiciária do ES

Processo n.º: 2001.50.01.004474-7
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 10 de março de 2011

Pedro Diaz Leal
Diretor(a) de Secretaria

2001.50.01.004474-7

DECISÃO

Considerando-se a necessidade de dar maior efetividade aos Leilões deste juízo, que já conta com considerável acervo de processos aguardando alienação judicial, determino que o(a) leiloeiro(a) Senhor(a) HIDIRLENE DUSZEIKO **que passa a ser órgão auxiliar deste juízo**, nos termos dos arts. 139 e 705 do CPC, compareça à secretaria desta vara para proceder à preparação dos processos para o 1º Leilão, que designo para o dia 03/05/2011 às 14:00 horas na sala de audiências do 9º andar, em razão deste juízo não possuir sala de audiências e o 2º Leilão para o dia 17/05/2011 no mesmo horário, nos termos do art. 686, VI do CPC.

No edital deve constar a intimação aos advogados constituídos nos autos e aos executados, nos termos do art. 687, § 5º do CPC.

A intimação dos executados que não possuam advogado constituído nos autos deve ser feita pessoalmente pelo Leiloeiro nomeado, art. 687, § 5º do CPC, ficando desde já autorizado a expedir e cumprir os mandados por ordem deste magistrado.

Deverá, ainda, o leiloeiro, proceder à reavaliação do(s) bem(ns), diligenciando, caso necessário, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis/DETRAN a fim de trazer a certidão de ônus atualizada do bem.

Deve ser observado pelo leiloeiro o disposto no art. 698 do CPC, devendo promover as notificações necessárias, ficando autorizado a expedir e cumprir os mandados de intimação por ordem deste magistrado.

Arbitro 5% de comissão a leiloeira nomeada sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, além das despesas decorrentes do transporte do bem arrematado, bem como o percentual de 0,5%, relativo às custas de arrematação, por meio de GRU a ser recolhido na Caixa Econômica Federal, devendo ser utilizados os seguintes códigos: Unidade Gestora: 090014; Gestão: 00001; Código de Recolhimento: 18710-0.

Em caso de remição ou pedido de parcelamento após a intimação (pessoal ou por edital), caberá ao executado pagar comissão a leiloeira de 1% sobre o valor pago ao erário, limitando-se esta comissão ao valor máximo de R$ 1.000,00.

Deverá o exeqüente fornecer o valor atualizado do débito, bem como informar sobre eventual pedido de parcelamento.

P.R.C.I.

Vitória, 10 de março de 2011

AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Juiz(a) Federal Titular

REMESSA

A(o) Leiloeira

fms. Em 11 / 03 / 2011

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos nesta data

Vitória/ES 24 / 03 / 2011

JESSRG

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Getúlio Vargas, 595 – 2º andar – Centro – Vitória/ES – Tel.: (27) 3183-5244 – CEP: 29.010-040

3ª Vara Federal de Execução Fiscal
137
Seção Judiciária/ES

Processo n.º: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
ao MM. Juiz da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 31 de março de 2011

Pedro Diaz Leal
Diretor(a) de Secretaria

0004474-00

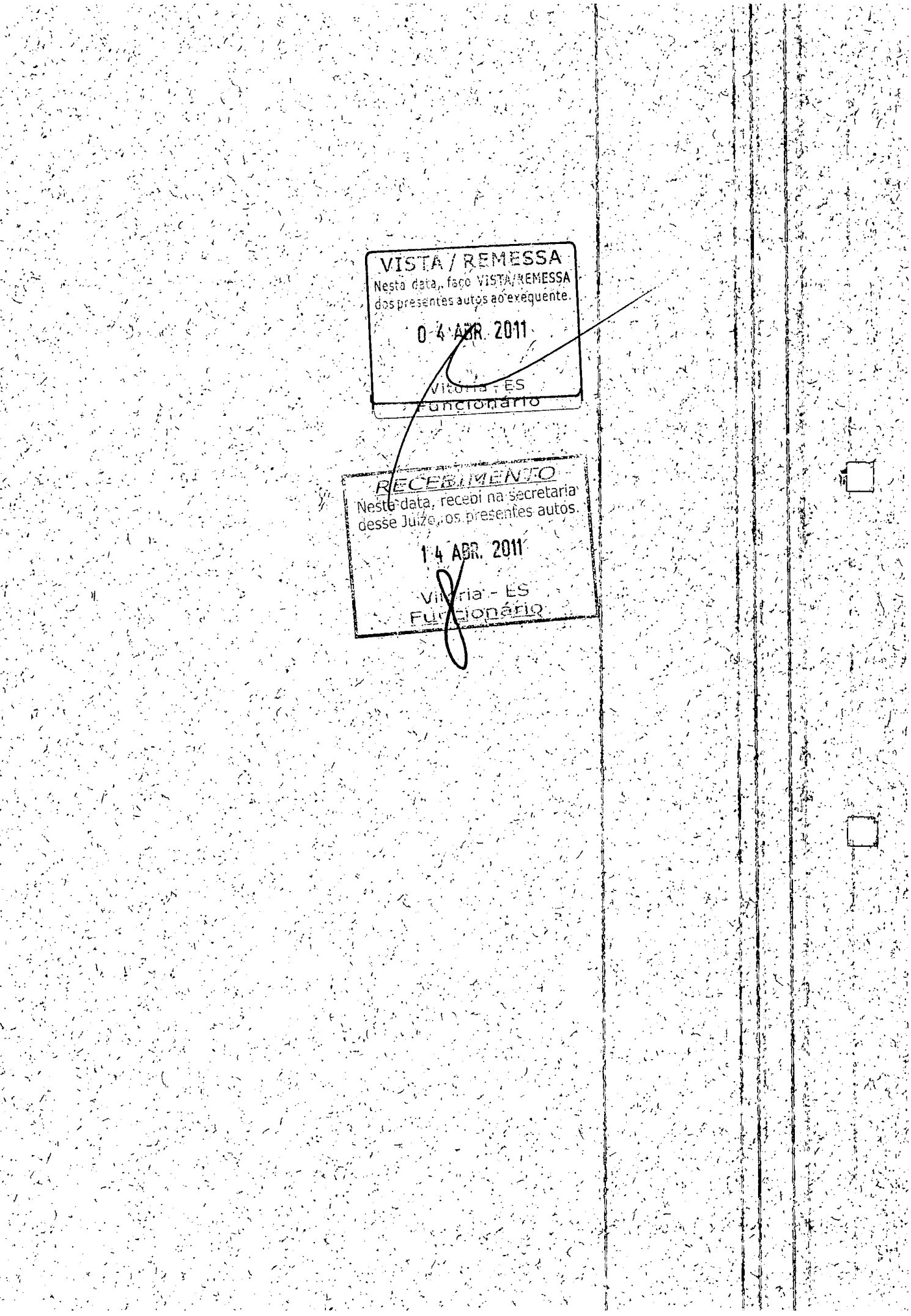
DESPACHO

Considerando o local designado para a realização do leilão, tendo em vista o novo cronograma de mudança para a nova sede desta Seção Judiciária, retifico a decisão retro apenas neste particular para determinar que seja realizado no auditório da sede definitiva localizada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Bairro Monte Belo, Vitória-ES, CEP: 29053-245.

Cumpram-se as demais determinações.

Vitória, 31 de março de 2011

AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Juiz(a) Federal Titular


VISTA / REMESSA
Nesta data, faço VISTA/REMESSA dos presentes autos ao exequente.
04 ABR. 2011
Vitória - ES
Funcionário
RECEBIMENTO
Nesta data, recebi na Secretaria desse Juízo, os presentes autos.
14 ABR. 2011
Vitória - ES
Funcionário

134

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória - Seção Judiciária do Espírito Santo

JUST.F.3ªVF EXC.FISCAL -14-Abr-2011-14:23-019887-2/2

Processo nº: 2001.50.01.004474-7(Execução Fiscal)
P.A.F. nº: 327388293
Exequente: UNIÃO FEDERAL
Executado: ZELAR ADMINISTRAÇAO DE SERVIÇOS LTDA

A **UNIÃO FEDERAL**, pelo Procurador da Fazenda Nacional infra-assinado, nos autos da execução em epígrafe, vem, perante V. Exa., em atenção ao r. decisão de fl.132, vem, informar o valor atualizado do debito.

Nestes termos, pede deferimento.
Vitória (ES), 6 de abril de 2011.

Danilo Theml Ceram
Procurador da Fazenda Nacional

Julian Carlos Paulino Pinto de Souza
Estagiário de Direito - PFN/ES

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
05/04/2011 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:16:24
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200150010044747 Credito: 327388293 PRC: 7200800
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase: 624 Dt.Fase: 04/02/2005 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED
Procurador: 1261833 Honorarios: 10.00 PRO Dt.Ajuizamento: 20/04/2001
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	624	04/02/2005	Nao	281.468,76

Total Divida - 280.733,69
Honor Divida - 28.073,36
J/Hon REFIS - 0,00
Total da Acao - 308.807,05 Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
05/04/2011 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:16:20

136

Credito: 327388293 CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Doc. de Origem..: 07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 07/05/1999 Livro: 1 Folha: 491
Dt. de Inscricao: 06/07/2000 RFB: 07.001.120 Orgao Inscr.: 07.200.000
Periodo da Divida: 09/1996 a 01/1999 PRC Tramitacao: 07.200.800
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 04/02/2005

Principal:	79.899,76	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	39.950,57	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	161.618,43	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	281.468,76		
Honorarios:	28.146,87		

Valores atualizados p/ 04/2011 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CERTIDÃO

Certifico que o edital de leilão foi afixado no quadro de avisos deste juízo em 14/04/11.

Do que, para constar, lavro este termo.

Em, 15/04/11

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 76

12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

8 - 0001887-73.2011.4.02.5001 (2011.50.01.001887-0) (PROCESSO ELETRÔNICO) JOAO DA SILVA MONTEIRO (ADVOGADO: WINICIUS MASOTTI, JORGE FERNANDO PETRA DE MACEDO.) x UNIÃO FEDERAL. . Processo n. 0001887-73.2011.4.02.5001

Os embargos à execução fiscal constituem ação incidental autônoma, via dos quais são impugnadas as execuções fiscais. Por esse motivo, deve a inicial conter os requisitos do art. 282 do CPC e ser acompanhada dos documentos necessários à instrução da causa (art. 283 do CPC), sendo que, do contrário, deve ser extinto o processo sem a resolução do mérito. A jurisprudência pátria aponta a documentação necessária para o ajuizamento dos embargos à execução, incluindo-se procuração, estatuto social (em se tratando de pessoa jurídica), cópia de documentos de identidade (sendo pessoa física), cópia do auto de penhora, da respectiva intimação, da inicial, do título executivo e demais documentos através dos quais se queira fundamentar a defesa (TRF, 3ª REGIÃO, AC 1182981/SP, 3ª TURMA, DJU 12/12/2007, P. 339).

Assim sendo, intime-se o embargante para que, em 15 (quinze) dias, junte aos autos os documentos supramencionados, sob pena de extinção do feito sem a resolução do mérito.

Intime-se.

Vitória-ES, 01 de abril de 2011.

ROBERTO GIL LEAL FARIA

Juiz Federal Substituto, no exercício da titularidade da

1ª Vara Federal de Execução Fiscal

(Assinado eletronicamente, na forma da Lei nº 11.419/2006)

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL ROBERTO GIL LEAL FARIA

12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

9 - 0001890-28.2011.4.02.5001 (2011.50.01.001890-0) (PROCESSO ELETRÔNICO) ARCELORMITTAL TUBARÃO COMERCIAL S/A (ADVOGADO: SACHA CALMON NAVARRO COELHO, MÔNICA DE BARROS, DANIEL DOS SANTOS ANDRADE.) x UNIÃO FEDERAL (PROCDOR: VINICIUS VAZ SANCHES.). . Processo n. 0001890-28.2011.4.02.5001

Indefiro o pedido formulado na inicial no sentido de intimar a embargada para que traga, aos autos, o processo administrativo (PTA 15582.001283/2010-61), posto que o art. 41 da Lei n. 6.830/80 autoriza à parte o acesso ao mesmo, inclusive, à extração de cópias.

Não obstante, concedo à embargante o prazo de 20 (vinte) dias para juntada de documentos constantes no referido processo que considere necessário para embasar a sua defesa, devendo informar e demonstrar, se for o caso, embaraço por parte da credora.

Recebo os embargos, determinando a intimação da embargada para impugná-los, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo, na mesma oportunidade, manifestar-se sobre as provas que pretende produzir, requerendo-as justificadamente e juntando as que possuir.

Intimem-se.

Vitória, 01 de abril de 2011.

[assinado eletronicamente]

Juiz Federal Substituto Roberto Gil Leal Faria

1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória – ES

3A VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Edital de Leilão da 3ª VFEF

EDITAL DE LEILÃO

HIDIRLENE DUSZEIKO

, Leiloeira Pública Oficial, nomeada pelo MM. Juiz Federal, Dr. AMÉRICO BEDE FREIRE JUNIOR, da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou dele tiverem conhecimento do presente EDITAL, que a 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, levará à venda em arrematação pública, nas modalidades presencial e on-line, nas datas, local e sob as condições adiante descritas, os bens penhorados nos autos das ações de Execução Fiscal a seguir relacionadas.

01 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2003.5001008152-2

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADOS: REGINALDO DO NASCIMENTO SANTOS - ME (CNPJ 39.303.011/0001-86) e REGINALDO DO NASCIMENTO SANTOS (CPF 015.214.697-09)

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

CDA: 72602 003541-02

BEM(NS): 01 (um) Veículo, marca/modelo Peugeot/206 Selection, ano fab/modelo 2003/2003, placas MPP-3227, Renavam nº 814190642, chassi 9362A7LZ93W055252, categoria particular, potência 70, cor azul, em bom estado, com amassado na lateral dianteira esquerda.

AVALIAÇÃO: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), em 05/05/2010.

ÔNUS: Constam junto ao Detran/ES débitos no valor de R$ 1.612,51 (um mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e um centavos), em 23 de março de 2011; Impedimento judicial nos autos nº 2008.50.01.004379-8, junto à 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória/ES.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 6.521,50 (seis mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), em 17/06/2010.

Localização do(S) bem(NS): Rua Robert Kennedy, nº 370, Itararé, Vitória/ES.

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 77

02- AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2010.50.01.005601-5

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - CRCDF

EXECUTADOS: RAIMUNDO B. DE SOUZA FILHO, CPF 098.301.621-68

ADVOGADO: sem advogado.

CDA: 526

BEM(NS): 01 (uma) Motocicleta Yamaha/Jog Teen, placa MRD-0750, chassi 9C65JR000X0001812, ano fabricação/modelo 1999/1999, cor vermelha, 49 cilindradas, à gasolina, em prejudicado estado de conservação, com o banco rasgado e várias partes enferrujadas, encostada, por encontrar-se apreendida em poder do Detran/ES, em pátio aberto, sob sol e chuva.

AVALIAÇÃO: R$ 1.000,00 (um mil reais), em 26/10/ 2010.

ÔNUS: Eventuais constantes junto ao Detran.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.301,52 (três mil, trezentos e um reais e cinqüenta e dois centavos), em fev. de 2004.

Localização do(S) bem(NS): Pátio do Detran/ES, Rua Irineu Vasconcelos, s/nº, Vila Velha/ES.

03 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2001.50.01.004474-7

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL (INSS)

EXECUTADOS: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. (CNPJ 39.383.013/0001-22), GILSON ANTUNES RIBEIRO (CPF 251.894.176-20) e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES (CPF 931.043.327-20)

ADVOGADO: ANTONIO CESAR SANTOS (OAB/ES 6355)

CDA: 32738829-3

BEM(NS): 01 (uma) Lavadora/secadora de piso, marca Karcher, mod. BD450, em estado regular de conservação.

AVALIAÇÃO: R$ 2.000,00 (dois mil reais), em 13/11/ 2008.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 220.121,69 (duzentos e vinte mil, cento e vinte e um reais e sessenta e nove centavos), em 02 de fevereiro de 2005.

Localização do(S) bem(NS): Rua Alberto de Oliveira, nº 321, Soteco, Vila Velha/ES.

04 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2006.50.01.007084-7

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES

EXECUTADOS: POINTER CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - CNPJ 00.291.556/0001-84

ADVOGADO: FABIOLA VIEIRA BARRETO (OAB/ES 5770) e JOÃO MANOEL S. SARAIVA (OAB/ES 5764)

CDA: 4490/2006

BEM(NS): 01 (uma) Calandra, marca Sorg, modelo S.2/5 Standart, capacidade 6.35mm., com motor em funcionamento e razoável estado de conservação, apresentando apenas pequena camada de ferrugem sobre os cilindros devido a falta de utilização do maquinário.

AVALIAÇÃO: R$ 9.000,00 (nove mil reais), em 20/09/ 2007.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 6.307,81 (seis mil, trezentos e sete reais e oitenta e um centavos), em 30/04/2011.

Localização do(S) bem(NS): Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.643, Ilha de Santa Maria, Vitória/ES.

05 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2007.50.01.007158-3

EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE IND. - INMETRO

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 78

EXECUTADOS: CASA ELÉTRICA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - CNPJ 39.327.630/0001-00

ADVOGADO: sem advogado

CDA: 48

BEM(NS): 120 (cento e vinte) metros lineares de Cabo elétrico 16mm.

AVALIAÇÃO: R$ 700,00 (setecentos reais), em 14/07/ 2009.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 547,92 (quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos), em 31/05/ 2007.

Localização do(S) bem(NS): Rodovia do Sol, nº 1.001, Aeroporto, Guarapari/ES.

06 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2007.50.01.010778-4

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA/ES

EXECUTADOS: GERALDO MANSOETO DE ALMEIDA - CPF 358.780.886-49

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS BORLOTT (OAB/ES 2135)

CDA: 03847/2003; 01631/2003; e 02707/2004.

BEM(NS): 11 (onze) Portas, confeccionadas em madeira Angelim Pedra, novas, medindo 2,10 x 0,80m, avaliadas em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a unidade.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinqüenta reais), em 13/10/ 2008.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 2.477,75 (dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos), em 01/08/ 2007.

Localização do(S) bem(NS): Rua Crisólito, nº 06, 1º andar, São Geraldo, Cariacica/ES.

07 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2008.50.01.008806-0

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

EXECUTADOS: NOVO ESTILO GRÁFICA E EDITORA LTDA. - CNPJ 36.326.304/0001-90

ADVOGADO: sem advogado

CDA: FGES200800304

BEM(NS): 01 (uma) Máquina de imprimir e numerar, marca Catu, cor verde, série 166736-006, em bom estado.

AVALIAÇÃO: R$ 10.000,00 (dez mil reais), em 10/02/ 2010.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 9.341,84 (nove mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), em 17/06/ 2008.

Localização do(S) bem(NS): Rua José Carvalho, nº 106, Ilha de Santa Maria, Vitória/ES.

08 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2003.50.01.007316-1

EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE IND. - INMETRO

EXECUTADOS: LOUCIC LOURDES COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA. - CNPJ 30.781.025/0002-11

ADVOGADO: LAURINDO FRANCISCO MOURA (OAB/ES 6859)

CDA: 24/190; 28/100.

BEM(NS): 01 (uma) Arara, em aço inox, medindo aproximadamente 1,98m de altura, com 06 (seis) cabideiros,

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 79

com 03 (três) divisões, medindo aproximadamente 1,27m, 1,45m e 1,67m cada uma, com espessura aproximada de 16cm, os cabideiros com aproximadamente 10cm, em bom estado.

AVALIAÇÃO: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), em 27/08/ 2008.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.954,52 (três mil, novecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos), em 29/07/ 2010.

Localização do(S) bem(NS): Rua Dezenove, nº 17, Cocal, Vila Velha/ES.

09 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2007.50.01.005770-7

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADOS: ALTAMIR FERREIRA DA SILVA - CPF 104.743.746-53

ADVOGADO: sem advogado

CDA: 72 1 07 004706-28

BEM(NS): 01 (um) Veículo, marca/modelo GM/Monza SL/E, ano fab/modelo 1987/1987, placas MRV8655, renavam 276897722, cor verde, à álcool, em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), em 11/03/ 2010.

ÔNUS: Alienação Fiduciária em favor do Banco Panamericano S/A.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 92.180,72 (noventa e dois mil, cento e oitenta reais e setenta e dois centavos), em 16/07/ 2010.

Localização do(S) bem(NS): Rua México, nº 29, Jardim América, Cariacica/ES

10 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2001.50.01.009723-5

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADOS: DEZAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME - CNPJ 27.168.616/0002-03

ADVOGADO: DOUGLAS ROCHA RUBIM (ES 9851) e HELENEROSE PARASSOL PEREIRA (ES 281B)

CDA: 72 3 01 000013-97; 72 6 01 000323-08;

BEM(NS): 01) 02 (duas) Máquinas desempenadeiras, marca Omil, tipo Des 400, possuindo os números de série 0195, nº 2479 e série 387, nº 1616, avaliadas em R$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais) cada, totalizando R$ 7.000,00 (sete mil reais), em 21 de agosto de 2008; 02) 01 (uma) Furadeira de bancada, marca Schulz, com motor de 0,5 CV, 220v, Rem 1410/1730, avaliada em R$ 400,00 (quatrocentos reais), em 21 de agosto de 2008; 03) 01 (uma) Furadeira horizontal, marca Invicta, avaliada em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), em 21 de agosto de 2008; 04) 01 (um) Desengrosso de 40, marca Invicta, com motor de 5 HP, avaliado em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em 21 de agosto de 2008; 05) 01 (uma) Máquina "3 Face" de 51, marca Raimam, com motor de 5 HP, avaliada em R$ 6.000,00 (seis mil reais), em 21 de agosto de 2008; 06) 01 (uma) Prensa Imac, medindo 2,20m x 1,0m, com dois parafusos, cap 60T, mod. 2250, nº 239, avaliada em R$ 6.000,00 (seis mil reais), em 21/10/ 2006. Os bens dos itens 01 a 05 encontram-se em uso e em bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais), em 21/08/ 2008.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 14.626,51(quatorze mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinqüenta e um centavos), em 23/07/ 2010.

Localização do(S) bem(NS): Av. João Bonadiman, nº 01, São Francisco, Cariacica/ES.

11 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2004.50.01.013324-1

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - CRO/ES

EXECUTADOS: EDGAR SOUZA LEITE, CPF 434.680.206-00

ADVOGADO: sem advogado

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 80

CDA: 3664; 244; 4044; 288; 406; 407; e 260

BEM(NS): 01 (uma) Tela abstrata de jantar do pintor Holt.

AVALIAÇÃO: R$ 2.000,00 (dois mil reais), em 24/11/ 2008.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.842,76 (um mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), em 09/12/ 2004.

Localização do(S) bem(NS): Rua Humberto Serrano, nº 201, apto. 104, Praia da Costa, Vila Velha/ES.

12 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2004.50.01.007579-4

EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, CNPJ 29.507.878/0001-08

EXECUTADOS: ANSELMO MISSÃO UJIIE, CPF 003.295.388-70

ADVOGADO: sem advogado

CDA: 86 e 87

BEM(NS): 01) 01 (uma) Impressora laser HP 1050; 02) 01 (uma) Impressora LX300; 03) 01 (um) Computador Pentium IV, com 2,8 GHz, 01 GB, HD 80 GB, monitor Samsung; 04) 01 (um) Computador Intel Core 2 Duo, 2,5 GHz, 02 GB de memória, HD 160 GB; 05) 01 (uma) Impressora multifuncional Samsung SCX4200; 06) 01 (um) Computador AMD Duron, processador 1,10 GHz, 512 Mb de RAM, com monitor, teclado e mouse; 07) 01 (um) Computador AMD Duron, processador 1,05 GHz, 01 GB de RAM, com monitor, teclado e mouse; 08) 01 (um) Computador AMD Duron, processador 1,00 GHz, 256 Mb de RAM, com monitor, teclado e mouse; 09) 01 (um) Computador Semprom 2,6, processador 01 GHz, 04 GB de RAM, com monitor, teclado e mouse; 10) 01 (um) Computador Celeron CPU 430, processador 1,8 GHz, 02 GB de RAM, com monitor, teclado e mouse. Obs.: Todos em bom estado de conservação e funcionamento.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ (FAVOR VERIFICAR)

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 9.683,76 (nove mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), em 24/06/ 2008.

Localização do(S) bem(NS): Rua Bico de Lacre, nº 71, Porto Canoa, Serra/ES.

13 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2001.50.01.009714-4

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADOS: UNIPEDRAS IND. E COMÉRCIO EXP E IMPORTAÇÃO LTDA. - CNPJ 32.464.083/0001-66

ADVOGADO: ALOISIO LIRA (OAB/ES 7512) e MONIQUE LIBARDI LIRA (OAB/ES 13007)

CDA: 72 2 01 000204-40; 72 6 01 000510-00; 72 6 01 000511-91; e 72 7 01 000107-35

BEM(NS): 68 (sessenta e oito) chapas de granito verde ubatuba, medindo 2,90 x 1,80m, avaliadas em R$ 400,00 (quatrocentos reais) a unidade.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais), em 10/03/ 2008.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 29.638,99 (vinte e nove mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), em 01/10/ 2010.

Localização do(S) bem(NS): Rua Holdercim, s/nº, Quadra 02, Lt. 08, Civit II, Carapina, Serra/ES.

14 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2008.50.01.006981-7

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES

EXECUTADOS: SABRINA DE FREITAS NEGRIS ME

ADVOGADO: sem advogado

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 81

CDA: 20032910236

BEM(NS): 01) 16 (dezesseis) Formas para fabricação de laje pré-moldada, com 8 (oito) metros de comprimento, bom estado de conservação, avaliado em R$1.120,00 (mil cento e vinte reais); 02) 04 (quatro) Formas para fabricação de laje pré-moldada, com 6 (seis) metros de comprimento, em bom estado de conservação, avaliado em R$ 200,00 (duzentos reais); 03) 01 (uma) Desbobinadeira para rolo de ferro-vergalhão, marrom, em funcionamento e em bom estado de conservação, avaliado em R$ 1.000,00 (mil reais); 4) 01 (uma) Mesa vibratória de ferro para laje pré moldada, marrom, em funcionamento e em bom estado de conservação , avaliada em R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais); 05) 01 (uma) Forma para fabricação de mourão para curral com 3,60m de comprimento, 18x18, em bom estado de conservação, avaliado em R$ 300,00 (trezentos reais); 06) 01 (um) Policorte com motor elétrico, para de ferro, cor azul, em funcionamento e em bom estado de conservação, avaliada em R$ 700,00 (setecentos reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: 4.520,00 (quatro mil quinhentos e vinte reais), em 17/08/ 2009.

ÔNUS: nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 4.259,79 (quatro mil duzentos e cinqüenta e nove reais e setenta e nove centavos), em 16/04/ 2009.

Localização do(S) bem(NS): Rodovia Othovarino Duarte Santos, nº 846, Bairro San Remo, São Mateus/ES.

15 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 98.0010177-2

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADOS: UNIFITA SUPRIMENTOS LTDA. - CNPJ 39.298.690/0001-42

ADVOGADO: sem advogado

CDA: 72 2 98 000155-83; 72 6 98 00463-05

BEM(NS): 01) 07 (sete) Computadores, compostos de monitores, teclados, CPU´s, marca UIS, modelo SVGA Color 14, avaliados em R$ 100,00 (cem reais) a unidade, totalizando R$ 700,00 (setecentos reais); 02) 01 (uma) Impressora marca Epson, modelo LX 810, avaliada em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 03) 03 (três) Impressoras, marca Epson, modelo LX-300, avaliadas em R$ 170,00 (cento e setenta reais) a unidade, totalizando R$ 510,00 (quinhentos e dez reais); 04) 01 (um) Aparelho de ar condicionado, marca Springer, de 30.000 BTUs, avaliado em R$ 500,00 (quinhentos reais); 05) 01 (um) Aparelho de ar condicionado, marca Springer, de 21.000 BTUs, avaliado em R$ 500,00 (quinhentos reais); 06) 01 (um) Aparelho de ar condicionado, marca Springer, adaptado, sem capacidade aparente, avaliado em R$ 300,00 (trezentos reais); 07) 01 (uma) Impressora, marca Epson, modelo FX1170, avaliada em R$ 200,00 (duzentos reais); 08) 01 (um) Computador, com monitor marca UIS, CPU marca Vitech, teclado marca MTcc, avaliado em R$ 100,00 (cem reais); 09) 01 (uma) Máquina de escrever, marca IBM, eletrônica, avaliada em R$ 100,00 (cem reais); 10) 01 (uma) Calculadora eletrônica, marca Sharp, modelo Compet CS 2115-d, avaliada em R$ 50,00 (cinqüenta reais); 11) 01 (um) Computador, com monitor marca UIS, teclado marca Bright, CPU marca NTC, avaliado em R$ 100,00 (cem reais); 12) 02 (dois) Arquivos com quatro gavetas, cada, com chave, cor cinza, avaliados em 100,00 (cem reais) cada, totalizando R$ 200,00 (duzentos reais); 13) 01 (um) Computador, com monitor marca UIS, SVGA Color 14, teclado marca Mitsumi, CPU marca Vitech, avaliado em R$ 100,00 (cem reais); 14) 01 (um) Computador, com monitor marca Vitech, nº 1484, CPU marca Top, teclado marc UIS, avaliado em R$ 100,00 (cem reais); 15) 01 (um) Estabilizador, marca Intec, avaliado em R$ 30,00 (trinta reais); 16) 01 (uma) Calculadora eletrônica, marca Sharp, modelo CS 2631-B, avaliada em R$ 70,00 (setenta reais); 17) 01 (um) Cofre, cor cinza, de um metro e meio, avaliado em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais); 18) 01 (uma) Geladeira, marca Cônsul, cor bege, avaliada em R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais); 19) 01 (um) Fogão industrial, quatro bocas, marca Dako, cor branca e preta, avaliado em R$ 120,00 (cento e vinte reais); 20) 01 (um) Ventilador, marca Loren Sid, avaliado em R$ 50,00 (cinqüenta reais); 21) 01 (uma) Máquina de cortar papel, marca Menno, avaliada em R$ 70,00 (setenta reais); 22) 01 (uma) Máquina de escrever, manual, marca Olivetti, modelo Práxis 48, pequena, cor cinza, avaliada em R$ 40,00 (quarenta reais).

AVALIAÇÃO: R$ 4.335,00 (quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais), em 05/11/ 2009.

ÔNUS: Nada consta.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 152.555,18 (cento e cinqüenta e dois mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais e dezoito centavos), em 05/08/ 2010.

Localização do(S) bem(NS): Avenida Ernesto Canal, nº 1.001, Alvorada, Vila Velha/ES.

16 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 96.0006340-0

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADOS: PAMILHO PANIFICADORA LTDA. ME (CNPJ 30.775.738/0001-91), DIVA MARIA PANDOLFI MIRANDA (CPF

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 82

925.727.077-72) e WALTER JOSÉ MIRANDA (CPF 189.975.707-49)

ADVOGADO: sem advogado

CDA: 556097254

BEM(NS): 01) 01 (um) Turbo 1000, Regamo, para assar pães, na cor vinho, em funcionamento, avaliado em R$ 7.000,00 (sete mil reais), em 27 de agosto de 2007; 02) 01 (uma) Amassadeira Bae 25, espiral, da marca Bandeirantes, em funcionamento, avaliada em R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), em 27 de agosto de 2007; 03) 01 (um) Cilindro, da marca Universo, para esticar massa, modelo nº 04, em funcionamento, avaliado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), em 27 de agosto de 2007; 04) 01 (um) Veículo, marca/modelo Renault/Clio RN 1.0, ano fab/modelo 1999/2000, placas MRO-5990, RENAVAM 728231441, potência 59, cor prata, à gasolina, chassi 93YBB0Y15YJ081954, em bom estado, com pintura descascada no para-choques dianteiro, porta dianteira ao lado do motorista e porta traseira ao lado oposto do motorista um pouco amassadas, arranhado nas quinas traseiras, avaliado em R$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais), em 05 de maio de 2010.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

ÔNUS: Itens 01) a 03) Nada consta nos autos; Item 04) Constam Impedimento Judicial - Renajud - e débitos vencidos no valor de R$ 2.150,55 (dois mil, cento e cinqüenta reais e cinqüenta e cinco centavos), em 31 de março de 2011.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 32.289,94 (trinta e dois mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), em 07 de julho de 2010.

Localização do(S) bem(NS): Item 01) a 03): Rua Hermínio Blackman, nº 24, Bairro Bonfim, Vitória/ES; e Item 04) Rua Dr. Antonio Basílio, nº 860, apto. 302, Edifício San Claude, Jardim da Penha, Vitória/ES.

17 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2001.50.01.011185-2

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA/ES

EXECUTADOS: AGROPECUÁRIA VIVA MARIA S/A, CNPJ 28.508.794/0001-18

ADVOGADO: Luiz Felipe Zouain Finamore Simoni (OABES 9068) e Tiago Simoni Nacif (OABES 9753)

CDA: 1071/2001

BEM(NS): Sala 312, do 3º andar, do Edifício Sheila, situado à Avenida Leitão da Silva, nº 1.387, no antigo Itararé, entre Gurigica de Dentro e Santa Lúcia, nesta Capital, com piso em paviflex, 01 (um) banheiro com piso em cerâmica e paredes parcialmente azulejadas e respectiva fração ideal de 0,015623 do terreno acrescido de marinha com área de 688,00m², confrontando-se pela frente com a Avenida Leitão da Silva, onde mede 17,00 metros; e pelo lado direito (ou sul), confrontando-se com a Associação Literária e Educativa Santo André, onde mede 42,00 metros; pelos fundos confrontando-se com limite de Marinha do Estado do Espírito Santo, onde mede 17,00 metros; e pelo lado esquerdo em linha quebrada de Oeste para Leste, 23,50 metros e 16,50 metros para quem de direito. A sala possui aproximadamente 30,00m² e está em boas condições de uso. Imóvel matriculado sob nº 33.694 do Cartório de Registro de Imóveis - 2ª Zona - de Vitória/ES.

AVALIAÇÃO: R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), em 03/02/ 2009.

ÔNUS: Hipoteca em favor do Banco do Brasil S/A; Imóvel indisponível nos autos de Execução Fiscal nº 2008.5001.001475-0 em favor da União Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória/ES; Autos nº 94.0006310-5 expedida pela 1ª Vara Federal de Execução Fiscal, Vitória/ES e autos nº 16.654/09 expedido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 6.775,61 (seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), em 17/10/ 2008.

Localização do(S) bem(NS): Avenida Leitão Da Silva, nº 1387, no antigo Itararé, entre Gurigica de Santa Lúcia, Vitória/ES.

18- AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2007.50.01.006349-5

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADOS: ROGER SCARDUA LELLIS (CPF 376.937.787-72) e ROGER SCARDUA LELLIS (CNPJ: 27.540.921/0001-01)

ADVOGADO: Sem Advogado

CDA: 35.776.243-6

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 83

BEM(NS): 01 (um) Apartamento nº 1502 do Edifício Piazza Di Itália, situado na Avenida Estudante José Julio de Souza, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, edificado nos lotes 28 e 29 de quadra 17, com área total de 1.650,00m², com as seguintes características: 01 (uma) sala de estar-jantar, 01 (um) varanda, 02 (dois) quartos, 01 (um) banheiro social, 02 (duas) suítes, 01 copa/cozinha, 01 área de serviço, 01 (uma) dispensa, 01 (um) quarto com banheiro de empregada, com pisos em cerâmica, sendo que o banheiro social, os das suítes, a copa/cozinha e o banheiro da empregada, possuem azulejos até o teto, e a área de serviço até a altura de 1,50 metros ,com área equivalente de 215,48m², e área de 251,69m², com fração ideal de 0,03012, estando vinculado e incluído na fração ideal desta unidade 02 (duas) vagas de garagem. Matriculado sob o nº 56.052 do Cartório de Registro de Imóveis de Vila Velha/ES.

AVALIAÇÃO: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), em 02/10/ 2008.

ÔNUS: Hipoteca em favor do Banco Itaú S/A; Penhora em Favor de Sigma Engenharia Ltda, nos autos nº 3981, junto a 5ª Vara Cível de Vila Velha/ES; Penhora em Favor do Banco Itaú S/A, nos autos nº 6844 (035010106249), junto à 3ª Vara Cível de Vila Velha/ES; Penhora em favor da União Federal, nos autos nº 199.50.01.011763-8, junto a 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo; Penhora em favor da Fazenda Nacional, autos nº 97.0004649-4, junto a 3ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo; Penhora em favor de SIMPRO/ES, nos autos nº 1548.2002.001.17.00-0, junto a 1ª Vara do Trabalho de Vitória/ES. Penhora em favor da Caixa Econômica Federal - CEF, nos autos nº 2008.50.01.0008803-4, junto a 2ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo e Penhora favor da União Federal, nos autos nº 2007.50.01.006348-3, junto a 2ª Vara Federal de Execução Fiscal Seção Judiciária do Espírito Santo.

VALOR DA DÍVIDA: 1.118.349,19 (um milhão cento e dezoito mil trezentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos) em 25/04/ 2007.

Localização do(S) bem(NS): Avenida Estudante José Julio de Souza, Praia de Itaparica, Edifício Plazza Di Itália, Apto. nº 1502, Vila Velha/ES.

19 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2002.50.01.008354-0

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

EXECUTADO: CURSO NACIONAL DE MEDICINA LTDA. (CNPJ: 27.055.227/0001-90)

ADVOGADO(S): LANIA ROVENIA COURA CARVALHO (OAB/ ES 4.768); APARECIDA SERRANO DE MELO (OAB/ES 8.528); TRAJANO CONTI FERREIRA (OAB/ES 15840)

CDA: FGES200100721

Valor da Dívida: R$ 818.572,18, (oitocentos e dezoito mil quinhentos e setenta e dois reais e dezoito centavos), em 26/11/2010.

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 2007.50.01.004065-3

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

EXECUTADO: SOCIEDADE EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DO CARMO (CNPJ: 27.400.068/0001-14)

ADVOGADO(S): BRUNO DALL'ORTO MARQUES (OAB/ES8288); RAPHAEL MADEIRA ABAD (OAB/ES11370); JOSÉ ANTONIO NEFFA JUNIOR (OAB/ES 10871).

CDA: FGES200700032

Valor da Dívida: R$ 101.553,39 (cento e um mil quinhentos e cinqüenta e três reais e trinta e nove centavos), em 27/08/2010

BEM(NS):

Edifício do Colégio Nacional de Itapoã, localizado na Rua Pessegueiro, nº 44, Vila Velha/ES, construído sobre um terreno de aproximadamente 97 x 26m, ou seja, área total de 2.522,00m² (dois mil e quinhentos e vinte e dois metros quadrados), sendo o referido prédio constituído de quatro pavimentos que abrigam vinte e duas salas de aula, secretaria/tesouraria, biblioteca, sala de material, sala de direção, dois almoxarifados, auditório, laboratório, duas salas de professores, sala de informática, sala de artes, sala de depósito, sala de equipe técnica, seis banheiros, dois vestiários, um bicicletário e duas quadras poliesportivas, perfazendo a área total construída do prédio 2.100,00m² (dois mil e cem metros quadrados), aproximadamente. Matriculado sob nº 17.718 no 1º Ofício da 1ª Zona do Cartório de Registro de Imóveis de Vila Velha/ES.

AVALIAÇÃO: R$ 7.229.581,40 (sete milhões, duzentos e vinte nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta centavos).

ÔNUS: Eventuais constantes junto à Prefeitura Municipal de Vila Velha; Penhoras nos Autos nºs: 0853.2004.003.17.00-0, em favor de Márcia Regina Nunes Ribeiro; 1923.2003.003.17.00-6, em favor de SINPRO-ES; 1640.2004.003.17.00-5, em favor de Sérgio Márcio da Silva; 0927.2004.003.17.00-8, em favor de Márcio Favaratto AC. Sind; 1042.1995.003.17.00-4, em favor de Roberto Mauro M. de Oliveira; 0524.2005.003.17.00-0, em favor de Cedino Renato de Lima; 01576.2005.003.17.01-6, em favor de Dorian Mirianda Rangel; 0021.2004.003.17.00-3, em favor de Viviane Nogueira; 01316.2002.003.17.00-5, em favor de Mirian

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 84

Gladys Farago de Souza AC. Sind; 01482.2004.003.17.00-3, em favor de Heitor Correa da Conceição; 0511.2005.003.17.00-0, em favor de Catia Fae Martins; 0857.2004.03.17.00-8, em favor de Marco Aurélio Ferreira Dias; 0596.2004.003.17.00-5, em favor de Mário Sérgio de Barros Lima, todos em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Vitória/ES; Penhoras em 61 processos em curso nesta Seção Judiciária, cujos autos são: 99.0003536-4, 2004.50.01.005506-0, 2007.50.01.004342-3, 2007.50.01.002949-9, 2005.50.01.004668-3, 2007.50.01.002434-9, 2007.50.01.00858-4, 2009.50.01.005266-4, 2002.50.01.008354-0, 2005.50.01.005485-0, 2007.50.01.004065-3, 2004.50.01.009088-6, 2005.50.01.002408-0, 2003.50.01.016226-1, 2005.50.01.010912-7, 2004.50.01.002875-5, 2002.50.01.007069-6, 2004.50.01.011303-5, 2005.50.01.010916-4, 2005.50.01.001702-6, 92.0004470-0, 1999.50.01.011730-4, 96.0002950-4, 2005.50.01.000443-3, 2005.50.01.004451-0, 2003.50.01.008052-9, 2003.50.01.015019-2,2002.50.01.007298-0 96.0002948-2, 2003.50.01.016644-8, 98.0008756-7, 2003.50.01.008050-5, 98.0009669-8, 2007.50.01.008627-6, 98.0008248-4, 2005.50.01.002588-6, 2004.50.01.007000-0, 2003.50.01.008434-1, 2008.50.01.012229-7, 2004.50.01.001946-8, 2004.50.01.0004985-0, 2005.50.01.002515-1, 2005.50.01.004666-0, 2007.50.01.008052-3, 2005.50.01.002704-4, 2005.50.01.001704-0, 96.0009524-8, 2005.50.01.001094-9, 2005.50.01.002705-6, 2002.50.01.006897-5, 00.0004309-5, 2005.50.01.001092-5, 2007.50.01.0033960, 2008.50.01.012633-3, 2007.50.01.008819-4, 2007.50.01.004965-6, 2004.50.01.005071-2, 2008.50.01.000514-1, 2005.50.01.001701-4, 2006.50.01.004825-8 e 2005.50.01.001095-0.

VALOR DA DÍVIDA: 1.118.349,19 (um milhão cento e dezoito mil trezentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos) em 25 de abril de 2007.

Localização do(S) bem(NS): Rua Pessegueiro, n° 44, Praia de Itapoã, Vila Velha/ES

FORMA DE PAGAMENTO:

À VISTA:

A arrematação far-se-á com depósito à vista ou no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante caução idônea, conforme art. 690 do CPC.

PARCELAMENTO:

será admitido em caso de bens móveis e imóveis o pagamento parcelado do maior lance. As propostas de parcelamento serão apresentadas por escrito e decididas posteriormente, com pagamento imediato de no mínimo 30% do valor lançado, nos termos do art. 690 do CPC. Os pagamentos serão realizados em dinheiro mediante depósito em conta judicial na agência 0829 da CEF. No caso em que a Fazenda Nacional for parte também poderá haver parcelamento com a apresentação da proposta por escrito, art. 690, §3º do CPC e art. 98 da Lei 8212/91, hipótese em que o exeqüente será o credor do arrematante, o que deverá constar da carta de arrematação, constituindo-se em garantia do débito hipoteca judicial.

Em ambos os casos o licitante deverá apresentar Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência, referências bancárias e idoneidade financeira. Caso não seja apresentada documentação solicitada o parcelamento não será autorizado.

MODALIDADE PRESENCIAL E ON-LINE:

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no local, no dia e na hora mencionados, ou ofertar lances pela Internet, através do site www.leiloesjudiciais.com.br, devendo, para tanto, os interessados, efetuarem cadastramento prévio, no prazo máximo de 24h antes do leilão presencial, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do Juízo o valor total da arrematação, via deposito Judicial no prazo de 24 horas a parte do encerramento da hasta.

ÔNUS DO ARREMATANTE:

Custas de arrematação no importe de 0,5%, respeitado o limite mínimo de 10 UFIR's (R$ 10,64) e máximo de 1.800 UFIR's (R$ 1.915,58), conforme Lei nº 9.289/96 e comissão da leiloeira de 5%, calculados sobre o valor da arrematação. Cabe ao arrematante custear as despesas de transporte do bem arrematado, bem como providenciar o pagamento de despesas relativas ao registro da transferência da propriedade.

LOCAL, DATAS E HORÁRIO:

Auditório da Justiça Federal, localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES, em 1.º Leilão: dia 03/05/2011, às 14:00h; e 2.º Leilão: dia 17/05/2011, às 14:00h - que somente será realizado na hipótese de o(s) bem(ns) não alcançar(em) o valor da avaliação no 1º leilão, neste caso a venda será pelo melhor preço, observado o dispositivo no art. 692, do CPC.

Haverá transmissão simultânea ao leilão presencial para captação de lances através do site www.leiloesjudiciais.com.br.

ADVERTÊNCIAS ESPECIAIS:
01)

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 85

Fica(m) intimados pelo presente Edital os Executados e respectivo(s) Cônjuge(s), se casado(s) for(em), o(s) depositário(s) e, ainda, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, caso não tenha(m) sido localizado(s) para intimação pessoal pelo Sr. Oficial de Justiça, bem como por outro modo idôneo, acerca do processo de execução, do leilão designado e/ou da (re)avaliação realizada;

02)

Havendopagamento ou parcelamento do débito após a intimação (pessoal ou por edital), caberá ao executado pagar comissão à leiloeira no percentual de 1% sobre o valor devido, limitando-se esta comissão ao valor máximo de R$ 1.000,00 (um mil reais);

03)

O Executado não poderá impedir a leiloeira e/ou representante legal de vistoriar e fotografar o bem contrito e, se for a hipótese, remover os bens penhorados, ficando desde já advertência de que a obstrução ou impedimento constitui crime (art. 330 do Código Penal);

04)

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça Federal e/ ou leiloeira quaisquer responsabilidades quanto a concertos e reparos ou mesmo providencias referente à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transportes daqueles arrematados. Será ainda atribuição dos licitantes/arrematantes a verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida ou divergência na identificação/descrição dos bens deverá ser dirimida no ato do leilão;

05)

Os débitos decorrentes de multas, IPVA e outros que eventualmente gravem o(s) bem(ns) e cujo fato gerador seja anterior à expedição da Carta de Arrematação serão subrogados ao valor ofertado na arrematação;

06)

O Auto de Arrematação será confeccionado de imediato pelo Juízo, sendo este instrumento correspondente a mandado de imissão na posse do bem adquirido;

07)

Para os bens imóveis a expedição da carta de arrematação ficará condicionada à comprovação do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

08)

Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação;

09)

No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente dar-se-á preferência, entretanto, ao lanço que englobar todo o lote (art. 691 do CPC).

DADO E PASSADO na Secretaria da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, em Vitória, aos 04 de abril de 2011. Eu, HIDIRLENE DUSZEIKO, LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL NOMEADA, assino e faço publicar.

HIDIRLENE DUSZEIKO

Leiloeira Pública Oficial

JUCEES nº 052

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

BOLETIM: 2011000057

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL JULIANA COUTO VILLELA PEDRAS

51001 - JUIZADO/CÍVEL

15 - 0002460-32.2009.4.02.5050 (2009.50.50.002460-0) (PROCESSO ELETRÔNICO) MANOEL SEBASTIAO NUNES (ADVOGADO: RAPHAEL MADEIRA ABAD, JOSE ANTONIO NEFFA JUNIOR, BRUNO DALL'ORTO MARQUES.) x UNIÃO FEDERAL. . DESPACHO

Intime-se a parte autora a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se tem interesse no prosseguimento da presente demanda

(17) 142

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo Nº **2001.50.01.004474-7**	
Exeqüente: **UNIÃO FEDERAL (INSS)**	
Executado: **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.**	CNPJ: **39.383.013/0001-22**
Executado: **GILSON ANTUNES RIBEIRO**	CPF: **251.894.176-20**
Executado: **MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES**	CPF: 931.043.327-20
Certidão(ões) de Dívida Ativa nº(s): **32738829-3**	
Processo(s) Administrativo(s): **327388293**	
Valor da Dívida: **R$ 220.121,69 (duzentos e vinte mil, cento e vinte e um reais e sessenta e nove centavos), em 02 de fevereiro de 2005.**	

Descrição do(s) bem(ns): **01 (uma) Lavadora/secadora de piso, marca Karcher, mod. BD450, em estado regular de conservação. Avaliação: R$ 2.000,00 (dois mil reais), em 13 de novembro de 2008.**
Endereço do(s) bem(ns): **Rua Alberto de Oliveira, nº 321, Soteco, Vila Velha/ES.**
Endereço dos Executados: **Rua João Azevedo, nº 94, São Cristovão, Vila Velha/ES e Rua Cel. José Gabriel Marques Filho, nº 24, Parque das Gaivotas, Vila Velha/ES.**
Depositário(a): **GILSON ANTUNES RIBEIRO, Rua Cel. José Gabriel Marques Filho, nº 24, Parque das Gaivotas, Vila Velha/ES.**
Leiloeira Oficial: **Hidirlene Duszeiko, fone 0800-707-9272 (leiloeses@leiloesjudiciais.com.br)**

O DR. **AMÉRICO BEDE FREIRE JUNIOR**, Juiz Federal da 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a leiloeira oficial nomeada nos autos em epígrafe, **o cumprimento da determinação para que proceda as diligências pendentes a intimar os interessados da designação do leilão, a ser realizado nas datas de 03/05/2011 e 17/05/2011, para o 1º e 2º leilões, respectivamente, às 14h00min, no Auditório da Justiça Federal, localizado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES.**

a) **REAVALIE** o(s) bem(ns) penhorado(s) conforme auto de penhora de fl. 102 e diligencie caso necessário, junto ao Cartório de Imóveis/DETRAN, a fim de trazer a certidão de ônus atualizada do bem;

b) **INTIME** o depositário das datas designadas para a realização dos leilões e da possibilidade de visita dos interessados na aquisição do(s) bem(ns);

c) **INTIME** o executado das datas designadas para a realização dos leilões e da reavaliação, bem como seu cônjuge e eventuais credores hipotecários/fiduciários, além do ocupante/detentor do bem, se for o caso.

d) **INTIME** o executado que havendo pagamento ou parcelamento do débito após a intimação (pessoal ou por edital), caberá ao executado pagar comissão à leiloeira no percentual de 1% sobre o valor devido, limitando-se esta comissão ao valor máximo de R$ 1.000,00 (um mil reais).

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. **EXPEDIDO** nesta cidade de Vitória/ES, nos quatro dias de abril de dois mil e onze. Eu, Hidirlene Duszeiko, digitei. Dado e passado e assinado pela Leiloeira Oficial, por ordem do MM. Juiz Federal.

HIDIRLENE DUSZEIKO
Leiloeira Oficial

Estou ciente designação do leilão, a ser realizado nas datas de **03/05/2011 e 17/05/2011, para o 1º e 2º leilões, respectivamente, às 14h00min, no Auditório da Justiça Federal, localizado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES.**

Data e horário: ___/___/___ às : horas.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data e horário: ___/___/___ às : horas.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data e horário: ___/___/___ às : horas.

Nome: _____

Assinatura: _____

143

CERTIDÃO

Ref. Autos nº: 2001.50.01.004474-7

Exequente: UNIÃO FEDERAL (INSS)

Executado: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Eu, **Hidirlene Duszeiko**, Leiloeira Oficial, regularmente inscrita na JUCEES sob o nº. 052, nomeada para a realização da Hasta Pública designada para os dias 03 e 17 de maio de 2011, a partir das 13:00 horas, venho por meio desta CERTIFICAR nos presentes Autos que em data de 27 de abril de 2011, diligenciei ao endereço indicado nos Autos supra e deixei de intimar o executado e tirar as fotos do bem penhorado nestes Autos, vez que em Soteco fui informado que a empresa mudou a vários anos e hoje no local funciona uma lan house e no Parque das Gaivotas não foi encontrado o numero indicado e ninguém conhece a empresa executada ou o fiel depositário.

Por ser verdade, firmo a presente.

Vitória/ES, 29 de abril de 2011.

Hidirlene Duszeiko
Leiloeira Oficial
JUCEES nº. 052

SERRANO

9001:2008

944

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª Vara de Execução Fiscal de Vitória
Avenida Getúlio Vargas, 595, 2º andar, Centro, Vitória/ES
e-mail: 03vfef@jfes.jus.br

ATA DE LEILÃO NEGATIVO

N.º PROCESSO: EF 2001.50.01.004474-7	**EDITAL Nº**
3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL	**LOTE N.º 43**

Na data de hoje, no horário determinado, neste local, em audiência de leilão presidida pelo MM. Juiz Federal Dr. Américo Bede Freire Junior, auxiliado pela leiloeira oficial Hidirlene Duszeiko, Leiloeira Oficial, com registro na JUCEES n.º 052, foi aberto Primeiro Leilão Público Judicial, conforme Edital de Leilão publicado, e certifico que o processo mencionado acima obteve resultado negativo.

JUST.F.3ªVF EXC.FISCAL -03-Mai-2011-15:48-020510-1/1

Exeqüente: UNIÃO FEDERAL (INSS).

Executado: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., GILSON ANTUNES RIBEIRO E E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES.

Vitória, 03 de maio de 2011.

Duszeiko.
LEILOEIRA OFICIAL

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª Vara de Execução Fiscal de Vitória
Avenida Getúlio Vargas, 595, 2º andar, Centro, Vitória/ES
e-mail: 03vfef@jfes.jus.br

JUST.FEDERAL - ESP. S. -17-Mai-2011-17:39-017018-1/2

ATA DE LEILÃO NEGATIVO

N.º PROCESSO: EF 2001.50.01.004474-7	**EDITAL Nº**
3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL	**LOTE N.º 43**

Na data de hoje, no horário determinado, neste local, em audiência de leilão presidida pelo MM. Juiz Federal Dr. Américo Bede Freire Junior, auxiliado pela leiloeira oficial Hidirlene Duszeiko, Leiloeira Oficial, com registro na JUCEES n.º 052, foi aberto Segundo Leilão Público Judicial, conforme Edital de Leilão publicado, e certifico que o processo mencionado acima obteve resultado negativo.

JUST.FEDERAL - ESP. S. -17-Mai-2011-17:39-017018-2/2

Exeqüente: UNIÃO FEDERAL (INSS).

Executado: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., GILSON ANTUNES RIBEIRO E E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES.

Vitória, 17 de maio de 2011.

Duszeiko.
LEILOEIRA OFICIAL

VISTA/REMESSA
Nesta data, faço VISTA/REMESSA dos presentes autos ao exequente.
30 MAIO 2011
Vitória - ES
Funcionário

RECEBIMENTO
Nesta data, recebi na secretaria desse Juízo, os presentes autos.
27 JUN. 2011
Vitória - ES
Funcionário

146

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITORIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUST.F.3ªVF EXC.FISCAL -21-Jun-2011-18:29-022408-1/2

Processo nº:	2001.50.01.004474-7(Execução Fiscal)
Proc. Adm. nº:	32738829-3
Exeqüente:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA E OUTROS

A **UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL**, nos autos da execução fiscal acima referenciada, pelo Procurador da Fazenda Nacional infra-assinado, tendo em vista a inspeção judicial a ser realizada, vem à presença de Vossa Excelência, **restituir os presentes autos,** após, requer, novas vistas dos autos.

Nestes termos, pede deferimento.
Vitória/ES, 13 de junho de 2011.

Danilo Themi Caram
Procurador da Fazenda Nacional

Luzia dos Santos Arnaldi
Estagiária de Direito/PGFN/ES

DESPACHO (PROFERIDO EM INSPEÇÃO)

1. Vistos em inspeção.

2. Defiro o pedido de vista tal qual formulado pela exeqüente. Dê-se vista à PGFN após o término da Inspeção Ordinária.

Vitória/ES, 29/06/2011.

AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR
JUIZ FEDERAL TITULAR

VISTA / REMESSA
Nesta data, faço VISTA/REMESSA dos presentes autos ao exequente.
04 JUL. 2011
Moacyr A. B. Júnior
Técnico Judiciário
Funcionário

RECEBIMENTO
Nesta data, recebi na secretaria desse Juízo, os presentes autos.
07 OUT. 2011
Vitória - ES
Funcionário

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) Federal da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória – Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo

Processo nº:	2001.50.01.004474-7 (EXECUÇÃO FISCAL)
P.A.F. nº:	327388293
Exequente:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
Executado(s):	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

A UNIÃO FEDERAL, nos autos da execução fiscal acima referenciada, por seu Procurador da Fazenda Nacional infra-assinado, vem, perante Vossa Exa., em prosseguimento à execução, requerer, seja aplicado o disposto no art. 185-A do CTN em relação aos executados, oficiando-se ao Cartório de Registro de Imóveis de sua sede/residência e ao DETRAN/ES para, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a determinação judicial de indisponibilidade dos bens do executado, enviando concomitantemente, em caso positivo, ao Juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade tiverem promovido, na forma do que dispõe o §2º do art. 185-A do CTN.

Seguem em anexo os extratos com o valor atualizado do crédito exeqüendo.
Nestes termos, pede deferimento.

Vitória/ES, 13 de setembro de 2011.

Danilo Theml Caram
Procurador da Fazenda Nacional

Gad Joseph Haim
Estagiário de Direito - PFN/ES

JFES - 3ª VF EXEC. FISCAL - 07-Out-2011-15:25-026381-2/2

1188

JUCEES | JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | Consultados

Dados da Empresa | Atividades | Pessoas | Filiais | Histórico | Bloqueios

NOME EMPRESARIAL	CNPJ
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	39.383.013/0001-22

PESSOAS VINCULADOS À EMPRESA

CPF / CNPJ	ENDEREÇO	PARTICIPAÇÃO	EM %	VÍNCULO	ENTRADA	SAÍDA
251.894.176-20	**NOME...:** GILSON ANTUNES RIBEIRO **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES, Nº 24 **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS **MUNIC..:** VILA VELHA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	SOCIO	04/07/1997	
931.043.327-20	**NOME...:** MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL .MARQUES, Nº 24 **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS **MUNIC..:** VILA VELHA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	ADMINISTRADOR	13/04/1993	
251.894.176-20	**NOME...:** GILSON ANTUNES RIBEIRO **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES, Nº 24 **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS **MUNIC..:** VILA VELHA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	ADMINISTRADOR	04/07/1997	
931.043.327-20	**NOME...:** MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL .MARQUES, Nº 24 **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS	112.476,00	50,0	SOCIO	13/04/1993	

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 95

	MUNIC..: VILA VELHA **UF.....:** ES					
808.768.707-87	**NOME...:** MARIA VALDINA SILVA CAMPOS **END.....:** AVENIDA DANTE MICHELINI, Nº 2431 **BAIRRO:** MATA DA PRAIA **MUNIC..:** VITÓRIA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	SOCIO	14/06/1994	04/07/1997

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 137, OUT2, Página 96

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
06/09/2011 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 11:19:34
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200150010044747 Credito: 327388293 PRC: 7200800
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase: 624 Dt.Fase: 04/02/2005 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED
Procurador: 1261833 Honorarios: 10.00 PRO Dt.Ajuizamento: 20/04/2001
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	624	04/02/2005	Nao	285.327,94

Total Divida - 285.327,94
Honor Divida - 28.532,79
J/Hon REFIS - 0,00
Total da Acao - 313.860,73 Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
06/09/2011 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 11:19:34
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200150010044747 Credito: 327388293 PRC: 7200800
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase: 624 Dt.Fase: 04/02/2005 Comarca: 7053 Vara: 4 Foro: FED
Procurador: 1261833 Honorarios: 10.00 PRO Dt.Ajuizamento: 20/04/2001
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	624	04/02/2005	Nao	285.327,94

Total Divida - 285.327,94
Honor Divida - 28.532,79
J/Hon REFIS - 0,00
Total da Acao - 313.860,73 Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
06/09/2011 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 11:18:24

151

Credito: 327388293 CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Doc. de Origem..: 07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 07/05/1999 Livro: 1 Folha: 491
Dt. de Inscricao: 06/07/2000 RFB: 07.001.120 Orgao Inscr.: 07.200.000
Periodo da Divida: 09/1996 a 01/1999 PRC Tramitacao: 07.200.800
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 04/02/2005

Principal:	79.899,76	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	39.950,57	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	165.477,61	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	285.327,94		
Honorarios:	28.532,79		

Valores atualizados p/ 09/2011 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB

USUARIO: GONCALVES
12/09/2011 14:49

152

NI-CPF : 251.894.176-20 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : GILSON ANTUNES RIBEIRO
DT NASC: 08/05/1958
MAE : ADELVINA ANTUNES DE SOUZA
TIT. ELEITOR: SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
29101-603 PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD : 0027 TELEFONE: 32893089 CELULAR: COD.MUN.: 5703 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720106

PROXIMO NI-CPF: _____ - __

T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___

VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES
PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB

USUARIO: GONCALVES
12/09/2011 14:49

1538

NI-CPF : 931.043.327-20 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
DT NASC: 14/09/1961
MAE : MERCEDES FONTES DA ROCHA
TIT. ELEITOR: SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
29101-603 PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD : 0027 TELEFONE: 32897940 CELULAR: COD.MUN.: 5703 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720106

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES
PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB

USUARIO: GONCALVES
12/09/2011 14:49

154

NI-CPF : 808.768.707-87 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : MARIA VALDINA SILVA CAMPOS
DT NASC: 29/09/1961
MAE : MARIA YOLANDA SILVA
TIT. ELEITOR: 00.026.456.514-30 SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R DAS PALMEIRAS,73,CASA
29047-550 ITARARE,VITORIA

DDD : 0027 TELEFONE: 2258399 CELULAR: COD.MUN.: 5705 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __

T254 _____ DADOS CADASTRAIS ___

VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES
PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

REMESSA PARA DIGITALIZAÇÃO

Certifico que, nesta data, os presentes autos foram encaminhados para SEDIGI para fins de DIGITALIZAÇÃO das peças processuais e posterior conversão dos autos físicos em autos eletrônicos.

Vitória/ES 28/02/2012

Servidor Responsável

REENVIO PARA DIGITALIZAÇÃO

Certifico que, nesta data, os presentes autos foram reencaminhados para SEDIGI para fins de DIGITALIZAÇÃO das peças processuais e posterior conversão dos autos físicos em autos eletrônicos.

Vitória, 30/05/2012.

Servidor responsável.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 138

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
02/08/2012 17:44:00
Usuário:
JESBIAV - BIANCA ASSIS VALENTIM -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
138

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 139

Evento:
LOCALIZACAO_INTERNA
Data:
07/08/2012 12:37:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
139

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 140

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____DE_EXPEDIENTE
Data:
07/11/2012 14:04:00
Usuário:
JESIMV - IRINEU MARTINS DA VITÃ³RIA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
140

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES. CEP 29.053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7).
EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL.
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,.
CDA Nº: 32738829-3.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 313.860,73 em 05/09/2011.

DECISÃO

O executado devidamente citado não ofereceu bens à penhora nem pagou a dívida, restando presentes os pressupostos necessários à autorização da indisponibilidade de seus bens, nos termos do art. 185-A, do Código Tributário Nacional. A medida autorizada pelo referido artigo tem uma finalidade clara: viabilizar a futura penhora do(-s) bem(-ns) tornado(-s) indisponível(-is). Assim, causa certa estranheza o pedido formulado em sede de execução fiscal, quando poderia a exeqüente por meios próprios identificar os bens do devedor e requerer-lhes diretamente a penhora.

A par dessas considerações, antes relativas à efetividade da medida do que à procedência do correspondente pedido, deve ser feita esta: embora apenas o órgão jurisdicional possa tornar os bens indisponíveis, comunicar a decisão aos Cartórios de Registro de Imóveis, e demais órgãos é medida a ser tomada pelo próprio exeqüente.

Com efeito, o artigo 185-A do Código Tributário Nacional não pode ser interpretado de maneira isolada, senão combinado com as inovações trazidas pelas recentes reformas processuais. Caberá ao exeqüente proceder na forma do artigo 615-A do Código de Processo Civil. Se o mero ajuizamento da execução lhe concede semelhante prerrogativa, muito mais haverá de fazê-lo a decretação de indisponibilidade. Inteligência diversa caminha em sentido oposto à pretendida modernização do processo executivo e viola frontalmente o princípio da economia processual.

Isto posto, **DEFIRO O PEDIDO FORMULADO PELA EXEQÜENTE PARA TORNAR INDISPONÍVEIS TODOS OS BENS DO(S) EXECUTADO(S)**.

A fim de dar efeitos práticos à indisponibilidade determinada, servirá a presente decisão como certidão, conforme os dados acima, devendo a exeqüente, por meios próprios, providenciar sua impressão e a posterior comunicação a que se refere o artigo 185-A do Código Tributário Nacional aos órgãos de sua escolha.

Desde já, ressalto que os órgãos responsáveis pelo registro de transferência de bens deverão encaminhar suas respostas – sejam elas positivas ou negativas - diretamente à Fazenda Pública, a quem, por sua vez, caberá peticionar nos autos informando o resultado das diligências.

Suspendo o curso desta execução por 01 (um) ano, na forma do artigo 40 da Lei 6.830/80. Intime-se a parte exeqüente. Expirado esse prazo, arquivem-se estes autos, sem baixa na Distribuição e independentemente de nova intimação, nos termos do § 2º daquele dispositivo legal.

Vitória, 07/11/2012.

- assinado eletronicamente, na forma da Lei nº 11.419/2006 -
AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
JUIZ FEDERAL

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Documento No: 138694-3-0-199-1-31294 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 141

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
22/11/2012 15:24:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
141

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 142

Evento:
REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL
Data:
19/12/2012 11:56:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
142

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIÃO FEDERAL - (CPF não cadastrado)

RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006 [1].

Vitória, 19/12/2012.

- assinado eletronicamente -
Pedro Diaz Leal
DIRETOR DE SECRETARIA

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-4-0-200-1-75766 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 143

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
07/01/2013 14:25:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
143

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 144

Evento:
CERTIDAO
Data:
15/01/2013 12:55:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
144

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR(A): UNIÃO FEDERAL
RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 15/01/2013, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado por "omissão".

Vitória-ES, 15 de janeiro de 2013.

- assinado eletronicamente -
MARIA ROAS HEMERLY
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-5-0-201-1-868026 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 145

Evento:
JUNTADA
Data:
23/01/2013 18:23:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
145

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal,

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por seu representante judicial infra-assinado, vem perante V. Exa., requerer suspensão do feito por 3 (três) meses, enquanto aguarda a resposta dos ofícios enviados aos Cartórios de Imóveis da grande Vitória e ao DETRAN-ES (cópias em anexo), objetivando informações acerca da existência de imóveis e/ou veículos de propriedade do(s) devedor(es), em relação aos quais foi proferida decisão de indisponibilidade.

Requer, outrossim, nova vista dos autos ao fim desse período para manifestação.

Nesses termos, pede deferimento.

Vitória/ES, 21 de janeiro de 2013.

Andreia Machado Cunha
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-6-0-202-1-63364 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

COPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 119 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Vila Velha – ES – 1ª Zona.
Rua Luciano das Neves, nº 602, 1° andar, Centro, Vila Velha-ES, CEP: 29100-201.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 120 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Vitória – ES – 2ª Zona de Vitória.
Av. Maruípe, nº 914, térreo, Maruípe, Vitória-ES, CEP: 29043-212.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 121 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Serra – ES – 1 ° Zona
Rua Major Pissarra, 196, Centro, Serra-ES, CEP 29176-020.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 122 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Cariacica – ES – 1º Ofício.
Rua Pio XII, 36, 1º piso, Campo Grande, Cariacica-ES, CEP: 29146-290.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 123 /2013/AMC/ PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Vila Velha – ES – 2ª Zona.
Rua Cabo Alyson Simões, nº 560, sala 1, Bloco 3, Ed. Antonio Saliba, Centro, Vila Velha-ES, CEP: 29100-320.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 124 /2013/AMC PFN-ES Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Vitória – ES – 3ª Zona de Vitória.
Av. Nossa Senhora da Penha, nº 356 – Praia do Canto – Ed. Boulevard da Praia – 3º Piso/Loja 41 - Vitória-ES, CEP: 29.055-131.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

COPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 125 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Dr.
Diretor Geral do Detran
Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2270, Santa Luzia, Vitória-ES, CEP: 29045-402.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 126 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Vitória – ES – 1ª Zona de Vitória.
Rua Pedro Palácios, 60, Loja 06, Ed. João XXIII, Centro, Vitória-ES, CEP 29015-160

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 5º andar, Centro
Vitória/ES, CEP 29101.190
27 3232-5151 - pfn.es@fazenda.gov.br -

Ofício n.º 127 /2013/AMC/PFN-ES

Vitória, 14 de janeiro de 2013.

Ao Ilmo Sr.
Oficial do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Serra – ES – 2º Zona.
Av. Eudes Scherrer de Souza, nº 1350, Laranjeiras, Carapina, Serra-ES, CEP: 29165-680.

Assunto: Cumprimento de ordem judicial. Indisponibilidade de bens e direitos decretada judicialmente (art. 185-A do CTN e 615-A do CPC).

Prezado Senhor Oficial,

Cumprimentando-o, informo que o d. juízo da 3º Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES decretou, conforme cópia da certidão anexa, no bojo de processo judicial, a indisponibilidade de bens e direitos do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s), razão pela qual solicito os bons ofícios de Vossa Senhoria no sentido de dar integral cumprimento à r. ordem judicial proferida, registrando a constrição neste Órgão.

Na hipótese de ser identificado e bloqueado algum bem, rogo-lhe seja comunicada (art. 185-A, § 2º, do CTN) imediatamente esta Procuradoria, no endereço indicado no cabeçalho, mencionando-se no expediente o número do processo judicial.

Processo Judicial nº:	2001.50.01.004474-7
Executado:	ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS
CNPJ:	39.383.013/0001-22
Co-executado:	GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF:	251.894.176-20
Co-executado:	MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF:	931.043.327-20

Atenciosamente,

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

Protocolada por Andreia Machado Cunha em 21/01/2013 18:23:29 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-7-0-203-9-486587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 146

Evento:
SUSPENSAO_POR_ART__40_DA_LEF
Data:
23/01/2013 18:33:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
146

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Marechal M. de Moraes, 1877, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29.053-245

Processo n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CERTIDÃO DE SUSPENSÃO

Certifico que, nesta data, em cumprimento à determinação do MM. Juiz Federal, diligenciei a suspensão do presente feito no Sistema de Acompanhamento Processual desta Seção Judiciária. Do que, para constar, fiz lavrar o presente termo.

Motivo da Suspensão: ART. 40, § 2º, LEF (ARQUIVAMENTO SEM BAIXA)

Vitória/ES, 23/01/2013.

(assinado eletronicamente)
MARIA ROAS HEMERLY
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-8-0-212-1-283737 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 147

Evento:
JUNTADA
Data:
11/03/2013 15:51:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
147

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 147, OUT7, Página 1

Vitória, 28 de Fevereiro de 2013.

EXMO. Sr. Dr.
AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
JUIZ DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO.

Execução Fiscal nº: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

Em cumprimento à solicitação contida na Decisão da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal, encaminhada pela Procuradoria da Fazenda Nacional sob Ofício n° 120/2013/AMC/PFN-ES, datado de 14/01/2013, vimos pelo presente informar a Vª. Exª que em nome de **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS – CNPJ: 39.383.013/0001-22; GILSON ANTUNES RIBEIRO – CPF: 251.894.176-20 e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES – CPF: 931.043.327-20,** não consta nenhum registro feito no (os) qual (ais) figure (m) com proprietário (s) de imóvel (eis).

Informamos a Vª. Exª que mesmo não sendo encontrado nenhum imóvel registrado em nome dos mesmos, foram lançados no CGI (cadastro geral de indisponibilidade) deste Serviço Registral.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os votos de consideração e apreço.

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
2ª ZONA DE VITÓRIA - ES
Helvécio Duia Castello
OFICIAL
Roberta Gonçalves Duia Castello
Substituta Legal
Eliana Souza Simões
Luiz Carlos Fonseca de Faria
Substitutos
Claudiana de Silva Carmo
Escrevente Autorizada

Atenciosamente,

ELIANA SOUZA SIMÕES

OFICIAL SUBSTITUTA

Doc: TRF2-EXC-FISCAL -07-Mar-2013-15:43-001654-2/2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 148

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_SUSPENSO
Data:
11/03/2013 16:08:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
148

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 149

Evento:
JUNTADA
Data:
18/03/2013 17:05:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
149

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 149, OUT8, Página 1

DETRAN | ES

OF/SCD/Nº 0181/2013

12

Vitória, 11 de Março de 2013.

Senhor Juiz

Informamos que foi inserida averbação judicial no cadastro dos veículos placas **GXI-2967, MQD-0450, MRC-4317, MTQ-1967, MTS-0420 e MTS-0430,** de propriedade de Zelar Administração de Serviços LTDA, **CNPJ-39.383.013/0001-22**, conforme art.615-A do CPC, consoante Processo nº 2001.50.01.004474-7, dessa Vara, solicitada pela Procuradoria da Fazenda Nacional/ES, protocolado neste Órgão sob o nº 61113786.

Respeitosamente

Adilson Meireles Guerzet
Resp. p/ CIRETRAN de Vitória/ES

Exmº Sr. Dr. Americo Bede Freire Junior
Juiz Federal
3ª Vara Federal Execução Fiscal
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877
Bairro Monte Belo
29053-245, Vitória/ES

Protocolada em 18/03/2013 16:08:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI
Doçumento No: 138694-10-0-214-1-686480 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 150

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
18/03/2013 17:08:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
150

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 151

Evento:
JUNTADA
Data:
29/07/2013 15:33:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
151

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO,

18

Processo nº: **2001.50.01.004474-7**
Exequente: **UNIÃO**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA E OUTROS**

A **FAZENDA NACIONAL**, por sua Procuradora infra-assinada, vem, muito respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a juntada dos documentos em anexo, ao tempo em que requer vista dos autos para manifestação.

Vitória, 29 de maio de 2013.

ANDREIA MACHADO CUNHA
Procuradora da Fazenda Nacional

LORENA GONÇALVES DE CARVALHO
Estagiária de Direito – PFN/ES

Protocolada em 29/07/2013 14:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI
Documento No: 138694-11-0-215-7-190242 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS NÃO PRODUZEM EFEITOS LEGAIS.
SOMENTE A PUBLICAÇÃO NO D.O. TEM VALIDADE PARA CONTAGEM DE PRAZOS.

0004474-20.2001.4.02.5001 Número antigo: 2001.50.01.004474-7
3000 - EXECUÇÃO FISCAL
Autuado em 20/04/2001 - Consulta Realizada em 24/04/2013 às 15:24
AUTOR : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR: MARIA LUCIA RIBEIRO PEREIRA
REU : ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO : ANTONIO CESAR SANTOS
3ª Vara Federal de Execução Fiscal - TIT - AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Juiz - Decisão: AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Redistribuição em 30/03/2005 para 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
Processo suspenso a partir de 23/01/2013 até 23/01/2018

Concluso ao Juiz(a) AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR em 07/11/2012 para Decisão SEM LIMINAR por JESIMV

□ □ □ □ □ □ EXECUÇÃO FISCAL n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7). EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL. EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,. CDA Nº: 32738829-3. VALOR DA DÍVIDA: R$ 313.860,73 em 05/09/2011. DECISÃO O executado devidamente citado não ofereceu bens à penhora nem pagou a dívida, restando presentes os pressupostos necessários à autorização da indisponibilidade de seus bens, nos termos do art. 185-A, do Código Tributário Nacional. A medida autorizada pelo referido artigo tem uma finalidade clara: viabilizar a futura penhora do(-s) bem(-ns) tornado(-s) indisponível(-is). Assim, causa certa estranheza o pedido formulado em sede de execução fiscal, quando poderia a exeqüente por meios próprios identificar os bens do devedor e requerer-lhes diretamente a penhora. A par dessas considerações, antes relativas à efetividade da medida do que à procedência do correspondente pedido, deve ser feita esta: embora apenas o órgão jurisdicional possa tornar os bens indisponíveis, comunicar a decisão aos Cartórios de Registro de Imóveis, e demais órgãos é medida a ser tomada pelo próprio exeqüente. Com efeito, o artigo 185-A do Código Tributário Nacional não pode ser interpretado de maneira isolada, senão combinado com as inovações trazidas pelas recentes reformas processuais. Caberá ao exeqüente proceder na forma do artigo 615-A do Código de Processo Civil. Se o mero ajuizamento da execução lhe concede semelhante prerrogativa, muito mais haverá de fazê-lo a decretação de indisponibilidade. Inteligência diversa caminha em sentido oposto à pretendida modernização do processo executivo e viola frontalmente o princípio da economia processual. Isto posto, DEFIRO O PEDIDO FORMULADO PELA EXEQÜENTE PARA TORNAR INDISPONÍVEIS TODOS OS BENS DO(S) EXECUTADO(S). A fim de dar efeitos práticos à indisponibilidade determinada, servirá a presente decisão como certidão, conforme os dados acima, devendo a exeqüente, por meios próprios, providenciar sua impressão e a posterior comunicação a que se refere o artigo 185-A do Código Tributário Nacional aos órgãos de sua escolha. Desde já, ressalto que os órgãos responsáveis pelo registro de transferência de bens deverão encaminhar suas respostas – sejam elas positivas ou negativas - diretamente à Fazenda Pública, a quem, por sua vez, caberá peticionar nos autos informando o resultado das diligências. Suspendo o curso desta execução por 01 (um) ano, na forma do artigo 40 da Lei 6.830/80. Intime-se a parte exeqüente. Expirado esse prazo, arquivem-se estes autos, sem baixa na Distribuição e independentemente de nova intimação, nos termos do § 2º daquele dispositivo legal. Vitória, 07/11/2012. - assinado eletronicamente, na forma da Lei nº 11.419/2006 - AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR JUIZ FEDERAL

Registro do Sistema em 22/11/2012 por JESPDL.

Movimentação Cartorária tipo PROCESSAMENTO
Realizada em 18/03/2013 por JESJLB

Movimentação Cartorária tipo SUSPENSO
Realizada em 11/03/2013 por JESMRH

Em decorrência os autos foram remetidos em 28/12/2012 para PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Sem contagem de Prazos.
Devolvido em 07/01/2013 por JESMRH

Protocolada em 29/07/2013 14:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI

Para validar a autenticidade do documento acesse o site https://eproc.down.jfes.jus.br/

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 440 / 2013
07/02/13 09:50 Lúcia
DATA HORA ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DA 1ª ZONA DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E

REGISTRO TORRENS

COMARCA DE VITÓRIA – ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ofício nº 068/2013

Vitória, 29 de janeiro de 2013

Referência: Ofício nº 126/2013/AMC/PFN-ES

Processo: 2001.50.01.004474-7

Executado: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS e outros

Talão de Exame 57343

Senhora Procuradora,

Em atenção ao expediente acima referenciado, vimos informar a V.Exª. que não foram encontrados imóveis registrados em nome das pessoas **jurídica** - ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS e **físicas** – GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, ali referidas, não havendo portanto imóveis a serem indisponibilizados.

Ao ensejo apresentamos os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Marly Caldeira de Souza

Oficiala

Excelentíssima Senhora Doutora Andréia Machado Cunha

Procuradora da Fazenda Nacional – Procuradoria da Fazenda Nacional no Espírito Santo

Protocolada em 29/07/2013 14:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI
Documento No: 138694-11-0-215-7-190242 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE CARIACICA
REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

OFÍCIO SRI Nº. 046/2013 (Favor usar esta referência) Cariacica/ES, 31 de janeiro de 2013

A: **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO**

A/C: Drª.: **Andreia Machado Cunha** – Procuradora da Fazenda Nacional

Processo Judicial nº. 2001.50.01.004474-7

PFNES PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 397 / 2013
04/02/13 12:35 Oliveira
DATA HORA ASSINATURA

Em atenção ao solicitado através do Ofício nº. **122/2013/AMC/PFN/ES**, datado de 14 de janeiro de 2013, vimos respeitosamente informar a Vossa Senhoria que **NÃO CONSTA** propriedade imobiliária sob a titularidade de **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS** (CNPJ/MF nº. 39.383.013/0001-22), **GILSON ANTUNES RIBEIRO** (CPF/MF nº. 251.894.176-20) e **MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES** (CPF/MF nº. 931.043.327-20).

Oportunidade que renova os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CARIACICA
Evandro Sarlo Antônio
Oficial

Protocolada em 29/07/2013 14:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI
Documento No: 138694-11-0-215-7-190242 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 359 / 2013
01/02/13 11:55 Mira
DATA HORA ASSINATURA

Vitória, 25 de janeiro de 2.013.-

Ilmª Srª Drª
Andréia Machado Cunha
Procuradora da Fazenda Nacional no Estado do Espírito Santo
Rua Pietrângelo de Biase, nº 56 – 5º andar - Centro
Vitória – E. E. Santo
CEP 29.101-190

Acuso o recebimento do ofício nº 00.124/2013/AMC/PFN/ES, datado de 14/01/13, em que V.S. informa a decretação da indisponibilidade dos bens de *Zelar Administradora de Serviços, Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes* nos autos do processo de Execução Fiscal nº 2001.50.01.004474-7 em curso na 3ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES., movido pela *União Federal* em face da(s) pessoa(s) referida(s), devendo esta Serventia proceder as medidas de praxe.-

Atendendo sua solicitação, informo conforme busca procedida, que em nome da(s) pessoa(s) referida(s) não foi localizado registro feito em que figure(m) como proprietário(s) de imóvel.-

Informo finalmente que os emolumentos devidos pela(s) busca importam no valor de R$ 84,00 (oitenta quatro reais) que deveriam ser pagos adiantadamente conforme preceitua o disposto no artº 14 da Lei 6.015/73.-

Sem mais, apresento-lhe minhas atenciosas saudações

Rostand Renne Castello – Oficial

NOVO ENDEREÇO
CARTÓRIO
Av. Nossa Senhora da Penha, nº 356
Loja 41 - 3º Piso
Shopping Boulevard da Praia
Praia do Canto - Vitória/ES
CEP: 29055-131

Cartório Registro Geral Imóveis
Registro Torrens
3ª Zona Judiciária
Comarca - Vitória - ES
Dr. Rostand Renne Castello
Oficial
Rosiane Amorim Morgan
Substituta
Renata Severo Siqueira Matos
Escrevente

Protocolada em 29/07/2013 14:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI
Documento No: 138694-11-0-215-7-190242 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 151, OUT9, Página 6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Cartório do 1º Ofício 2ª Zona - Serra - Comarca da Capital
Etelvina Abreu do Valle Ribeiro
Oficiala e Tabeliã

Serra - ES, 29 de janeiro de 2013.

OFÍCIO N.º 0066 / 13

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 363 / 2013
01/02/13 12:22 Maria
DATA HORA ASSINATURA

REF.: Controle de Indisponibilidade nº 8.071

ILMA. SRA. ANDREIA MACHADO CUNHA
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPIRITO SANTO

Acusamos o recebimento do **OFÍCIO** de V.Sa. de nº **127/2013/AMC/PFN-ES**, datado de 14/01/2013, extraído dos autos do processo nº 2001.50.01.004474-7, e informamos que **NADA CONSTA** registrado nesta serventia em nome de:

ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇO
CNPJ/MF: 39.383.013/0001-22

GILSON ANTUNES RIBEIRO
CPF/MF: 251.894.176-20

MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
CPF/MF: 931.043.327-20

Informamos ainda, que, o nome do executado acima foi inserido em nosso Controle de Indisponibilidade.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a V.Sa. as nossas

Atenciosas saudações,

ETELVINA ABREU DO VALLE RIBEIRO
OFICIALA E TABELIÃ

Av. Eudes Scherrer de Souza, 1350
Laranjeiras - Distrito de Carapina - Serra - ES
CEP: 29165-680 - Telefax: (27) 3328-0455
site: www.cartorioserra.com.br

Substituto Legal:
Vania Abreu do Valle Ventura
Substitutos:
Bruno do Valle Couto Teixeira
Leonardo do Valle Couto Teixeira
Camila do Valle Couto Teixeira

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO LUIZ BIANCHI e Tribunal Regional Federal da 2 Região, em 29/01/2013 11:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Acesse http://www.trf2.jus.br/trf2/processos.htm, informe o processo 0004474-20.2001.4.02.5001 e código 138694411-0-215-7-190242 - consulta à autenticidade do documento

ESTE DOCUMENTO É CÓPIA DO ORIGINAL, ASSINADO DIGITALMENTE POR JOAO LUIZ BIANCHI E TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2 REGIÃO, EM 29/01/2013 11:37:00
A VALIDAÇÃO DESTE DOCUMENTO PODE SER FEITA EM HTTP://WWW.TRF2.JUS.BR/TRF2/PROCESSOS.HTM, INFORME O PROCESSO 0004474-20.2001.4.02.5001 E O CÓDIGO 138694411-0-215-7-190242
QUALQUER ALTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO
PODE SER EMITIDO TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PFNES
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 377 / 2013
01/02/13 15:54 Oliva
DATA HORA ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Cartório do 1º Ofício da 1ª Zona - Serra – Comarca da Capital
Elisabeth Bergami Rocha
Oficiala e Tabeliã

Serra, ES, 29 de janeiro de 2013. Ofício nº.: 056/2013.

Referência: Ofício nº. 121/2013/AMC/PFN/ES
Processo Judicial nº: 2001.50.01.004474-7
3ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Vitória/ES

Ilustríssima Senhora;

Em atenção ao Ofício acima referenciado, informamos a V. Sª. que após buscas realizadas nos livros destinados a Registros de Imóveis deste Cartório, bem como nos livros de Registros de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, não encontramos nenhum registro em nome **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 39.383.013/0001-22 e GILSON ANTUNES RIBEIRO, inscrito no CPF/MF sob nº. 251.894.176-20 E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, inscrita no CPF/MF sob nº. 931.043.327-20.**

Informamos, ainda, que procedemos às anotações em nossos arquivos para consultas nos casos de eventuais alienações de imóveis em nome das pessoas acima mencionadas.

Atenciosamente

Gilcênio Radicchi Rocha
Substituto Legal

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DA 1ª ZONA
SERRA-ES - COMARCA DA CAPITAL
Elisabeth Bergami Rocha
Oficiala e Tabeliã
Gilcênio Radicchi Rocha
Substituto Legal
Keller José de Almeida
Marina Bergami Rocha
Substitutos
Carla Almonfrey Orletti
Escrevente Autorizada

Ilustríssima Senhora
Dra. Andreia Machado Cunha - Procuradora da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional no Espírito Santo.
DN 59.099

Protocolada em 29/07/2013 14:37:00 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JOAO LUIZ BIANCHI
Documento No: 138694-11-0-215-7-190242 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 152

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
29/07/2013 16:18:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
152

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 153

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
31/07/2013 14:25:00

Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
153

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 154

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
31/07/2013 14:28:00

Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
154

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIÃO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006 [1].

Vitória, 31/07/2013.

- assinado eletronicamente -
MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
Documento No: 138694-12-0-222-1-639376 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 155

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
12/08/2013 13:18:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
155



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO PODER JUDICIÁRIO
JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL

Av. Presidente Getúlio Vargas, 595/2º andar – Centro –Vitória-ES – CEP 29010-425
Tel. 3183-5244 e 3183-5242 http://www.jfes.jus.br - e-mail: 03VFEF@jfes.jus.br

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

AUTOR(A): UNIÃO FEDERAL

RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 09/08/2013, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado por "omissão".

Vitória-ES, 12 de agosto de 2013

MARIA ROAS HEMERLY
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-13-0-223-1-516029 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 156

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
12/08/2013 13:50:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
156

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 157

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
12/08/2013 14:15:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
157

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 158

Evento:
JUNTADA
Data:
18/09/2013 15:08:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
158

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requerer o que segue:

Requer a penhora dos automóveis descritos nas consultas anexas.

Termos em que pede deferimento.

Vitória, 16 de setembro de 2013.

ALEXANDRE PERON
Procurador da Fazenda Nacional
Matrícula 1.556.965

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN | ES

CERTIDÃO Nº 549/2012

Processo Administrativo DETRAN/ES nº 61113786

CERTIFICAMOS para os devidos fins, que foi averbado o registro dos veículos de placas **GXI-2967, MQD-0450, MRC-4317, MTQ-1967, MTS-0420 e MTS-0430,** em nome de **Zelar Administração de Serviços LTDA, CNPJ-39.383.013/0001-22,** conforme art. 615-A do CPC consoante Processo nº 2001.50.01.004474-7, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória/ES.

Vitória, 07 de Março de 2013

Adilson Meireles Guerzet
Resp.CIRETRAN de Vitória/ES

MMTM

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN/ES - Dossiê Consolidado de Veículo

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

▼ Dados do Veículo de Placa GXI2967

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
GXI2967	738782378	GXI2967/ES	23-CAMINHONETE	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
222202-MMC/L200 4X4 GLS (Nacional)	2000/2000	87	3-Diesel	11-PRETA	106-CABINE DUPLA

Nome do Proprietário
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Recadastrado DETRAN
DetranNet

Proprietário Anterior
HERCULES DE SOUZA BARBOSA

Origem dos Dados do Veículo
CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VILA VELHA	2008 em 23/10/2008, Licenciamento Anual no lote 000001 (CRLV emitido)(Via 1)	01/11/2005	Em Circulação

Restrição à Venda
Alienação Fiduciária em favor de BANCO SAFRA SA

Informações do contrato
Sem dados do contrato

Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame.
Registro de Baixa de Alienação Fiduciária informado por BANCO SAFRA S A em 01/03/2008 às 10h22min para ZELAR ADM DE SERVICOS LTDA

Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário)
Não

Impedimentos
Judicial, RENAJUD

Averbação judicial
Sim

Informações Adicionais
Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;

▼ **Caracteristicas Veiculo**

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio		
93XHNK340YCY05784 (Normal)				
Quantidade de Eixos	**Número do Eixo Traseiro**	**Número do Eixo Auxiliar**	**Número da Carroceria**	
0				
Potência	**Cilindradas**	**Capacidade de Carga (Ton.)**	**Peso Bruto Total (PBT)**	**Capacidade Máxima de Tração (CMT)**
87		10	0	0

▼ **Dados do Proprietário**

Nome			Recadastrado	
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA				
Pessoa		**CNPJ**		**Telefone**
JURÍDICA		39.383.013/0001-22 ()		
Endereço			**Complemento**	
R. LUCINO DAS NEVES, 2283			FIRMA	
Bairro		**Cidade**	**UF**	**CEP**
ITAPOA		VILA VELHA	ES	29.101-603

Não Possui valor como NADA CONSTA !

https://detrannet.dcpr.es.gov.br/arearestrita/restrito/consultaveiculo.asp?placa=GXI2967 01/02/2013

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN/ES - Dossiê Consolidado de Veículo

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Dados do Veículo de Placa MQD0450

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MQD0450	688485499	MQD0450/ES	13-CAMIONETA	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
204723-FIAT/FIORINO WORKING (Nacional)	1997/1998	76	13-Gasolina-GNV	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário
ZELAR ADM. DE SERVICOS LTDA

Recadastrado DETRAN
DetranNet

Proprietário Anterior
SANTANDER BRASIL ARR MERCANTIL SA.

Origem dos Dados do Veículo
CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VILA VELHA	2006 em 05/03/2007 através do Registro de Veículo (CRV)(Via 1)	10/10/2003	Em Circulação

Restrição à Venda
Sem gravame

Informações do contrato
Sem dados do contrato

Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame
Nenhuma informação pendente até esta data

Indicativo de Clonagem (Informação de responsabilidade do proprietário)
Não

Impedimentos
Judicial, RENAJUD

Averbação Judicial
Sim

Informações Adicionais
Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7; CSV vencido em 16/02/2008;

Caracteristicas Veiculo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9BD255394V8581369 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
0			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
76			0	0

Dados do Proprietário

Nome		Recadastrado	
ZELAR ADM. DE SERVICOS LTDA			
Pessoa	CNPJ		Telefone
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()		
Endereço		Complemento	
R. LUCIANO DAS NEVES, 2283		FIRMA	
Bairro	Cidade	UF	CEP
ITAPOA	VILA VELHA	ES	29.101-603

Não Possui valor como NADA CONSTA !

https://detrannet.dcpr.es.gov.br/arearestrita/restrito/consultaveiculo.asp?placa=MQD0... 01/02/2013

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN/ES - Dossiê Consolidado de Veículo — Page 1 of 1

Dados do Veículo de Placa MRC4317 — Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MRC4317	721526837	MRC4317/ES	4-MOTOCICLETA	1-Particular	1-Passageiro	2

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
18802-JTA/SUZUKI KATANA 125 (Nacional)	1998/1998		2-Gasolina	15-VERMELHA	999-NAO APLICAVEL

Nome do Proprietário: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Proprietário Anterior: MOTOR CENTER LTDA
Município de Emplacamento: VITORIA
Licenciado até: 2002 em 13/06/2002, Licenciamento Anual no lote 000001 (CRLV emitido)(Via 1)
Restrição à Venda: Sem gravame
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame: Nenhuma informação pendente até esta data
Impedimentos: Judicial, RENAJUD
Informações Adicionais: Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;

Recadastrado DETRAN: DetranNet
Origem dos Dados do Veículo: CADASTRO
Adquirido em: 22/07/1999
Situação: Em Circulação
Informações do contrato: Sem dados do contrato
Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário): Não
Averbação judicial: Sim

Características Veículo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9CDNF41BJWM009380 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
2			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
	124		0	0

Dados do Proprietário

Nome		Recadastrado	
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA			
Pessoa	**CNPJ**		**Telefone**
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()		
Endereço		**Complemento**	
R:JOAO AZEVEDO, 94		CASA	
Bairro	**Cidade**	**UF**	**CEP**
S. CRISTOVAO	VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

https://detrannet.dcpr.es.gov.br/arearestrita/restrito/consultaveiculo.asp?placa=MRC4... 01/02/2013

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN/ES - Dossiê Consolidado de Veículo

Dados do Veículo de Placa MTQ1967 — Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MTQ1967	771648855	MTQ1967/ES	24-SIDE-CAR	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
697800-SC/SAIDECAR SC (Nacional)	2001/2001		0-**********	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERV.LTDA	Recadastrado DETRAN: DetranNet
Proprietário Anterior: AUTOCLIMA-COM.E SERVICOS LTDA	Origem dos Dados do Veículo: CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VITORIA	2002 em 12/09/2002, Licenciamento Anual no lote 000001 (CRLV emitido)(Via 1)	04/12/2001	Em Circulação

Restrição à Venda: Sem gravame	Informações do contrato: Sem dados do contrato
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame: Nenhuma informação pendente até esta data	Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário): Não
Impedimentos: Administrativo, Judicial, RENAJUD	Averbação Judicial: Sim
Informações Adicionais: Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;	

Caracteristicas Veiculo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9A9SC1911*1JDJ6375 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
1			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
		1	0,2	0

Dados do Proprietário

Nome		Recadastrado	
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERV.LTDA			
Pessoa: JURÍDICA	CNPJ: 39.383.013/0001-22 ()		Telefone
Endereço: R.JOAO AZEVEDO, 94		Complemento: FIRMA	
Bairro: S. CRISTOVAO	Cidade: VITORIA	UF: ES	CEP: 29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

https://detrannet.dcpr.es.gov.br/arearestrita/restrito/consultaveiculo.asp?placa=MTQ1... 01/02/2013

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN/ES - Dossiê Consolidado de Veículo

Page 1 of 1

Dados do Veículo de Placa MTS0420

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo		Categoria	Espécie	Lugares
MTS0420	773371060	MTS0420/ES	24-SIDE-CAR		1-Particular	2-Carga	
Marca/Modelo		Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria	
697800-SC/SAIDECAR SC (Nacional)		2001/2001		0**********	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA	

Nome do Proprietário
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Recadastrado DETRAN
DetranNet

Proprietário Anterior
AUTOCLIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Origem dos Dados do Veículo
CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VITORIA	2002 em 14/01/2002 através do Registro de Veículo (CRV)(Via 1)	14/12/2001	Em Circulação

Restrição à Venda
Sem gravame

Informações do contrato
Sem dados do contrato

Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame
Nenhuma informação pendente até esta data

Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário)
Não

Impedimentos
Administrativo, Judicial, RENAJUD

Averbação Judicial
Sim

Informações Adicionais
Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;

Características Veículo

Chassi		Número do Motor	Número do Câmbio	
9A9SC19111JDJ6377 (Normal)				
Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria	
1				
Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
		1	0,2	0

Dados do Proprietário

Nome			Recadastrado	
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA				
Pessoa		CNPJ		
JURÍDICA		39.383.013/0001-22 ()		Telefone
Endereço			Complemento	
R JOAO AZEVEDO, 94			FIRMA	
Bairro		Cidade	UF	CEP
S. CRISTOVAO		VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

https://detrannet.dcpr.es.gov.br/arearestrita/restrito/consultaveiculo.asp?placa=MTS04... 01/02/2013

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

DETRAN/ES - Dossiê Consolidado de Veículo

Page 1 of 1

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Dados do Veículo de Placa MTS0430

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MTS0430	773372423	MTS0430/ES	24-SIDE-CAR	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
697800-SC/SAIDECAR SC (Nacional)	2001/2001		0-**********	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Proprietário Anterior
AUTOCLIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Recadastrado DETRAN
DetranNet

Origem dos Dados do Veículo
CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VITORIA	2002 em 14/01/2002 através do Registro de Veículo (CRV)(Via 1)	14/12/2001	Em Circulação

Restrição à Venda
Sem gravame

Informações do contrato
Sem dados do contrato

Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame
Nenhuma informação pendente até esta data

Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário)
Não

Impedimentos
Administrativo, Judicial, RENAJUD

Averbação judicial
Sim

Informações Adicionais
Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;

Caracteristicas Veículo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9A9SC19111JDJ6378 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
1			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
		1	0,2	0

Dados do Proprietário

Nome
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Recadastrado

Pessoa	CNPJ	Telefone
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()	

Endereço	Complemento
R JOAO AZEVEDO, 94	FIRMA

Bairro	Cidade	UF	CEP
S. CRISTOVAO	VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

https://detrannet.dcpr.es.gov.br/areарestrita/restrito/consultaveiculo.asp?placa=MTS04... 01/02/2013

Protocolada por Alexandre Peron em 18/09/2013 13:21:08 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIA ROAS HEMERLY
Documento No: 138694-14-0-224-8-375584 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 159

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
24/09/2013 15:19:00
Usuário:
JESMRH - MARIA ROAS HEMERLY -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
159

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 160

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO
Data:
26/02/2014 16:32:00
Usuário:
JESSRG - SILVANO RECLA GHIDETTI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
160

JESSRG

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

Processo n.º: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CONCLUSÃO
Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz Federal desta 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.
Vitória/ES, 26/02/2014.

Pedro Diaz Leal
Diretor de Secretaria

DESPACHO

Defiro o pedido de fl. 224. Expeça-se mandado de penhora dos veículos descritos à fls. 225/231, a ser cumprido em qualquer dos endereços de fls. 226/227 ou 228/231.

Não sendo encontrados, deverão os executados informar ao Oficial de Justiça a localização dos veículos mencionados, sob pena de configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do inciso IV, art. 600 do CPC, e da aplicação da multa consubstanciada no art. 601 do mesmo diploma legal.

Caso não sejam penhorados os veículos acima descritos, deverá o Oficial de Justiça proceder à penhora de tantos bens quantos bastem para pagamento do montante da dívida exeqüenda.

Não sendo encontrados bens passíveis de penhora, deverá, ainda, o Oficial de Justiça descrever os bens que guarnecem a residência, na forma do art. 659, §3º, do CPC.

Resultando positiva a diligência, dê-se vista à exeqüente para se manifestar acerca da penhora.

Não sendo localizados bens penhoráveis, determino a suspensão do presente feito, com fulcro no artigo 40 da LEF. Intime-se.

Decorrido o prazo da suspensão, arquivem-se estes autos, sem baixa na Distribuição e independentemente de nova intimação, nos termos do § 2º daquele dispositivo legal.

Vitória/ES, 26/02/2014.

(assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006)
AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
JUIZ(A) FEDERAL

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a AMERICO BEDE FREIRE JUNIOR
Documento No: 138694-15-0-232-1-251783 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 161

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
10/03/2014 14:07:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
161

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 162

Evento:

MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_DIGITACAO_DE_EXPEDIENTES___EXECUCAO

Data:
10/03/2014 14:08:00

Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
162

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 163

Evento:
CERTIDAO
Data:
25/06/2014 15:14:00
Usuário:
JESCPB - CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
163

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CERTIDÃO – SECMA/SEPEX

Certifico que, nesta data, encaminhei o expediente nº **MEF.0010.000475-4/2014** à SECMA/SEPEX, para fins de cumprimento. Do que, para constar, fiz lavrar o presente termo.

Vitória, 25 de junho de 2014.

CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA
Documento No: 138694-16-0-233-1-636549 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 164

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
25/06/2014 15:28:00
Usuário:
JESCPB - CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
164

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 165

Evento:
JUNTADA
Data:
27/06/2014 19:17:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
165

	MINISTÉRIO DA FAZENDA
	PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
	PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
	PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermédio do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem requerer o cumprimento da decisão de fl. 232 dos autos.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória- ES, 24 de junho de 2014.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

ELSON DE OLIVEIRA BATISTA FILHO
ESTAGIÁRIO(A)

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 24/06/2014 15:21:02 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-17-0-234-3-257905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

24/06/2014 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 13:13:58

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **200150010044747** Credito: **327388293** PRC: **7200800**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**
Fase: **624** Dt.Fase: **04/02/2005** Comarca: **7053** Vara: **4** Foro: **FED**
Procurador: **1261833** Honorarios: **10.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **20/04/2001**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	**624**	**04/02/2005**	**Nao**	**304.328,07**

Total Divida - **304.328,07**
Honor Divida - **30.432,80**
J/Hon REFIS - **0,00**
Total da Acao - **334.760,87** Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.01D4

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 24/06/2014 15:21:02 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-17-0234-3-257905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
24/06/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 13:13:52

Credito: **327388293** **CGC: 39.383.013/0001-22**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**

Doc. de Origem..: **07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **07/05/1999** Livro: **1** Folha: **491**
Dt. de Inscricao: **06/07/2000** RFB: **07.001.120** Orgao Inscr.: **07.200.000**
Periodo da Divida: **09/1996 a 01/1999** PRC Tramitacao: **07.200.800**
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: **624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR** Dt. da Fase: **04/02/2005**

Principal:	**79.899,76**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**39.950,57**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**184.477,74**	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**304.328,07**		
Honorarios:	**30.432,80**		

Valores atualizados p/ 06/2014 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D4

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 24/06/2014 15:21:02 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-17-0234-3-257905 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 166

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
02/07/2014 18:17:00
Usuário:
JESJLB - JOAO LUIZ BIANCHI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
166

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 167

Evento:
CERTIDAO
Data:
28/08/2014 13:51:00
Usuário:
JESCPB - CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
167

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CERTIDÃO – SECMA/SEPEX

Certifico que, nesta data, encaminhei o expediente nº **MEF.0010.001342-9/2014** à SECMA/SEPEX, para fins de cumprimento. Do que, para constar, fiz lavrar o presente termo.

Vitória, 28 de agosto de 2014.

CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA
Documento No: 138694-18-0-237-1-444136 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 168

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
28/08/2014 14:00:00
Usuário:
JESCPB - CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
168

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 169

Evento:
JUNTADA
Data:
15/10/2014 11:32:00
Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
169

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO

MEF.0010.000475-4/2014

00688001000047542014

PROCESSO nº. 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
EXEQÜENTE: UNIAO FEDERAL
EXECUTADA: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA E OUTROS CNPJ : 39.383.013/0001-22
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: 32738829-3
VALOR DA DÍVIDA: R$ 313.860,73, atualizado em 06/09/2011

ENDEREÇO DA EXECUTADA: RUA LUCIANO DAS NEVES, 2283, FIRMA, ITAPOÃ, VILA VELHA/ES, CEP 29101-603 OU RUA JOÃO AZEVEDO, 94, CASA, SÃO CRISTOVÃO, VITÓRIA/ES, CEP 29048-150.

DR. AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR, Juiz Federal titular da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

a) **PENHORE e AVALIE BENS DE PROPRIEDADE DA EXECUTADA ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA, CNPJ 39.383.013/0001-22, <u>especificamente o(s) veículo(s) descrito(s) às fls. 225/231 dos autos</u>**, cuja cópia segue em anexo e integra o presente mandado, ou quaisquer outros bens e direitos do devedor que porventura encontrar, observando-se a ordem de preferência estabelecida pelo art. 655 do CPC e pelo art. 11 da Lei n.º 6.830/80; tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, mais os acréscimos legais, no valor indicado acima, sujeito à atualização;
b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo advertindo-o que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público, em se tratando de bem móvel;
c) **INTIME** o executado, acerca da penhora; **CIENTIFICANDO-O** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora integral
d) **REGISTRE** a penhora via RENAJUD;
e) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. **EXPEDIDO** nesta cidade de Vitória /ES, em 25 de março de 2014. Eu, CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, digitei. Conferido e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM. Juiz Federal.

- assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006 -

PEDRO DIAZ LEAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
Documento No: 138694-19-0-238-1-673749 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao R. mandado nº MEF. 0010.000475-4/2014, me dirigi a Rua Luciano das Neves, nº 2283, Itapuã, Vila Velha, mas não localizei a executada "Zelar Administradora de Serviços Ltda e Outros. Certifico que fui informado pelo atual ocupante do imóvel que naquele local funciona uma clínica para idosos 'Casa de Repouso Melhor idade". Certifico que a pessoa que me prestou tal informação identificou-se como Marilza de Souza, CI 993562 ES. Indagada se sabia onde localizar o representante legal da executada, a mesma me disse que a clínica funciona há alguns anos e não sabe a respeito dos antigos ocupantes. Por fim, devolvo o presente mandado para redistribuição tendo em vista que há um outro endereço a ser diligenciado na Rua João Azevedo, nº 94, casa, São Cristovão, Vitória/ES.

JACKSON DE ABREU BEZERRA

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

MATRÍCULA Nº 10.171

VITÓRIA 09/09/2014

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a JACKSON DE ABREU BEZERRA
Documento No: 138694-20-0-239-1-786661 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Processo n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
MEF.0010.000475-4/2014
3ª Vara Federal de Execução Fiscal

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que DEIXEI DE PENHORAR BENS DE ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., pelas razões que se seguem:

Em cumprimento ao R. Mandado, e observadas as formalidades legais, no dia 02 de outubro de 2014, às 10hs e 40min., dirigi-me à Rua Coronel Bráulio Dórea (endereço correto), n.º 94, São Cristóvão, Vitória (ES), mas não logrei êxito em encontrar a executada, nem bens de sua propriedade.

Na ocasião da diligência constatei que se trata de um imóvel residencial, tendo sido atendida pelo proprietário, Sr. Adilson João Campos, que afirmou que a executada desocupou o local há mais de dez anos, não se tendo notícias do seu paradeiro desde então.

Desse modo, devolvo o mandado para a adoção das medidas cabíveis.

Vitória (ES), 02 de outubro de 2014.

Assinado Eletronicamente
Mariana Lempé Madruga Madeira
Analista Judiciário/Executante de Mandados
Mat. 10.445

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIANA LEMPE MADRUGA MADEIRA
Documento No: 138694-21-0-240-1-28565 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 170

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REMESSA_PFN
Data:
15/10/2014 11:33:00
Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
170

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 171

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
15/10/2014 15:11:00

Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
171

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIAO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006.

Vitória, 15/10/2014.

- assinado eletronicamente -
MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
Documento No: 138694-22-0-241-1-248108 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 172

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
31/10/2014 19:10:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
172

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 173

Evento:
CERTIDAO___INTIMACAO_PESSOAL
Data:
31/10/2014 19:12:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
173

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR(A): UNIAO FEDERAL
RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 24/10/2014, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado por "omissão".

Vitória-ES, 31 de outubro de 2014.

- assinado eletronicamente -
Pedro Diaz Leal
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-23-0-242-1-489897 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 174

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
31/10/2014 19:42:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
174

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 175

Evento:
JUNTADA
Data:
31/10/2014 19:52:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
175

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermédio do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem requerer a expedição de mandado de PENHORA, o DEPÓSITO e a AVALIAÇÃO do imóvel matriculado sob o n° 43.708 no cartório do RGI do município de Vila Velha, constante conforme anexo, com a ressalva de que, caso o Sr. Oficial de justiça verifique que o imóvel constitui o imóvel residencial do devedor, que a penhora não seja realizada.

Requer, outrossim, o registro da penhora à margem da matrícula correspondente, nos termos dos arts. 7º, IV, e 14, I, ambos da LEF, bem como intimação do executado acerca da penhora.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória- ES, 29 de outubro de 2014.

DANILO T. CARAM
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

LUCAS GASTALDI DOS SANTOS
ESTAGIÁRIO(A)

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 175, OUT18, Página 2

PFNES PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 446 / 2013
07/02/13 10:35 Oliveira
DATA HORA ASSINATURA

Cartório PAULO VIANNA **1º Ofício - 1ª Zona de Vila Velha**

Av. Luciano das Neves Nº 602 - Ed. Denizart Santos - 1º andar - Centro - Vila Velha - ES - Cep 29100-201
Telefax: (27) 3038-1585 - E-mail: cartorio@cartoriopaulovianna.com.br

PAULO ROBERTO SIQUEIRA VIANNA
Oficial e Tabelião de Protesto

JOÃO LUIZ EFFGEN
Substituto

Vila Velha, 29 de janeiro de 2013

OFÍCIO Nº 111/2013

EXMA. SRA.
DOUTORA ADRIANA FREITAS SANTOS PEREIRA
DD. PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA - ES

Ref. : OFÍCIO Nº 170/2013/AFSP/PFN-ES
EXECUÇÃO FISCAL Nº 0119700-91-2007-5-17-0012
(12ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA – TRT 17ª REGIÃO)

Em atendimento ao ofício supra, a fim de dar prosseguimento na Ação de Execução Fiscal, ajuizada perante a 12ª Vara do Trabalho de Vitória-ES, encaminhamos a Vossa Excelência Certidão do imóvel matriculado sob nº 43.708 do Livro nº 2, desta Serventia, em nome de **GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF nº 251.894.176-20 e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, CPF nº 931.043.327-20.**

Quanto a **ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ., CNPJ nº 39.383.013/0001-22 e ROMA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME, CNPJ nº 07.584.200/0001-88,** não possuem imóveis registrados, e também não foram encontrados nenhum registro de Títulos e Documentos, em nome das pessoas e firmas acima identificadas, conforme busca procedida nesta Serventia.

Respeitosamente

RAPHAEL TEIXEIRA VIANNA
Substituto Legal

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 175, OUT18, Página 3

CERTIDÃO Nº: 22868280 EMITIDA EM 29 DE JANEIRO DE 2013. ID: FB66236DC0BCD7BA275B09889BCAAD28
SELO DIGITAL: 024455.MFQ1203.18658 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br Emolumentos: 0,00 Taxas: 0,00 Total: 0,00
"A Presente certidão é valida pelo prazo de 30 (trinta) dias - Art. 1223 CN-CGJES"

1º Ofício - 1ª Zona de Vila Velha
Paulo Roberto Siqueira Vianna
Oficial e Tabelião de Protesto

Registro Geral
Livro: 02
Matrícula: 43708
Página: 1

LIVRO N.º 2-RG

MATRÍCULA N.º 43.708 DATA 13 de junho de 1991.

IMÓVEL: Casa de um pavimento com 67,92 m2, integrante do Conjunto Habitacional Parque das Gaivotas, em Vila Velha, neste Estado, contendo: uma cozinha, uma circulação, uma varanda, um WC, uma sala, 03 quartos e uma área de serviço, edificada sobre o terreno constituído do lote nº 02 da quadra A-1, com área de 200,00 m2, situado na rua D-3. PROPRIETÁRIOS: GILSON ANTUNES RIBEIRO s/m MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES e PEDRO VIERA TAPIAS. REGISTRO ANTERIOR: 1-38.349 de ordem do Lº nº 2-FO, deste Cartório. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vila Velha, 13 de junho de 1991. O OFICIAL: Perina Christina Martins. VLBS.

REGISTRO Nº 1-43.708 - Nos termos do Contrato por Instrumento Particular - de Compra e Venda, Mútuo com Obrigações e Quitação Parcial, lavrado em data de 09 de novembro de 1990; o imóvel constante da presente matricula foi adquirido por GILSON ANTUNES RIBEIRO e s/m MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, empresário e professora, CI's 457282-SGPC e 530.731-SSP/ES, CIC's 251894176-20 e 931.043327-20, residentes à rua Claricio Alves Ribeiro, 181, Itanguá, Cariacica-ES e PEDRO VIERA TAPIAS, militar, solteiro, CI 674.244-SGPC/ES, CIC 837886897-49, residente à Rodovia Serafim Derenze, 210, São Cristóvão, Vitória-ES, todos brasileiros, por compra feita a COOPERATIVA HABITACIONAL DOS TRABALHADORES DA GRANDE VITÓRIA - COOPGRANVIT-ES, autorizada a funcionar pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, sob o nº ES-06, inscrita no CGC/MF sob o nº 28.162.808/0001-94, com sede na Cidade de Vitória, Estado do Espirito Santo, representada pela Caixa Economica Federal, qualificada, consoante a procuração lavrada no Lº 298, fls. 198/200, do Cartório do 4º Oficio de Notas da Capital, em 19/02/1990; pelo preço de CR$ 3.278.666,40 (tres milhões duzentos e setenta e oito mil seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e quarenta centavos). Talão do Imposto de Transmissão nº 122.606 - CR$ 41.161,01. Constam do referido contrato que os Compradores e Devedores neste ato que se responsabilizam pelos débitos acaso existentes em nome da Vendedora, relativos ao imóvel objeto do presente contrato, referentes aos tributos de que trata a alínea a), Inciso II do Decreto nº 93.240, de 09.09.86; Certidão de Onus Reais pessoais e reipersecutória; Certidão Negativa de débito para com o IAPAS. A Vendedora declara sob as penas da Lei, que não há ação real, pessoal, ou reipersecutória, nem qualquer outro onus de natureza real vinculando o imóvel objeto da presente compra e - Venda. Foi apresentada e arquivada neste Cartório a Certidão Negativa de Dívida à Fazenda Pública Estadual. Isenta da D.O.I. de acordo com a Instrução Normativa nº 06 de 19/01/90. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vila Velha, 13 de junho de 1991. O OFICIAL: Perina Christina Martins. VLBS.

REGISTRO Nº 2-43.708 - Nos termos do Contrato supra registrado, o imóvel constante da presente matricula foi oferecido e dado em garantia hipotecária pelos devedores: GILSON ANTUNES RIBEIRO, s/m MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES e PEDRO VIERA TAPIAS, à cre-

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

1º Ofício - 1ª Zona de Vila Velha
Paulo Roberto Siqueira Vianna
Oficial e Tabelião de Protesto

Registro Geral
Livro: 02
Matrícula: 43708
Página: 2v

à Credora: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede no Setor Bancário Sul, Quadras 3/4, lote 34, em Brasilia-DF, CGC/MF nº 00.360.305/0001-04, por sua filial do Espirito Santo, representada na forma mencionada no final deste instrumento; sendo o valor da Dívida Confessada: CR$ 2.982.392,90 .:.:.:.:.:; Valor da Garantia: CR$ 3.278.666,40 .:.:.:.:. ; Plano Reajuste/Sistema Amortização:- PES/ CP/ SFA; Vencimento do 1º Encargo Mensal: 09/12 /90 ; Época de Reajuste das Prestações: 30 dias após vigência de aumento salarial de qualquer natureza; Limite de Cobertura pelo FCVS- Cr 2.489.575,00 ; Prazo de Amortização, em meses - Normal - 252 .:.:.:.: - Prorrogação - 96 .:.:.: ; Taxa Anual de Juros - Nominal - 9,10000 - Efetiva - 9,4893 .:.:.:; Prestação Efetiva: CR$ 30.562,89 ; Seguros - Cr 5.493,05 ; Encargo Inicial total: CR$ 36.055,94 .:.: . Ficam fazendo parte integrante do presente contrato, todas as demais cláusulas deste contrato, cuja 2ª via fica arquivada neste Cartório. A HIPOTECA É A PRIMEIRA, ESPECIAL E ÚNICA. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vila Velha, 13 de junho .:.:.:.: de 1991. O OFICIAL: [assinatura] [assinatura] . VLBS. .:

VIDE FICHA 2

"A Presente certidão é válida pelo prazo de 30 (trinta) dias - Art. 1223 CN-CGJ/ES"
SELO DIGITAL: 024455.MFQ1203.18658 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br Emolumentos: 0,00 Taxas: 0,00 Total: 0,00
CERTIDÃO Nº: 22868280 EMITIDA EM 29 DE JANEIRO DE 2013. ID: FB66236DC0BCD7BA275B09889BCAAD28

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 175, OUT18, Página 5

CERTIDÃO Nº: 22668280 EMITIDA EM 29 DE JANEIRO DE 2013. ID: FB66236DC0BCD7BA275B09889BCAAD28
SELO DIGITAL: 024455.MFQ1203.18658 Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br Emolumentos: 0,00 Taxas: 0,00 Total: 0,00
"A Presente certidão é valida pelo prazo de 30 (trinta) dias - Art. 1223 CN-CGJES"

Av. 03 - 43708 - Conforme Escritura Pública lavrada no Livro 2489-E, fls. 001/004, em data de 01 de junho de 2004, do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília-DF, expedida por Certidão datada de 03 de maio de 2005, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF**, legalmente representada, cede e transfere os créditos oriundos do registro 2-43.708,à **EMGEA- EMPRESA GESTORA DE ATIVO**,CNPJ 04.527.335/0001-13, com sede em Brasília-DF. Valor R$ 24.942,53.Sob as demais cláusulas do Título. Vila Velha, 31 de maio de 2005. O OFICIAL _____ RFP.*

AV. 4 - 43.708 - Procede-se a esta averbação nos termos do Ofício nº OFD.0011.000184-2/2010, datado de 19 de março de 2010, assinado eletronicamente pela Diretora de Secretaria da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo - Larissa Rocha Santos, expedido nos autos nº 2005.50.01.000378-7 movido pela **UNIÃO FEDERAL** em face de **ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 39.383.013/0001-22, **GILSON ANTUNES RIBEIRO** e **MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES**, para constar a **INDISPONIBILIDADE** do imóvel da presente matrícula. Ofício arquivado na Pasta 13, desta Serventia. Vila Velha-ES, 18 de maio de 2010. O Oficial: _____. (RFP).

AV. 5 - 43.708 - Procede-se a esta averbação nos termos do Ofício nº 000337/2011, datado de 13 de janeiro de 2011, assinado pelo MM. Juiz da 12ª Vara do Trabalho de Vitória-ES - Dr. Mário Ribeiro Cantarino Neto, expedido nos autos nº **AEF.1197.2007.012.17.00-6**, requerido pela **UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL/ES**, em face de **ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ nº 39.383.013/0001-22, **MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES**, CPF nº 931.043.327-20 e **GILSON ANTUNES RIBEIRO**, CPF nº 251.894.172-20, para constar a **INDISPONIBILIDADE** do imóvel da presente matrícula. Ofício arquivado na Pasta 16, desta Serventia. Vila Velha-ES, 22 de fevereiro de 2011. O Oficial: _____. (RFP).

AV. 6 - 43.708 - Procede-se a esta averbação nos termos do Ofício nº **OFD.0011.001050-0/2011**, datado de 01 de agosto de 2011, assinado eletronicamente pela Diretora de Secretaria da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória-ES - Seção Judiciária do Espírito Santo - Lilian Facini de Athayde, expedido nos autos nº 0001455-93.2007.4.02.5001 (2007.50.01.001455-1), movido pela **UNIÃO FEDERAL** em face de **ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.** e **MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES**, para constar a **INDISPONIBILIDADE** do imóvel da presente matrícula. Ofício arquivado na Pasta na pasta 28, desta Serventia. Vila Velha-ES, 30 de setembro de 2011. O Oficial: _____. (JALB).
Selo Digital: 024455.HEX1104.06182

O Referido é verdade e dou fé.

Vila Velha-ES, 29 de Janeiro de 2013

PAULO ROBERTO SIQUEIRA VIANNA - OFICIAL

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
1ª ZONA DE VILA VELHA
Paulo Roberto Siqueira Vianna
OFICIAL E TABELIÃO DE PROTESTO
Raphael Teixeira Vianna
SUBSTITUTO LEGAL
João Luiz Effgen
SUBSTITUTO
Rua Luciano das Neves nº 602, 1º andar
Edifício Denizart Santos - Center Office
Tel.:(27)30381385 - Email: cartorio@cartoriopaulovianna.com.br

Wendel Gomes Darós
Escrevente Autorizado

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

DETRAN | ES

CERTIDÃO Nº 549/2012

Processo Administrativo DETRAN/ES nº 61113786

CERTIFICAMOS para os devidos fins, que foi averbado o registro dos veículos de placas **GXI-2967, MQD-0450, MRC-4317, MTQ-1967, MTS-0420 e MTS-0430,** em nome de **Zelar Administração de Serviços LTDA, CNPJ-39.383.013/0001-22,** conforme art. 615-A do CPC consoante Processo nº 2001.50.01.004474-7, em trâmite na 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória/ES.

Vitória, 07 de Março de 2013

Adilson Meireles Guerzet
Resp.CIRETRAN de Vitória/ES

MMTM

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Dados do Veículo de Placa GXI2967

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo		Categoria	Espécie	Lugares
GXI2967	738782378	GXI2967/ES	23-CAMINHONETE		1-Particular	2-Carga	
Marca/Modelo		**Fabricação/Modelo**	**Potência**	**Combustível**	**Cor**	**Carroceria**	
222202-MMC/L200 4X4 GLS (Nacional)		2000/2000	87	3-Diesel	11-PRETA	106-CABINE DUPLA	

Nome do Proprietário: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	Recadastrado DETRAN: DetranNet
Proprietário Anterior: HERCULES DE SOUZA BARBOSA	Origem dos Dados do Veículo: CADASTRO
Município de Emplacamento: VILA VELHA .	Licenciado até: 2008 em 23/10/2008, Licenciamento Anual no lote 000001 (CRLV emitido)(Via 1)
	Adquirido em: 01/11/2005 — Situação: Em Circulação
Restrição à Venda: Alienação Fiduciária em favor de BANCO SAFRA SA	Informações do contrato: Sem dados do contrato
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame: Registro de Baixa de Alienação Fiduciária informado por BANCO SAFRA S A em 01/03/2008 às 10h22min para ZELAR ADM DE SERVICOS LTDA	Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário): Não
Impedimentos: Judicial, RENAJUD	Averbação judicial: Sim
Informações Adicionais: Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;	

Características Veículo

Chassi		Número do Motor	Número do Câmbio	
93XHNK340YCY05784 (Normal)				
Quantidade de Eixos	**Número do Eixo Traseiro**	**Número do Eixo Auxiliar**	**Número da Carroceria**	
0				
Potência	**Cilindradas**	**Capacidade de Carga (Ton.)**	**Peso Bruto Total (PBT)**	**Capacidade Máxima de Tração (CMT)**
87		10	0	0

Dados do Proprietário

Nome			Recadastrado	
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA				
Pessoa		**CNPJ**		**Telefone**
JURÍDICA		39.383.013/0001-22 ()		
Endereço			**Complemento**	
R. LUCINO DAS NEVES, 2283			FIRMA	
Bairro		**Cidade**	**UF**	**CEP**
ITAPOA		VILA VELHA	ES	29.101-603

Não Possui valor como NADA CONSTA !

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Dados do Veículo de Placa MQD0450

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MQD0450	688485499	MQD0450/ES	13-CAMIONETA	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
204723-FIAT/FIORINO WORKING (Nacional)	1997/1998	76	13-Gasolina-GNV	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário
ZELAR ADM. DE SERVICOS LTDA

Recadastrado DETRAN
DetranNet

Proprietário Anterior
SANTANDER BRASIL ARR MERCANTIL SA.

Origem dos Dados do Veículo
CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VILA VELHA	2006 em 05/03/2007 através do Registro de Veículo (CRV)(Via 1)	10/10/2003	Em Circulação

Restrição à Venda
Sem gravame

Informações do contrato
Sem dados do contrato

Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame
Nenhuma informação pendente até esta data

Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário)
Não

Impedimentos
Judicial, RENAJUD

Averbação judicial
Sim

Informações Adicionais
Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7; CSV vencido em 16/02/2008;

Caracteristicas Veiculo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9BD255394V8581369 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
0			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
76			0	0

Dados do Proprietário

Nome		Recadastrado	
ZELAR ADM. DE SERVICOS LTDA			
Pessoa	**CNPJ**		**Telefone**
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()		
Endereço		**Complemento**	
R. LUCIANO DAS NEVES, 2283		FIRMA	
Bairro	**Cidade**	**UF**	**CEP**
ITAPOA	VILA VELHA	ES	29.101-603

Não Possui valor como NADA CONSTA !

Protocolada por Danilo Themi Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Dados do Veículo de Placa MRC4317 — Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MRC4317	721526837	MRC4317/ES	4-MOTOCICLETA	1-Particular	1-Passageiro	2

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
18802-JTA/SUZUKI KATANA 125 (Nacional)	1998/1998		2-Gasolina	15-VERMELHA	999-NAO APLICAVEL

Nome do Proprietário: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	Recadastrado DETRAN: DetranNet
Proprietário Anterior: MOTOR CENTER LTDA	Origem dos Dados do Veículo: CADASTRO
Município de Emplacamento: VITORIA — Licenciado até: 2002 em 13/06/2002, Licenciamento Anual no lote 000001 (CRLV emitido)(Via 1)	Adquirido em: 22/07/1999 — Situação: Em Circulação
Restrição à Venda: Sem gravame	Informações do contrato: Sem dados do contrato
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame: Nenhuma informação pendente até esta data	Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário): Não
Impedimentos: Judicial, RENAJUD	Averbação judicial: Sim
Informações Adicionais: Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;	

Características Veículo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9CDNF41BJWM009380 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
2			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
	124		0	0

Dados do Proprietário

Nome	Recadastrado
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	

Pessoa	CNPJ	Telefone
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()	

Endereço	Complemento
R:JOAO AZEVEDO, 94	CASA

Bairro	Cidade	UF	CEP
S. CRISTOVAO	VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

Protocolada por Danilo Themi Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Dados do Veículo de Placa MTQ1967

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MTQ1967	771648855	MTQ1967/ES	24-SIDE-CAR	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
697800-SC/SAIDECAR SC (Nacional)	2001/2001		0-**********	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário	Recadastrado DETRAN
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERV.LTDA	DetranNet
Proprietário Anterior	**Origem dos Dados do Veículo**
AUTOCLIMA-COM.E SERVICOS LTDA	CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VITORIA	2002 em 12/09/2002, Licenciamento Anual no lote 000001 (CRLV emitido)(Via 1)	04/12/2001	Em Circulação

Restrição à Venda	Informações do contrato
Sem gravame	Sem dados do contrato

Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame
Nenhuma informação pendente até esta data

Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário)
Não

Impedimentos
Administrativo, Judicial, RENAJUD

Averbação judicial
Sim

Informações Adicionais
Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;

Caracteristicas Veiculo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9A9SC1911*1JDJ6375 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
1			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
		1	0,2	0

Dados do Proprietário

Nome	Recadastrado
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERV.LTDA	

Pessoa	CNPJ	Telefone
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()	

Endereço	Complemento
R.JOAO AZEVEDO, 94	FIRMA

Bairro	Cidade	UF	CEP
S. CRISTOVAO	VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

Protocolada por Danilo Themi Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Dados do Veículo de Placa MTS0420

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MTS0420	773371060	MTS0420/ES	24-SIDE-CAR	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
697800-SC/SAIDECAR SC (Nacional)	2001/2001		0-**********	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	Recadastrado DETRAN DetranNet
Proprietário Anterior AUTOCLIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Origem dos Dados do Veículo CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VITORIA	2002 em 14/01/2002 através do Registro de Veículo (CRV)(Via 1)	14/12/2001	Em Circulação

Restrição à Venda Sem gravame	Informações do contrato Sem dados do contrato
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame Nenhuma informação pendente até esta data	Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário) Não
Impedimentos Administrativo, Judicial, RENAJUD	Averbação judicial Sim
Informações Adicionais Averbação conforme processo 2001.50.01:004474-7;	

Características Veículo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9A9SC19111JDJ6377 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
1			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
		1	0,2	0

Dados do Proprietário

Nome	Recadastrado
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	

Pessoa	CNPJ	Telefone
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()	

Endereço	Complemento
R.JOAO AZEVEDO, 94	FIRMA

Bairro	Cidade	UF	CEP
S. CRISTOVAO	VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

Protocolada por Danilo Themi Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Dados do Veículo de Placa MTS0430

Em 01/02/2013 por KATIA SIZINIO ALCANTARA

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
MTS0430	773372423	MTS0430/ES	24-SIDE-CAR	1-Particular	2-Carga	

Marca/Modelo	Fabricação/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria
697800-SC/SAIDECAR SC (Nacional)	2001/2001		0-**********	4-BRANCA	107-CARROC ABERTA

Nome do Proprietário ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	Recadastrado DETRAN DetranNet
Proprietário Anterior AUTOCLIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Origem dos Dados do Veículo CADASTRO

Município de Emplacamento	Licenciado até	Adquirido em	Situação
VITORIA	2002 em 14/01/2002 através do Registro de Veículo (CRV)(Via 1)	14/12/2001	Em Circulação

Restrição à Venda Sem gravame	Informações do contrato Sem dados do contrato
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame Nenhuma informação pendente até esta data	Indicativo de Clonagem (informação de responsabilidade do proprietário) Não
Impedimentos Administrativo, Judicial, RENAJUD	Averbação judicial Sim
Informações Adicionais Averbação conforme processo 2001.50.01.004474-7;	

Caracteristicas Veiculo

Chassi	Número do Motor	Número do Câmbio
9A9SC19111JDJ6378 (Normal)		

Quantidade de Eixos	Número do Eixo Traseiro	Número do Eixo Auxiliar	Número da Carroceria
1			

Potência	Cilindradas	Capacidade de Carga (Ton.)	Peso Bruto Total (PBT)	Capacidade Máxima de Tração (CMT)
		1	0,2	0

Dados do Proprietário

Nome		Recadastrado	
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA			
Pessoa	**CNPJ**		**Telefone**
JURÍDICA	39.383.013/0001-22 ()		
Endereço		**Complemento**	
R JOAO AZEVEDO, 94		FIRMA	
Bairro	**Cidade**	**UF**	**CEP**
S. CRISTOVAO	VITORIA	ES	29.048-150

Não Possui valor como NADA CONSTA !

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
23/10/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:14:31

Credito: **327388293** **CGC: 39.383.013/0001-22**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**

Doc. de Origem..: **07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **07/05/1999** Livro: **1** Folha: **491**
Dt. de Inscricao: **06/07/2000** RFB: **07.001.120** Orgao Inscr.: **07.200.000**
Periodo da Divida: **09/1996 a 01/1999** PRC Tramitacao: **07.200.800**
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: **624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR** Dt. da Fase: **04/02/2005**

Principal:	**79.899,76**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**39.950,57**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**187.314,08**	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**307.164,41**		
Honorarios:	**30.716,44**		

Valores atualizados p/ 10/2014 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D10

Protocolada por Danilo Theml Caram em 30/10/2014 10:35:37 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-24-0-243-13-38249 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 176

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
03/11/2014 17:31:00
Usuário:
JESRCH - ROBERT MADSEN CHMATALIK -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
176

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 177

Evento:
JUNTADA
Data:
19/11/2014 14:23:00
Usuário:
JESRCH - ROBERT MADSEN CHMATALIK -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
177

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO

MEF.0010.001342-9/2014

0 0 6 8 8 0 0 1 0 0 0 1 3 4 2 9 2 0 1 4

PROCESSO nº. 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
EXEQÜENTE: UNIAO FEDERAL
EXECUTADA: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA CNPJ : 39.383.013/0001-22
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: 32738829-3
VALOR DA DÍVIDA: R$ 334.760,87, atualizado em 24/06/2014
ENDEREÇO DA EXECUTADA: RUA JOAO AZEVEDO, 94, SÃO CRISTOVÃO, VILA VELHA/ES, CEP: 29070-514 ou RUA COL. JOSÉ GABRIEL MARQUES FILHO, 24, PARQUE DAS GAIVOTAS, VILA VELHA/ES, TELEFONE 27-32897940.

O DR. AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR, Juiz Federal titular da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

a) **PENHORE e AVALIE BENS DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO, <u>especificamente o(s) veículo(s) descrito(s) às fls. 225/231 dos autos</u>**, cuja cópia segue em anexo e integra o presente mandado, ou quaisquer outros bens e direitos do devedor que porventura encontrar, observando-se a ordem de preferência estabelecida pelo art. 655 do CPC e pelo art. 11 da Lei n.º 6.830/80; tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, mais os acréscimos legais, no valor indicado acima, sujeito à atualização;
b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo advertindo-o que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público, em se tratando de bem móvel;
c) **INTIME** o executado, acerca da penhora; **CIENTIFICANDO-O** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora integral
d) **REGISTRE** a penhora via RENAJUD;
e) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. **EXPEDIDO** nesta cidade de Vitória /ES, em 06 de agosto de 2014. Eu, CRISTINA PERES BERNARDINO DE ALMEIDA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, digitei. Conferido e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM. Juiz Federal.

- assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006 -

PEDRO DIAZ LEAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a ROBERT MADSEN CHMATALIK
Documento No: 138694-25-0-256-1-172333 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Processo n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
MEF.0010.001342-9/2014
3ª Vara Federal de Execução Fiscal

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que DEIXEI DE PENHORAR BENS DE ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., pelas razões que se seguem:

Em cumprimento ao R. Mandado, e observadas as formalidades legais, no dia 02 de outubro de 2014, às 10hs e 40min., dirigi-me à Rua Coronel Bráulio Dórea (endereço correto), n.º 94, São Cristóvão, Vitória (ES), mas não logrei êxito em encontrar a executada, nem bens de sua propriedade.

Na ocasião da diligência constatei que se trata de um imóvel residencial, tendo sido atendida pelo proprietário, Sr. Adilson João Campos, que afirmou que a executada desocupou o local há mais de dez anos, não se tendo notícias do seu paradeiro desde então.

Desse modo, tendo em vista a indicação de outro endereço para fins de penhora, localizado fora da minha área de atuação geográfica, devolvo o mandado para fins de **redistribuição**.

Vitória (ES), 02 de outubro de 2014.

Assinado Eletronicamente
Mariana Lempé Madruga Madeira
Analista Judiciário/Executante de Mandados
Mat. 10.445

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MARIANA LEMPE MADRUGA MADEIRA
Documento No: 138694-26-0-257-1-267729 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PROCESSO N.º 0004474-20.2001.4.02.5001
EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL
EXECUTADA: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA
MANDADO Nº: MEF.0010.001342-9/2014

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que DEIXEI DE PENHORAR BENS DA EMPRESA ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, pelas razões que se seguem:

Em cumprimento ao r. mandado, dirigi-me ao endereço da Rua Coronel José Gabriel Marques Filho, 24, Parque das Gaivotas, Vila Velha/ES, mas não encontrei nenhum dos veículos descritos às fls. 225/231 dos autos.

Na ocasião da diligência constatei que o imóvel é residencial, sendo que a proprietária, Sra. Aparecida da Rocha Antunes, se apresentou como uma das donas da empresa, a qual, segundo a mesma, encerrou suas atividades há cerca de 10 anos. Ela disse que todos os veículos relacionados foram penhorados e arrematados para pagamento de dívidas da executada, assim como os demais bens da mesma.

Ante tais fatos devolvo o presente mandado para os devidos fins de direito.
Dou fé.
Vila Velha, 14 de novembro de 2014.

FLÁVIA PÁDUA FERREIRA DIAZ
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a FLAVIA PADUA FERREIRA DIAZ
Documento No: 138694-27-0-258-1-355755 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 178

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REMESSA_PFN
Data:
19/11/2014 14:24:00
Usuário:
JESRCH - ROBERT MADSEN CHMATALIK -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
178

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 179

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
10/12/2014 12:32:00

Usuário:
JESMAB - MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
179

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO N.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIAO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA,GILSON ANTUNES RIBEIRO,MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para o **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei n.º 11.419/2006.

Vitória/ES, 10/12/2014.

- assinado eletronicamente –
MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MOACYR DE ALVARENGA BAPTISTA JUNIOR
Documento No: 138694-28-0-259-1-142025 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 180

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
07/01/2015 13:49:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
180

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 181

Evento:
CERTIDAO___INTIMACAO_PESSOAL
Data:
07/01/2015 13:57:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
181

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR(A): UNIAO FEDERAL
RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 19/12/2014, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado por "omissão".

Vitória-ES, 07 de janeiro de 2015.

- assinado eletronicamente -
Pedro Diaz Leal
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-29-0-260-1-315948 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 182

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
07/01/2015 14:24:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
182

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 183

Evento:
JUNTADA
Data:
08/01/2015 12:24:00
Usuário:
JESPDL - PEDRO DIAZ LEAL -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
183

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL.

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requerer o que segue.

Considerando o teor do ofício nº 4700/2011-BCB/Decic/Diadi/Suadi-04 (cópia anexa), segundo o qual o Banco Central do Brasil comunica ao juízo trabalhista da Vara do Trabalho de Juína, MT, que as ordens judiciais comandadas no sistema Bacenjud 2.0 não alcançam o segmento de cooperativas de crédito;

Considerando que, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as cooperativas de crédito registradas no Brasil contam com uma carteira de aproximadamente três milhões de associados;

Considerando ainda caber a esse honrado juízo a necessidade de adoção das providências constitucional e legalmente previstas para que viabilize os direitos da exequente, emprestando assim efetividade ao processo de execução fiscal;

Requer:

A expedição de ofício circular ao Sicoob/ES (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil no Espírito Santo), com endereço na R. Constante Sodré, 305, Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29055-420, determinando a indisponibilidade de eventuais valores em conta corrente ou aplicações financeiras em nome da(s) parte(s) executada(s) no montante da dívida em cobrança.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 17 de dezembro de 2014.

FLAVIO HENRIQUE DUARTE
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Protocolada por Flavio Henrique Duarte em 17/12/2014 17:21:54 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-30-0-261-2-236937 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

13
5

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CÓPIA

Ofício nº 4700/2011-BCB/Decic/Diadi/Suadi-04 Fortaleza, 9 de junho de 2011
Pt. 1101519086

À Sua Excelência a Senhora
DAYNA LANNES ANDRADE RIZENTAL
Juíza do Trabalho da Vara do Trabalho de Juína-MT
Poder Judiciário Federal - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Avenida Jaime Proni, 230 – Módulo 3
78320-000 Juína - MT

Assunto: **Processo nº 00872.2007.081.23.00-1 – Execução Fiscal – Bacen Jud 2.0**

Senhora Juíza,

Reportamo-nos ao Ofício nº 1.056, de 25 de maio de 2011, extraído dos autos epigrafados, por meio do qual o Chefe de Seção, Sr. Paulo Antonio Pascoto B. de Oliveira, respaldado em Despacho Judicial de Vossa Excelência, solicita "*... se é verídica a informação de que o sistema BACENJUD não abarca contas abertas junto à Cooperativas de Crédito. ...*"

2. A propósito, consoante o Convênio BACEN/STJ/CJF-2005, de 30.9.2005, celebrado pelo Bacen, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, e seu anexo Regulamento, as ordens judiciais comandadas no Sistema Bacen Jud 2.0 não alcançam o segmento de cooperativas de crédito.

3. Não obstante, informamos a V. Exa. que o tema em questão foi assunto da pauta de reunião do Comitê Gestor do Sistema Bacen Jud e CCS, realizada no Conselho Nacional de Justiça em 22.4.2010, quando foi decidida a formação de subgrupo, composto por representantes do Bacen, CNJ, FEBRABAN e Conselho Especializado de Crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras, com vistas a estudar a inclusão das cooperativas de crédito.

4. Esperamos, assim, ter esclarecido satisfatoriamente, e dentro do possível, à demanda apresentada, e servimo-nos do ensejo para agradecer à especial manifestação de Vossa Excelência e colocar à disposição, para outros eventuais esclarecimentos e/ou orientações, o telefone (85) 3308-5555 e o e-mail bacenjud-ccs@bcb.gov.br, da Mesa de Suporte ao Sistema Bacen Jud.

Respeitosamente,

Marconi Pereira de Holanda
Coordenador

Francisco Almir Pessoa Júnior
Analista

Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro – DECIC/DIADI/SUADI-04
Av. Heráclito Graça, 273 - 6º andar - Centro - 60140-061 - Fortaleza (CE)
Telefones: 0xx85-3308-5555 e 3308-5550 - Fax: 0xx85-3308-5544

Protocolada por Flavio Henrique Duarte em 17/12/2014 17:21:54 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PEDRO DIAZ LEAL
Documento No: 138694-30-0-261-2-236937 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 184

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
08/01/2015 18:52:00
Usuário:
JESRCH - ROBERT MADSEN CHMATALIK -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
184

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 185

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO
Data:
17/04/2015 14:47:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
185

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES. CEP 29.053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7).
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL.
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,.
CDA Nº: 32738829-3.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 334.760,87, em 24/06/2014.

DECISÃO

A parte exeqüente vem aos autos pleitear a expedição de ofício ao **SICOOB/ES (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil no Espírito Santo)** objetivando a indisponibilidade de eventuais valores existentes em contas ou aplicações financeiras de titularidade da parte executada. Com efeito, tal procedimento se assemelha à sistemática de indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do Código Tributário Nacional. Segundo o referido dispositivo, "*na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos".*

No caso em apreço, restam presentes os elementos autorizadores da medida pleiteada. Assim sendo, com fundamento no art. 185-A do CTN, **DEFIRO o pedido formulado pelo exeqüente, para DETERMINAR A INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO(S) EXECUTADO(S), inclusive de valores depositados em contas ou aplicações financeiras mantidas junto a Cooperativas de Crédito, como o SICOOB**. Nos termos do § 1º do referido dispositivo legal, a indisponibilidade limita-se ao valor total exigível, acima indicado.

Com o objetivo de dar efeitos práticos à ordem indisponibilidade, servirá a presente decisão como ofício, conforme os dados acima, devendo a exeqüente, por meios próprios, providenciar sua impressão e posterior comunicação aos órgãos responsáveis pelo registro de transferência de bens e às instituições financeiras, inclusive Cooperativas de Crédito.

Neste ponto, cumpre ressaltar que o artigo 185-A do CTN não pode ser interpretado de maneira isolada, senão combinado com as inovações trazidas pelas recentes reformas processuais, notadamente a sistemática prevista pelo art. 615-A do Código de Processo Civil. Se o mero ajuizamento da execução concede semelhante prerrogativa ao credor, *a fortiori* poderá fazê-lo com a decretação de indisponibilidade. Inteligência diversa caminha em sentido oposto à pretendida modernização do processo executivo e viola frontalmente o princípio da economia processual.

Desde já, ressalto que os órgãos responsáveis pelo registro de transferência de bens, as instituições financeiras, inclusive Cooperativas de Crédito, como o SICOOB, deverão encaminhar suas respostas – sejam elas positivas ou negativas - diretamente à Fazenda Pública, sob pena de responsabilização. Por seu turno, caberá à Fazenda peticionar nos autos informando o resultado das diligências.

Suspenda-se o curso desta execução por 01 (um) ano, na forma do artigo 40 da Lei 6.830/80. Intime-se a parte exeqüente. Expirado esse prazo, arquivem-se estes autos, sem baixa na Distribuição e independentemente de nova intimação, nos termos do § 2º daquele dispositivo legal.

Vitória, 17/04/2015.

- assinado eletronicamente, na forma da Lei nº 11.419/2006 -
RONALD KRUGER RODOR
JUIZ FEDERAL

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a RONALD KRUGER RODOR
Documento No: 138694-31-0-263-1-63757 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 186

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
17/04/2015 17:14:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
186

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 187

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REMESSA_PFN
Data:
17/04/2015 17:16:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
187

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 188

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
22/04/2015 16:59:00

Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
188

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO N.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIAO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA,GILSON ANTUNES RIBEIRO,MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para o **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei n.º 11.419/2006.

Vitória/ES, 22/04/2015.

- assinado eletronicamente –
MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-32-0-264-1-360587 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 189

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA_DE_DEVOLVIDO_AUTOMATICAMENTE
Data:
04/05/2015 10:33:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
189

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

AUTOR(A): UNIAO FEDERAL

RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 01/05/2015, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado por “omissão”.

Vitória-ES, 04 de maio de 2015

Daniel Lehenbauer
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-33-0-265-1-70094 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 190

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
04/05/2015 11:01:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
190

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 191

Evento:
JUNTADA
Data:
07/07/2015 17:15:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
191

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermédio do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem requerer expedição de mandado de penhora e avaliação do imóvel identificado nos autos junto ao R.G.I., com a ressalva de, caso o oficial de justiça verifique que o(s) imóvel(eis) constitui(em) o imóvel residencial do(a)(s) devedor (a)(es), que a penhora não seja realizada.

Em caso de penhora, a UNIÃO requer prosseguimento mediante registro da penhora à margem da matrícula correspondente, nos termos dos arts. 7º, inciso IV, e 14, inciso I, ambos da Lei nº 6.830/80 (LEF), intimando-se da penhora o(s) interessado(s).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 20 de maio de 2015.

KLEISON FERREIRA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

ESTEPHANY PAIVA LIMA
ESTAGIÁRIO(A)

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

JUCEES | JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conveniad

Dados da Empresa | Atividades | Pessoas | Filiais | Histórico

NOME EMPRESARIAL	CNPJ
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	39.383.013/0001-2

ENDEREÇO COMPLETO	BAIRRO
RUA ALBERTO DE OLIVEIRA	SOTECO

CEP	MUNICÍPIO	UF	NIRE
29106100	VILA VELHA	ES	32200587842

PORTE	INÍCIO DA ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Não	13/04/1993	REGISTRO ATIVO

ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	ÚLTIMO ARQUIVAMENTO DATA	ÚLTIMO ARQUIVAMENTO NÚMERO	PRAZO DE TÉRMIN DAS ATIVIDADES
13/04/1993	04/07/2008	20080704239	

CAPITAL SOCIAL	CAPITAL INTEGRALIZADO
224.952,00	224.952,00

REQUER AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL	POSSUI CLÁUSULA RESTRITIVA
NÃO	NÃO

https://www.jucees.es.gov.br/certidaoweb/janela.php?acao_usuario=cadastro&NR_NIRE=32200587842&NR_C

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

JUCEES | JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | Conveniad

Dados da Empresa | Atividades | Pessoas | Filiais | Histórico

NOME EMPRESARIAL	CNPJ
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA	39.383.013/0001-2

PESSOAS VINCULADOS À EMPRESA

CPF / CNPJ	ENDEREÇO	PARTICIPAÇÃO	EM %	VÍNCULO
251.894.176-20	**NOME...:** GILSON ANTUNES RIBEIRO **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES, Nº 24 **COMPL.:** **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS **MUNIC..:** VILA VELHA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	SOCIO
931.043.327-20	**NOME...:** MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL .MARQUES, Nº 24 **COMPL.:** **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS **MUNIC..:** VILA VELHA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	ADMINISTRADOR
251.894.176-20	**NOME...:** GILSON ANTUNES RIBEIRO **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL MARQUES, Nº 24 **COMPL.:** **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS **MUNIC..:** VILA VELHA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	ADMINISTRADOR
931.043.327-20	**NOME...:** MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES **END.....:** AVENIDA CORONEL JOSE GABRIEL .MARQUES, Nº 24 **COMPL.:** **BAIRRO:** PARQUE DAS GAIVOTAS	112.476,00	50,0	SOCIO

https://www.jucees.es.gov.br/certidaoweb/janela.php?con=cadastro&NR_NIRE=32200587842&nrCNPJ=39383

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

	MUNIC..: VILA VELHA **UF.....:** ES			
808.768.707-87	**NOME...:** MARIA VALDINA SILVA CAMPOS **END.....:** AV DANTE MICHELINI, Nº 2431 **COMPL.:** : APTO 1002; **BAIRRO:** MATA DA PRAIA **MUNIC..:** VITÓRIA **UF.....:** ES	112.476,00	50,0	SOCIO

https://www.jucees.es.gov.br/certidaoweb/janela.php?con=cadastro&NR_NIRE=32200587842&nrCNPJ=39383

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

__ CNPJ,EXTERNO-3,CNPJ-3 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-3)_____

T34227YI DATA: 20/05/2015 PAG.: 1 / 1 USUARIO: EDSON AMARAL

CNPJ: 39.383.013/0001-22 (MATRIZ)
CPF RESP.: 931.043.327-20 QUALIF.: SOCIO-ADMINISTRADOR
N.E.: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP

NOME FANTASIA: ZELAR
DT ABERTURA: 14/04/1993(04/1993) DT PRIM. ESTAB.: 14/04/1993
SIT.CAD.CNPJ: ATIVA
DATA DA SITUACAO : 03/11/2005(11/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

SIMEI: NAO

END.: R ALBERTO DE OLIVEIRA 321 LOJA 01
BAIRRO : SOTECO
MUNICIPIO: 5703 VILA VELHA
UF : ES CEP : 29106-100 TELEFONE : 27-30429814 FAX : 27-99242929
ORGAO : 0720106

PF2 - OP. SUCESSAO PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF5 - MOVIMENTO
PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF12 - HISTORICO PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

```
__ CPF,CONSULTA ( CONSULTA BASE CPF )_____________________________________________
RFB                                                    USUARIO: EDSON AMARAL
                                                       20/05/2015 09:44

NI-CPF : 251.894.176-20     PENDENTE DE REGULARIZACAO    INSCRICAO: 00/00/0000
NOME   : GILSON ANTUNES RIBEIRO
DT NASC: 08/05/1958
MAE    : ADELVINA ANTUNES DE SOUZA
TIT. ELEITOR: 00.100.506.014-49   SEXO: M  ESTRANGEIRO: N   OBITO:
NATURAL DE  :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
          29101-603  PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD     : 0027    TELEFONE: 32893089   CELULAR:             COD.MUN.: 5703  ES
RES.EXTERIOR: N               DOMIC.ELETRONICO: N            COD.UA : 0720106



PROXIMO NI-CPF: _________ - __
T25A ____________________________________________________ DADOS CADASTRAIS ___
 PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM                    PF4 DECLARACOES

 PF12 CONS.EXTERNAS                      PF6 HISTORICO           PF9  FONETICA
```

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

```
__ CPF,CONSULTA ( CONSULTA BASE CPF )_____________________________________________
RFB                                                    USUARIO: EDSON AMARAL
                                                       20/05/2015 09:45

NI-CPF : 931.043.327-20              REGULAR             INSCRICAO: 00/00/0000
NOME   : MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
DT NASC: 14/09/1961
MAE    : MERCEDES FONTES DA ROCHA
TIT. ELEITOR: 00.094.770.514-57   SEXO: F  ESTRANGEIRO: N   OBITO:
NATURAL DE  :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
          29101-603  PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD     : 0027    TELEFONE: 32897940   CELULAR:             COD.MUN.: 5703  ES
RES.EXTERIOR: N               DOMIC.ELETRONICO: N            COD.UA : 0720106



PROXIMO NI-CPF: _________ - __
T25A ____________________________________________________ DADOS CADASTRAIS ___
 PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM                    PF4 DECLARACOES

 PF12 CONS.EXTERNAS                      PF6 HISTORICO           PF9  FONETICA
```

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0-266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
20/05/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 09:46:08

Credito: **327388293** **CGC: 39.383.013/0001-22**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**

Doc. de Origem..: **07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **07/05/1999** Livro: **1** Folha: **491**
Dt. de Inscricao: **06/07/2000** RFB: **07.001.120** Orgao Inscr.: **07.200.000**
Periodo da Divida: **09/1996 a 01/1999** PRC Tramitacao: **07.200.800**
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: **624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR** Dt. da Fase: **04/02/2005**

Principal:	**79.899,76**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**39.950,57**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**192.507,62**	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**312.357,95**		
Honorarios:	**31.235,79**		

Valores atualizados p/ 05/2015 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D16

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

20/05/2015 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 09:46:19

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **200150010044747** Credito: **327388293** PRC: **7200800**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**
Fase: **624** Dt.Fase: **04/02/2005** Comarca: **7053** Vara: **4** Foro: **FED**
Procurador: **1261833** Honorarios: **10.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **20/04/2001**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	**624**	**04/02/2005**	**Nao**	**312.357,95**

Total Divida - **312.357,95**
Honor Divida - **31.235,79**
J/Hon REFIS - **0,00**
Total da Acao - **343.593,74** Prox.Credito -
* - Apensada XMIT
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.01D16

Protocolada por Kleison Ferreira em 06/07/2015 10:41:16 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-34-0266-9-475316 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 192

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
07/07/2015 17:22:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
192

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 193

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
31/07/2015 12:13:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
193

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 194

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DESPACHO
Data:
03/11/2015 16:58:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
194

J E S A G M

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º andar, Ilha de Monte Belo, Vitória/ES
CEP: 29.053-245 - Tel. (027)3183-5244 - Fax 3183-5242 – *e-mail:* 03vfef@jfes.jus.br

Processo n.º: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

Autos conclusos em 03/11/2015 ao MM. Juiz Federal desta 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.

DESPACHO

Defiro pedido de fl. 243.

Expeça-se mandado de penhora, avaliação e registro do imóvel identificado junto ao R.G.I. de Vila Velha/ES sob a matrícula nº 43708 (fls. 244/247), intimando-se o executado da penhora realizada, com a ressalva de, caso o oficial de justiça verifique que o imóvel constitui o imóvel residencial do executado, que a penhora não seja realizada.

Realizada penhora e transcorrido in albis o prazo para embargos, intime-se o exeqüente para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intime-se.

Vitória/ES, 03/11/2015.

(assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006)
RONALD KRUGER RODOR
JUIZ FEDERAL

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a RONALD KRUGER RODOR
Documento No: 138694-35-0-275-1-750248 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 195

Evento:
INTIMACAO_DE_DESPACHO___REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
06/11/2015 14:09:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
195

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 196

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PARA_DIGITACAO
Data:
06/11/2015 14:10:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
196

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 197

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_COM_DIRETOR_PARA_CONFERIR_EXPEDIENTE
Data:
22/01/2016 14:51:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
197

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 198

Evento:
CERTIDAO
Data:
31/05/2016 12:21:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
198

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CERTIDÃO – SECMA/SEPEX

Certifico que, nesta data, encaminhei o(s) expediente(s) de nº **MEF.0010.000060-3/2016** à SECMA/SEPEX, para fins de cumprimento. Do que, para constar, fiz lavrar o presente termo.

Vitória, 31 de maio de 2016.

(assinado eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.429/2006)
Daniel Lehenbauer
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-36-0-276-1-758226 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 199

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
31/05/2016 12:57:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
199

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 200

Evento:
JUNTADA
Data:
14/07/2016 18:40:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
200

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES. CEP: 29.053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – ***e-mail: 03vfef@jfes.jus.br***

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO

MEF.0010.000060-3/2016

0 0 6 8 8 0 0 1 0 0 0 0 0 6 0 3 2 0 1 6

PROCESSO nº. 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
EXEQÜENTE: UNIAO FEDERAL
EXECUTADOS: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA E OUTROS CNPJ/CPF : 39.383.013/0001-22
ENDEREÇO DO EXECUTADO: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA 321, LOJA 01, SOTECO, VILA VELHA/ES , TELEFONES: (27) 3042-9814 E (27) 99924-2929
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: 32738829-3
VALOR DA DÍVIDA: R$ 343.593,74, atualizado em 20/05/2015

O DR. RONALD KRÜGER RODOR, Juiz Federal titular da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

a) **PENHORE e AVALIE BENS DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO, especificamente o(s) descrito(s) às fls. 244/247 dos autos, imóvel identificado junto ao R.G.I sob a matrícula nº 43708** cuja cópia segue em anexo e integra o presente mandado, ou quaisquer outros bens ou direitos do devedor, observando-se a ordem de preferência estabelecida pelo art. 11 da Lei n.º 6.830/80, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, mais os acréscimos legais, no valor indicado acima, sujeito à atualização;
b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo advertindo o devedor que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público, em se tratando de bem móvel;
c) **INTIME** o executado, assim como o seu cônjuge, se casado for, caso a penhora recaia sobre bem imóvel; **CIENTIFICANDO-O** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora,
d) **REGISTRE** a penhora no Cartório de Registro Público, se o bem for imóvel ou a ele equiparado, ou na Repartição competente, se for veículo, ou ainda, na Junta Comercial, na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro tipo, créditos ou direito proprietário nominativo, entregando-se, em qualquer caso, a contrafé e cópia do auto de penhora.
e) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. **EXPEDIDO** nesta cidade de Vitória /ES, em 22 de abril de 2016. Eu, STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES - matrícula ES10.812, TÉCNICO JUDICIÁRIO, digitei. Conferido e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM. Juiz Federal.

- assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006 -
DANIEL LEHENBAUER
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-37-0-277-1-447365 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO N.º 2001.50.01.004474-7 / 3ª VF EXECUÇÃO FISCAL
MANDADO N.º MEF.0010.000060-3/2016

CERTIDÃO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça Federal, que em cumprimento ao r. mandado, dirigi-me ao endereço constante no mesmo, onde fui recebido pela Sra Carolina Diniz de Abreu, que se identificou como proprietária do imóvel, que reside no 2º andar e loca o primeiro andar, aquela, me informou que desconhece a promovida e que nunca teria ouvido falar da mesma.

Informo que em diligências anteriores, me foram informados os números de telefone **3042-9814**, que não recebe chamadas e **9.9924-2929,** tendo a ligação atendida por pessoas, uma hora um homem e na outra uma mulher, que informaram residir no município de Afonso Claudio – ES, afirmando, também, desconhecer a promovida e não querendo se identificar.

Diligenciando, ainda, junto a outros moradores e comerciantes locais, não obtive nenhuma nova informação.

Ainda na busca da promovida, consultei o CD-ROM da Lista Telefônica - Editel e o serviço "102" da Telemar e não encontrei telefone em nome da mesma, sendo assim, **deixei de CITAR e proceder às demais diligências** determinadas por V Exa por **não ter encontrado a executada, no endereço supramencionado**, nem ter obtido qualquer informação que me levasse a encontrá-la em qualquer outro endereço.

Assim sendo, para que se possam tomar as medidas de direito cabíveis, devolvo o R. Mandado e submeto a presente certidão ao crivo de V Exa.

O referido é verdade. Dou fé.

Vitória, 07 de julho de 2016

_____
ANTONIO OVIDIO SOARES NETO
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 10.560

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES
Documento No: 138694-38-0-278-1-47848 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 201

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
15/07/2016 18:41:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
201

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 202

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REMESSA_PFN
Data:
16/08/2016 18:03:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
202

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 203

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
24/08/2016 16:10:00

Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
203

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIAO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006.

Vitória, 24/08/2016.

- assinado eletronicamente -
MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-39-0-279-1-693515 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 204

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA_DE_DEVOLVIDO_AUTOMATICAMENTE
Data:
05/09/2016 13:52:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
204

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

AUTOR(A): UNIAO FEDERAL

RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 02/09/2016, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado de forma automática.

Vitória-ES, 05 de setembro de 2016

MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-40-0-280-1-925628 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 205

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
05/09/2016 14:30:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
205

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 206

Evento:
JUNTADA
Data:
07/12/2016 18:34:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
206

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe:	**EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente:	**UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s):	**ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s):	**0004474-20.2001.4.02.5001**

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermédio do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem requerer a lavratura de termo de penhora do imóvel, com intimação dos executados no endereço atualizado em anexo.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 05 de setembro de 2016.

KLEISON FERREIRA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

AMANDA LORRANI SILVA POUBEL
ESTAGIÁRIO(A)

Protocolada por Kleison Ferreira em 07/12/2016 17:18:15 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-41-0-281-5-322080 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

USUARIO: EDSON AMARAL
05/09/2016 08:26

NI-CPF : 251.894.176-20 PENDENTE DE REGULARIZACAO INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : GILSON ANTUNES RIBEIRO
DT NASC: 08/05/1958
MAE : ADELVINA ANTUNES DE SOUZA
TIT. ELEITOR: 00.100.506.014-49 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
29101-603 PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD : 0027 TELEFONE: 32893089 CELULAR: COD.MUN.: 5703 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720106

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES

PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

Protocolada por Kleison Ferreira em 07/12/2016 17:18:15 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-41-0-281-5-322080 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

USUARIO: EDSON AMARAL
05/09/2016 08:27

NI-CPF : 931.043.327-20 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
DT NASC: 14/09/1961
MAE : MERCEDES FONTES DA ROCHA
TIT. ELEITOR: 00.094.770.514-57 SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
29101-603 PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD : 0027 TELEFONE: 32897940 CELULAR: COD.MUN.: 5703 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720106

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES

PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

Protocolada por Kleison Ferreira em 07/12/2016 17:18:15 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-41-0-281-5-322080 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
05/09/2016 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 08:27:36

Credito: **327388293** **CGC: 39.383.013/0001-22**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**

Doc. de Origem..: **07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **07/05/1999** Livro: **1** Folha: **491**
Dt. de Inscricao: **06/07/2000** RFB: **07.001.120** Orgao Inscr.: **07.200.000**
Periodo da Divida: **09/1996 a 01/1999** PRC Tramitacao: **07.200.800**
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: **624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR** Dt. da Fase: **04/02/2005**

Principal:	**79.899,76**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**39.950,57**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**206.625,89**	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**326.476,22**		
Honorarios:	**32.647,62**		

Valores atualizados p/ 09/2016 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.30

Protocolada por Kleison Ferreira em 07/12/2016 17:18:15 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-41-0-281-5-322080 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

05/09/2016 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 08:27:46

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **200150010044747** Credito: **327388293** PRC: **7200800**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - EPP**
Fase: **624** Dt.Fase: **04/02/2005** Comarca: **7053** Vara: **4** Foro: **FED**
Procurador: **1261833** Honorarios: **10.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **20/04/2001**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	**624**	**04/02/2005**	**Nao**	**326.476,22**

Total Divida - **326.476,22**
Honor Divida - **32.647,62**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **359.123,84** * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.30

Protocolada por Kleison Ferreira em 07/12/2016 17:18:15 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-41-0-281-5-322080 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 207

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
07/12/2016 18:36:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
207

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 208

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
14/12/2016 14:37:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
208

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 209

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO
Data:
26/04/2017 13:55:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
209

J E S S M D

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

Processo n.º: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

Autos conclusos em 26/04/2017 ao MM. Juiz Federal desta 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.

DECISÃO

Defiro o pedido de fl.281.

Expeça-se novo mandado de penhora do imóvel descrito às fls. 244/247, para garantia da dívida exeqüenda a ser cumprido no endereço de fl. 282, intimando-se o executado da penhora realizada, com a ressalva de, caso o oficial de justiça verifique que o imóvel constitui o imóvel residencial do executado, que a penhora não seja realizada.

Realizada penhora e transcorrido in albis o prazo para embargos, intime-se o exeqüente para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intime-se.

Vitória, 26/04/2017

- assinado eletronicamente, na forma da Lei nº 11.419/2006.
RONALD KRUGER RODOR
JUIZ FEDERAL

AVISO: este processo tramita por meio eletrônico (L. 11.419/2006). Os autos eletrônicos estão disponíveis através do *website* da Justiça Federal do Espírito Santo (*www.jfes.jus.br*). O acesso se dá mediante cadastro a ser realizado consoante informações contidas no referido site.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a RONALD KRUGER RODOR
Documento No: 138694-42-0-286-1-506248 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 210

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
27/04/2017 14:03:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
210

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 211

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PARA_DIGITACAO
Data:
27/04/2017 14:05:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
211

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 212

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_COM_DIRETOR_PARA_CONFERIR_EXPEDIENTE
Data:
02/05/2017 15:25:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
212

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 213

Evento:
CERTIDAO
Data:
24/08/2017 18:53:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
213

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CERTIDÃO – SECMA/SEPEX

Certifico que, nesta data, encaminhei o(s) expediente(s) de nº **MEF.0010.000814-3/2017** à SECMA/SEPEX, para fins de cumprimento. Do que, para constar, fiz lavrar o presente termo.

Vitória, 24 de agosto de 2017.

(assinado eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.429/2006)
Daniel Lehenbauer
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a DANIEL LEHENBAUER
Documento No: 138694-43-0-287-1-766480 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 214

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_DEVOLUCAO_DE_MANDADO
Data:
24/08/2017 18:54:00
Usuário:
JESDLE - DANIEL LEHENBAUER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
214

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 215

Evento:
JUNTADA
Data:
08/11/2017 15:29:00
Usuário:
JESPABR - PATRICIA BROCKESTAYER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
215

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º andar, Monte Belo, Vitória/ES. CEP: 29.053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – ***e-mail: 03vfef@jfes.jus.br***

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO

MEF.0010.000814-3/2017

0 0 6 8 8 0 0 1 0 0 0 0 8 1 4 3 2 0 1 7

PROCESSO nº. 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
EXEQÜENTE: UNIAO FEDERAL
EXECUTADO(S): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA- 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO, CPF 251.894.176-20; MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, 931.043.327-20
ENDEREÇO DO(S) EXECUTADO(S): CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DAS GAIVOTAS, RUA CEL. GABRIEL MARQUES, 24, VILA VELHA/ES
ENDEREÇO DA PENHORA: CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE DAS GAIVOTAS, RUA CEL. GABRIEL MARQUES, 24, VILA VELHA/ES
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: 32738829-3
VALOR DA DÍVIDA: R$ 359.123,84, atualizado em 05/09/2016

O DR. RONALD KRÜGER RODOR, Juiz Federal titular da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

a) **PENHORE e AVALIE BENS DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO, especificamente o(s) descrito(s) às fls. 244/247 dos autos**, cuja cópia segue em anexo e integra o presente mandado, ou quaisquer outros bens ou direitos do devedor, observando-se a ordem de preferência estabelecida pelo art. 835 do NCPC e pelo art. 11 da Lei n.º 6.830/80, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, mais os acréscimos legais, no valor indicado acima, sujeito à atualização. A constrição não deverá ser efetivada se o oficial de justiça verificar se tratar de imóvel residencial do devedor;
b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo advertindo o devedor que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público, em se tratando de bem móvel;
c) **INTIME** o(s) executado(s), assim como seu(s) cônjuge(s), se casado for, caso a penhora recaia sobre bem imóvel; **CIENTIFICANDO-O(S)** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora (LEF, art. 16, III), observado o art. 917, II, §1º, do NCPC, ciente de que eventuais embargos opostos só terão efeito suspensivo da execução nos limites do valor correspondente ao do(s) bem(ns) penhorado(s), cabendo ao devedor, se quiser e em sendo o caso, complementar o montante.
d) **REGISTRE** a penhora no Cartório de Registro Público, se o bem for imóvel ou a ele equiparado, ou na Repartição competente, se for móvel sujeito a registro, ou ainda, na Junta Comercial, na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro tipo, créditos ou direito proprietário nominativo, entregando-se, em qualquer caso, a contrafé e cópia do auto de penhora.
e) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, seu regular funcionamento, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei. **EXPEDIDO** nesta cidade de Vitória /ES, em 02 de maio de 2017. Eu, STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES - matrícula ES10.812, TÉCNICO JUDICIÁRIO, digitei. Conferido e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM. Juiz Federal.

- assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006 -
DANIEL LEHENBAUER
DIRETOR DE SECRETARIA

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a PATRICIA BROCKESTAYER
Documento No: 138694-44-0-288-1-124676 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

C E R T I D Ã O

Processo n^{0} 2001.50.01.004474-7
Mandado nº MEF.10.814-3/2017

3ª Vara Federal de execução fiscal

Certifico e dou fé que, em cumprimento deste mandado, me dirigi ao Conjunto Habitacional Parque das Gaivotas, Rua Coronel Gabriel Marques, 24, Vila Velha a fim de efetuar penhora do bem descrito as fls. 244/247. Contudo, em contato com a Sra. Maria Aparecida da Rocha Antunes, fui informada que o imóvel se trata da casa onde reside com o marido há mais de 28 anos. De fato, observei que o referido imóvel estava ocupado pela mesma, solicitei então alguma conta de luz ou água que estivesse no nome dos executados, tendo a mesma me apresentado a conta de luz e agua em nome do executado Gilson Antunes Ribeiro (documento anexo). Questionei ainda o vizinho, Sr. Fabricio Fae, morador da casa 34 da mesma rua, tendo o mesmo confirmado que conhece os executados e que ambos residem na casa há mais de 20 anos. Conversei também com o outro vizinho, morador da Rua Jose Celso Claudio, 14, Parque das Gaivotas, Sr. Cleberney Anastásio da Silva, tendo o mesmo dito que também conhece os executados e tem conhecimento de que ambos residem no imóvel há mais de 25 anos. Desta feita, ante tais fatos, deixei de proceder a penhora do imóvel, tendo efetuado a intimação de Zelar Admininistradora, na pessoa da sua representante legal, acerca dos termos constantes na letra e) do mandado. Na mesma oportunidade, deixei de proceder a penhora de outros bens, uma vez que fui informada que a empresa era uma firma prestadora de serviços que fechou há mais de 20 anos sem deixar bens, tais como imóvel ou veículo. Desta feita, devolvo o presente para os devidos fins legais.

Vila Velha/ES, 26 de outubro de 2017.

(Assinado eletronicamente)

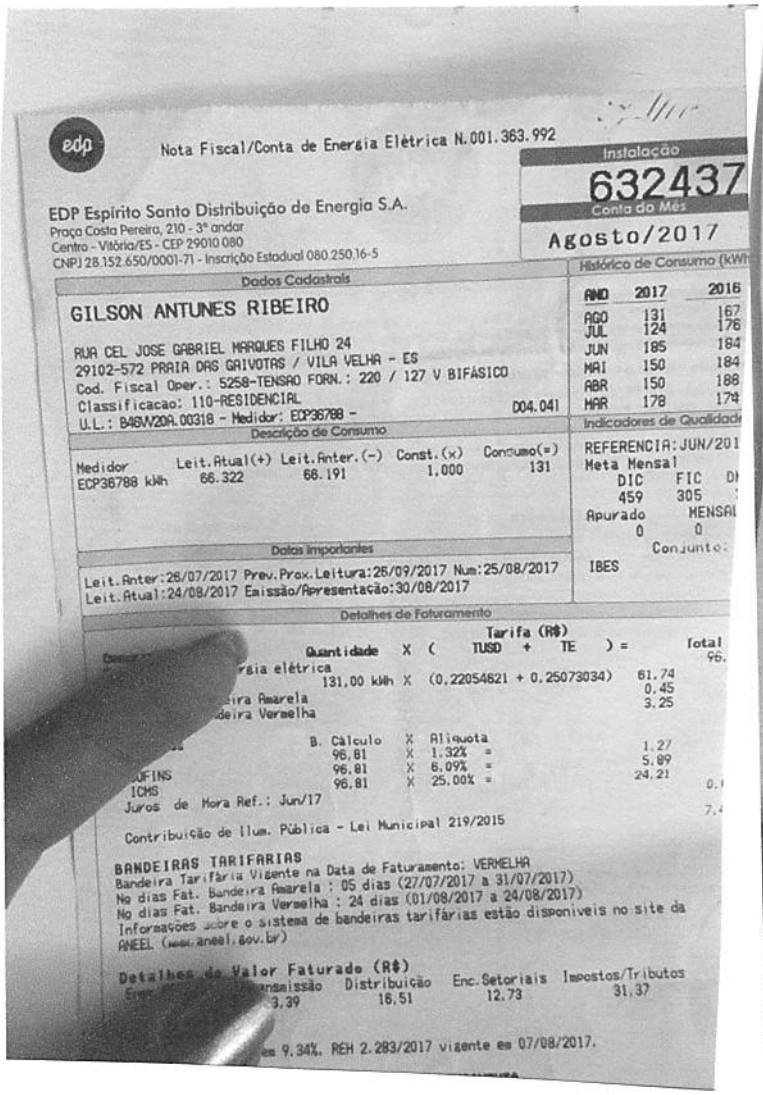
THAIZ VIEIRA MORAES ANTUNES

Oficiala de Justiça Avaliadora

Mat. 10457

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a THAIZ VIEIRA MORAES ANTUNES
Documento No: 138694-45-0-289-1-858805 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Contas de agua e luz
Processo nº 2001.50.01.004474-7
Ref. 10.814-3/2017
3ª Vara Federal de Execução Fiscal



Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica N.001.363.992

Instalação 632437
Conta do Mês Agosto/2017

EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.
Praça Costa Pereira, 210 - 3º andar
Centro - Vitória/ES - CEP 29010.080
CNPJ 28.152.650/0001-71 - Inscrição Estadual 080.250.16-5

Dados Cadastrais

GILSON ANTUNES RIBEIRO

RUA CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO 24
29102-572 PRAIA DAS GAIVOTAS / VILA VELHA - ES
Cod. Fiscal Oper.: 5258-TENSAO FORN.: 220 / 127 V BIFÁSICO
Classificacao: 110-RESIDENCIAL D04.041
U.L.: B48W20A.00318 - Medidor: ECP36788 -

Histórico de Consumo (kWh)

AND	2017	2016
AGO	131	167
JUL	124	176
JUN	185	184
MAI	150	184
ABR	150	188
MAR	178	174

Descrição de Consumo

	Leit.Atual(+)	Leit.Anter.(-)	Const.(x)	Consumo(=)
Medidor ECP36788 kWh	66.322	66.191	1,000	131

Indicadores de Qualidade
REFERENCIA: JUN/201
Meta Mensal
DIC 459 FIC 305 DI
Apurado 0 0 MENSAL
Conjunto:
IBES

Datas Importantes
Leit.Anter:26/07/2017 Prev.Prox.Leitura:26/09/2017 Num:25/08/2017
Leit.Atual:24/08/2017 Emissão/Apresentação:30/08/2017

Detalhes de Faturamento

	Quantidade		Tarifa (R$) TUSD + TE	=	Total
...ergia elétrica	131,00 kWh	X	(0,22054621 + 0,25073034)		61,74
...deira Amarela					0,45
...deira Vermelha					3,25

	B. Cálculo		Aliquota		
...UFINS	96,81	X	1,32%	=	1,27
ICMS	96,81	X	6,09%	=	5,89
	96,81	X	25,00%	=	24,21

Juros de Mora Ref.: Jun/17

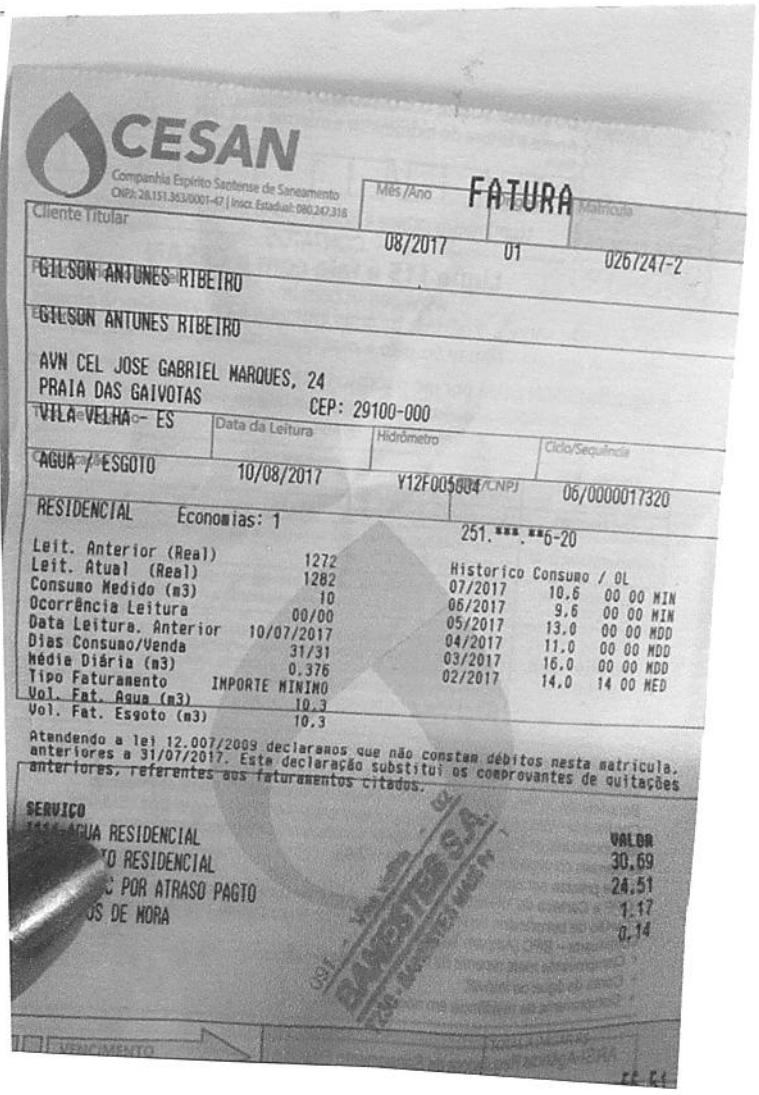
Contribuição de Ilum. Pública - Lei Municipal 219/2015

BANDEIRAS TARIFARIAS
Bandeira Tarifária Vigente na Data de Faturamento: VERMELHA
No dias Fat. Bandeira Amarela : 05 dias (27/07/2017 a 31/07/2017)
No dias Fat. Bandeira Vermelha : 24 dias (01/08/2017 a 24/08/2017)
Informações sobre o sistema de bandeiras tarifárias estão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br)

Detalhes do Valor Faturado (R$)

...Energia	Transmissão	Distribuição	Enc.Setoriais	Impostos/Tributos
	3,39	16,51	12,73	31,37

...es 9,34%. REH 2.283/2017 vigente em 07/08/2017.



CESAN
Companhia Espírito Santense de Saneamento
CNPJ: 28.151.363/0001-47 | Insc. Estadual: 080.247.318

FATURA

Cliente Titular	Mês/Ano		Matrícula
	08/2017	01	026724?-2

GILSON ANTUNES RIBEIRO
GILSON ANTUNES RIBEIRO
AVN CEL JOSE GABRIEL MARQUES, 24
PRAIA DAS GAIVOTAS CEP: 29100-000
VILA VELHA - ES

AGUA / ESGOTO	Data da Leitura	Hidrômetro	Ciclo/Sequência	CNPJ
	10/08/2017	Y12F005804		06/0000017320

RESIDENCIAL Economias: 1 251.***.***6-20

		Historico Consumo / OL		
Leit. Anterior (Real)	1272	07/2017	10,6	00 00 MIN
Leit. Atual (Real)	1282	06/2017	9,6	00 00 MIN
Consumo Medido (m3)	10	05/2017	13,0	00 00 MDD
Ocorrência Leitura	00/00	04/2017	11,0	00 00 MDD
Data Leitura. Anterior	10/07/2017	03/2017	16,0	00 00 MDD
Dias Consumo/Venda	31/31	02/2017	14,0	14 00 MED
Média Diária (m3)	0.376			
Tipo Faturamento	IMPORTE MINIMO			
Vol. Fat. Agua (m3)	10.3			
Vol. Fat. Esgoto (m3)	10.3			

Atendendo a lei 12.007/2009 declaramos que não constam débitos nesta matricula, anteriores a 31/07/2017. Este declaração substitui os comprovantes de quitações anteriores, referentes aos faturamentos citados.

SERVIÇO	VALOR
...AGUA RESIDENCIAL	30,69
...TO RESIDENCIAL	24,51
...C POR ATRASO PAGTO	1,17
...OS DE MORA	0,14

Juntado p/
Thaiz Vieira Moraes Antunes
Mat. 10.457
Analista Judiciário/Exec. de Mandados
Justiça Federal - Seção Judiciária do ES

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a Licia Lopes de Brito
Documento No: 138694-46-0-290-1-815982 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 216

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REMESSA_PFN
Data:
08/11/2017 17:41:00
Usuário:
JESPABR - PATRICIA BROCKESTAYER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
216

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 217

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
06/12/2017 10:12:00

Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
217

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIAO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006.

Vitória, 06/12/2017.

- assinado eletronicamente -
MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-47-0-291-1-904492 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 218

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA_DE_DEVOLVIDO_AUTOMATICAMENTE
Data:
17/12/2017 09:09:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
218

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

AUTOR(A): UNIAO FEDERAL

RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 15/12/2017, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado de forma automática.

Vitória-ES, 17 de dezembro de 2017

MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-48-0-292-1-701200 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 219

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
17/12/2017 10:15:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
219

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 220

Evento:
JUNTADA
Data:
27/02/2018 15:44:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
220

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A UNIÃO FEDERAL, nos autos da execução fiscal acima referenciada, por seu Procurador da Fazenda Nacional infra-assinado, vem perante V. Exa., requerer suspensão do feito por 90 (noventa) dias, enquanto aguarda a resposta do Ofício enviado, com cópia em anexo.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 27 de fevereiro de 2018.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 27/02/2018 07:42:45 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-49-0-293-6-312908 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

6EI.0366964

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Rua Pietrângelo de Biase, 56, 5º Andar – Centro – Vitória/ES – CEP 29.010-190
Fone: (27) 3211-5151 – Fax: (27) 3211-5166 E-mail: pfn.es@pgfn.gov.br

Ofício nº 104 **/2018/PFN/ES** Vitória, 19 de Fevereiro de 2018.

Ao Sr. Oficial do Vitória Cartório de Registro de Imóveis 1ª Zona
Cartório Marly Caldeira de Souza
Rua Pedro Palácios, 60, Loja 06, Centro, Vitória, ES.
CEP: 29015160

Assunto: Solicitação (Fazenda Nacional)

Senhor Oficial:

A fim de dar prosseguimento no processo nº **0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)**, no qual a União move Execução Fiscal em face de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA (CNPJ: 39.383.013/0001-22), GILSON ANTUNES RIBEIRO (CPF: 251.894.176-20) e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES (CPF: 931.043.327-20), solicito o especial obséquio de encaminhar a esta Procuradoria certidão de ônus atualizada do imóvel de matrícula nº 4260.

Atenciosamente,

José Francisco Saraiva Gomes
Procurador da Fazenda Nacional

Julian Figueredo Batisti
Estagiário de Direito – PFN/ES

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 27/02/2018 07:42:45 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-49-0-293-6-312908 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

SEI. 0266900

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Rua Pietrângelo de Biase, 56, 5º Andar – Centro – Vitória/ES – CEP 29.010-190
Fone: (27) 3211-5151 – Fax: (27) 3211-5166 E-mail: pfn.es@pgfn.gov.br

Ofício nº 102 /2018/PFN/ES Vitória, 19 de Fevereiro de 2018.

Ao Sr.Oficial do Cartório de Ofício de Registro Geral de Imóveis (2ª Zona de Vitória)
Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 955, sala 1.401/05, Enseada do Suá,
Vitória, ES
CEP: 29.050-335

Assunto: Solicitação (Fazenda Nacional)

Senhor Oficial:

A fim de dar prosseguimento no processo nº **0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)**, no qual a União move Execução Fiscal em face de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA (CNPJ: 39.383.013/0001-22), GILSON ANTUNES RIBEIRO (CPF: 251.894.176-20) e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES (CPF: 931.043.327-20), solicito o especial obséquio de encaminhar a esta Procuradoria certidão de ônus atualizada do imóvel de matrícula nº 4260.

Atenciosamente,

José Francisco Saraiva Gomes
Procurador da Fazenda Nacional

Julian Figueredo Batisti
Estagiário de Direito – PFN/ES

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 27/02/2018 07:42:45 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-49-0-293-6-312908 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

SEI.0366947

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Rua Pietrângelo de Biase, 56, 5º Andar – Centro – Vitória/ES – CEP 29.010-190
Fone: (27) 3211-5151 – Fax: (27) 3211-5166 E-mail: pfn.es@pgfn.gov.br

Ofício nº 103 /2018/PFN/ES Vitória, 19 de Fevereiro de 2018.

Ao Sr.
Oficial do Cartório de Registro Geral de Imóveis e Registro TORRENS da Comarca de Vitória - 3ª Zona
Rua Professor Almeida Cousin, nº125, Enseada do Suá, Vitória, ES.
CEP: 29050-565
Assunto: Solicitação (Fazenda Nacional)

Senhor Oficial:

A fim de dar prosseguimento no processo nº **0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)**, no qual a União move Execução Fiscal em face de ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA (CNPJ: 39.383.013/0001-22), GILSON ANTUNES RIBEIRO (CPF: 251.894.176-20) e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES (CPF: 931.043.327-20), solicito o especial obséquio de encaminhar a esta Procuradoria certidão de ônus atualizada do imóvel de matrícula nº 4260.

Atenciosamente,

José Francisco Saraiva Gomes
Procurador da Fazenda Nacional

Julian Figueredo Batisti
Estagiário de Direito – PFN/ES

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 27/02/2018 07:42:45 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-49-0-293-6-312908 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**
DIVIDA ATIVA
26/02/2018 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 13:13:02

Credito: **327388293** **CGC: 39.383.013/0001-22**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA**

Doc. de Origem..: **07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **07/05/1999** Livro: **1** Folha: **491**
Dt. de Inscricao: **06/07/2000** RFB: **07.001.120** Orgao Inscr.: **07.200.000**
Periodo da Divida: **09/1996 a 01/1999** PRC Tramitacao: **07.200.800**
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: **624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR** Dt. da Fase: **04/02/2005**

Principal:	**79.899,76**	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	**0,00**	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	**0,00**	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	**39.950,57**	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	**218.155,51**	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	**0,00**		
T o t a l:	**338.005,84**		
Honorarios:	**33.800,58**		

Valores atualizados p/ 02/2018 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.58

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 27/02/2018 07:42:45 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-49-0-293-6-312908 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

26/02/2018 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 13:13:17

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **200150010044747** Credito: **327388293** PRC: **7200800**
Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA**
Fase: **624** Dt.Fase: **04/02/2005** Comarca: **7053** Vara: **4** Foro: **FED**
Procurador: **1261833** Honorarios: **10.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **20/04/2001**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	**624**	**04/02/2005**	**Nao**	**338.005,84**

Total Divida - **338.005,84**
Honor Divida - **33.800,58**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **371.806,42** * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 27/02/2018 07:42:45 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-49-0-293-6-312908 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 221

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
27/02/2018 15:49:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
221

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 222

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
28/02/2018 15:07:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
222

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 223

Evento:

CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_POR_DECISA

Data:
06/04/2018 18:21:00

Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
223

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

Processo n.º: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz Federal desta 3ª Vara Federal de Execução Fiscal. Vitória/ES, 06/04/2018.

DECISÃO

Defiro o pedido formulado pela Exeqüente.

Suspenda-se o curso da presente execução por 03 meses.

Não havendo manifestação da Exeqüente no prazo acima, este Juízo considerará que não houve resposta do ofício enviado e o mesmo será suspenso na forma do artigo 40 da Lei 6.830/80, independente da concessão de nova vista.

Ressalto, por óbvio, que, a qualquer tempo, caso sejam encontrados bens penhoráveis, será dado prosseguimento à execução.

Decorrido um ano da suspensão, arquivem-se estes autos sem baixa na distribuição, de acordo com o art. 40, § 2º, da Lei n.º 6.830/80, **independentemente** de nova intimação.

Ciência à (ao) exeqüente.

Vitória/ES, 06/04/2018.

(assinado eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006)
RONALD KRUGER RODOR
JUIZ(A) FEDERAL

AVISO: este processo tramita por meio eletrônico (L. 11.419/2006 e PORTARIA Nº JFES-POR-2017/00091 de 31 de outubro de 2017). Os autos eletrônicos estão disponíveis através do *website* da Justiça Federal do Espírito Santo (*www.jfes.jus.br*). O acesso se dá mediante cadastro, conforme informações contidas no referido site.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a RONALD KRUGER RODOR
Documento No: 138694-50-0-299-1-339308 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 224

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
04/05/2018 13:40:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
224

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 225

Evento:
SUSPENSAO_POR_OUTROS___FASE_PROCESSO_EXECUCAO
Data:
04/05/2018 13:41:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
225

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL
Av. Marechal M. de Moraes, 1877, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29.053-245

Processo n.º 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

CERTIDÃO DE SUSPENSÃO

Certifico que, nesta data, em cumprimento à determinação do MM. Juiz Federal exarada nos presentes autos, lancei o movimento de suspensão do presente feito no Sistema de Acompanhamento Processual desta Seção Judiciária. Do que, para constar, fiz lavrar o presente termo.

Vitória/ES, 04/05/2018.

(assinado eletronicamente, conforme Lei nº 11.419/2006)
MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-51-0-300-1-831478 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 226

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_REMESSA
Data:
04/05/2018 13:44:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
226

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 227

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
30/05/2018 11:53:00

Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
227

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 228

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA
Data:
30/05/2018 17:53:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
228

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 229

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
30/05/2018 18:02:00

Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
229

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)
AUTOR: UNIAO FEDERAL
RÉU: ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA - 39.383.013/0001-22, GILSON ANTUNES RIBEIRO - 251.894.176-20, MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - 931.043.327-20,

REMESSA

Certifico que, nesta data, remeti os presentes autos eletrônicos para **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**. Ressalto que a intimação será efetivada nos termos previstos no art. 5º da Lei nº 11.419, de 19/12/2006.

Vitória, 30/05/2018.

- assinado eletronicamente -
MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Lei n.º 11.419/2006

Art. 5º. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2o desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
§ 1o Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
§ 2o Na hipótese do § 1o deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
§ 3o A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-52-0-301-1-891038 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 230

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA_DE_DEVOLVIDO_AUTOMATICAMENTE
Data:
10/06/2018 17:44:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
230

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

AUTOR(A): UNIAO FEDERAL

RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 08/06/2018, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado de forma automática.

Vitória-ES, 10 de junho de 2018

MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-53-0-302-1-362652 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 231

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
10/06/2018 18:42:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
231

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 232

Evento:
JUNTADA
Data:
18/06/2018 16:49:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
232

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, pela Procuradora da Fazenda Nacional adiante assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem **requerer a penhora do imóvel descrito na documentação anexa,** matriculado sob o nº 23.459 (anterior 4260), Livro nº 2, folha 260 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona da Comarca da Capital Vitória - Espírito Santo.

Ressalte-se que o imóvel em questão foi alienado pela executada em fraude à execução, pois as citações dos executados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes ocorreram, respectivamente, nas datas de 19/12/2001 e 20/12/2001 (vide fls.23 e 25), tendo havido a alienação do bem em 10/02/2002 (com registro da escritura em janeiro de 2003). Em casos tais, presume-se fraudulenta a alienação (art. 185 do CTN - Redação anterior a LC nº 118 de 2005), sendo o negócio ineficaz em relação ao credor. Oportuno destacar que a fraude à execução pode ser reconhecida incidentalmente nos autos da própria execução, conforme já assentado na jurisprudência.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 18 de junho de 2018.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-54-0-303-9-602101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

CARTÓRIO CASTELLO
REGISTRO DE IMÓVEIS DE VITÓRIA

Vitória, 19 de Março de 2018.

EXMO Sr.
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

PROCESSO nº: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

Em resposta ao Ofício Nº 102/2018/PFN/ES, datado de 19/02/2018, vimos pelo presente informar a Vª. Exª. Que a matrícula nº 4.260, citada no oficio acima, pertence ao Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona de Vitória-ES, conforme cópia que segue anexa.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

ROBERTA GONÇALVES DUIA CASTELLO

SUBSTITUTA LEGAL

PGFN PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
DOC. Nº 0514022/2018
05/04/18 09:15 SAMIRA
DATA HORA ASSINATURA

Bel. Helvécio Duia Castello - Oficial
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955, CEP 29050-335 • Ed. Global Tower - Sala 1401 • Enseada do Suá - Vitória/ES
Tel.: (27) 3022-3882 • www.cartoriocastello.com.br

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente à MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-54-0-303-9-602101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Cartório de Registro Geral de Imóveis
3ª Zona
Comarca da Capital - Vitória - Espírito Santo
Bel. Rostand Reine Castello
OFICIAL
Livro nº 2-CG Registro Geral

Matrícula 23.459 | Folha 59

Apartamento nº 502 com vaga de garagem do Edifício SAN MARINO do Residencial VILLA D'ITÁLIA, situado nas Ruas José Celso Cláudio, Maria Barbosa de Oliveira, Alcides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, nesta Capital, possuindo as seguintes compartimentações: uma sala, uma varanda, uma suíte, um quarto, três banhos, uma cozinha, uma área de serviços, um depósito e fração ideal de 0,0095140 da quadra nº 73, com a área de 3.318,75m2, constituída pelos lotes nºs 01 a 10, da quadra 73, possuindo as seguintes confrontações e medidas: por uma frente com a Rua Des. Carlos Xavier Barreto, onde mede 90,50m; por outra frente com a Rua José Celso Cláudio, onde mede 68,00m; por outra frente com a Rua Projetada, onde mede 42,00m e por outra frente com Rua Projetada, onde mede 50,00m. PROPRIETÁRIA: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, CGC 39.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital. MATRÍCULA ANTERIOR. 4.260 de ordem do L° 2-P, deste Cartório. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vitória, 07 de janeiro de 2003. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....RSS.

OBS.: Conforme averbação 03 na matrícula nº 4.260 de ordem do L° 2-P, deste Cartório, a QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, passou a denominar-se QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA.

R.1-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.
TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CGC nº 30.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, 215, Praia do Canto, nesta Capital. ADQUIRENTE: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, CPF 251.894.176-20, residente no Conjunto Residencial, Jardim Camburi, nº 18, Bloco P/302, Jardim Camburi, nesta Capital. TÍTULO: Promessa de Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Contrato particular assinado pelas partes contratantes em 01/03/1996. VALOR: 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos), que serão pagos nas condições: um sinal de negócios no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vencimento em 29/03/96; sententa parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 498,65 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), a partir de 01/05/96, totalizando R$ 34.905,50 (trinta e quatro mil, novecentos e cinco reais e cinquenta centavos). As parcelas representativas do preço, serão corrigidas mensalmente e cumulativamente, e deverão ser pagas em moeda corrente no palsana data do efetivo vencimento de cada parcela, acrescido da variação mensal do CUB (Custo Unitário Básico) divulgado para SINDICON-ES, mais juros cumulativos de 1,0% ao mês, até a data do HABITE-SE do imóvel objeto de negociação. Para efeito de cálculo das prestações mensais, será tomado como base o CUB do mês anterior ao vencimento de cada parcela. Após e expedição do HABITE-SE o saldo devedor das parcelas vincendas será apurado e na hipótese deste financiamento se feito diretamente junto à transmitente, o saldo devedor será calculado pelo sistema da TABELA PRICE, no mesmo prazo estabelecido no contrato, considerando o mesmo juros já acordado, (1,0% - hum por cento ao mês), sendo que o reajuste será pelo índice integral da Caderneta de Poupança mensalmente, tomando-se como base o índice do dia 1° do mês

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento Nº: 138894-54-0-303-9-802101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Matrícula 23.459 | Folha 59

anterior aos vencimentos. PROTOCOLO nº 33.611 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....MSB.

R.2-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.

TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital, CNPJ 30.971.584/0001-03. ANUENTES: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, administrador de empresas, CPF nº 251.894.176-20 e sua esposa MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, empresária, CPF nº 931.043.327-20, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes nesta Capital. ADQUIRENTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM, brasileira, viúva, aposentada, CPF nº 024.558.557-59, residente nesta Capital. TÍTULO: Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Escritura lavrada no Cartório da 1ª Zona Judiciária de Vitória-ES, no Lº 0075 S2, às fls. 122/124, em 10/12/2002, pelo Tabelião Rodrigo Sarlo Antonio. VALOR: R$ 37.405,50 (trinta e sete mil e quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos) e R$ 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos) aos anuentes. O ITBI foi pago conforme guia nº 6508/02, protocolada em 02/12/02. PROTOCOLO nº 33.612 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....RSS.

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-54-0-303-9-602101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Cartório de Registro Geral de Imóveis
3ª Zona
Comarca da Capital - Vitória - Espírito Santo
Bel. Rostand Reine Castello
OFICIAL
Livro nº 2 -p- Registro Geral

Matrícula 4.260 | Folha 260

MATRÍCULA: Quadra nº 73, situada em Jardim Camburi, em Camburi, nesta Capital, com a área de 3.318,75m2, constituída pelos lotes de nºs. 01 à 10, da Quadra 73, com as seguintes confrontações e medidas: por uma frente com a Rua Des. Carlos Xavier Barreto, onde mede 90,50m; por outra frente com a Rua José Celso Claudio, onde mede 68,00m; por outra frente com Rua Projetada, onde mede 42,00m e por outra frente com Rua Projetada, onde mede 50,00m. PROPRIETÁRIA: QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, em Praia do Canto, nesta Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, CGC nº 39.971.584/0001-03. MATRÍCULAS ANTERIORES: 3.607 à 3.616 de ordem do Lº 2-N, deste Cartório. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vitória, 26 de setembro de 1995. Eu [illegible] a conferi. O OFICIAL .-.-.-.-.SCF

R-1-4.260: Registro do Memorial de Incorporação do Residencial "VILA D'ITÁLIA" a ser construído às Ruas José Celso Cláudio, Maria Bárbara de Oliveira, Alcides Viana e Milton R. Simões - Quadra 73 - Jardim Camburi - Vitória - ES. Residencial composto por 02 (dois) edifícios com as seguintes características: - Denominação: ED. SAN MARINO e ED. SAM REMO. Número de Pavimentos: Os dois edifícios possuem 10 (dez) pavimentos cada um, assim distribuídos: - Pavimento Térreo: É um pavimento comum aos dois edifícios e é composto por guarita, 02 portarias, 02 bicicletários, 03 depósitos, Aptº zelador, Acessos, cisterna, 04 elevadores, Salão de Festas, copa, W.C. fem., WC masc, central de gás, piscina, churrasqueira, play ground, jardins, 61 vagas de garagem, 02 escadas, circulação interna e área de acesso e manobra de veículos. - Pavimento Garagem: Este pavimento é composto pela junção do 2º pavimento do ED. SAN REMO com uma laje coberta para as garagens e compõe-se de rampa, escada, 02 elevadores, 41 vagas de garagem e área de acesso e manobra de veículos. No mesmo nível deste pavimento, situa-se o 2º pavimento (composto por 6 apartamentos) do ED. SAN MARINO. - Pavimento Tipo: O ED. SAN MARINO possui 09 pavimentos tipo e o ED. SAN REMO possui 08 pavimentos tipo, cada um composto por 06 apartamentos com varanda, sala, circulação, 03 quartos sendo 01 suíte, banheiro social, cozinha, área serviço e banheiro de serviço. Fazem parte da área de uso comum: circulação, escada e 02 elevadores. Os edifícios possuem ainda casa de máquinas, barrilete e caixa d'água. Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Vitória em 13/07/1995, processo nº 116.332/95. PROPRIETÁRIA E INCORPORADORA: QUINTELA TORRES CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA., inscrita no CGC/MF sob o número ..... 30.971.584/0001-03, estabelecida à Rua Madeira de Freitas, 215, Praia do Canto, nesta Capital. Foram apresentados os seguintes documentos: Escritura de Compra e Venda lavrada no Cartório do 3º Ofício de Notas, desta

COPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138094-54-0-303-9-002101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Matrícula 4.260 | Folha 260 Verso

Capital, no Lº 450, às folhas 031/037, em 30/05/1995, pelo Tabelião Paulo Pessoa Monteiro, devidamente registrada sob o nº 01 nas matrículas 3.607 à 3.616 de ordem do Lº 2-N, deste Cartório, em 31/05/1995; Certidões Negativas Quanto à Dívida Ativa da União, estadual, de protestos de Títulos e Letras, desdistribuição de ações de Natureza fiscal cível ou criminal expedidas pela justiça estadual e justiça federal; Certidão positiva de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal, com efeitos de negativa, Certidão de Regularidade municipal nº 5583/95, com ressalva expedida pela Prefeitura Municipal de Vitória, em nome da Incorporadora; Certidões negativas municipais referente ao imóvel; Certidões de tradição e de ônus reais pelo período de 20 (vinte) anos; projeto de construção do Residencial VILLA D'ITÁLIA; cálculo das áreas das edificações discriminando além da global e das partes comuns e indicando para cada tipo de unidade a respectiva metragem da área construída; certidão negativa de débito - CND, com o INSS, Série F, nº 343018, PCND nº 03396/95, expedida em 23/08/1995, válida por 06 .. (seis) meses; memorial descritivo das especificações do Edifício "VILLA D'ITÁLIA; avaliação do custo global da obra; discriminação das frações ideais do terreno com as unidades que a elas corresponderão; minuta da futura convenção do condomínio que regerá a edificação; atestados de idoneidade financeira expedidos pela Caixa Econômica Federal e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A; declaração acompanhada de planta elucidativa de que o Residencial VILLA D'ITÁLIA possuirá o total de 102 (cento e duas) vagas de garagem. Não havendo prazo de carência. Lançado no protocolo 1-A sob o nº 04.311. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vitória, 26 de setembro de 1995. Eu [illegible] a conferi. O OFICIAL [illegible] .-.-.SCF.

AV.2-4.260, de 10 de Abril de 2000.

"Em virtude de petição com Certidão Detalhada nº 170/2000 - DAF-LFO-CH, expedida em 30/03/2000, pela Prefeitura Municipal de Vitória, ficou provado que a propfietária construiu em seu próprio nome sobre o imóvel constante da presente matrícula, 01 (um) imóvel residencial denominado "Residencial Villa D'Itália", composto de 02 (dois) edifícios denominados "Ed. San Marino" e "Ed. San Remo", possuindo 10 (dez) Pavimentos cada edificação. O Ed. San Marino possui 01 (um) Pavimento Térreo e 09 (nove) Pavimentos Tipo, e o Ed. San Remo possui 01 (um) Pavimento Térreo, 01 (um) Pavimento Garagem e 08 (oito) Pavimentos Tipo. Imóvel compreendido pelas Ruas José Celso Cláudio, Maria Barbosa de Oliveira, Alcides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, nesta Capital, construído com paredes e tetos rebocados, cobertura de telhas em cimento amianto, instalações embutidas de água, luz e esgoto, possuindo as seguintes compartimentações: PAVIMENTO TÉRREO: COMPARTIMENTAÇÃO COMUNS AOS DOIS EDIFÍCIOS: 01 (uma) guarita com 01 (um)

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 136694-54-6-303-9-002101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

W.C., 01 (uma) central de gás, 01 (uma) churrasqueira, 01 (uma) piscina, 01 (um) terraço, 01 (um) play-ground, 61 (sessenta e uma) vagas de garagem numeradas de 01 a 61. ED. SAN. MARINO: 01 (um) acesso coberto, 01 (uma) portaria, 01 (um) bicicletário, 01 (um) depósito, 01 (um) salão de festas, 01 (uma) copa, 01 (um) W.C. masculino, 01 (um) W.C. feminino. ED. SAN REMO: 01 (um) acesso coberto, 01 (uma) portaria, 01 (um) bicicletário, 02 (dois) depósitos, 01 (um) zelador com 01 (um) banho. PAVIMENTO GARAGEM: ED. SAN REMO: 01 (um) salão de jogos, 41 (quarenta e uma) vagas de garagem numeradas de 62 a 102. PAVIMENTO TIPO: O Ed. San Marino possui 09 (nove) Pavimentos Tipo com 06 (seis) apartamentos por andar, perfazendo o total de 54 (cinquenta e quatro) unidades habitacionais numeradas de 201 a 1006. O Ed. San Remo possui 08 (oito) Pavimentos Tipo com 06 (seis) apartamentos por andar, perfazendo o total de 48 (quarenta e oito) unidades habitacionais numeradas de 301 a 1006. Os apartamentos de ambos os edifícios possuem as seguintes compartimentações: APARTAMENTOS TIPO 01, 03, 04 e 06: 01 (uma) sala, 01 (uma) varanda, 01 (uma) suíte, 02 (dois) quartos, 03 (três) banhos, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviços. APARTAMENTOS TIPO 02 e 05: 01 (uma) sala, 01 (uma) varanda, 01 (uma) suíte, 01 (um) quarto, 03 (três) banhos, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviços, 01 (um) depósito. QUADRO DE ÁREAS DO IMÓVEL. Área Total Construída: 11.600,86m2 (conforme NB 140). Foi apresentada a CND - Certidão Negativa de Débito, com o INSS, nº 032572000-07601001, emitida em 06/04/2000, válida por 60 dias e certidão positiva de Tributos e Contribuições Federais, nº E-3.364.730, administrados pela Secretaria da Receita Federal, com efeitos de negativa, emitida em 07/02/2000 e válida até 07/08/2000". PROTOCOLO Nº 20.319 de ordem do Lº 1-D. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....SCF.

OBS.: A convenção de condomínio do Residencial VILLA D' ITÁLIA, acha-se registrado sob nº 759 de ordem do Lº 3-C, deste Cartório. Vitória, 02/06/2000. RS

AV.3-4.260, de 9 de Outubro de 2002.
"Em virtude de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em 20/09/2002, ficou provado que a QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA passou a denominar-se QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA". PROTOCOLO nº 32.190 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....KM.

AV.4-4.260, de 8 de Maio de 2003.
"Em virtude de petição com Certidão nº 092/2003, expedida em 02/05/2003, pela Prefeitura

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-54-0-303-9-602101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Matrícula 4.260 | Folha 260 Verso

Municipal de Vitória, ficou provado que o Edifício San Remo está situado na Rua Milton Ramalho Simões, no Bairro Jardim Camburi, nesta Capital e recebeu o nº 11, como oficial". PROTOCOLO nº 35.482 de ordem do Lº 1-H. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....KM. 01/12/98

AV.5-4.260, de 01 de dezembro de 2008.

"Em virtude de petição com Certidão nº 6825200/2008, expedida em 21/11/2008, pela Prefeitura Municipal de Vitória, ficou provado que o Edifício San Marino, está situado na Rua Milton Ramalho Simões, nº 11, no Bairro Jardim Camburi, nesta Capital". PROTOCOLO nº 65.430 de ordem do Lº 1-Q. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....MSB.

AV-6-4.260: Constam matriculadas, neste Cartório, as seguintes unidades dos Edifícios "**SAN MARINO**" e "**SAN REMO**", integrantes do Residencial Villa D'Itália, objeto desta matrícula: **Edifício San Marino**: apartamento nº 201 com vaga de garagem nº 12 sob o nº 16.243; apartamento nº 202 com vaga de garagem nº 11 sob o nº 16.215; apartamento nº 203 com vaga de garagem nº 10 sob o nº 16.417; apartamento nº 204 com vaga de garagem nº 09 sob o nº 17.725; apartamento nº 205 com vaga de garagem nº 08 sob o nº 35.263; apartamento nº 206 com vaga de garagem nº 07 sob o nº 16.398; apartamento nº 301 com vaga de garagem nº 13 sob o nº 16.246; apartamento nº 302 com vaga de garagem nº 49 sob o nº 19.083; apartamento nº 304 com vaga de garagem nº 31 sob o nº 29.838; apartamento nº 305 com vaga de garagem nº 54 sob o nº 18.858; apartamento nº 306 com vaga de garagem nº 50 sob o nº 16.218; apartamento nº 401 com vaga de garagem nº 33 sob o nº 18.011; apartamento nº 402 com vaga de garagem nº 32 sob o nº 26.410; apartamento nº 403 com vaga de garagem nº 46 sob o nº 32.483; apartamento nº 404 com vaga de garagem nº 44 sob o nº 16.249; apartamento nº 405 com vaga de garagem nº 47 sob o nº 16.273; apartamento nº 406 com vaga de garagem nº 48 sob o nº 21.494; apartamento nº 501 com vaga de garagem nº 39 sob o nº 26.972; apartamento nº 502 com vaga de garagem nº 38 sob o nº 23.459; apartamento nº 503 com vaga de garagem nº 37 sob o nº 16.269; apartamento nº 504 com vaga de garagem nº 36 sob o nº 16.419; apartamento nº 505 com vaga de garagem nº 35 sob o nº 25.842; apartamento nº 506 com vaga de garagem nº 34 sob o nº 16.755; apartamento nº 601 com vaga de garagem nº 26 sob o nº 16.214; apartamento nº 602 com vaga de garagem nº 28 sob o nº 16.396; apartamento nº 603 com vaga de garagem nº 27 sob o nº 19.001; apartamento nº 604 com vaga de garagem nº 29 sob o nº 17.406; apartamento nº 605 com vaga de garagem nº 30 sob o nº 6.367; apartamento nº 606 com vaga de garagem nº 40 sob o nº 16.397; apartamento nº 701 com vaga de garagem nº 20 sob o nº 16.351; apartamento nº 702 com vaga de garagem nº 21 sob o nº 16.217; apartamento nº 703 com vaga de garagem nº 22 sob o nº 16.216; apartamento nº 704 com vaga de garagem nº 23 sob o nº 16.753; apartamento nº 705 com vaga de garagem nº 24 sob o nº 16.413; apartamento nº 706 com vaga de garagem nº 25 sob o nº 16.757; apartamento nº 801 com vaga de garagem nº 53 sob o nº 19.980; apartamento nº 802 com vaga de garagem nº 52 sob o nº 16.578; apartamento nº 803 com vaga de garagem nº 51 sob o nº 18.013; apartamento nº 804 com vaga de garagem nº 41 sob o nº 16.639; apartamento nº 805 com vaga de garagem nº 42

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-54-0-303-9-602101 - consulta à autenticidade do documento através do site

sob o nº 16.758; apartamento nº 806 com vaga de garagem nº 43 sob o nº 16.635; apartamento nº 901 com vaga de garagem nº 18 sob o nº 16.641; apartamento nº 902 com vaga de garagem nº 19 sob o nº 22.880; apartamento nº 903 com vaga de garagem nº 16 sob o nº 16.842; apartamento nº 904 com vaga de garagem nº 15 sob o nº 6.308; apartamento nº 905 com vaga de garagem nº 17 sob o nº 16.756; apartamento nº 906 com vaga de garagem nº 14 sob o nº 16.257; apartamento nº 1001 com vaga de garagem nº 05 sob o nº 26.166; apartamento nº 1002 com vaga de garagem nº 06 sob o nº 31.544; apartamento nº 1003 com vaga de garagem nº 04 sob o nº 16.579; apartamento nº 1004 com vaga de garagem nº 03 sob o nº 16.349; apartamento nº 1005 com vaga de garagem nº 02 sob o nº 35.673 e apartamento nº 1006 com vaga de garagem nº 01 sob o nº 17.169. **Edifício San Remo**: apartamento nº 301 com vaga de garagem nº 55 sob o nº 17.813; apartamento nº 302 com vaga de garagem nº 57 sob o nº 18.121; apartamento nº 303 com vaga de garagem nº 58 sob o nº 16.577; apartamento nº 304 com vaga de garagem nº 60 sob o nº 24.194; apartamento nº 305 com vaga de garagem nº 59 sob o nº 24.539; apartamento nº 306 com vaga de garagem nº 61 sob o nº 22.879; apartamento nº 401 com vaga de garagem nº 64 sob o nº 19.082; apartamento nº 402 com vaga de garagem nº 56 sob o nº 16.634; apartamento nº 403 com vaga de garagem nº 63 sob o nº 16.637; apartamento nº 404 com vaga de garagem nº 65 sob o nº 17.316; apartamento nº 405 com vaga de garagem nº 62 sob o nº 16.245; apartamento nº 406 com vaga de garagem nº 66 sob o nº 16.270; apartamento nº 501 com vaga de garagem nº 71 sob o nº 16.271; apartamento nº 502 com vaga de garagem nº 67 sob o nº 16.636; apartamento nº 503 com vaga de garagem nº 76 sob o nº 7.749; apartamento nº 504 com vaga de garagem nº 69 sob o nº 16.759; apartamento nº 506 com vaga de garagem nº 70 sob o nº 19.647; apartamento nº 601 com vaga de garagem nº 73 sob o nº 16.754; apartamento nº 602 com vaga de garagem nº 72 sob o nº 16.248; apartamento nº 603 com vaga de garagem nº 74 sob o nº 16.267; apartamento nº 604 com vaga de garagem nº 75 sob o nº 16.640; apartamento nº 605 com vaga de garagem nº 78 sob o nº 16.272; apartamento nº 606 com vaga de garagem nº 77 sob o nº 16.414; apartamento nº 702 com vaga de garagem nº 88 sob o nº 33.190; apartamento nº 703 com vaga de garagem nº 86 sob o nº 16.416; apartamento nº 704 com vaga de garagem nº 85 sob o nº 30.443; apartamento nº 705 com vaga de garagem nº 89 sob o nº 54.456; apartamento nº 706 com vaga de garagem nº 84 sob o nº 23.614; apartamento nº 801 com vaga de garagem nº 83 sob o nº 17.242; apartamento nº 802 com vaga de garagem nº 82 sob o nº 16.415; apartamento nº 803 com vaga de garagem nº 81 sob o nº 16.944; apartamento nº 804 com vaga de garagem nº 79 sob o nº 17.405; apartamento nº 805 com vaga de garagem nº 80 sob o nº 16.638; apartamento nº 806 com vaga de garagem nº 90 sob o nº 16.247; apartamento nº 901 com vaga de garagem nº 97 sob o nº 16.760; apartamento nº 902 com vaga de garagem nº 98 sob o nº 16.244; apartamento nº 903 com vaga de garagem nº 99 sob o nº 20.680; apartamento nº 904 com vaga de garagem nº 100 sob o nº 16.350; apartamento nº 905 com vaga de garagem nº 101 sob o nº 37.453; apartamento nº 906 com vaga de garagem nº 102 sob o nº 16.268; apartamento nº 1001 com vaga de garagem nº 91 sob o nº 18.012; apartamento nº 1002 com vaga de garagem nº 93 sob o nº 15.469; apartamento nº 1003 com vaga de garagem nº 92 sob o nº 16.418; apartamento nº 1005 com vaga de garagem nº 94 sob o nº 17.403 e apartamento nº 1006 com vaga de garagem nº 95 sob o nº 17.404. Lançado no Protocolo sob o nº 115.521. O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ. Vitória, 11 de agosto de 2017. Eu, _____ a conferi. O OFICIAL, _____ (JWS)

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:04 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 136694154030030602101 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Matrícula 4.260 | Folha 260-B Verso

Selo Digital: 021782.UWF1703.00456
Emolumentos R$ 0 Taxas R$ 0 Total R$ 0

AV-7-4.260: O apartamento nº 701 com vaga de garagem nº 87, localizada no pavimento garagem do Edifício "**SAN REMO**", integrante do Residencial "**VILLA D'ITÁLIA**", objeto desta matrícula, acha-se matriculado sob o nº ABERTURA13768, deste Cartório. Lançado no Protocolo sob o nº 115.980. O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ. Vitória, 14 de setembro de 2017. Eu, _____ a conferi. O OFICIAL, _____ (MMBS)
Selo Digital: 021782.UWF1703.01838
Emolumentos R$ 0 Taxas R$ 0 Total R$ 0

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-503431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://apps.tjes.jus.br/

Processo 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, Evento 232, MATRIMOVEL42, Página 2



FICHA AUXILIAR DOS EDIFÍCIOS "SAN MARINO" E "SAN REMO"

EDIFÍCIO SAN MARINO

APTº	Nº VAGA	FRAÇÃO IDEAL	MATRÍCULA
201	12	0,0099940	16.243-2-BG
202	11	0,0095140	16.215 - 2-BG
203	10	0,0099037	16.417-2-BG
204	09	0,0099037	17.725-2-BM
205	08	0,0095140	35.263 - 2-DY
206	07	0,0099940	16.398-2-BG
301	13	"	16.246-2-BG
302	49	0,0095140	19.083-2-BQ
303	45	0,0099037	
304	31	"	29.838 -2-DE
305	54	0,0095140	18.858-2-BP
306	50	0,0099940	16.218 - 2-BG
401	33	"	18.011 - 2-BN
402	32	0,0095140	26.410 2-CR
403	46	0,0099037	32.483 - 2-DO
404	44	"	16.249-2-BG
405	47	0,0095140	16.273-2-BG
406	48	0,0099940	21.494-2-BZ
501	39	"	26.972-2-CS
502	38	0,0095140	23.459 -2-CG
503	37	0,0099037	16.269-2-BG
504	36	"	16.419-2-BG
505	35	0,0095140	25.842 - 2-CP
506	34	0,0099940	16.755-2-BF
601	26	"	16.214 -2-BG
602	28	0,0095140	16.396-2-BG
603	27	0,0099037	19.001 -2-BQ
604	29	"	17.406-2-BL
605	30	0,0095140	6.367 - 2-Y
606	40	0,0099940	16.397-2-BG
701	20	"	16.351-2-BG

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-503431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Matrícula 4.260 | Folha 260 Verso

APTº	Nº VAGA	FRAÇÃO IDEAL	MATRÍCULA
702	21	0,0095140	16.217 - 2-BG
703	22	0,0099037	16.216 - 2-BG
704	23	"	16.753-2-BH
705	24	0,0095140	16.413-2-BG
706	25	0,0099940	16.757-2-BH
801	53	"	19.980-2-BT
802	52	0,0095140	16.578 - 2-BH
803	51	0,0099037	18.013 - 2-BN
804	41	"	16.639-2-BH
805	42	0,0095140	16.758-2-BH
806	43	0,0099940	16.635-2-BH
901	18	"	16.641-2-BH
902	19	0,0095140	22.880-2-CE
903	16	0,0099037	16.842-2-BI
904	15	"	6.308-2-X
905	17	0,0095140	16.756-2-BH
906	14	0,0099940	16.257-2-BG
1001	05	"	26.166 -2-CQ
1002	06	0,0095140	31.544-2-DL
1003	04	0,0099037	16.579-2-BH
1004	03	"	16.349-2-BG
1005	02	0,0095140	35.673 - 2-DZ
1006	01	0,0099940	17.169-2-BJ

53

EDIFÍCIO SAN REMO

APTº			
301	55	0,0099940	17.813-2-BH
302	57	0,0095140	18.121-2-BN
303	58	0,0099037	16.577-2-BH
304	60	"	24.194-2CI
305	59	0,0095140	24.539-2-CJ
306	61	0,0099940	22.879-2-CE
401	64	0,0099940	19.082-2-BQ
402	56	0,0095140	16.634-2-BH
403	63	0,0099037	16.637-2-BH
404	65	"	17.316-2-BJ
405	62	0,0095140	16.245-2-BG
406	66	0,0099940	16.270-2-BG
501	71	"	16.271-2-BG
502	67	0,0095140	16.636-2-BH

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-503431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Cartório de Registro Geral de Imóveis
3ª Zona
Comarca da Capital - Vitória - Espírito Santo
Bel. Rostand Reine Castello
OFICIAL
Livro nº 2 -P Registro Geral

Matrícula 4.260 | Folha 260-A

EDIFÍCIO SAN REMO (CONTINUAÇÃO)

APTº	Nº VAGA	FRAÇÃO IDEAL	MATRÍCULA
503	76	0,0099037	7.749 -2-AB
504	69	"	16.759-2-BH
505	68	0,0095140	
506	70	0,0099940	19.647 - 2-BS
601	73	"	16.754-2-BH
602	72	0,0095140	16.248-2-BG
603	74	0,0099037	16.267-2-BG
604	75	"	16.640-2-BH
605	78	0,0095140	16.272-2-BG
606	77	0,0099940	16.414-2-BG
701	87	"	54.524
702	88	0,0095140	33.190 - 2-DQ
703	86	0,0099037	16.416-2-BG
704	85	"	30.443 - 2-DG
705	89	0,0095140	54.456
706	84	0,0099940	23.614 -2-CQ
801	83	"	17.242-2-BJ
802	82	0,0095140	16.415-2-BG
803	81	0,0099037	16.944-2-BI
804	79	"	17.405-2-BL
805	80	0,0095140	16.638-2-BH
806	90	0,0099940	16.247-2-BG
901	97	"	16.760-2-BH
902	98	0,0095140	16.244-2-BG
903	99	0,0099037	20.680 -2-BV
904	100	"	16.350-2-BG
905	101	0,0095140	37.453 - 2-EP
906	102	0,0099940	16.268-2-BG
1001	91	"	18.012-2-BN
1002	93	0,0095140	15.469 - 2-BD
1003	92	0,0099037	16.418-2-BG
1004	96	"	
1005	94	0,0095140	17.403 -2-BL
1006	95	0,0099940	17.404 -2-BL

SCF

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-583431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, pela Procuradora da Fazenda Nacional adiante assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem **requerer a penhora do imóvel descrito na documentação anexa,** matriculado sob o nº 4260, Livro nº 2, folha 260 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona da Comarca da Capital Vitória - Espírito Santo.

Ressalte-se que o imóvel em questão foi alienado pela executada em fraude à execução, pois as citações dos executados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes ocorreram, respectivamente, nas datas de 19/12/2001 e 20/12/2001 (vide fls.23 e 25), tendo havido a alienação do bem em janeiro de 2003. Em casos tais, presume-se fraudulenta a alienação (art. 185 do CTN - Redação anterior a LC nº 118 de 2005), sendo o negócio ineficaz em relação ao credor. Oportuno destacar que a fraude à execução pode ser reconhecida incidentalmente nos autos da própria execução, conforme já assentado na jurisprudência.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 13 de junho de 2018.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

HENRIQUE SALOMÃO ZUMACH
ESTAGIÁRIO(A)

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-503431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED

DIVIDA ATIVA

13/06/2018 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:17:20

Credito: 327388293 CGC: 39.383.013/0001-22
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

Doc. de Origem..: 07/05/1999 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 07/05/1999 Livro: 1 Folha: 491
Dt. de Inscricao: 06/07/2000 RFB: 07.001.120 Orgao Inscr.: 07.200.000
Periodo da Divida: 09/1996 a 01/1999 PRC Tramitacao: 07.200.800
Comarca: 07053 Vara: 004 Acao Jud: 200150010044747 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 04/02/2005

Principal:	79.899,76	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	39.950,57		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	219.785,41		F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00			
T o t a l:	339.635,74			
Honorarios:	33.963,57			

Valores atualizados p/ 06/2018 em REAL XMIT

Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.64

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente - Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-503431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

13/06/2018 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 15:18:15

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **200150010044747** Credito: **327388293** PRC: **7200800**

Nome: **ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA**

Fase: **624** Dt.Fase: **04/02/2005** Comarca: **7053** Vara: **4** Foro: **FED**

Procurador: **1261833** Honorarios: **10.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **20/04/2001**

Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
327388293	**624**	**04/02/2005**	**Nao**	**339.635,74**

Total Divida - **339.635,74**

Honor Divida - **33.963,57**

J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -

Total da Acao - **373.599,31** * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.64

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 18/06/2018 14:27:05 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente - Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-55-0-312-7-503431 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 233

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
18/06/2018 16:53:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
233

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 234

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PROCESSAMENTO
Data:
19/06/2018 09:46:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
234

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 235

Evento:
CONCLUSAO_PARA_DECISAO_____INTERLOCUTORIA
Data:
29/10/2018 16:28:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
235

J E S S M D

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

Processo n.º: 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

Autos conclusos em 07/03/2019 ao MM. Juiz Federal desta 3ª Vara Federal de Execução Fiscal.

DECISÃO

Defiro o pedido de fl. 303.

Expeça-se mandado de penhora do imóvel descrito às fls. 304/311, para garantia da dívida exequenda a ser cumprido no endereço de fl. 282, intimando-se o executado da penhora realizada, com a ressalva de, caso o oficial de justiça verifique que o imóvel constitui o imóvel residencial do executado, que a penhora não seja realizada.

Deverá o mandado ser instruído com cópias das fls. 303/311 e 312/318, bem como deste *decisum*.

Realizada penhora e transcorrido in albis o prazo para embargos, intime-se o exequente para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intime-se.

Vitória, 07/03/2019.

- assinado eletronicamente, na forma da Lei nº 11.419/2006.
RONALD KRÜGER RODOR
JUIZ FEDERAL

AVISO: este processo tramita por meio eletrônico (L. 11.419/2006 e PORTARIA Nº JFES-POR-2017/00091 de 31 de outubro de 2017). Os autos eletrônicos estão disponíveis através do *website* da Justiça Federal do Espírito Santo (*www.jfes.jus.br*). O acesso se dá mediante cadastro, conforme informações contidas no referido site.

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a RONALD KRUGER RODOR
Documento No: 138694-56-0-319-1-349817 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 236

Evento:
INTIMACAO_DE_DECISAO____REGISTRO_NO_SISTEMA
Data:
07/03/2019 19:11:00
Usuário:
JESMAVD - MARISTÃ‰A VILENE DA CUNHA RODRIGUES MARQUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
236

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 237

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_EXPEDIR_MANDADO
Data:
07/03/2019 19:12:00
Usuário:
JESMAVD - MARISTÃ‰A VILENE DA CUNHA RODRIGUES MARQUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
237

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 238

Evento:

REMESSA_CARGA_PARA_PROCURADORIA_DA_FAZENDA_NACIONAL_POR_MOTIVO_DE_VISTA

Data:
20/05/2019 12:23:00

Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
238

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 239

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDA_MANIFESTACAO_DOS_ENTES_PUBLICOS
Data:
20/05/2019 12:24:00
Usuário:
JESSMDS - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
239

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 240

Evento:
JUNTADA
Data:
23/05/2019 18:03:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
240

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermédio do(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional infra-assinado, vem restituir os autos judiciais e manifestar ciência do despacho\decisão\sentença \certidão de fls. retro.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 23 de maio de 2019.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Protocolada por Paula Abranches Araujo Silva em 23/05/2019 17:54:44 (Processo 0004474-20.2001.4.02.5001)
Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-57-0-320-1-189940 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 241

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_ANALISE
Data:
23/05/2019 18:08:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
241

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 242

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PARA_DIGITACAO
Data:
27/05/2019 14:41:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
242

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 243

Evento:
DEVOLUCAO_DE_REMESSA_DE_DEVOLVIDO_AUTOMATICAMENTE
Data:
30/05/2019 14:37:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
243

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
3ª VARA FEDERAL EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA
Endereço: Av. Beira-Mar, n.º 1877, 5º andar, Bairro Monte Belo, Vitória/ES – CEP 29053-245
Tel.: (27) 3183-5244 – *e-mail: 03vfef@jfes.jus.br*

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001 (2001.50.01.004474-7)

AUTOR(A): FAZENDA NACIONAL

RÉ(U): ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Conforme determinado no art. 40, § 6º, da Resolução nº 1/2007, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, certifico que, na data de 29/05/2019, o PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL foi intimado de forma automática.

Vitória-ES, 30 de maio de 2019

MAÍRA GAIGHER
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente. Certificação digital pertencente a MAIRA GAIGHER SILVARES
Documento No: 138694-58-0-321-1-754543 - consulta à autenticidade do documento através do site https://eproc-down.jfes.jus.br/

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 244

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_AGUARDANDO_PRAZO
Data:
30/05/2019 14:56:00
Usuário:
JESMGA - MAÃ•RA GAIGHER -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
244

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 245

Evento:
MOVIMENTACAO_CARTORARIA_TIPO_PARA_DIGITACAO
Data:
31/07/2019 17:02:00
Usuário:
JESAGM - ANDREZZA GIUBERTI MATTEDI -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
245

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 246

Evento:
LAVRADA_CERTIDAO___PROCESSO_MIGRADO_DE_SISTEMA
Data:
07/09/2019 18:21:37
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
246

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 247

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___ESVITSECMA
Data:
21/02/2020 13:51:18
Usuário:
JES10432 - DANIEL LEHENBAUER - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
247

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244 - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MANDADO Nº 500000476904

ENDEREÇO:RUA MILTON RAMALHO SIMÕES, 11, APT 502 -RESIDENCIAL VILLA D`ITÁLIA - JARDIM CAMBURI - 29090770 - VITÓRIA /ES
VALOR DA DÍVIDA: R$ 233.215,81 (SUJEITO À ATUALIZAÇÃO).
CDA: 32738829-3

ASSUNTO:DÍVIDA ATIVA

O JUIZ FEDERAL da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

a) **PENHORE e AVALIE BENS DE PROPRIEDADE DOS EXECUTADOS, especificamente o(s) descrito(s) no evento 232 dos autos: penhora do imóvel matriculado sob o nº 23.459 (anterior 4260), Livro nº 2, folha 260 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES,** cuja cópia segue em anexo e integra o presente mandado, ou quaisquer outros bens ou direitos do devedor, observando-se a ordem de preferência estabelecida pelo art. 835 do NCPC e pelo art. 11 da Lei n.º 6.830/80, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, mais os acréscimos legais, no valor indicado acima, sujeito à atualização, ressaltando-se que a constrição não deverá ser efetivada se o oficial de justiça verificar se tratar de imóvel residencial do devedor;

b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo advertindo o devedor que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público, em se tratando de bem móvel;

c) **INTIME** o(s) executado(s), assim como seu(s) cônjuge(s), se casado for, caso a penhora recaia sobre bem imóvel; **CIENTIFICANDO-O(S)** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora (LEF, art. 16, III), observado o art. 917, II, §1º, do NCPC, ciente de que eventuais embargos opostos só terão efeito suspensivo da execução nos limites do valor correspondente ao do(s) bem(ns) penhorado(s), cabendo ao devedor, se quiser e em sendo o caso, complementar o montante.

d) **PROVIDENCIE O REGISTRO** da penhora junto ao órgão ou repartição competente, na forma do art. 14 da LEF, intimando o agente responsável a efetuar a anotação, certificando-o de que o descumprimento da presente ordem sujeitar-lhe-á às penas da lei, EXCETO na hipótese de a constrição recair sobre veículo automotor, caso em que o registro da penhora deverá ser feito pela SECRETARIA deste juízo, imediatamente após a devolução do mandado, através do sistema RENAJUD;

e) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, seu regular funcionamento, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

BS.1: Este processo tramita por meio eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017). Todos os documentos do processo (petição inicial, Certidão de Dívida Ativa, entre outros) estão disponíveis para acesso da parte mediante informação do número do processo 00044742020014025001 e da chave 964478893519 ao acessar o site http://eproc.jfes.jus.br no menu textual "consulta pública", por computador, smartphone ou qualquer outro meio de acesso à internet. Ressalta-se que a informação da chave do processo é de uso exclusivo de seu destinatário, não dispondo o intimando de acesso à internet, o processo poderá ser consultado em qualquer uma das unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

OBS.2: Maiores esclarecimentos quanto à atualização do débito, à correta forma de recolhimento e à possibilidade de eventual desconto ou parcelamento deverão ser obtidos diretamente com o exequente, no endereço/telefone constantes na inicial.

OBS.3: Em conformidade com o parágrafo único do art. 274, do NCPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

Expedido na cidade de Vitória/ES em 20/01/2020.

Documento eletrônico assinado por **DANIEL LEHENBAUER, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500000476904v2** e do código CRC **4a65264b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANIEL LEHENBAUER

Data e Hora: 21/2/2020, às 13:51:18

0004474-20.2001.4.02.5001 **500000476904 .V2**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 248

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
28/02/2020 11:32:47

Usuário:
JES10637 - LICIA LOPES DE BRITO - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
248

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 249

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO_EM_PARTE___REFER__AO_EVENTO__247
Data:
16/03/2020 08:59:52
Usuário:
JES10243 - ROSA MARIA RAMOS MALBAR BARCELLOS - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
249

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
SEÇÃO DE CONTROLE DE MANDADOS DA SEDE - VITÓRIA
AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1877, 4º ANDAR/SALA 402, MONTE BELO, Tel. 2731835112, VITÓRIA/ES, 29053-245
E-mail: secma@jfes.jus.br

MANDADO: 500000476904 (314470)

PROC. Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao r. mandado retro, dirigi-me ao endereço retro mencionado, ou seja, à Rua Milton Ramalho Simões, nº 11, Residencial Villa D'Itália, **Ed. San Marino**, apto.502, Jardim Camburi, Vitória/ES, sendo as moradoras do local a Sra. Joaquina Lopes Louvem e Sra. Josiane Lopes Louvem, tendo em 12/03/2020 sido recebida no imóvel pela Sra. Josiane, que disse ser filha da Sra. Joaquina Lopes Louvem, proprietária atual do imóvel, que é uma pessoa idosa de 81 anos e se encontra com "Mal de Alzheimer", sendo que inclusive tem uma Procuração para representar a mesma, tendo procedido a **PENHORA e AVALIAÇÃO** do imóvel indicado, conforme AUTO em anexo, bem como **NOMEEI a Sra. JOSIANE LOPES LOUVEM como DEPOSITÁRIA, que ACEITOU O ENCARGO**, sendo a mesma intimada a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, conforme ciência exarada no mandado e no AUTO anexo, tendo recebido cópia de tudo. Certifico ainda que, dirigi-me também ao Cartório de Registro Geral de Imóveis – 3ª Zona de Vitória, em 13/03/2020, onde procedi ao REGISTRO, intimando a Oficial Substituta, Sra. Rosiane Amorim Margon, conforme recebimento exarado no AUTO DE PENHORA e AVALIAÇÃO, tendo a mesma recebido cópia do mandado e do AUTO referido. Certifico ainda que, **deixei de proceder a INTIMAÇÃO e CIENTIFICAÇÃO do "item c", vez que não localizei os executados**. Sendo assim, devolvo o presente mandado. Dou fé.

Vitória/ES, 13 de março de 2020.

Rosa Maria Ramos Malbar Barcellos

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

Recebido em 13/03/2020
CARTÓRIO REG. IMOV. 3ª ZONA DE VITÓRIA
Rosiane Amorim Marque
Oficial Substituta

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES	Mandado nº 5000004769/04 (314470)
Partes	União Federal - Fazenda Nacional x Gilson Caetano Ribeiro e Outros
Data da penhora	12 de Março de 2020 (12/03/2020)
Local da penhora	Rua Milton Ramalho Simões, nº 11, Residencial Villa D'Itália, Ed. San Marino, apto 502, Jardim Camburi, Vitória/ES

Certifico e dou fé que, observadas as formalidades legais, PENHOREI e AVALIEI o(s) seguinte(s) bem(ns): - Apartamento nº 502 com vaga de garagem do Edifício San Marino do Residencial Villa D'Itália, situado nas ruas José Pelso Cláudio, Maria Barbara de Oliveira, Cleides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, Vesta Capital, possuindo as seguintes compartimentações: Uma sala, uma varanda, uma suíte, um quarto, três banheiros, uma cozinha, uma área de serviço, um depósito e fração ideal de 0,009540 da quadra nº 73, com área de 3.318,75 m², constituída pelos lotes nº 01 a 10, da quadra 73, matriculado no Cartório de Registro Geral de Imóveis - 3ª Zona de Vitória/ES, sob o nº 23.459, folha 59, livro nº 2-CG. - VALOR DA AVALIAÇÃO: ..... R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) - OBSERVAÇÃO: Imóvel descrito acima conforme a matrícula no RGI-3ª Zona, sendo diversa as compartimentações, vez que o referido apartamento possui 03(três) quartos, sendo 01 suíte (e não, 01 suíte e 01 quarto), Sala, um banheiro social, uma varanda, cozinha, área de serviço e banheiro, Todos com piso em cerâmica, cozinha e banheiros totalmente azulejados, sendo apartamento de frente e com elevador

Certifico e dou fé que DEPOSITEI o(s) bem(ns) penhorado(s) em poder de JOSIANE DE CASSIA LOUVEM, brasileira, solteira, data Nasc: 05/06/1967, RG 4180881 SSP/MG, CPF 005.143.837.20, com endereço Rua Milton Ramalho Simões, nº 11, Residencial Villa D'Itália, Ed. San Marino, apto 502, Jardim Camburi, Vitória/ES que foi advertido(a) a informar eventual mudança de seu endereço, bem como a não alienar o(s) bem(ns) do(s) qual(ais) foi feito(a) fiel depositário(a) sem prévia autorização do Juízo Federal.

Rosa Malbar Barcellos
Oficial(a) de Justiça
ROSA MARIA RAMOS MALBAR BARCELLOS MAT. 10.243

Josiane de Cássia Louvem
Depositário/FILIAÇÃO: Antonio Ramos Louvem e Joaquina Lopes Louvem

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA PENHORA

Certifico e dou fé que intimei _____ (na pessoa de seu representante legal, se for o caso) _____, bem como o cônjuge deste(a) _____, para ciência da penhora acima lavrada, bem como para oferecer embargos dentro do prazo legal.

_____, __/__/__.

Oficial(a) de Justiça

Executado

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 250

Evento:
LAVRADA_CERTIDAO___REFER__AO_EVENTO__247
Data:
16/03/2020 09:14:18
Usuário:
JES10243 - ROSA MARIA RAMOS MALBAR BARCELLOS - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
250

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
SEÇÃO DE CONTROLE DE MANDADOS DA SEDE - VITÓRIA
AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1877, 4º ANDAR/SALA 402, MONTE BELO, Tel. 2731835112, VITÓRIA/ES, 29053-245
E-mail: secma@jfes.jus.br

MANDADO: 500000476904 (314470)

PROC. Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao r. mandado retro, dirigi-me ao endereço retro mencionado, ou seja, à Rua Milton Ramalho Simões, nº 11, Residencial Villa D'Itália, **Ed. San Marino**, apto.502, Jardim Camburi, Vitória/ES, sendo as moradoras do local a Sra. Joaquina Lopes Louvem e Sra. Josiane Lopes Louvem, tendo em 12/03/2020 sido recebida no imóvel pela Sra. Josiane, que disse ser filha da Sra. Joaquina Lopes Louvem, proprietária atual do imóvel, que é uma pessoa idosa de 81 anos e se encontra com "Mal de Alzheimer", sendo que inclusive tem uma Procuração para representar a mesma, tendo procedido a **PENHORA e AVALIAÇÃO** do imóvel indicado, conforme AUTO em anexo, bem como **NOMEEI a Sra. JOSIANE LOPES LOUVEM como DEPOSITÁRIA, que ACEITOU O ENCARGO**, sendo a mesma intimada a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo, conforme ciência exarada no mandado e no AUTO anexo, tendo recebido cópia de tudo. Certifico ainda que, dirigi-me também ao Cartório de Registro Geral de Imóveis – 3ª Zona de Vitória, em 13/03/2020, onde procedi ao REGISTRO, intimando a Oficial Substituta, Sra. Rosiane Amorim Margon, conforme recebimento exarado no AUTO DE PENHORA e AVALIAÇÃO, tendo a mesma recebido cópia do mandado e do AUTO referido. Certifico ainda que, **deixei de proceder a INTIMAÇÃO e CIENTIFICAÇÃO do "item c", vez que não localizei os executados**. Sendo assim, devolvo o presente mandado. Dou fé.

Vitória/ES, 13 de março de 2020.

Rosa Maria Ramos Malbar Barcellos

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

Assinatura Eletrônica TRF 2ª Região

Documento eletrônico assinado por **ROSA MARIA RAMOS MALBAR BARCELLOS (JES10243), Oficiala de Justiça Avaliadora Federal,** em 16/03/2020 09:13:58 na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, menu "Consulta Autenticidade de Documentos", mediante o preenchimento do código verificador **C314470E8P1A1R53** e, se solicitado, do código CRC **AD2A34D3**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 251

Evento:
LAVRADA_CERTIDAO___REFER__AO_EVENTO__247
Data:
16/03/2020 10:35:18
Usuário:
JES10243 - ROSA MARIA RAMOS MALBAR BARCELLOS - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
251

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
SEÇÃO DE CONTROLE DE MANDADOS DA SEDE - VITÓRIA
AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1877, 4º ANDAR/SALA 402, MONTE BELO, Tel. 2731835112, VITÓRIA/ES, 29053-245
E-mail: secma@jfes.jus.br

MANDADO: 500000476904 (314470)

PROC. Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao r. mandado retro, complemento a certidão anterior para retificar que ficou indevido o nome da DEPOSITÁRIA NOMEADA, que chama-se **JOSIANE DE CASSIA LOUVEM** (e não, Josiane Lopes Louvem), mas já consta de forma correta no AUTO já anexado. Dou fé.

Vitória/ES, 16 de março de 2020.

Rosa Maria Ramos Malbar Barcellos
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

Assinatura Eletrônica TRF 2ª Região

Documento eletrônico assinado por **ROSA MARIA RAMOS MALBAR BARCELLOS (JES10243), Oficiala de Justiça Avaliadora Federal,** em 16/03/2020 10:33:49 na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, menu "Consulta Autenticidade de Documentos", mediante o preenchimento do código verificador **C314470E8P2A1R92** e, se solicitado, do código CRC **0BF5B53D**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 252

Evento:
DISTRIBUIDO___EMBARGOS_DE_TERCEIRO_NUMERO__50073855020204025001
Data:
26/03/2020 13:26:27
Usuário:
ES015556 - MARCOS GIACOMELLI CARDOSO - ADVOGADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
252

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 253

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____5007385_50_2020_4_02_50

Data:
31/03/2020 18:04:18

Usuário:
JES10704 - PAULO AUGUSTO MICHALSKY E ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
253

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
DESPACHO/DECISÃO

Evento:
DESPACHO/DECISÃO - DETERMINA INTIMAÇÃO

Data:
31/03/2020 17:50:21

Usuário:
JES7130 - EDUARDO FRANCISCO DE SOUZA - MAGISTRADO

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
3

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244 - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 5007385-50.2020.4.02.5001/ES

EMBARGANTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM

EMBARGADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de embargos de terceiro opostos por JOAQUINA LOPES LOUVEM em desfavor de **UNIÃO FEDERAL**, distribuídos por dependência aos autos da execução fiscal nº 00044742020014025001.

Alega a embargante ser legítima proprietária do apartamento nº 502, do Ed. SAN MARINO, devidamente matriculado sob o nº 4260, no livro nº 2-P, no Cartório da 3ª Zona do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Vitória/ES, adquirido de forma legítima, legal e de boa fé, em dezembro de 2002. , na forma da ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, lavrada em 10/12/2002, de QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.971.584/0001-03. . Nesse contexto, requer a concessão de medida liminar para suspender o processo embargado sobre o bem em litígio.

Os embargos de terceiro vieram acompanhados dos documentos consignados no Evento 1.

É o relato do essencial. DECIDO.

Inicialmente, **defiro o benefício da gratuidade de justiça**, nos termos do artigo 98, do CPC.

Os embargos de terceiro se prestam a oportunizar a terceiro, estranho à relação processual da qual decorra a constrição de determinado bem, a demonstração de direito seu que afaste a possibilidade de submeter-se o referido bem à satisfação do interesse discutido em determinada ação judicial.

A legitimidade para o manejo dos embargos de terceiro decorre exatamente do fato de estar a embargante, bem como o bem objeto de constrição judicial, ao largo da demanda posta em juízo.

Verifico, ainda, que na ex, fiscal nº 00044742020014025001 há demonstração de transmissão do imóvel objeto da ação, conforme Evento 232.

Logo, com base nos documentos juntados aos autos, afigura-me comprovada, **de forma sumária**, a posse e a condição de possuidor com justo título do imóvel objeto da constrição judicial, legitimando o ajuizamento dos presentes embargos, restando, pois, dispensada a realização de prévia audiência para oitiva de testemunhas.

Assim, **recebo os presentes embargos de terceiro**, atribuindo-lhes efeito suspensivo, com fulcro no artigo 678, do Código de Processo Civil, no tocante ao imóvel objeto da ação, qual seja, apartamento nº 502, do Ed. SAN MARINO, devidamente matriculado sob o nº 4260, no livro nº 2-P, no Cartório da 3ª Zona do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Vitória/ES, , constrito no bojo do processo nº 00044742020014025001.

Ressalto, por oportuno, que em virtude da determinação supra, no sentido de suspender os atos de execução até o deslinde da causa, resta afastado o perigo de lesão, sendo desnecessária, portanto, qualquer outra medida para fins de manutenção na posse do embargante.

Indefiro, nesse ponto, o pedido liminar de imediata exclusão da constrição judicial que incide sobre o imóvel, efetivada nos autos da execução fiscal correlata, pois já foi determinada a suspensão dos executivos quanto ao bem, inexistindo o *periculum in mora* alegado, traduzido pela inexorável urgência da prestação jurisdicional, eis que não existe risco de dano irreparável ou de difícil reparação quanto a tal diligência. Ademais, mostra-se prudente a manifestação prévia da embargada quanto ao deferimento da imediata exclusão da constrição.

Deixo de designar audiência de conciliação ou mediação, prevista no art. 334 do novo CPC para as causas sujeitas ao procedimento comum, haja vista o interesse jurídico em disputada. Com efeito, a Procuradoria da Fazenda Nacional já solicitou a dispensa da referida audiência através do Ofício nº 628/2016 – GAB/PFNES/PGFN, cabendo ressaltar que a norma jurídica em epígrafe deve ser interpretada em conjugação com o princípio constitucional da efetividade do processo, de forma que, a despeito da não configuração de dupla recusa das partes, a existência de recusa enfática por parte da União e a experiência do Juízo, antevêem a inocuidade da designação da audiência de conciliação.

Cite-se a embargada para apresentar defesa, nos termos do art. 679 do CPC.

Traslade-se cópia desta decisão para os autos da Execução Fiscal nº 00044742020014025001.

Intimem-se. Cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **EDUARDO FRANCISCO DE SOUZA, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500000566766v6** e do código CRC **b86a91d4**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): EDUARDO FRANCISCO DE SOUZA

Data e Hora: 31/3/2020, às 17:50:21

5007385-50.2020.4.02.5001 **500000566766 .V6**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 254

Evento:
JUNTADO_A_
Data:
13/04/2020 13:41:53
Usuário:
JES10837 - PATRICIA BROCKESTAYER - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
254

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 80820201755227

Nome original: 0004474-20.2001.4.02.5001.pdf

Data: 09/04/2020 13:07:42

Remetente:

ROSIANE AMORIM MARGON
VITÓRIA - REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS (3ª ZONA DE VITÓRIA)
Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo null.

Assunto: RESPOSTA MANDADO Nº 500000476904, ACOMPANHADO DO AUTO DE PENHORA, EXTRAÍ
SSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001-ES, TENDO COMO EXECUTADO GILSON ANTUNES R
E OUTROS (02).

Cartório de Registro Geral de Imóveis
3ª Zona
Comarca da Capital – Vitória – Espírito Santo
Bel. Helvécio Duia Castello
OFICIAL INTERINO

Vitória, 19 de março de 2020.-

Exmo(a) Sr(a) Dr(a)
Juiz(a) Federal Titular da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
Seção Judiciária do Estado Espírito Santo – Poder Judiciário – Justiça Federal
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877, 5º andar, Monte Belo
Vitória – E. E. Santo
CEP 29053-245

Acusamos o recebimento do Mandado nº 500000476904, datado de 21/02/2020, acompanhado do Auto de Penhora e Avaliação datado de 12/03/2020, que tomaram o protocolo de apresentação para exame nº 127.783/2020, extraído nos autos da Execução Fiscal, processo nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES, em que figura como ***exequente*** *União – Fazenda Nacional*, como ***executados*** *Gilson Antunes Ribeiro, Zelar Administracao de Servicos Ltda e Maria Aparecida da Rocha Antunes,* tendo como objeto o imóvel constituído pelo apartamento nº 502 com vaga de garagem do Edifício San Marino do Residencial Villa D'Itália, situado nas Ruas José Celso Claúdio, Maria Barbara de Oliveira, Elcides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, Vitória-ES, matriculado sob o nº 23.459, nesta Serventia, em que V.Exª. determina que seja procedida a averbação da penhora recainte sobre o imóvel objeto da referida matrícula.-

Informamos a V.Exª., que a determinação foi devidamente cumprida conforme averbação nº 03 na matrícula referida. Segue cópia da matrícula anexa.-

Sem mais, apresento-lhe minhas atenciosas saudações,

Rosiane Amorim Margon – Oficial Substituta

Cartório Reg.de Imóveis da 3ª Zona
Judiciária de Vitória
Bel. Helvecio Duia Castello
OFICIAL INTERINO
Rosiane Amorim Margon
Eliana Souza Simões
Luiz Carlos Fonseca de Faria
-SUBSTITUTOS-
Renata Severo Santana Nunes
Nilce Moreira Ramos
-ESCREVENTES-

Apartamento nº 502 com vaga de garagem do Edifício SAN MARINO do Residencial VILLA D'ITÁLIA, situado nas Ruas José Celso Cláudio, Maria Barbosa de Oliveira, Alcides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, nesta Capital, possuindo as seguintes compartimentações: uma sala, uma varanda, uma suíte, um quarto, três banhos, uma cozinha, uma área de serviços, um depósito e fração ideal de 0,009514O da quadra nº 73, com a área de 3.318,75m2, constituída pelos lotes nºs 01 a 10, da quadra 73, possuindo as seguintes confrontações e medidas: por uma frente com a Rua Des. Carlos Xavier Barreto, onde mede 90,50m; por outra frente com a Rua José Celso Cláudio, onde mede 68,00m; por outra frente com a Rua Projetada, onde mede 42,00m e por outra frente com Rua Projetada, onde mede 50,00m. PROPRIETÁRIA: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, CGC 39.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital. MATRÍCULA ANTERIOR. 4.260 de ordem do Lº 2-P, deste Cartório. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vitória, 07 de janeiro de 2003. Eu...a conferi. O OFICIAL.....RSS.

OBS.: Conforme averbação 03 na matricula nº 4.260 de ordem do Lº 2-P, deste Cartório, a QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, passou a denominar-se QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA.

R.1-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.
TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CGC nº 30.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, 215, Praia do Canto, nesta Capital. ADQUIRENTE: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, CPF 251.894.176-20, residente no Conjunto Residencial, Jardim Camburi, nº 18, Bloco P/302, Jardim Camburi, nesta Capital. TÍTULO: Promessa de Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Contrato particular assinado pelas partes contratantes em 01/03/1996. VALOR: 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos), que serão pagos nas condições: um sinal de negócios no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vencimento em 29/03/96; sententa parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 498,65 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), a partir de 01/05/96, totalizando R$ 34.905,50 (trinta e quatro mil, novecentos e cinco reais e cinquenta centavos). As parcelas representativas do preço, serão corrigidas mensalmente e cumulativamente, e deverão ser pagas em moeda corrente no palsana data do efetivo vencimento de cada parcela, acrescido da variação mensal do CUB (Custo Unitário Básico) divulgado para SINDICON-ES, mais juros cumulativos de 1,0% ao mês, até a data do HABITE-SE do imóvel objeto de negociação. Para efeito de cálculo das prestações mensais, será tomado como base o CUB do mês anterior ao vencimento de cada parcela. Após e expedição do HABITE-SE o saldo devedor das parcelas vincendas será apurado e na hipótese deste financiamento se feito diretamente junto à transmitente, o saldo devedor será calculado pelo sistema da TABELA PRICE, no mesmo prazo estabelecido no contrato, considerando o mesmo juros já acordado, (1,0% - hum por cento ao mês), sendo que o reajuste será pelo índice integral da Caderneta de Poupança mensalmente, tomando-se como base o índice do dia 1º do mês

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

Matrícula 23.459 | Folha 59

anterior aos vencimentos. PROTOCOLO nº 33.611 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....MSB.

R.2-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.

TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital, CNPJ 30.971.584/0001-03. ANUENTES: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, administrador de empresas, CPF nº 251.894.176-20 e sua esposa MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, empresária, CPF nº 931.043.327-20, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes nesta Capital. ADQUIRENTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM, brasileira, viúva, aposentada, CPF nº 024.558.557-59, residente nesta Capital. TÍTULO: Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Escritura lavrada no Cartório da 1ª Zona Judiciária de Vitória-ES, no Lº 0075 S2, às fls. 122/124, em 10/12/2002, pelo Tabelião Rodrigo Sarlo Antonio. VALOR: R$ 37.405,50 (trinta e sete mil e quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos) e R$ 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos) aos anuentes. O ITBI foi pago conforme guia nº 6508/02, protocolada em 02/12/02. PROTOCOLO nº 33.612 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....RSS.

AV-3-23.459: **EXEQUENTE**: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL. **EXECUTADOS**: GILSON ANTUNES RIBEIRO, ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES. **TÍTULO**: Mandado nº 500000476904, expedido em 20/01/2020 pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória - Seção Judiciária do Espírito Santo e Ofício datado de 18/06/2018, expedido pela Procuradoria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal (Processo nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES), com Auto de Penhora e Avaliação datado de 12/03/2020. **FORMA**: Penhora. **VALOR**: R$ 233.215,81 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e quinze reais e oitenta e um centavos) - Valor da Dívida e R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) - Valor da Avaliação. Lançado no Protocolo sob o nº 127.783. O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ. Vitória, 19 de março de 2020. Eu, _____ a conferi. O OFICIAL, _____ (LEG)

Selo Digital: 021782.CDA2001.00118

Emolumentos R$ 0,00 Taxas R$ 0,00 Total R$ 0,00

CÓPIA SEM VALOR DE CERTIDÃO

19

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244 - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

CARTÓRIO DA 3ª ZONA RGI DE VITÓRIA/ES

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MANDADO Nº 500000476904

Viola

ENDEREÇO:RUA MILTON RAMALHO SIMÕES, 11, APT 502 -RESIDENCIAL VILLA D`ITÁLIA - JARDIM CAMBURI - 29090770 - VITÓRIA /ES
VALOR DA DÍVIDA: R$ 233.215,81 (SUJEITO À ATUALIZAÇÃO).
CDA: 32738829-3

ASSUNTO:DÍVIDA ATIVA

O JUIZ FEDERAL da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

a) **PENHORE e AVALIE BENS DE PROPRIEDADE DOS EXECUTADOS, especificamente o(s) descrito(s) no evento 232 dos autos: penhora do imóvel matriculado sob o nº 23.459 (anterior 4260), Livro nº 2, folha 260 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES,** cuja cópia segue em anexo e integra o presente mandado, ou quaisquer outros bens ou direitos do devedor, observando-se a ordem de preferência estabelecida pelo art. 835 do NCPC e pelo art. 11 da Lei n.º 6.830/80, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, mais os acréscimos legais, no valor indicado acima, sujeito à atualização, ressaltando-se que a constrição não deverá ser efetivada se o oficial de justiça verificar se tratar de imóvel residencial do devedor;

b) **NOMEIE** depositário que aceite o encargo, **INTIMANDO-O** a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do Juízo advertindo o devedor que a não aceitação do encargo implicará remoção do bem para depósito público, em se tratando de bem móvel;

c) **INTIME** o(s) executado(s), assim como seu(s) cônjuge(s), se casado for, caso a penhora recaia sobre bem imóvel; **CIENTIFICANDO-O(S)** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora (LEF, art. 16, III), observado o art. 917, II, §1º, do NCPC, ciente de que eventuais embargos opostos só terão efeito suspensivo da execução nos limites do valor correspondente ao do(s) bem(ns) penhorado(s), cabendo ao devedor, se quiser e em sendo o caso, complementar o montante.

d) **PROVIDENCIE O REGISTRO** da penhora junto ao órgão ou repartição competente, na forma do art. 14 da LEF, intimando o agente responsável a efetuar a anotação, certificando-o de que o descumprimento da presente ordem sujeitar-lhe-á às penas da lei, EXCETO na hipótese de a constrição recair sobre veículo automotor, caso em que o registro da penhora deverá ser feito pela SECRETARIA deste juízo, imediatamente após a devolução do mandado, através do sistema RENAJUD;

e) **INTIME** o representante legal da sociedade, caso não logre encontrar bens de propriedade do(a) executado(a), a prestar informações acerca do atual endereço da empresa, seu regular funcionamento, bem como da existência/localização de possíveis bens dela penhoráveis.

BS.1: Este processo tramita por meio eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017). Todos os documentos do processo (petição inicial, Certidão de Dívida Ativa, entre outros) estão disponíveis para acesso da parte mediante informação do número do processo 00044742020014025001 e da chave 964478893519 ao acessar o site http://eproc.jfes.jus.br no menu textual "consulta pública", por computador, smartphone ou qualquer outro meio de acesso à internet. Ressalta-se que a informação da chave do processo é de uso exclusivo de seu destinatário, não dispondo o intimando de acesso à internet, o processo poderá ser consultado em qualquer uma das unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

CARTÓRIO DA 3ª ZONA REGISTRO DE IMÓVEIS VITÓRIA/ES

OBS.2: Maiores esclarecimentos quanto à atualização do débito, à correta forma de recolhimento e à possibilidade de eventual desconto ou parcelamento deverão ser obtidos diretamente com o exequente, no endereço/telefone constantes na inicial.

OBS.3: Em conformidade com o parágrafo único do art. 274, do NCPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

Expedido na cidade de Vitória/ES em 20/01/2020.

Documento eletrônico assinado por **DANIEL LEHENBAUER, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500000476904v2** e do código CRC **4a65264b.**

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANIEL LEHENBAUER
Data e Hora: 21/2/2020, às 13:51:18

0004474-20.2001.4.02.5001 **500000476904 .V2**

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - 3ª ZONA DE VITÓRIA
Bel. Helvécio Duia Castello - Oficial Interino - Cert. Simplificada - Resumo atos Praticadc
AV.003/23459-L.02
EMOLUMENTOS R$ 0,00
FUNCAD R$ 0,00
TOTAL: R$ 0,00
CARTÓRIO 3ª ZONA CARTÓRIO 3ª ZONA CARTÓRIO 3ª ZONA
PROT Nº: 127783 DT. REG: 19/03/2020 OFICIAL:
Selo Digital: 021782.CDA2001.00118 - Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DA 3ª ZONA RGI DE VITÓRIA-ES

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA-ES

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**
Executado(s): **ZELAR ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA**
Processo(s) nº(s): **0004474-20.2001.4.02.5001**

A **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**, pela Procuradora da Fazenda Nacional adiante assinada, nos autos do processo em epígrafe, vem **requerer a penhora do imóvel descrito na documentação anexa,** matriculado sob o nº 23.459 (anterior 4260), Livro nº 2, folha 260 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona da Comarca da Capital Vitória - Espírito Santo.

Ressalte-se que o imóvel em questão foi alienado pela executada em fraude à execução, pois as citações dos executados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes ocorreram, respectivamente, nas datas de 19/12/2001 e 20/12/2001 (vide fls.23 e 25), tendo havido a alienação do bem em 10/02/2002 (com registro da escritura em janeiro de 2003). Em casos tais, presume-se fraudulenta a alienação (art. 185 do CTN - Redação anterior a LC nº 118 de 2005), sendo o negócio ineficaz em relação ao credor. Oportuno destacar que a fraude à execução pode ser reconhecida incidentalmente nos autos da própria execução, conforme já assentado na jurisprudência.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vitória-ES, 18 de junho de 2018.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Apartamento nº 502 com vaga de garagem do Edifício SAN MARINO do Residencial VILLA D'ITÁLIA, situado nas Ruas José Celso Cláudio, Maria Barbosa de Oliveira, Alcides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, nesta Capital, possuindo as seguintes compartimentações: uma sala, uma varanda, uma suíte, um quarto, três banhos, uma cozinha, uma área de serviços, um depósito e fração ideal de 0,009514 da quadra nº 73, com a área de 3.318,75m2, constituída pelos lotes nºs 01 a 10, da quadra 73, possuindo as seguintes confrontações e medidas: por uma frente com a Rua Des. Carlos Xavier Barreto, onde mede 90,50m; por outra frente com a Rua José Celso Cláudio, onde mede 68,00m; por outra frente com a Rua Projetada, onde mede 42,00m e por outra frente com Rua Projetada, onde mede 50,00m. PROPRIETÁRIA: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, CGC 39.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital. MATRÍCULA ANTERIOR. 4.260 de ordem do L° 2-P, deste Cartório. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vitória, 07 de janeiro de 2003. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....RSS.

OBS.: Conforme averbação 03 na matrícula nº 4.260 de ordem do L° 2-P, deste Cartório, a QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, passou a denominar-se QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA.

R.1-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.
TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CGC nº 30.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, 215, Praia do Canto, nesta Capital. ADQUIRENTE: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, CPF 251.894.176-20, residente no Conjunto Residencial, Jardim Camburi, nº 18, Bloco P/302, Jardim Camburi, nesta Capital. TÍTULO: Promessa de Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Contrato particular assinado pelas partes contratantes em 01/03/1996. VALOR: 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos), que serão pagos nas condições: um sinal de negócios no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vencimento em 29/03/96; sententa parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 498,65 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), a partir de 01/05/96, totalizando R$ 34.905,50 (trinta e quatro mil, novecentos e cinco reais e cinquenta centavos). As parcelas representativas do preço, serão corrigidas mensalmente e cumulativamente, e deverão ser pagas em moeda corrente no palsana data do efetivo vencimento de cada parcela, acrescido da variação mensal do CUB (Custo Unitário Básico) divulgado para SINDICON-ES, mais juros cumulativos de 1,0% ao mês, até a data do HABITE-SE do imóvel objeto de negociação. Para efeito de cálculo das prestações mensais, será tomado como base o CUB do mês anterior ao vencimento de cada parcela. Após e expedição do HABITE-SE o saldo devedor das parcelas vincendas será apurado e na hipótese deste financiamento se feito diretamente junto à transmitente, o saldo devedor será calculado pelo sistema da TABELA PRICE, no mesmo prazo estabelecido no contrato, considerando o mesmo juros já acordado, (1,0% - hum por cento ao mês), sendo que o reajuste será pelo índice integral da Caderneta de Poupança mensalmente, tomando-se como base o índice do dia 1° do mês

CÓPIA NÃO OFICIAL DISPONIBILIZADA

Matrícula 23.459 | Folha 59

CARTÓRIO DA 3ª ZONA RGI DE VITÓRIA-ES

anterior aos vencimentos. PROTOCOLO nº 33.611 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....MSB.

R.2-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.

TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA., com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital, CNPJ 30.971.584/0001-03. ANUENTES: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, administrador de empresas, CPF nº 251.894.176-20 e sua esposa MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, empresária, CPF nº 931.043.327-20, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes nesta Capital. ADQUIRENTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM, brasileira, viúva, aposentada, CPF nº 024.558.557-59, residente nesta Capital. TÍTULO: Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Escritura lavrada no Cartório da 1ª Zona Judiciária de Vitória-ES, no Lº 0075 S2, às fls. 122/124, em 10/12/2002, pelo Tabelião Rodrigo Sarlo Antonio. VALOR: R$ 37.405,50 (trinta e sete mil e quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos) e R$ 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos) aos anuentes. O ITBI foi pago conforme guia nº 6508/02, protocolada em 02/12/02. PROTOCOLO nº 33.612 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....RSS.

CÓPIA SEM VALOR PROBATÓRIO

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo nº	Mandado nº
Partes	
Data da penhora	
Local da penhora	

Certifico e dou fé que, observadas as formalidades legais, PENHOREI e AVALIEI o(s) seguinte(s) bem(ns): _____

Certifico e dou fé que DEPOSITEI o(s) bem(ns) penhorado(s) em poder de _____, RG _____, CPF _____, com endereço _____, que foi advertido(a) a informar eventual mudança de seu endereço, bem como a não alienar o(s) bem(ns) do(s) qual(ais) foi feito(a) fiel depositário(a) sem prévia autorização do Juízo Federal.

_____ Oficial(a) de Justiça

_____ Depositário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA PENHORA

Certifico e dou fé que intimei _____ (na pessoa de seu representante legal, se for o caso) _____, bem como o cônjuge deste(a) _____ acima lavrada, bem como para oferecer embargos d_____

_____ Oficial(a) de Justiça

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - 3ª ZONA DE VITÓRIA
Bel. Helvécio Duia Castello - Oficial Interino - Cert. Simplificada - Resumo atos Praticados

AV.003/23459-L.02

EMOLUMENTOS R$ 0,00
FUNCAD R$ 0,00
TOTAL: R$ 0,00

PROT Nº: 127783 DT. REG: 19/03/2020 OFICIAL: _____

Selo Digital: 021782.CDA2001.00118 - Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 255

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
12/05/2020 18:23:23
Usuário:
JES10812 - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
255
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
27/05/2020 00:00:00
Data Final:
02/06/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
RENATO MENDES SOUZA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 256

Evento:
PETICAO
Data:
14/05/2020 08:53:20
Usuário:
PR88680843768 - PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
256

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL

EF 0004474-20.2001.4.02.5001

A **UNIÃO FEDERAL** (**FAZENDA NACIONAL)**, pela Procuradora da Fazenda Nacional ***in fine*** assinada, vem requerer que os executados sejam intimados da penhora, fornecendo, para tanto, os endereços atualizados que seguem anexos.

Nestes termos, pede deferimento.
Vitória, data do protocolo.

PAULA ABRANCHES ARAUJO SILVA
Procuradora da Fazenda Nacional

USUARIO: PAULA
14/05/2020 08:49

NI-CPF : 931.043.327-20 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
DT NASC: 14/09/1961
MAE : MERCEDES FONTES DA ROCHA
SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
29101-603 PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD : 0027 TELEFONE: 32897940 CELULAR: COD.MUN.: 5703 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720106

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES

PF12 CONS.EXTERNAS PF9 FONETICA

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB USUARIO: PAULA
14/05/2020 08:48

NI-CPF : 251.894.176-20 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : GILSON ANTUNES RIBEIRO
DT NASC: 08/05/1958
MAE : ADELVINA ANTUNES DE SOUZA
SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO,24
29101-603 PQ GAIVOTAS,VILA VELHA

DDD : 0027 TELEFONE: 32893089 CELULAR: COD.MUN.: 5703 ES
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0720106

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES

PF12 CONS.EXTERNAS PF9 FONETICA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 257

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__255
Data:
22/05/2020 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
257

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 258

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__255
Data:
03/06/2020 01:56:04
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
258

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 259

Evento:
SUSPENSAO_SOBRESTAMENTO___AGUARDA_JULGAMENTO_DOS_EMBARGOS
Data:
16/07/2020 12:45:33
Usuário:
JES10812 - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
259

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 260

Evento:
REATIVACAO_DO_PROCESSO_SUSPENSO_SOBRESTADO
Data:
15/09/2020 03:00:12
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
260

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 261

Evento:
SUSPENSAO_SOBRESTAMENTO___POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
23/09/2020 13:06:11
Usuário:
JES10504 - MAIRA GAIGHER SILVARES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
261

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 262

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
01/08/2021 03:00:25
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
262

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 263

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
29/09/2021 07:47:50
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
263

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 264

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
29/03/2022 03:00:07
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
264

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 265

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
31/03/2022 07:09:05
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
265

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 266

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
05/09/2022 13:11:20
Usuário:
JES10297 - CRISTINA RIBEIRO BRANDOLT - OFICIAL DE GABINETE
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
266

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 267

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
05/09/2022 13:11:54
Usuário:
JES10297 - CRISTINA RIBEIRO BRANDOLT - OFICIAL DE GABINETE
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
267

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 268

Evento:
DETERMINADA_A_INTIMACAO
Data:
05/09/2022 13:34:26
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
268

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO

Determino o levantamento da suspensão determinada neste feito.

Verifico que a petição da União, apresentada no evento 256, ainda não foi apreciada, relativa à determinação de intimação dos executados acerca da penhora incidente sobre bem de propriedade do executado Gilson Antunes Ribeiro.

Não obstante, verifico fortes indícios de que o art. 13 da Lei n. 8.620/93 foi utilizado na emissão da CDA que embasa o feito executivo impugnado, haja vista que a prévia inscrição dos nomes dos sócios com base na referida norma era procedimento comum adotado pelo INSS em praticamente todas as execuções fiscais de dívida ativa tributária.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, em julgado admitido com repercussão geral [1], pacificou o entendimento de que é inconstitucional o dispositivo legal acima mencionado, intime-se a União para informar nos autos, comprovadamente, no prazo de 10 (dez) dias, o fundamento legal para inclusão dos sócios na CDA, oportunidade em que deverá se manifestar a respeito.

Em seguida, voltem os autos conclusos.

---

[1] (RE 562276, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 03/11/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 09-02-2011 PUBLIC 10-02-2011 EMENT VOL-02461-02 PP-00419 RTJ VOL-00223-01 PP-00527 RDDT n. 187, 2011, p. 186-193 RT v. 100, n. 907, 2011, p. 428-442)

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500001857629v3** e do código CRC **21a1ff76**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 5/9/2022, às 13:34:26

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 269

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
05/09/2022 13:34:29
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
269
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
16/09/2022 00:00:00
Data Final:
29/09/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
RENATO MENDES SOUZA SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 270

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__269
Data:
15/09/2022 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
270

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 271

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__269
Data:
30/09/2022 01:01:34
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
271

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 272

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
24/10/2022 14:12:50
Usuário:
JES10753 - RAYANI SANTIAGO DE ARAUJO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
272

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 273

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
24/10/2022 15:27:03
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
273

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO

Verificados indícios de que o art. 13 da Lei n. 8.620/93 foi utilizado na emissão da CDA que embasa o presente feito executivo, haja vista que a prévia inscrição dos nomes dos sócios com base na referida norma era procedimento comum adotado pelo INSS em praticamente todas as execuções fiscais de dívida ativa tributária, a exequente foi intimada a se manifestar, considerando que o Supremo Tribunal Federal, em julgado admitido com repercussão geral[1], pacificou o entendimento de que é inconstitucional o dispositivo legal acima mencionado. Contudo, a União deixou de informar nos autos o fundamento legal para inclusão dos sócios na CDA, deixando o prazo concedido transcorrer *in albis*.

Pois bem.

Consoante se infere dos documentos juntados aos autos, os coexecutados GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES tiveram seus nomes incluídos na própria Certidão de Dívida Ativa, como corresponsáveis pela dívida.

Deveras, a prévia inscrição dos nomes dos sócios, e não apenas dos sócios-gerentes ou administradores, era procedimento comum, adotado pelo INSS em praticamente todas as execuções fiscais de dívida ativa tributária, ante a previsão do artigo 13, da Lei nº 8.620/1993.

Não obstante, o Supremo Tribunal Federal, em controle incidental, declarou a inconstitucionalidade da norma jurídica em que se respaldou a exequente para incluir GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES como responsáveis tributários nas CDAs executadas. Confira-se:

> *EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. ART 146, III, DA CF. ART. 135, III, DO CTN. SÓCIOS DE SOCIEDADE LIMITADA. ART. 13 DA LEI 8.620/93. INCONSTITUCIONALIDADES FORMAL E MATERIAL. REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA DECISÃO PELOS DEMAIS TRIBUNAIS. 1. Todas as espécies tributárias, entre as quais as contribuições de seguridade social, estão sujeitas às normas gerais de direito tributário. 2. O Código Tributário Nacional estabelece algumas regras matrizes de responsabilidade tributária, como a do art. 135, III, bem como diretrizes para que o legislador de cada ente político estabeleça outras regras específicas de responsabilidade tributária relativamente aos tributos da sua competência, conforme seu art. 128. 3. O preceito do art. 124, II, no sentido de que são solidariamente obrigadas "as pessoas expressamente designadas por lei", não autoriza o legislador a criar novos casos de responsabilidade tributária sem a observância dos requisitos exigidos pelo art. 128 do CTN, tampouco a desconsiderar as regras matrizes de responsabilidade de terceiros estabelecidas em caráter geral pelos arts. 134 e 135 do mesmo diploma. A previsão legal de solidariedade entre devedores – de modo que o pagamento efetuado por um aproveite aos demais, que a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, também lhes tenha efeitos comuns e que a isenção ou remissão de crédito exonere a todos os obrigados quando não seja pessoal (art. 125 do CTN) – pressupõe que a própria condição de devedor tenha sido estabelecida validamente. 4. A responsabilidade tributária pressupõe duas normas autônomas: a regra matriz de incidência tributária e a regra matriz de responsabilidade tributária, cada uma com seu pressuposto de fato e seus sujeitos próprios. A referência ao responsável enquanto terceiro (dritter Persone, terzo ou tercero) evidencia que não participa da relação contributiva, mas de uma relação específica de responsabilidade tributária, inconfundível com aquela. O "terceiro" só pode ser chamado responsabilizado na hipótese de*

descumprimento de deveres próprios de colaboração para com a Administração Tributária, estabelecidos, ainda que a contrario sensu, na regra matriz de responsabilidade tributária, e desde que tenha contribuído para a situação de inadimplemento pelo contribuinte. 5. O art. 135, III, do CTN responsabiliza apenas aqueles que estejam na direção, gerência ou representação da pessoa jurídica e tão-somente quando pratiquem atos com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatutos. Desse modo, apenas o sócio com poderes de gestão ou representação da sociedade é que pode ser responsabilizado, o que resguarda a pessoalidade entre o ilícito (mal gestão ou representação) e a conseqüência de ter de responder pelo tributo devido pela sociedade. ***6. O art. 13 da Lei 8.620/93 não se limitou a repetir ou detalhar a regra de responsabilidade constante do art. 135 do CTN, tampouco cuidou de uma nova hipótese específica e distinta. Ao vincular à simples condição de sócio a obrigação de responder solidariamente pelos débitos da sociedade limitada perante a Seguridade Social, tratou a mesma situação genérica regulada pelo art. 135, III, do CTN, mas de modo diverso, incorrendo em inconstitucionalidade por violação ao art. 146, III, da CF. 7. O art. 13 da Lei 8.620/93 também se reveste de inconstitucionalidade material, porquanto não é dado ao legislador estabelecer confusão entre os patrimônios das pessoas física e jurídica, o que, além de impor desconsideração ex lege e objetiva da personalidade jurídica, descaracterizando as sociedades limitadas, implica irrazoabilidade e inibe a iniciativa privada, afrontando os arts. 5º, XIII, e 170, parágrafo único, da Constituição. 8. Reconhecida a inconstitucionalidade do art. 13 da Lei 8.620/93 na parte em que determinou que os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada responderiam solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social.*** *9. Recurso extraordinário da União desprovido. 10. Aos recursos sobrestados, que aguardavam a análise da matéria por este STF, aplica-se o art. 543-B, § 3º, do CPC. (RE 562276, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 03/11/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 09-02-2011 PUBLIC 10-02-2011 EMENT VOL-02461-02 PP-00419 RTJ VOL-00223-01 PP-00527 RDDT n. 187, 2011, p. 186-193 RT v. 100, n. 907, 2011, p. 428-442)*

Logo, é de se reconhecer a inidoneidade da inclusão dos coexecutados tão-somente com base no fato de comporem o quadro social da pessoa jurídica originalmente devedora.

Na verdade, o próprio Superior Tribunal de Justiça, antes mesmo da decisão da Corte Constitucional, já vinha, de algum tempo, se insurgindo quanto à aplicação da regra, como concebida, somente aceitando-a quando interpretada em conjugação com o art. 135 do CTN. Nesse sentido, lapidar a conclusão a que aquela Corte chegou no REsp nº 736.428/SP, *in verbis*:

STJ – Segunda Turma – Recurso Especial n. 736.428/SP – Relator Ministro Humberto Martins – DJ de 21/08/2006, p. 243.

TRIBUTÁRIO - SÓCIO - RESPONSABILIDADE - DÉBITOS JUNTO À SEGURIDADE SOCIAL (LEI N. 8.620/93 - ART. 13) - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA COM BENS PESSOAIS DOS SÓCIOS - INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA COM O ART. 135 DO CTN, QUE REGULA A RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS REPRESENTANTES DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.

Pode-se inferir que a partir do advento da Lei n. 8.620, de 5 de janeiro de 1993, é possível reconhecer a responsabilidade solidária do sócio, quando verificada a existência de débito com a Seguridade Social. Esse dispositivo, previsto na lei ordinária, a bem da verdade, deverá ser interpretado em harmonia com o Código Tributário Nacional, de estatura de lei complementar, sob pena de afronta ao Sistema Tributário Nacional.

Assim, o titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social (art. 13 da Lei n. 8.620/93), quando a obrigação resultar "de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos" (art. 135 do CTN). Nesse caminhar, a colenda Segunda Turma, em precedente da lavra da ilustre Ministra Eliana Calmon, ao se pronunciar acerca do art. 13 da Lei n. 8.620/93, assentou que "o dispositivo retromencionado somente pode ser interpretado em sintonia com o art. 135 do CTN" (REsp 325.375-SC, DJ 21.10.2002).

Recurso especial improvido.

É certo que a exequente poderia tentar justificar a inclusão dos coexecutados também pelo art. 135 do CTN, mas, analisando os documentos encartados aos autos, verifico que o único fundamento utilizado para inclusão dos nomes de GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES nas CDAs pautou-se na autorização prevista no artigo 13, da Lei nº 8.620/1993.

Ora, a aceitação da tese, em si, significaria concordar com o entendimento de que a infração à lei,

preconizada naquele artigo, abrange o inadimplemento do tributo.

Não me parece que assim o seja, pois que, se essa fosse a intenção do legislador, bastaria tê-lo dito, criando, nos mesmos moldes da tentativa levada a efeito com a Lei nº 8.620/1993, uma responsabilidade solidária, que, por óbvio, prescindiria da demonstração daqueles requisitos previstos no caput do art. 135 do CTN.

Não afasto, por evidente, a possibilidade de que a responsabilização do sócio se dê, desde que devidamente demonstrada e justificada, nos termos exatos do art. 135 do CTN, como nas hipóteses de interposição ou sucessão fraudulenta de empresas, dilapidação do patrimônio societário em favor do enriquecimento do patrimônio individual ou familiar do sócio-gerente ou administrador, utilização da pessoa jurídica para fins proibidos pela lei ou estranhos ao seu objeto social, transferência irregular de patrimônio, gestão da empresa por “laranjas”, permanecendo o antigo sócio controlador como mandatário deste etc.

Nada disso foi utilizado, no entanto, como fundamento da responsabilização. Na verdade, a responsabilização, pelo que se viu, não teve nenhum fundamento explícito, o que me leva a concluir, como já dito, que só pode ter sido baseada na mera confrontação entre as datas de ocorrência dos fatos geradores e a pessoa que, concomitantemente, geria a empresa.

Face ao exposto determino a exclusão de GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES do polo passivo da causa, em conformidade com o artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Não havendo recurso, proceda-se à exclusão de GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES do polo passivo da demanda e levantem-se todas as garantias em nome dos coexecutados, comunicando-se ao Cartório de Registro Geral de Imóveis - 3ª Zona de Vitória/ES o inteiro teor da presente para que efetive a baixa/cancelamento da anotação de penhora efetuada na matrícula 23.459 (anterior 4260), conforme informado no Ofício de Evento 254.

Intime-se a exequente para informar sobre eventual causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, haja vista as diretrizes lançadas pelo STJ no julgamento do recurso repetitivo nº Resp. 1.340.553 quanto à ocorrência de prescrição intercorrente.

Intimem-se. Diligencie-se.

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500001941936v9** e do código CRC **8ace5b9a**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 24/10/2022, às 15:27:2

---

1. (RE 562276, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 03/11/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 09-02-2011 PUBLIC 10-02-2011 EMENT VOL-02461-02 PP-00419 RTJ VOL-00223-01 PP-00527 RDDT n. 187, 2011, p. 186-193 RT v. 100, n. 907, 2011, p. 428-442)

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 274

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
24/10/2022 15:27:05
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
274
Executado:
GILSON ANTUNES RIBEIRO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/11/2022 00:00:00
Data Final:
29/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANTONIO CESAR SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 275

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
24/10/2022 15:27:08
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
275
Executado:
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/11/2022 00:00:00
Data Final:
29/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANTONIO CESAR SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 276

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
24/10/2022 15:27:10
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
276
Executado:
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/11/2022 00:00:00
Data Final:
29/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ANTONIO CESAR SANTOS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 277

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
24/10/2022 15:27:12
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
277
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/11/2022 00:00:00
Data Final:
29/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
JOAO CARLOS MARQUES DE ARAUJO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 278

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__274_275_276_E_277

Data:
03/11/2022 23:59:59

Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
278

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 279

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___24_11_2022_ATE_24_11_2022_MOTIVO__S

Data:
16/11/2022 08:40:48

Usuário:
JES10538 - RENATA SIMON FERNANDES - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
279

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 280

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___28_11_2022_ATE_28_11_2022_MOTIVO__S

Data:
16/11/2022 08:59:00

Usuário:
JES10538 - RENATA SIMON FERNANDES - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
280

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 281

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___DISTRIBUIDO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO___REFER

Data:
29/11/2022 15:32:24

Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
281

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 282

Evento:
PETICAO
Data:
29/11/2022 15:34:13
Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
282

EXMO(A). DR. JUIZ(A) DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO – Fazenda Nacional,** por seu procurador ao final assinado, vem, respeitosamente, perante V. Exa. , nos autos do processo em epígrafe, requerer a juntada da cópia da petição do Agravo de Instrumento protocolizada tempestivamente perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos termos do artigo 1018 do CPC.

Nessas condições, a União requer, outrossim, a reconsideração da aludida decisão interlocutória, por ser medida de justiça.

Pede deferimento.

Paulo Roberto F. Gonçalves

Procurador da Fazenda Nacional

Justiça Federal da 2ª Região

Processo Eletrônico

Número do Processo: 5017008-38.2022.4.02.0000

Processo Originário: 0004474-20.2001.4.02.5001

Chave para consulta: 657896555722

Nome: PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

OAB/Sigla: p1508034

Data Envio: 29/11/2022

Hora de Envio: 15:32:25

Evento: Distribuído por sorteio

Nome da(s) Parte(s):
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - AGRAVANTE
X
GILSON ANTUNES RIBEIRO - AGRAVADO
MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES - AGRAVADO
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA - AGRAVADO

Orgão Julgador: GABINETE 28

Magistrado: CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Assinatura Digital:

* Os dados informados são de responsabilidade do remetente. Se necessário poderá ser feita à conferência com o documento enviado.

Data de Impressão: 29/11/2022 15:32:30

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEGUNDA REGIÃO.

EXECUÇÃO FISCAL Nº 00044742020014025001 (3ª VF DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA)
AGRAVANTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA E OUTROS

DECISÃO RECORRIDA ACOSTADA AO EVENTO 273

UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), por seu procurador infra-assinado, vem à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo referido em epígrafe, que move em face da parte agravada indicada acima**,** com fulcro no artigo 1.015, § único e seguintes do Código de Processo Civil, interpor o presente

AGRAVO DE INSTRUMENTO

contra de decisão interlocutória proferida pelo juízo *a quo*, pelos substratos de fato e de direito deduzidos nas razões anexas, cuja juntada se requer.

Registre-se que a Agravante deixa de instruir este recurso com peças do processo, pois se trata de autos eletrônicos, hipótese que dispensa a apresentação de peças obrigatórias ou necessárias, na forma do artigo 1.017, §5º, do Código de Processo Civil, a seguir transcrito:

"CPC.

Art. 1.017. § 5o Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam□se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia."

Por fim, informa que a agravante é representada judicialmente pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sendo importante salientar que a parte agravada_ está representada pelo advogado Dr. Antônio Cesar Santos, OAB/ES 006355, conforme procuração constante do evento 136.

São os termos em que,
Pede e espera deferimento.

Paulo Roberto F. Gonçalves
Procurador da Fazenda Nacional

RAZÕES DA AGRAVANTE

C. Tribunal

E. Turma

BREVE SÍNTESE

DO OBJETIVO

Obter, liminarmente, a antecipação da tutela do presente Agravo de Instrumento, em face da decisão agravada ser suscetível de causar à União lesão grave e de difícil reparação, nos termos do art. 1015, combinado com o inciso I do art. 1019, ambos do Código de Processo Civil, para, a final, ser ordenada a reforma da decisão proferida pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a arrolar.

DOS FATOS

Trata-se de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional para cobrança de créditos inscritos sob os n°s 32738829-3

Pretende-se com o presente recurso a reforma da decisão acostada ao evento 273, que excluiu os Corresponsáveis Maria Aparecida da Rocha Antunes e Gilson Antunes Ribeiro por entender o MM. Juízo a quo que os mesmos foram incluídos com supedâneo no artigo 13 da lei 8.620/93, não obstante a constatação da dissolução irregular da empresa executada, conforme diligências

acostadas aos eventos 137 OUT 2, 169 OUT 16 E 177 OUT 21.

Todavia, a decisão agravada deve ser reformada, tendo em vista que resta caracterizada a dissolução irregular da empresa executada.

Mérito Recursal

Razões para Reforma da Decisão Agravada

DA LEGITIMIDADE PASSIVA DOS CORRESPONSÁVEIS

Da inclusão legal do coRresponsável no pólo passivo com base no art. 13 da Lei 8.620/93

Não se pode perder de vista que o crédito tributário perseguido neste processo decorre do não recolhimento de contribuição previdenciária, conforme indicado no título executivo de fls. , fato que tornava os controladores e dirigentes da sociedade solidários pela solvência da dívida, a teor do disposto no art. 124, II do CTN c/c o art. 13 da Lei nº 8.620/93, há época vigente, verbis:

" Art. 124. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem".

"Art. 13. O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social.

Parágrafo único. Os acionistas controladores, os administradores, os gerentes e os diretores respondem solidariamente e

subsidiariamente, com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações para com a Seguridade Social, por dolo ou culpa." [grifos e destaques nossos]

O entendimento ora expresso encontrava acolhida na mais abalizada jurisprudência pátria. Contidos no gênero "contribuições para a Seguridade Social" estão os créditos fiscais decorrentes de não-pagamento de PIS, COFINS, CSLL e Contribuições Previdenciárias, devendo submeter-se, em todos os aspectos, ao regime jurídico que lhes é próprio. Vejamos:

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO-COTISTA. DÉBITOS DA SEGURIDADE SOCIAL CONTRAÍDOS PELA SOCIEDADE. LEI 8.620/93, ART. 13.

1. Em se tratando de débitos da sociedade para com a Seguridade Social, decorrentes do descumprimento das obrigações previdenciárias, há responsabilidade solidária de todos os sócios, mesmo quando se trate de sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Aplicação do art. 13 da Lei 8.620/93, que alterou as regras das Leis 8.212 e 8.213, de 1991.

2. Nestes casos, a responsabilidade atribuída pela lei ao sócio-cotista tem respaldo no art. 124, II, do CTN e independe de comprovação, pelo credor exeqüente, de que o não-recolhimento da exação decorreu de ato abusivo, praticado com violação à lei, ou de que o sócio deteve a qualidade de dirigente da sociedade devedora.

3. Agravo regimental parcialmente provido.

(STJ – 1ª Turma; AGRESP 410080 / PR; Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 10.05.2004) [grifos e destaques nossos]

"Ementa RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO QUOTISTA. SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DÉBITOS RELATIVOS À SEGURIDADE SOCIAL. LEI 8.620/93, ART. 13.

1. A regra no egrégio STJ, em tema de responsabilidade patrimonial secundária, é a de que o redirecionamento da execução fiscal, e seus consectários legais, para o sócio-gerente da empresa, somente é cabível quando reste demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou contra o estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa.

2. Ressalva do ponto de vista no sentido de que a ciência por parte do sócio-gerente do inadimplemento dos tributos e contribuições, mercê do recolhimento de lucros e pro labore, caracteriza, inequivocamente, ato ilícito, porquanto há conhecimento da lesão ao erário público.

3. Tratando-se "de débitos da sociedade para com a Seguridade Social, decorrentes do descumprimento das obrigações previdenciárias, há responsabilidade solidária de todos os sócios, mesmo quando se trate de sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Aplicação do art. 13 da Lei 8.620/93, que alterou as regras das Leis 8.212 e 8.213, de 1991. Nestes casos, a responsabilidade atribuída pela lei ao sócio-cotista tem respaldo no art. 124, II, do CTN e independe de comprovação pelo credor exeqüente, de que o não-recolhimento da exação decorreu de ato abusivo, praticado com violação à lei, ou de que o sócio deteve a qualidade de dirigente da sociedade devedora."

4. Deveras, no campo tributário, quanto à aplicação da lei no tempo, vigora o princípio de que "a lei aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros" (art. 105), de sorte que a ressalva do agravado respeita o período pretérito. Isto porque, respeitados os princípios da anterioridade, da legalidade, e demais informadores do sistema tributário, a relação do cidadão com o fisco é de trato sucessivo, por isso que não há direito adquirido em relação ao futuro, somente quanto ao passado.

5. A regra da limitação das obrigações sociais refere-se àquelas derivadas dos atos praticados pela entidade no cumprimento de seus fins contratuais inaplicando-se às obrigações tributárias pretéritas, que serviram à satisfação das necessidades coletivas. Por essa razão é que o novel Código Civil, que convive com o Código Tributário e as leis fiscais, não se refere à obrigações fiscais, convivendo, assim, a lei especial e a lei geral.

6. Hipótese em que a execução fiscal refere-se a débitos anteriores à vigência da Lei 8.620/93.

7. Recurso especial desprovido.

(STJ – 1ª Turma; RESP 610216 / PR; Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 03.05.2004) [grifos e destaques nossos]

Assim, não era relevante que o administrador tivesse participação minoritária ou mesmo que tivesse se retirado da sociedade. Se o crédito derivava de fato gerador praticado no período em que o mesmo ainda figurava como administrador, qualquer que fosse sua participação, este respondia

pelo pagamento do crédito tributário.

Portanto, a Certidão de Dívida Ativa em que constava o nome da devedora principal de dos corresponsáveis, fundada no artigo 13, da Lei 8.620/93 e que aparelhou a execução fiscal em apenso foi validamente ajuizada, porquanto ainda vigia o supramencionado artigo 13 que somente foi revogado pela MP 449/08.

No entanto, com a revogação posterior do artigo 13 da Lei 8.620/93, a inclusão do corresponsável juntamente com a devedora principal na Certidão de Dívida Ativa deixou de ter o amparo legal necessário para sua subsistência.

Assim, não mais subsiste o tratamento diferenciado para a cobrança das contribuições previdenciárias, de forma que a jurisprudência majoritária do STJ somente admite a inclusão do corresponsável quando comprovada nos autos a prática de infração a lei, como, por exemplo, a prática da dissolução irregular da empresa devedora principal.

Ocorre que, conforme certificado nos autos, a pessoa jurídica executada não foi localizada no endereço por ela informado ao Fisco (eventos 137, 169 e 177).

A ausência da pessoa jurídica do local por ela informado à Receita Federal como sede do seu estabelecimento, além de representar descumprimento legal, permite que se presuma o encerramento de suas atividades de forma contrária à lei.

Constatada a descontinuidade das atividades da executada, tem-se que a extinção da pessoa jurídica, levada a efeito de forma irregular, também é motivo suficiente para a responsabilização dos seus administradores, posto que, inevitavelmente, restam inobservadas as exigências requeridas pela JUCEES e pela Receita Federal, dentre elas a comprovação de quitação fiscal.

Em caso de dissolução irregular da devedora principal, a execução poderá ser redirecionada para os administradores formadores do quadro societário no momento da dissolução irregular, uma vez que estes teriam , “em princípio”, dado ensejo a conduta ilegal.

No caso dos corresponsáveis Maria Aparecida da Rocha Antunes e Gilson Antunes Ribeiro, registre-se que os mesmos exerciam a

administração da sociedade por ocasião da dissolução irregular, conforme consulta JUCEES acostada ao evento 191.

A responsabilização dos administradores em razão da dissolução irregular da empresa executada, sem a observância ao regramento estatuído, de observância obrigatória, na legislação revogada pelo Código Civil de 2002 e no art. 1.038, caput e parágrafo 2º, c/c art. 1.102 e seguintes, todos do Código Civil, bem como, conseqüentemente, não ter sido diligenciada a baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Preceitua o Código Tributário Nacional acerca da responsabilidade dos dirigentes em relação a débitos tributários contraídos pelas pessoas jurídicas de direito privado:

"CTN: Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior;

II – os mandatários, prepostos e empregados;

III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado." (grifos nossos)

O artigo 136 do CTN, por seu turno, é taxativo quanto ao caráter objetivo de tal responsabilidade, ao estatuir:

"CTN: Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato." (destacamos)

Por outro lado, cumpre assinalar que, de conformidade com o que dispõe o art. 213 do Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, cabe ao contribuinte manter atualizado o seu cadastro junto ao Fisco, informando-o de qualquer alteração no seu endereço. Tal obrigação sempre foi objeto de tratamento na legislação tributária, subordinando-se, atualmente, ao comando estatuído no referido dispositivo, que se transcreve:

"Art. 213. Quando o contribuinte transferir, de um município para outro ou de um para outro ponto do mesmo município, a sede de seu

estabelecimento, fica obrigado a comunicar essa mudança às repartições competentes dentro do prazo de trinta dias (Decreto-lei n. 5.844, de 1943, art. 195).” (destacou-se)

Desta Feita, a União requer a manutenção dos corresponsáveis no pólo passivo da presente execução fiscal com supedâneo do artigo 135, do CTN e enunciado de súmula 435/STJ.

“Súmula 435/STJ - 26/10/2015. Execução fiscal. Tributário. Sociedade. Sócio-gerente. Responsabilidade solidária. Solidariedade. Empresa que deixa de funcionar em seu domicílio fiscal. Dissolução irregular. Presunção. Redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente. CTN, art. 135, III. Lei 6.830/80.

Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.”

“Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado”

Conclui-se, deste modo, que a decisão agravada obrou em equívoco, merecendo ser reformada por essa Egrégia Corte de Justiça, para a manutenção dos corresponsáveis no polo passivo.

Da Antecipação da Tutela Recursal em Face do Risco de Lesão Grave e de Difícil Reparação

Pretende a agravante, nos termos do art. 1.019, I do CPC, seja concedida tutela antecipada ao presente agravo de instrumento, em face do grave prejuízo que a r. decisão aqui combatida poderá importar à Fazenda Nacional

e consequentemente à toda a sociedade, já que a manutenção da decisão dificulta a persecução da satisfação do crédito tributário executado.

Assim, a manutenção da decisão atacada importa em grave e irreparável lesão aos cofres da Fazendas Pública, violando a lei e a Constituição. Como o dano irreparável que aqui se esboça afeta a atuação estatal, o que repercute diretamente sobre todos os cidadãos, pode-se dizer que a manutenção da decisão agravada viola diretamente a Magna Carta nas disposições constitucionais que consagram a supremacia do interesse público e a necessidade de custeio do Estado, mediante receitas tributárias arrecadadas dos contribuintes.

Conclusão

Posto isto, é o presente agravo de instrumento para requerer a Vossas Excelências:

a) a antecipação da tutela recursal, ante o interesse público que subjaz na satisfação de crédito tributário em face à plausibilidade do direito invocado, para determinar a manutenção dos administradores da empresa executada, quais sejam, Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes, no polo passivo da relação processual, por sua responsabilidade tributária;

b) por fim, o provimento do presente recurso, confirmando os termos da decisão antecipatória recursal requerida, com a reforma da decisão agravada.

E. Deferimento

Paulo Roberto F. Gonçalves
Procurador da Fazenda Nacional

```
 CACAOJUD                  PGF - PGFN - DATAPREV          CACAOJUD
                              DIVIDA ATIVA
 29/11/2022                CONSULTA A ACAO JUDICIAL                14:28:02
                             EXECUCAO FISCAL
Acao Judicial:  200150010044747          Credito:  327388293  PRC: 17200800
Nome: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Fase:  624    Dt.Fase: 04/02/2005    Comarca:  7053    Vara:   4    Foro: FED
Procurador: 1261833   Honorarios: 10.00 PRO    Dt.Ajuizamento: 20/04/2001
Segunda Instancia:                      Inst. Superior:
Dados TRF: Acao Jud.:                     Dt.Ajuizamento:           Vara:
  Credito       Fase     Dt.Fase Penhora            Valor
 327388293      624   04/02/2005   Nao         360.465,51









 Total Divida  -        360.465,51
 Honor Divida  -         36.046,55
 J/Hon REFIS   -              0,00
 Total da Acao -        396.512,06
                                     Prox.Credito -
```

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 283

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__274_275_E_276
Data:
30/11/2022 01:02:00
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
283

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 284

Evento:
PROCURACAO___GILSON_ANTUNES_RIBEIRO__ES006355___ANTONIO_CESAR_SANTOS_
Data:
10/01/2023 11:50:41
Usuário:
ES006355 - ANTONIO CESAR SANTOS - ADVOGADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
284

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO Nº 0004474-20.2001.4.02.5001

ANTONIO CESAR SANTOS, advogado, subscritor, nos autos de Execução Fiscal movida em desfavor da empresa **ZELAR – ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA** em epígrafe, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência para requerer **a RENUNCIA DO MANDATO** outorgado ao Requerente pelo proprietário e representante da empresa **GILSON ANTUNES RIBEIRO**, já devidamente qualificado nos autos, pelo seguinte fato:

O proprietário da empresa em tela e também advogado, **GILSON ANTUNES RIBEIRO, inscrito na OAB/ES sob o nº 024675, devidamente registrado no Sistema de Processo Eletrônico – SECJF (E-MAIL: advogadogillson @ gmail.com)** para ser intimado de todos os atos do Processo de Execução.

Portanto, o Outorgante, **GILSON ANTUNES RIBEIRO**, por também ser advogado, além de não demonstrar interesse na continuidade do Requerente na causa, mormente, em razão de sua habilitação como já demonstrado nos autos, desobriga o Requerente na obrigação de atender o artigo 112 do CPC.

Pede deferimento.

Vitória (ES), 10 de janeiro de 2023

ANTONIO CESAR SANTOS

Advogado-OAB/ES 6355

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 285

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___DECISAO_PROFERIDA_EM__AGRAVO_DE_INSTRUMEN

Data:
31/01/2023 16:59:02

Usuário:
T25066 - CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA - USUÁRIO DE OUTRO ESTADO/ÓRGÃO

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
285

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 286

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
20/06/2023 20:16:02
Usuário:
JES10109 - SWAMY SANTOS - SUPERVISOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
286

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 287

Evento:
DESPACHO
Data:
20/06/2023 21:38:17
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
287

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO

A parte agravante procedeu na forma do art. 1.018, *caput*, do CPC.

O Agravo já foi distribuído no TRF da 2a Região.

Não obstante, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

Não tendo havido atribuição de efeito suspensivo pelo relator do recurso (art. 1.019, I, do CPC), bem como ante a ausência de requerimentos quanto ao executado pessoa jurídica, suspenda-se na forma do art. 40, da LEF.

Intime-se.

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500002342316v2** e do código CRC **9e69800e**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 20/6/2023, às 21:38:17

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 288

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
20/06/2023 21:38:20
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
288
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
03/07/2023 00:00:00
Data Final:
07/07/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 289

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__288
Data:
30/06/2023 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
289

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 290

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__288
Data:
02/07/2023 21:50:56
Usuário:
P1321980 - ALESSANDRA CARLA MAGALHAES PORTUGAL - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
290

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO DE JANEIRO

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO:

EXQTE: **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**

EXCDA:

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por sua Procuradora que esta subscreve, vem requerer a suspensão do feito por 30 dias, uma vez que a sessão de julgamento do agravo interposto ocorrerá em 11/07/2023.

Findo o prazo de 30 dias, requer seja a Exequente intimada para prosseguir no feito.

Termos em que,

Pede Deferimento

Alessandra C. Magalhães Portugal

Procuradora da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 291

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___JULGADO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO__5

Data:
18/07/2023 15:19:03

Usuário:
T211975 - TATIANA FERNANDES MENEZES - USUÁRIO DE OUTRO ESTADO/ÓRGÃO

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
291

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 292

Evento:
PETICAO
Data:
20/07/2023 17:00:44
Usuário:
P1508034 - PAULO ROBERTO FERNANDES GONCALVES - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
292

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** pelo Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer a juntada do acórdão proferido no agravo de instrumento 5017008-38.2022.4.02.0000.

Por oportuno, requer a apreciação do pedido acostado ao evento 256.

Espera deferimento.

PAULO ROBERTO F. GONÇALVES
Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Localizado

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 327388293
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Agrupamentos

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 1

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
CPF/CNPJ:	39.383.013/0001-22
Debcad:	327388293
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	SEGUNDA REGIÃO
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 7200000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF VITORIA - CAC
Data Inscrição:	06/07/2000
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	07/05/1999
Período da Dívida:	09/1996 a 01/1999
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 79.899,76
Valor Total:	R$ 403.947,74
Nº Judicial:	200150010044747
Órgão de Justiça de Origem:	VITORIA - FEDERAL
Data de Protocolo:	20/04/2001
Juízo:	4

AGRUPAMENTO

Ação Judicial: 200150010044747
Seção Judiciária/Comarca: VITORIA
Vara: 4
Juízo: FEDERAL
Data do Agrupamento: 20/04/2001
Unidade Responsável: SEGUNDA REGIÃO
Honorários: R$ 36.722,52
Total da Ação: R$ 403.947,74

DebCad	Devedor Principal	Tipo Crédito	Fase Crédito	Data Fase	Valor Atualizado	Data Atualização
327388293	39.383.013/0001-22	1 - OUTROS	624 - PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA	04/02/2005	R$ 403.947,74	01/07/2023

FIM DO RELATÓRIO

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5017008-38.2022.4.02.0000/ES

RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
AGRAVANTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
AGRAVADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO
AGRAVADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL em face da r. decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória que, nos autos da Execução Fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001, determinou a exclusão de Gilson Antunes Ribeiro e de Maria Aparecida da Rocha Antunes do polo passivo da demanda, bem como o levantamento de todas as garantias em seus nomes (Evento 273 dos autos originários).

2. A r. decisão afirmou que o C. STF declarou, em controle incidental, a inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 8.620/1993 de modo que não há fundamentação legal para manter Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes no polo passivo da execução, vez que não comprovado nos autos outro fundamento para inclusão dos seus nomes nas CDA's.

3. Em suas razões recursais, a agravante alega que, de acordo com os autos, a pessoa jurídica executada não foi localizada em seu domicílio fiscal, o que presume o encerramento irregular de suas atividades. Sustenta que a execução pode ser redirecionada para os sócios-administradores em caso de dissolução irregular da devedora principal. Assevera que Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes exerciam a administração da sociedade ao tempo de sua dissolução irregular (Evento 1).

4. Decorrido prazo, sem apresentação das contrarrazões (Evento 12).

5. Dispensada a intervenção do Ministério Público Federal, com fulcro no Enunciado nº 189 da Súmula do E. STJ.

É o relatório. Peço dia para julgamento.

VOTO

1. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do Agravo de Instrumento, que merece ser provido.

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. Conforme relatado, cuida-se de Agravo de Instrumento interposto em face da r. decisão que determinou a exclusão de Gilson Antunes Ribeiro e de Maria Aparecida da Rocha Antunes do polo passivo da demanda, bem como o levantamento de todas as garantias em seus nomes.

3. **Caso Concreto**

No caso, trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo INSS em 24/04/2001, em que os agravados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes, figuram como coexecutados da empresa Zelar Administradora de Serviços Ltda, para a cobrança de créditos inscritos em dívida ativa sob o nº 32738829-3 (Evento 136 dos autos da Execução Fiscal).

Ressalta-se, por oportuno, que os agravados tiveram seus nomes incluídos na CDA, o que, a toda evidência, fundamentou-se no art. 13 da Lei nº 8.620/93, uma vez que não houve qualquer indicação de atos que se enquadrem no art. 135 do CTN.

4. **Inconstitucionalidade do art. 13 da Lei 8.620/1993.**

A inclusão dos sócios na CDA se deu com base no art. 13 da Lei n. 8.620/1993, dispositivo que veio a ser declarado inconstitucional pela Primeira Seção do E. STJ, no REsp n. 1.153.119/MG, que firmou entendimento pela impossibilidade de inclusão do sócio na Certidão de Dívida Ativa ser realizada com apoio no art. 13 da Lei n. 8.620/1993, no RE 562.276[1].

Diante disso, o Juiz *a quo* determinou, de ofício, a exclusão dos coexecutados do polo passivo processual (Evento 273 da Execução Fiscal).

Com efeito, a exequente justificou a permanência dos executados no polo passivo da Execução Fiscal por ato superveniente, qual seja dissolução irregular.

5. **Tema 981 - Autoriza o redirecionamento contra Sócio na data da dissolução irregular da sociedade**

Posteriormente, em 25/05/2022, na 1ª Seção do E. STJ, no julgamento dos recursos especiais representativos de controvérsia 1645333/SP, 1643944/SP e 1645281/SP **(Tema 981)** também de relatoria da Ministra Assusete Magalhães, firmou-se a seguinte tese:

> *"O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência,* ***pode ser autorizado*** *contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido, conforme art. 135, III, do CTN".*

Depreende-se, a partir das teses firmadas, ser imprescindível ao redirecionamento da execução fiscal que os sócios administradores integrem a sociedade executada ao tempo da constatação da dissolução irregular, independentemente de figurarem ou não à época do fato gerador.

6. **Da dissolução irregular da sociedade.**

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Nesse contexto, sabe-se que é obrigação dos gestores das empresas manter atualizados os respectivos cadastros, incluindo os atos relativos à mudança de endereço dos estabelecimentos e, especialmente, referentes à dissolução da sociedade.

7. No caso em apreço, observa-se que constatada a suposta dissolução irregular da executada Zelar Administração de Serviços Ltda, por meio da certidão emitida pelo Sr. Oficial de Justiça em **26/09/2007**, informação ratificada pela sócia Maria Aparecida da Rocha Antunes, em **26/10/2017**, quando esclareceu que *"a empresa era uma firma prestadora de serviços que fechou há mais de 20 anos sem deixar bens"*. (Evento 137, fls. 32; e Evento 215, OUT33 dos autos originários).

Verifica-se, ainda, que os agravados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes exerciam a administração da pessoa jurídica Zelar Administração de Serviços Ltda, conforme informação da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo. (Evento 191, fls. 3 dos autos originários).

8. Conclui-se, portanto, apesar da r. decisão agravada ter determinado, de ofício, a exclusão dos coexecutados do polo passivo processual, em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 8.620/93 e indevida inclusão na CDA, observa-se a responsabilidade tributária dos agravados, em razão da dissolução irregular da sociedade empresarial Zelar Administração de Serviços Ltda e do exercício da administração, eis que de acordo com o entendimento firmado pelo E. STJ no julgamento do **Tema 981**.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento para reformar a r. decisão e determinar a manutenção dos agravados Maria Aparecida da Rocha Antunes e Gilson Antunes Ribeiro no polo passivo da Execução Fiscal.

Documento eletrônico assinado por **CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20001454526v22** e do código CRC **b40bb2f9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Data e Hora: 22/6/2023, às 18:50:47

---

1. RE 562276, Tema 13: É inconstitucional o art. 13 da Lei 8.620/1993, na parte em que estabelece que os sócios de empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, por débitos junto à Seguridade Social.(E. STF, Ministra Relatora Ministra ELLEN GRACIE, Dje de 10/02/2011)

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5017008-38.2022.4.02.0000/ES

RELATOR: DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

AGRAVANTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

AGRAVADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

AGRAVADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

AGRAVADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. SÓCIO-ADMINISTRADOR AO TEMPO DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

1. Agravo de Instrumento interposto em face de decisão que que determinou a exclusão de Gilson Antunes Ribeiro e de Maria Aparecida da Rocha Antunes do polo passivo da demanda, bem como o levantamento de todas as garantias em seus nomes.

2. A inclusão dos sócios da CDA se deu com base no art. 13 da Lei n. 8.620/1993, dispositivo que veio a ser declarado inconstitucional pela Primeira Seção do E. STJ, no REsp n. 1.153.119/MG, que firmou entendimento pela impossibilidade de inclusão do sócio na Certidão de Dívida Ativa ser realizada com apoio no art. 13 da Lei n. 8.620/1993, no RE 562.276.

3. O Juiz *a quo* determinou, de ofício, a exclusão dos coexecutados do polo passivo processual.

4. Imprescindível ao redirecionamento da Execução Fiscal, nas hipóteses de dissolução irregular, que os sócios administradores integrem a sociedade executada ao tempo da constatação da dissolução irregular, independentemente de figurarem ou não à época do fato gerador. **Temas 962 e 981** do E. STJ.

5. No caso em apreço, observa-se a dissolução irregular da executada Zelar Administração de Serviços Ltda, conforme certidão emitida pelo Sr. Oficial de Justiça em **26/09/2007**, informação ratificada pela sócia Maria Aparecida da Rocha Antunes, em **26/10/2017**, quando esclareceu que *"a empresa era uma firma prestadora de serviços que fechou há mais de 20 anos sem deixar bens"*.

6. Verifica-se, ainda, que os agravados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes exerciam a administração da pessoa jurídica Zelar Administração de Serviços Ltda, conforme informação da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

7. Conclui-se, portanto, apesar da r. decisão agravada ter determinado, de ofício, a exclusão dos coexecutados do polo passivo processual, em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 13 da Lei nº 8.620/93 e indevida inclusão na CDA, observa-se a responsabilidade tributária dos agravados, em razão da dissolução irregular da sociedade empresarial Zelar Administração de Serviços Ltda e do exercício da administração, eis que de acordo com o entendimento firmado pelo E. STJ no julgamento do **Tema 981**.

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. **Agravo de Instrumento que se dá provimento.**

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2023.

Documento eletrônico assinado por **CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20001454527v5** e do código CRC **8af45cee**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Data e Hora: 19/7/2023, às 12:17:17

5017008-38.2022.4.02.0000 **20001454527 .V5**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 293

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___BAIXADO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO__50

Data:
14/09/2023 12:51:38

Usuário:
T211798 - FELIPE DE LIMA BASTOS - USUÁRIO DE OUTRO ESTADO/ÓRGÃO

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
293

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 294

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
30/01/2024 16:09:41
Usuário:
JES10109 - SWAMY SANTOS - SUPERVISOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
294

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 295

Evento:
DESPACHO
Data:
30/01/2024 17:35:23
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
295

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES
EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

DESPACHO/DECISÃO

Intimem-se os executados da penhora (ev 249), por oficial de justiça, para, havendo interesse, oporem embargos à execução, no prazo de 30 (trinta dias) .

Decorrido o prazo *in albis*, dê-se vista à parte autora para se manifestar acerca da penhora. Prazo: 15 (quinze) dias.

Diligencie-se.

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500002778912v3** e do código CRC **d24ecfcf**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 30/1/2024, às 17:35:23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 296

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___SENTENCA__EMBARGOS_DE_TERCEIRO_NUMERO__5

Data:
26/02/2024 17:26:54

Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
296

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 297

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___ESVITSECMA
Data:
17/05/2024 09:34:06
Usuário:
JES10432 - DANIEL LEHENBAUER - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
297

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MANDADO Nº 500003003774

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA, GILSON ANTUNES RIBEIRO E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

ENDEREÇO: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS, 321, LOJA 01 - SOTECO - 29106100, VILA VELHA/ES
VALOR DA DÍVIDA: R$ 233.215,81(SUJEITO À ATUALIZAÇÃO).
CDA: 32738829-3

ASSUNTO DO PROCESSO: DÍVIDA ATIVA

O JUIZ FEDERAL da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

INTIME OS EXECUTADOS, na pessoa de seu representante, se for o caso, acerca da penhora do imóvel matriculado sob o nº 23.459 junto ao Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES, para, havendo interesse, oporem embargos à execução, no prazo de 30 (trinta dias).

OBS.1: Este processo tramita por meio eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017). Todos os documentos do processo (petição inicial, Certidão de Dívida Ativa, entre outros) estão disponíveis para acesso da parte mediante informação do número do processo 00044742020014025001 e da chave 964478893519 ao acessar o site http://eproc.jfes.jus.br no menu textual "consulta pública", por computador, smartphone ou qualquer outro meio de acesso à internet. Ressalta-se que a informação da chave do processo é de uso exclusivo de seu destinatário, não dispondo o intimando de acesso à internet, o processo poderá ser consultado em qualquer uma das unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

OBS.2: Maiores esclarecimentos quanto à atualização do débito, à correta forma de recolhimento e à possibilidade de eventual desconto ou parcelamento deverão ser obtidos diretamente com o exequente, no endereço/telefone constantes na inicial.

OBS.3: Em conformidade com o parágrafo único do art. 274 do CPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

Expedido na cidade de Vitória/ES em 16/05/2024

Documento eletrônico assinado por **DANIEL LEHENBAUER, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003003774v2** e do código CRC **441095eb**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANIEL LEHENBAUER
Data e Hora: 17/5/2024, às 9:34:6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 298

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___ESVITSECMA
Data:
17/05/2024 09:34:07
Usuário:
JES10432 - DANIEL LEHENBAUER - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
298

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MANDADO Nº 500003003773

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA, GILSON ANTUNES RIBEIRO E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

ENDEREÇO: R CEL JOSE GABRIEL MARQUES FILHO, 24 - PRAIA DAS GAIVOTAS, VILA VELHA/ES
VALOR DA DÍVIDA: R$ 233.215,81(SUJEITO À ATUALIZAÇÃO).
CDA: 32738829-3

ASSUNTO DO PROCESSO: DÍVIDA ATIVA

O JUIZ FEDERAL da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

INTIME OS EXECUTADOS, na pessoa de seu representante, se for o caso, acerca da penhora do imóvel matriculado sob o nº 23.459 junto ao Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES, para, havendo interesse, oporem embargos à execução, no prazo de 30 (trinta dias).

OBS.1: Este processo tramita por meio eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017). Todos os documentos do processo (petição inicial, Certidão de Dívida Ativa, entre outros) estão disponíveis para acesso da parte mediante informação do número do processo 00044742020014025001 e da chave 964478893519 ao acessar o site http://eproc.jfes.jus.br no menu textual "consulta pública", por computador, smartphone ou qualquer outro meio de acesso à internet. Ressalta-se que a informação da chave do processo é de uso exclusivo de seu destinatário, não dispondo o intimando de acesso à internet, o processo poderá ser consultado em qualquer uma das unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

OBS.2: Maiores esclarecimentos quanto à atualização do débito, à correta forma de recolhimento e à possibilidade de eventual desconto ou parcelamento deverão ser obtidos diretamente com o exequente, no endereço/telefone constantes na inicial.

OBS.3: Em conformidade com o parágrafo único do art. 274 do CPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

Expedido na cidade de Vitória/ES em 16/05/2024

Documento eletrônico assinado por **DANIEL LEHENBAUER, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003003773v2** e do código CRC **4f479750**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANIEL LEHENBAUER
Data e Hora: 17/5/2024, às 9:34:7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 299

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___ESVITSECMA
Data:
17/05/2024 09:34:08
Usuário:
JES10432 - DANIEL LEHENBAUER - DIRETOR DE SECRETARIA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
299

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA

EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO

EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

MANDADO Nº 500003003772

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA, GILSON ANTUNES RIBEIRO E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

ENDEREÇO: RUA SETE DE SETEMBRO - CENTRO DE VILA VELHA - 29100301, VILA VELHA/ES
VALOR DA DÍVIDA: R$ 233.215,81 (SUJEITO À ATUALIZAÇÃO).
CDA: 32738829-3

ASSUNTO DO PROCESSO: DÍVIDA ATIVA

O JUIZ FEDERAL da 3ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Espírito Santo, na forma da lei e no uso de suas atribuições, MANDA a qualquer **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL** a quem for este apresentado, passado nos autos em epígrafe, que, em seu cumprimento:

INTIME OS EXECUTADOS, na pessoa de seu representante, se for o caso, acerca da penhora do imóvel matriculado sob o nº 23.459 junto ao Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES, para, havendo interesse, oporem embargos à execução, no prazo de 30 (trinta dias).

OBS.1: Este processo tramita por meio eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017). Todos os documentos do processo (petição inicial, Certidão de Dívida Ativa, entre outros) estão disponíveis para acesso da parte mediante informação do número do processo 00044742020014025001 e da chave 964478893519 ao acessar o site http://eproc.jfes.jus.br no menu textual "consulta pública", por computador, smartphone ou qualquer outro meio de acesso à internet. Ressalta-se que a informação da chave do processo é de uso exclusivo de seu destinatário, não dispondo o intimando de acesso à internet, o processo poderá ser consultado em qualquer uma das unidades da Justiça Federal da 2ª Região.

OBS.2: Maiores esclarecimentos quanto à atualização do débito, à correta forma de recolhimento e à possibilidade de eventual desconto ou parcelamento deverão ser obtidos diretamente com o exequente, no endereço/telefone constantes na inicial.

OBS.3: Em conformidade com o parágrafo único do art. 274 do CPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

Expedido na cidade de Vitória/ES em 16/05/2024

Documento eletrônico assinado por **DANIEL LEHENBAUER, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003003772v2** e do código CRC **c0295e4b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANIEL LEHENBAUER
Data e Hora: 17/5/2024, às 9:34:7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 300

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
29/05/2024 15:45:03

Usuário:
JESALTF - ALEXANDRE TADEU FRAGA NOGUEIRA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
300

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 301

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
29/05/2024 16:06:19

Usuário:
JESALTF - ALEXANDRE TADEU FRAGA NOGUEIRA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
301

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 302

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
29/05/2024 16:37:06

Usuário:
JES10133 - ROBSON LUIZ NASCIMENTO AMARAL - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
302

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 303

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_NAO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__297
Data:
07/06/2024 11:39:38
Usuário:
JES10560 - ANTONIO OVIDIO SOARES NETO - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
303

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
Setor de Distribuição de Mandados - Vitória

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA E OUTROS

CERTIDÃO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça Federal, que em cumprimento ao r. mandado, dirigi-me ao endereço constante no mesmo, onde fui recebido, dessa vez, pela Sra Alba Maria Venturim, que se identificou como proprietária do imóvel, essa, me informou que os executados teriam sido locatários de uma loja situada no pavimento térreo do imóvel, entretanto, o teriam desocupado há alguns anos, sem deixar nenhum contato.

Informo que em diligências anteriores, me foram informados os números de telefone **3042-9814**, que não recebe chamadas e **9.9924-2929,** tendo a ligação atendida por pessoas, uma hora um homem e na outra uma mulher, que informaram residir no município de Afonso Claudio – ES, afirmando, também, desconhecer os promovidos e não querendo se identificar.

Diligenciando, ainda, junto a outros moradores e comerciantes locais, não obtive nenhuma nova informação.

Tendo em vista o todo acima exposto, **deixei de proceder às diligências** determinadas por V Exa por **não ter encontrado os promovidos no endereço supramencionado** , nem ter obtido qualquer informação que me levasse a encontrá-los em qualquer outro endereço.

Assim sendo, para que se possam tomar as medidas de direito cabíveis, devolvo o R. Mandado e submeto a presente certidão ao crivo de V Exa.

O referido é verdade. Dou fé.

Vitória, 04 de junho de 2024

_____

ANTONIO OVIDIO SOARES NETO

Oficial de Justiça Avaliador Federal

Matrícula 10.560

Documento eletrônico assinado por **ANTONIO OVIDIO SOARES NETO, Oficial de Justiça Avaliador Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003048547v1** e do código CRC **935cef5f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ANTONIO OVIDIO SOARES NETO
Data e Hora: 7/6/2024, às 11:39:31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 304

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__298
Data:
18/06/2024 11:37:36
Usuário:
JES10391 - INAH LUIZA PEDREIRA DA SILVA - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
304

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
Setor de Distribuição de Mandados - Vitória

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA E OUTROS

CERTIDÃO

MANDADO Nº 500003003773/3ª VFEF de Vitória/ES

Certifico e dou fé que, no dia 10 de junho do corrente ano, em cumprimento ao respeitável mandado retro, dirigi-me à Rua Cel. José Gabriel Marques Filho, nº 24, Praia das Gaivotas, Vila Velha/ES e lá estando, **efetuei a INTIMAÇÃO da EMPRESA EXECUTADA ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, na pessoa de seus representantes legais e também EXECUTADOS GILSON ANTUNES RIBEIRO E MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, acerca da penhora do imóvel matriculado sob o nº 23.459 junto ao Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES, para, havendo interesse, oporem embargos à execução, no prazo legal, como consta no mandado. Os EXECUTADOS GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES ficaram cientes dos termos do mandado, apuseram suas assinaturas e receberam uma via do mandado, com os documentos a ele anexados**. Certifico ainda que no momento da INTIMAÇÃO o EXECUTADO GILSON informou a esta Oficiala de Justiça de que o imóvel penhorado não pertence mais ao casal desde os anos 90 e como foi vendido há muitos anos os EXECUTADOS não conhecem os atuais proprietários do imóvel.

Desse modo, devolvo o presente mandado para os devidos fins.

Vila Velha/ES, 10 de junho de 2024.

Inah Luiza Pedreira da Silva

Oficiala de Justiça Federal

Documento eletrônico assinado por **INAH LUIZA PEDREIRA DA SILVA, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003071620v1** e do código CRC **7b6e4e44**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): INAH LUIZA PEDREIRA DA SILVA
Data e Hora: 18/6/2024, às 11:35:8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 305

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
19/06/2024 13:51:26
Usuário:
JES10812 - STELLA MARIS DOS SANTOS RODRIGUES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
305
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
02/07/2024 00:00:00
Data Final:
08/07/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ALESSANDRA CARLA MAGALHAES PORTUGAL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 306

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__305
Data:
29/06/2024 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
306

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 307

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__305
Data:
02/07/2024 18:43:47
Usuário:
P1321980 - ALESSANDRA CARLA MAGALHAES PORTUGAL - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
307

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA)

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, informar que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s)**.

Assim, requer-se, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s) de matrículas nº 23459 (antigo 2460 – 3ª Zona Comarca Vitória), por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.
Condições de pagamento	Os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União.

	Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).
Causa originária de aquisição de propriedade	A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação
Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, **requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.**

Informa, por fim, que o valor atualizado da dívida alcança a importância informada no extrato anexo.

Na data da assinatura digital.

Alessandra C. M. Portugal
Procuradora da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 308

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_NAO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__299
Data:
09/07/2024 18:10:49
Usuário:
JES10441 - FERNANDA BARROS SANCHES - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
308

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
Setor de Distribuição de Mandados - Vitória

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA E OUTROS

CERTIDÃO

MANDADO Nº 500003003772

Certifico que, apenas com as informações constantes no mandado, não foi possível localizar os Executados ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, GILSON ANTUNES RIBEIRO e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES. A Rua Sete de Setembro cuida-se de um extenso logradouro, sendo impossível localizar pessoas físicas apenas com o nome da rua. No que tange à pessoa jurídica, percorri toda a via, a fim de identificar algum estabelecimento comercial com o nome da Executada. No entanto, não localizei nenhum estabelecimento com este nome. Faz-se necessário, no caso, o número do imóvel no logradouro, o nome do edifício, ou, ao menos, um ponto de referência. Dou fé. Ante o relatado, devolvo o presente mandado para que o MM. Juízo determine o que for de direito, colocando-me, desde já, à disposição para o seu cumprimento assim que as informações necessárias para localização do endereço forem fornecidas pela Parte Exequente.

Vitória, 03 de julho de 2024.

FERNANDA BARROS SANCHES

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

Mat. 10.441

Documento eletrônico assinado por **FERNANDA BARROS SANCHES, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003122437v1** e do código CRC **6d62f9ab**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FERNANDA BARROS SANCHES
Data e Hora: 9/7/2024, às 18:10:44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 309

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
29/10/2024 18:56:44
Usuário:
JES10793 - THIAGO KAUTSCHER GUZZO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
309

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 310

Evento:
DESPACHO
Data:
30/10/2024 04:39:39
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
310

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

DESPACHO/DECISÃO

Aguarde-se o julgamento definitivo dos Embargos de Terceiro 5007385-50.2020.4.02.5001.

Oportunamente, apreciarei a petição do Evento 307.

Considerando a renúncia ao mandato (Evento 284), proceda-se à desvinculação do advogado.

Intime-se a exequente.

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003378044v4** e do código CRC **fa0d91d0**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 30/10/2024, às 4:39:39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 311

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
30/10/2024 04:39:42
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
311
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
05/11/2024 00:00:00
Data Final:
19/11/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
ALESSANDRA CARLA MAGALHAES PORTUGAL

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 312

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__311
Data:
01/11/2024 13:24:54
Usuário:
P1796335 - RODRIGO PADILHA PERUSIN - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
312

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 313

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__311
Data:
01/11/2024 13:24:54
Usuário:
P1796335 - RODRIGO PADILHA PERUSIN - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
313

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 314

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO___EXCLUSAO_DE_ADVOGADO_PROCURADOR___ES006355
Data:
03/11/2024 05:43:19
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
314

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 315

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
03/11/2024 05:44:21
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
315

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 316

Evento:
LEVANTADA_A_SUSPENSAO_OU_SOBRESTAMENTO_DOS_AUTOS
Data:
04/03/2025 03:00:12
Usuário:
SECFCP - USUÁRIO ROTINA FECHAMENTO CONTROLE PRAZO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
316

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 317

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL___AGUARDA_DECISAO_DA_

Data:
05/03/2025 05:19:18

Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
317

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 318

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____5007385_50_2020_4_02_50

Data:
07/04/2025 16:42:14

Usuário:
JES10704 - PAULO AUGUSTO MICHALSKY E ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
318

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
SENTENÇA

Evento:
JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO

Data:
26/02/2024 17:26:54

Usuário.:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO.

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
66

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 5007385-50.2020.4.02.5001/ES

EMBARGANTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM
EMBARGADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

SENTENÇA

I. Relatório

Trata-se de embargos de terceiro propostos por **JOAQUINA LOPES LOUVEM** em face de **UNIÃO - FAZENDA NACIONAL,** distribuídos por dependência à execução fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001. Alega a embargante ser a legítima proprietária e possuidora do imóvel caracterizado como APARTAMENTO nº 502, do Ed. SAN MARINO, devidamente matriculado sob o nº 4260, no livro nº 2-P, no Cartório da 3ª Zona do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Vitória/ES.

Em síntese, consta na inicial o que segue: **a)** que, consoante escritura pública de compra e venda, lavrada em 10/12/2002 e levada a registro em 07/01/2003, adquiriu o imóvel em epígrafe de Quintela Torres Incorporadora Ltda, com anuência de Gilson Antunes Ribeiro; **(b)** que à época da aquisição não existia qualquer embaraço para a alienação do imóvel objeto destes autos; **(c)** que, quando da aquisição, havia uma promessa de compra e venda atinente ao antigo promitente comprador, Gilson Antunes; **(d)** que concluiu a compra do referido imóvel, com a participação do Sr. GILSON ANTUNES e da CONSTRUTORA QUINTELA TORRES, oportunidade em que fora lavrada a escritura pública de compra e venda; **(e)** que, desde dezembro de 2002, a embargante participa de reuniões de condomínio, realiza os encargos vinculadas ao imóvel, como IPTU, água, luz, telefone, despesas de condomínio, exercendo, assim, os poderes que a qualificam como proprietária; **(f)** que adquiriu o imóvel de boa-fé; **(g)** que a jurisprudência nacional (Súmula 375, do STJ e Recurso Repetitivo 956943-PR (Tema 243) é firme e categórica em exigir o prévio registro da penhora para que seja configurada a fraude à execução, o que não se verifica no presente caso, haja vista que a constrição ocorreu somente em março em 2020. Subsidiariamente, pugna pelo reconhecimento da usucapião.

A petição inicial foi instruída com procuração e demais documentos constantes no Evento 1.

Proferida decisão, no Evento 3, deferindo a gratuidade de justiça e recebendo os embargos para discussão, sendo-lhes atribuído efeito suspensivo no tocante ao imóvel objeto da ação. Na mesma decisão, foi indeferido o pedido de liminar.

Em decisão de Evento 13, foi decretada a revelia da União - Fazenda Nacional.

Em petição de Evento 17, a embargante pugna pela produção de prova testemunhal.

A UNIÃO - FAZENDA NACIONAL se manifestou no Evento 20, sob os seguintes argumentos: defende a existência de fraude à execução, na forma do art. 185, parágrafo único, do CTN, uma vez que a alienação do imóvel ocorreu após a citação do executado Gilson Antunes Ribeiro em 19.12.2001 nos autos da execução fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001, o qual, por sua vez adquiriu o imóvel que se pretende livrar em 01.03.1996 e o alienou em 10.12.2002. Diante do exposto, pugnou pela improcedência dos presentes embargos.

No Evento 21, restou esclarecido que por tratar-se de pessoa jurídica de direito público em defesa do interesse público, não se aplica à embargada os efeitos da revelia.

No Evento 26, a embargante requer a renovação do prazo relativo ao Evento 21.

Devolvido o prazo para réplica (Evento 27).

Em petição de Evento 30, a embargante apresenta réplica, em que ratifica os termos da inicial e pugna pela produção de prova testemunhal.

Proferida decisão no Evento 32 indeferindo a realização de prova testemunhal.

No Evento 40, a embargante pugna pela reconsideração do indeferimento do pedido de prova.

Feito convertido em diligência para determinar a intimação da embargada acerca da petição juntada pela embargante no Evento 40.

No Evento 47, a embargada alega que os argumentos de Evento 40 devem ser rejeitados, pois não inovou os argumentos anteriores.

Determinada a suspensão do feito até o julgamento do Agravo de Instrumento nº 5017008-38.2022.4.02.0000, correlato à execução fiscal 0004474-20.2001.4.02.5001, da qual estes autos são dependentes.

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relato do essencial. Passo a decidir.

II. Fundamentação

De início, esclareço ser dispensada a intervenção do Ministério Público Federal, com fulcro no Enunciado nº 189 da Súmula do E. STJ.

A embargante visa ao cancelamento da constrição que recaiu sobre o imóvel constituído pelo apartamento nº 502, do Ed. SAN MARINO, devidamente matriculado sob o nº 4260, no livro nº 2-P, no Cartório da 3ª Zona do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Vitória/ES, levada a efeito nos autos da execução fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001.

A União, por sua vez, assevera que o executado Gilson Antunes Ribeiro foi citado em data anterior à alienação do bem, o que configura fraude à execução fiscal, nos termos do art. 185-A do CTN, em sua redação original.

Passo, então, a examinar as circunstâncias do caso concreto e o contexto das provas produzidas, em especial, a existência, ou não, de fraude à execução, sustentada pela União. Vejamos.

No campo fiscal, preceituava o artigo 185, do Código Tributário Nacional, em sua redação original, o seguinte a respeito de fraude à execução:

> *Art. 185.* ***Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.***
>
> *Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.*

Mais tarde, a Lei Complementar n.º 118/2005 eliminou a referência à existência de execução fiscal, dando ao dispositivo a sua nova redação:

> ***Art. 185****. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.*
>
> ***(Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)***
>
> *Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.*
>
> ***(Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)***

Como se pode perceber, dentro da disciplina específica que existe na esfera tributária, não importa se à época do negócio jurídico já existia anotação de indisponibilidade ou de penhora para que se possa considerar fraudulento o ato de disposição do patrimônio pelo devedor, razão por que *não* se aplica aqui a Súmula n.º 375 do STJ.

Ademais, convém consignar que, tanto na redação original quanto na redação nova do artigo 185, não se exige, especificamente em âmbito de Direito Tributário, comprovação da *má-fé subjetiva* dos negociantes, pois a sua *má-fé objetiva* é presumida pela disposição do CTN, alterando apenas o momento a partir do qual nasce essa presunção.

Dentro desse assunto, colaciono o precedente abaixo, submetido ao regime dos recursos repetitivos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM POSTERIOR À CITAÇÃO DO DEVEDOR. INEXISTÊNCIA DE REGISTRO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN. INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO. INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. ARTIGO 185 DO CTN, COM A REDAÇÃO DADA PELA LC N.º 118/2005. SÚMULA 375/STJ. INAPLICABILIDADE. 1. A lei especial prevalece sobre a lei geral (lex specialis derrogat lex generalis), por isso que a Súmula n.º 375 do Egrégio STJ não se aplica às execuções fiscais. 2. O artigo 185, do Código Tributário Nacional - CTN, assentando a presunção de fraude à execução, na sua redação primitiva, dispunha que: "Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução." 3. A Lei Complementar n.º 118, de 9 de fevereiro de 2005, alterou o artigo 185, do CTN, que passou a ostentar o seguinte teor: "Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita." 4. Consectariamente, a alienação efetivada antes da entrada em vigor da LC n.º 118/2005 (09.06.2005) presumia-se em fraude à execução se o negócio jurídico sucedesse a citação válida do devedor; posteriormente à 09.06.2005, consideram-se fraudulentas as alienações efetuadas pelo devedor fiscal após a inscrição do crédito tributário na dívida ativa. 5. A diferença de tratamento entre a fraude civil e a fraude fiscal justifica-se pelo fato de que, na primeira hipótese, afronta-se interesse privado, ao passo que, na segunda, interesse público, porquanto o recolhimento dos tributos serve à satisfação das necessidades coletivas. 6. É que, consoante a doutrina do tema, a fraude de execução, diversamente da fraude contra credores, opera-se in re ipsa, vale dizer, tem caráter absoluto, objetivo, dispensando o concilium fraudis. (FUX, Luiz. O novo processo de execução: o cumprimento da sentença e a execução extrajudicial. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 95-96 / DINAMARCO, Cândido Rangel. Execução civil. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 278-282 / MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 210-211 / AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 472-473 / BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996, p. 604). 7. A jurisprudência hodierna da Corte preconiza referido entendimento consoante se colhe abaixo: "O acórdão embargado, considerando que não é possível aplicar a nova redação do art. 185 do CTN (LC 118/05) à hipótese em apreço (tempus regit actum), respaldou-se na interpretação da redação original desse dispositivo legal adotada pela jurisprudência do STJ". (EDcl no AgRg no Ag 1.019.882/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 06/10/2009, DJe 14/10/2009) "Ressalva do ponto de vista do relator que tem a seguinte compreensão sobre o tema: [...] b) Na redação atual do art. 185 do CTN, exige-se apenas a inscrição em dívida ativa prévia à alienação para caracterizar a presunção relativa de fraude à execução em que incorrem o alienante e o adquirente (regra aplicável às alienações ocorridas após 9.6.2005);". (REsp 726.323/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 04/08/2009, DJe 17/08/2009) "Ocorrida a alienação do bem antes da citação do devedor, incabível falar em fraude à execução no regime anterior à nova redação do art. 185 do CTN pela LC 118/2005". (AgRg no Ag 1.048.510/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/08/2008, DJe 06/10/2008) "A jurisprudência do STJ, interpretando o art. 185 do CTN, até o advento da LC 118/2005, pacificou-se, por entendimento da Primeira Seção (EREsp 40.224/SP), no sentido de só ser possível presumir-se em fraude à execução a alienação de bem de devedor já citado em execução fiscal". (REsp 810.489/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 23/06/2009, DJe 06/08/2009) 8. A inaplicação do art. 185 do CTN implica violação da Cláusula de Reserva de Plenário e enseja reclamação por infringência da Súmula Vinculante n.º 10, verbis: "Viola a cláusula de reserva de plenário (cf, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte." 9. Conclusivamente: (a) a natureza jurídica tributária do crédito conduz a que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (jure et de jure) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil); (b) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial para caracterizar a fraude de execução; se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude; (c) a fraude de execução prevista no artigo 185 do CTN encerra presunção jure et de jure, conquanto componente do elenco das "garantias do crédito tributário"; (d) a inaplicação do artigo 185 do CTN, dispositivo que não condiciona a ocorrência de fraude a qualquer registro público, importa violação da Cláusula Reserva de Plenário e afronta à

Súmula Vinculante n.º 10, do STF. 10. In casu, o negócio jurídico em tela aperfeiçoou-se em 27.10.2005, data posterior à entrada em vigor da LC 118/2005, sendo certo que a inscrição em dívida ativa deu-se anteriormente à revenda do veículo ao recorrido, porquanto, consoante dessume-se dos autos, a citação foi efetuada em data anterior à alienação, restando inequívoca a prova dos autos quanto à ocorrência de fraude à execução fiscal. 11. Recurso especial conhecido e provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008. (REsp 1.141.990/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2010, DJe 19/11/2010)

No caso concreto, em consulta ao sistema processual Eproc, afere-se que a execução fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001 foi proposta na data de 24.04.2001 para cobrança de débitos fiscais, cujas inscrições em dívida ativa ocorreram em 06.07.2000, em face dos executados ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., Gilson Antunes Ribeiro e Maria Valdina Silva Campos.

O executado Gilson Antunes Ribeiro **foi citado** por meio de carta, via Aviso de Recebimento, **em 19.12.2001** (ev. 136, p. 23).

No evento 232 dos autos executivos fiscais, a exequente requereu a penhora sobre o imóvel matriculado sob o nº 23.459, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Vitória, sob a alegação de que o bem foi alienado em fraude à execução.

No evento 235, foi determinada a penhora sobre o citado imóvel, efetivada no evento 249, consoante auto de penhora encartado naquele feito.

Analisando os documentos juntados à inicial, é possível verificar que **a embargante adquiriu a unidade imobiliária em questão na data de 10.12.2002 de QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA**., **tendo como anuente Gilson Antunes Ribeiro e sua esposa**, por meio de escritura pública de compra e venda (evento 1, OUT4).

O negócio jurídico foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis, consoante certidão imobiliária encartada no evento 1, out5. No referido documento, consta **que o imóvel foi adquirido, anteriormente, por Gilson Antunes Ribeiro, por meio de promessa de compra e venda, na data de 01/03/1996**.

Como visto, o bem, posteriormente, foi alienado em 10.12.2002 à embargante, ou seja, em data anterior à alteração trazida pela LC n.º 118/2005 ao art. 185 do CTN, que, na sua redação original, determinava que para a configuração da fraude à execução fiscal seria necessária a citação do executado na execução fiscal, que, no caso, **ocorreu em 19.12.2001**.

Por outro lado, a embargante não comprovou que a executada reservou bens para o pagamento da dívida executada.

Assim, não existindo outro bem de valor suficiente para garantir a execução, resta configurada a fraude à execução.

Obviamente, a embargante poderá se socorrer do Poder Judiciário para pleitear a reparação dos prejuízos causados pela executada.

São esses os fundamentos dessa decisão. Passo ao dispositivo.

III. Dispositivo

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA PETIÇÃO INICIAL**, nos termos da fundamentação supra, e, por conseguinte, **extingo o processo com resolução de mérito, com base no artigo 487, inciso I, do CPC**.

Sem custas, diante da concessão da gratuidade de justiça deferida nesta sentença.

Honorários advocatícios: com base nos Princípios da Sucumbência e da Causalidade, condeno a embargante ao pagamento de honorários advocatícios, em favor da UNIÃO. Nesse ponto, aplico o disposto no art. 85, §§ 1º, 2º, §3º, I e II, e §4º, III, do CPC.

No caso em concreto, o valor da causa é de R$ 200.000,00 (Evento 1 - Petição Inicial), sendo que o § 3º, inciso I, do art. 85, do CPC limita que o Juiz arbitre o percentual de 10% a 20% sobre o valor da condenação correspondente até 200 salários mínimos[1], o que equivale ao valor atual de R$ 282.400,00. Por conseguinte, arbitro o percentual de 10% sobre o valor da causa correspondente a R$ 200.000,00, o que corresponde ao valor total de honorários a serem pagos pela embargante no importe de **R$ 20.000,00.**

A atualização do valor base, sobre o qual incidirá o percentual previsto no parágrafo anterior, deverá observar a data da propositura da ação e os índices adotados no Manual de Cálculos da Justiça Federal (IPCA-e).

Todavia, a execução de tal valor fica condicionada à prévia demonstração da condição prevista no art. 98, § 3º[2] do Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), em face da assistência judiciária gratuita deferida na decisão de Evento 3.

Traslade-se cópia para o processo nº 0004474-20.2001.4.02.5001.

Transitada em julgado, nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se.

P.I.

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500002827545v11** e do código CRC **1cd1134f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 26/2/2024, às 17:26:54

---

1. Valor do salário mínimo em fevereiro/24 = R$ 1.412,00.
2. “Art. 98. [...]. § 3o Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.”

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 319

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___TRASLADO_DE_PECAS_DO_PROCESSO____5007385_50_2020_4_02_50

Data:
07/04/2025 16:42:44

Usuário:
JES10704 - PAULO AUGUSTO MICHALSKY E ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES

Sequência Evento:
319

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
RELATÓRIO/VOTO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
08/10/2024 12:38:20

Usuário.:
T216161 - LUCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - DIRETOR GABINETE/SECRETARIA.

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
27

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5007385-50.2020.4.02.5001/ES

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
APELANTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM (EMBARGANTE)
APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

RELATÓRIO

1. Trata-se de Apelação interposta por JOAQUINA LOPES LOUVEM em face da r. sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, nos autos dos Embargos de Terceiro nº 5007385-50.2020.4.02.5001, apensados à Execução Fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001, que julgou improcedente o pedido formulado.

2. Na r. sentença, concluiu-se que: (i) a embargante objetiva o cancelamento da constrição que recaiu sobre o imóvel constituído pelo apartamento nº 502, do Ed. San Marino, Vitória/ES; (ii) na esfera tributária, não importa se à época do negócio jurídico já existia anotação de indisponibilidade ou de penhora para que se possa considerar fraudulento o ato de disposição do patrimônio pelo devedor, sendo inaplicável o Enunciado nº 375 da Súmula do E. STJ; (iii) tanto na redação original quanto na redação nova do art. 185 do CTN, não se exige comprovação da má-fé subjetiva dos negociantes, pois a sua má-fé objetiva é presumida pela disposição do CTN, alterando apenas o momento a partir do qual nasce essa presunção; (iv) a Execução Fiscal foi ajuizada em 24/04/2001 para cobrança de débitos fiscais, cujas inscrições em dívida ativa ocorreram em 06/07/2000; (v) o coexecutado Gilson foi citado por meio de carta, via Aviso de Recebimento, em 19/12/2001; (vi) o imóvel penhorado foi objeto de promessa de compra e venda, em 01/03/1996, na qual o coexecutado figurou como promitente comprador; (vii) o bem foi alienado em 10/12/2002 à embargante, ou seja, em antes da alteração promovida pela LC nº 118/2005 ao art. 185 do CTN, que, na sua redação original, determinava que para a configuração da fraude à execução fiscal seria necessária a citação do executado na execução fiscal, que, no caso, ocorreu em 19/12/2001; (viii) a embargante não comprovou que a executada reservou bens para o pagamento da dívida executada; (ix) não existindo outro bem de valor suficiente para garantir a execução, resta configurada a fraude à execução; e (x) a embargante poderá se socorrer do Poder Judiciário para pleitear a reparação dos prejuízos causados pela executada (Evento 66, dos autos originários).

3. Em suas razões recursais, a apelante alega que: (i) houve cerceamento de defesa, em razão do indeferimento da produção de prova testemunhal, motivo pelo qual a r. sentença é nula; (ii) adquiriu o imóvel de boa-fé da Quintela Torres Incorporadora Ltda, em 10/12/2002, conforme escritura pública de compra e venda; (iii) no momento da aquisição não existia qualquer embaraço para a alienação do bem e o coexecutado Gilson não era proprietário do bem, mas promitente comprador; (iv) negociou diretamente com o Sr. Gilson, em conjunto com a construtora, ajustando o valor total da negociação; (v) ao caso é aplicável o Tema 243 do E. STJ e o Enunciado nº 375 da Súmula do E. STJ, que exigem a prévia averbação da penhora ou a má-fé do adquirente para caracterização da fraude à execução, hipóteses ausentes no caso em apreço; (vi) não se poderia exigir de qualquer homem médio um pressuposto de que a negociação seria fraudulenta; (vii) deve ser aplicado o princípio da estabilidade, integridade e coerência jurisprudencial, por meio do qual o Tribunal e os Juízes de Primeira Instância têm o dever de manter a sua jurisprudência estável, íntegra e coerente com aquela adotada para determinada matéria posta a julgamento; e (viii) em caráter subsidiário, deve ser julgado procedente o pedido formulado para reconhecimento da usucapião do imóvel (Evento 72, dos autos originários).

4. Em suas contrarrazões, a apelada requer o desprovimento do recurso, prestigiando a r. sentença (Evento 80, dos autos originários).

4. O Ministério Público Federal, com fulcro no art. 178 do CPC, não opinou (Evento 6).

É o relatório. Peço dia para julgamento.

VOTO

1. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço da Apelação, que merece provimento.

2. Cuida-se de Apelação interposta em face da r. sentença que julgou improcedente o pedido formulado, voltado à desconstituição da penhora que recaiu sobre o apartamento nº 502, do Ed. San Marino, sob matrícula nº 4260, no livro nº 2-P, no Cartório da 3ª Zona do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Vitória/ES.

3. **Poderes Instrutórios do Juiz**

É cediço que as provas são destinadas ao juiz para formação de seu convencimento e, portanto, é sua a prerrogativa de aquilatar a pertinência, a necessidade e a adequação das provas requeridas, podendo deferi-las, ou não, mediante decisão motivada, nos termos do princípio do livre convencimento.

Cabe ao magistrado, que é o destinatário das provas, aferir se os elementos constantes dos autos são suficientes para formar a sua convicção, podendo indeferir, de forma fundamentada, diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, parágrafo único, do CPC).

4. No caso em apreço, a embargante requereu a produção de prova testemunhal, a qual foi indeferida pelo Juízo *a quo*, porquanto *"as teses lançadas na inicial demandam prova documental, nos termos determinados no artigo 443, inciso II, do Código de Processo Civil"* (Evento 59, dos autos originários).

A embargante objetiva a desconstituição de penhora de imóvel realizada nos autos da Execução Fiscal, de modo que, para o deslinde da controvérsia, revela-se desnecessária a produção da prova testemunhal, não se caracterizando, portanto, o cerceamento de defesa.

Logo, não se vislumbra qualquer nulidade na r. sentença, ao indeferir a prova requerida.

5. **Presunção absoluta de fraude à execução**

Impõe-se, no caso, a aplicação da norma contida no artigo 185, do CTN, lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil, não se aplicando às Execuções Fiscais o tratamento dispensado à fraude civil, diante da supremacia do interesse público, já que o recolhimento dos tributos serve à satisfação das necessidades coletivas. Neste sentido:

> *PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM IMÓVEL. PENHORA EM EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO POSTERIOR À CITAÇÃO DA DEVEDORA. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO ABSOLUTA. BOA-FÉ. IRRELEVÂNCIA. MATÉRIA PACÍFICA.*
> *1. No REsp 1.141.990/PR, repetitivo, a Primeira Seção definiu: "(a) a natureza jurídica tributária do crédito conduz a que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (jure et de jure) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil); (b) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial para caracterizar a fraude de execução; se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n. 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude; (c)* ***a fraude de execução prevista no artigo 185 do CTN encerra presunção jure et de jure, conquanto componente do elenco das "garantias do crédito tributário". Assim, verificada situação caracterizadora de fraude à execução, torna-se irrelevante eventual boa-fé da parte compradora do bem imóvel para fins de impedir a penhora, pois, conforme definição jurisprudencial, a presunção de fraude é absoluta.*** *2. Na espécie, o acórdão recorrido consignou que a alienação do imóvel ocorreu após a citação da executada. Logo, caracterizada está a fraude à execução. 3.* ***Ressalte-se que esse entendimento se aplica também às hipóteses de alienações sucessivas, daí porque "considera-se fraudulenta a alienação, mesmo quando há transferências sucessivas do bem, feita após a inscrição do débito em dívida ativa, sendo desnecessário comprovar a má-fé do terceiro adquirente" (REsp 1.833.644/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019)****. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.982.766/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 30/5/2022, DJe de 2/6/2022 - grifos nossos).*

Ademais, reclama a cautela que o adquirente verifique também se há feitos cíveis ou criminais distribuídos contra o alienante, não bastando checar a ausência de registro de penhora gravada sobre o bem. Tal providência permite saber se o alienante possui, ou não, débito inscrito em dívida ativa, com demanda ajuizada e citação realizada. Neste sentido, *mutatis mutandis*:

> *PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. FRAUDE À EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO DE BENS POSTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LC 118/2005. PRÉ-EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. PRESUNÇÃO ABSOLUTA. MATÉRIA JULGADA EM RECURSO REPETITIVO.*
> *1. Trata-se de Recurso Especial interposto contra acórdão que rejeitou a configuração da Fraude à Execução Fiscal. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. 3. São estas as premissas fixadas no acórdão recorrido: a) a Execução Fiscal versa sobre tributos inscritos na dívida ativa da União em 2002, com despacho de redirecionamento em 25.6.2003 e citação efetivada em 8.6.2006; b) o veículo foi transferido de Elenir Schneider para Neri Rodrigues Dutra em 17.10.2006; c) o devedor alienou o bem após a citação, sem reservar bens suficientes para a satisfação do direito da parte exequente, conforme declaração dele ao oficial de justiça cumpridor do mandado de citação; d) a aplicação do art. 185 do CTN não é automática, "podendo a presunção de fraude ser afastada quando o terceiro comprovar de forma inequívoca a sua boa-fé" (fl. 249, e-STJ); e e) a boa-fé do terceiro adquirente está caracterizada porque a tradição do veículo (13.6.2006) e o registro no Detran (17.10.2006) se deram antes da determinação da penhora (24.11.2006).*

> ***4. Considerando que a alienação do bem se deu em 13.6.2006, tem-se que a análise da Fraude à Execução Fiscal deve ser feita à luz do art. 185 do CTN, com a redação da Lei Complementar 118/2005.***
> *5. Já neste momento é possível verificar que, nos termos acima, a violação da legislação federal está caracterizada, porque o STJ consignou, no julgamento do REsp 1.141.990/PR, no rito dos recursos repetitivos, que "a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (jure et de jure) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil)" e que, "se o ato translativo foi praticado a partir de 9.6.2005, data de início da vigência da Lei Complementar 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude".*
> *6. Na verdade, mesmo na redação original a Fraude à Execução estaria configurada, pois, conforme citado acima, a devedora, citada em 8.6.2006, alienou o bem ao terceiro (ora recorrido) em 13.6.2006, e ainda declarou ao oficial de Justiça não ter reservado outros bens para pagamento do débito.*
> *7. A circunstância de inexistir penhora, ao tempo da alienação, é irrelevante, pois no julgamento do recurso repetitivo expressamente ficou consignado que o enunciado da Súmula 375/STJ é inaplicável no âmbito das Execuções Fiscais.*
> *8. Por último, relembra-se que no recurso repetitivo se consagrou o entendimento de que a presunção de fraude é absoluta, isto é, não comporta prova em contrário, o que torna irrelevante o entendimento do Tribunal local a respeito da suposta boa-fé do adquirente. 9. Em obiter dictum, acrescenta-se que, ao contrário do que entendeu a Corte local, o simples fato de o terceiro haver adquirido o veículo antes da determinação da respectiva penhora não enseja a conclusão de que a sua boa-fé está caracterizada, pois para tal finalidade seria indispensável que este comprovasse que, na data da aquisição (13.6.2006), atuou com a* ***prudência esperada do homem médio, no sentido de exigir da alienante certidão de distribuição de ações cíveis e criminais contra a alienante (circunstância essa que, se providenciada, conduziria à constatação de que a alienante possuía débito inscrito em dívida ativa, com demanda ajuizada e citação realizada).***
> *10. Recurso Especial parcialmente provido.*
> *(REsp n. 1.655.055/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe de 27/4/2017 - grifos nossos).*

6. No caso, a União ajuizou a Execução Fiscal nº 0004474-20.2001.4.02.5001, em **24/04/2001**, contra Zelar Administração de Serviços Ltda, Maria Aparecida da Rocha Antunes e Gilson Antunes Ribeiro, objetivando a satisfação dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, em **06/07/2000** (Evento 136, fls. 2/14, da Execução Fiscal).

O conjunto fático-probatório dos autos originários, comprova a celebração de compra e venda do apartamento nº 502, com uma vaga de garagem, do Edifício San Marino, integrante do Residencial Villa D'Itália, bairro Camburi, Vitória/ES.

Frise-se que a embargante, em suas razões recursais, afirmou que *"**negociou diretamente com o Sr. GILSON ANTUNES**, em conjunto com a CONSTRUTORA (QUINTELA TORRES), ajustando o valor total da NEGOCIAÇÃO, que foram efetivamente pagos à época (em 2002)"* (Evento 72, fls. 8, dos autos originários - grifos nossos).

Compulsando-se os autos da Execução Fiscal, verifica-se que o coexecutado Gilson Antunes Ribeiro foi citado em **19/12/2001**, mediante carta com aviso de recebimento (Evento 136, fls. 19 e 23, da Execução Fiscal).

De acordo com a escritura pública de compra e venda, o negócio jurídico foi firmado, em **10/12/2002**, entre Quintela Torres Incorporadora Ltda e a embargante, com expressa anuência do coexecutado Gilson Antunes Ribeiro e sua cônjuge, mediante o pagamento de **R$ 37.405,50** pela embargante aos anuentes e, em contrapartida, a transferência de todos os direitos aquisitivos que exerciam sobre o imóvel, negócio averbado na matrícula do imóvel, conforme averbação R.2 (Evento 1, OUT4, fls. 12/14; e OUT5, fls. 2, dos autos originários).

Do registro geral do imóvel, observa-se ainda que, em **01/03/1996**, o coexecutado firmou contrato de promessa de compra e venda com Quintela Torres Incorporadora Ltda, no valor total de **R$ 37.405,50**, mediante um sinal de R$ 2.500,00, com vencimento em 29/03/1996, e 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 498,65, a partir de 01/05/1996, totalizando R$ 34.905,50, conforme averbação R.1, datada de 07/01/2003, da matrícula nº 23.459 (anterior 4.260), realizada no Registro de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES (Evento 1, OUT5, dos autos originários).

Nesse contexto, impõe-se o reconhecimento da fraude à execução fiscal, com esteio no art. 185 do CTN, em sua redação original, sendo irrelevante eventual boa-fé do adquirente, conforme consolidada orientação do E. STJ, acima referida.

7. Destaca-se que a alienação de bens pelo devedor não deve ser considerada como fraude à execução, quando são reservados bens suficientes para saldar a dívida (art. 185, parágrafo único, do CTN).

No entanto, a solvência do devedor constitui fato a ser concretamente demonstrado pelo embargante, por meio de provas idôneas que indiquem bens remanescentes no patrimônio do devedor. Nesse sentido:

> *PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL. ALIENAÇÃO APÓS INSCRIÇÃO DOS DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA E DO REDIRECIONAMENTO E CITAÇÃO DO CO-EXECUTADO NO FEITO EXECUTIVO. SOLVÊNCIA DEMONSTRADA. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS*

ADVOCATÍCIOS A CARGO DA UNIÃO FEDERAL. APELAÇÃO PROVIDA. 1. O Superior Tribunal de Justiça elevou a matéria relativa a fraude a execução fiscal à sistemática dos recursos repetitivos (Tema nº 20 - Resp nº 1.141.990/PR), na qual decidiu-se que a Súmula nº 375/STJ não se aplica às execuções fiscais, diante da existência de disposição específica na legislação tributária acerca do tema (art. 185 do CTN). 2. Nos termos do respectivo paradigma, trata-se de presunção absoluta de fraude (jure et de jure), o que dispensa a verificação de elementos de ordem subjetiva, como a boa fé do adquirente, bem como de possível conluio entre o alienante (devedor) e o terceiro adquirente a frustrar o recebimento dos créditos tributários pelo credor público (consilium fraudis). 3. Para averiguação de fraude à execução, há de se ter como premissa o marco temporal da alienação questionada, a saber: a) se alienado o bem pelo executado até 08/06/2005, faz-se necessária a prévia citação do executado no processo judicial para que fique configurada a fraude em tela; b) se a transmissão da propriedade ocorre a partir de 09/06/2005 (início da vigência da LC nº 118/05, que alterou a redação do artigo 185 do CTN), restou firmada a tese de que a caracterização da fraude à execução requer apenas que a alienação tenha sido efetivada após a inscrição de débito fiscal em dívida ativa. 4. No caso de redirecionamento da execução fiscal aos sócios da empresa executada, porém, resta configurada a fraude a execução quando a alienação é realizada após o seu ingresso no polo passivo da demanda. Precedente do C. STJ. 5. ***A fraude à execução fiscal somente poderá ser ilidida se restar comprovado a reserva, pelo devedor, de outros bens ou rendas passíveis de quitação integral da dívida, nos termos do parágrafo único do art. 185 do CTN, sendo que, em sede de embargos de terceiro, compete ao embargante o ônus de provar a respectiva solvência do executado. Precedente deste E. Tribunal.*** *6. In casu, (...). 9. Constatada a ausência de um dos requisitos ensejadores da fraude a execução fiscal, de rigor a reforma da sentença, com fulcro no art. 185, parágrafo único, do CTN, para determinar levantamento da penhora sobre o imóvel de matrícula nº 70.520. 10. Ante os princípios da sucumbência e da causalidade (Súmula nº 303/STJ), deve a embargada ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios, a serem fixados como base na legislação aplicável à data da publicação da sentença (29/05/2018). 11. Honorários advocatícios fixados dentro dos patamares mínimos contidos no art. 85, § 3º e incisos do CPC/15, observado o quanto dispõe o art. 85, § 5º, do referido Codex. 12. Apelação provida.*
(TRF-3 - ApCiv: 50021916620184036115 SP, Relator: MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR, Data de Julgamento: 17/10/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: Intimação via sistema DATA: 22/10/2019).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORABILIDADE DE BEM IMÓVEL. ALIENAÇÃO ANTERIOR AO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL AOS SÓCIOS. FRAUDE NÃO CONFIGURADA. AFASTAMENTO DO PRECEDENTE FIRMADO NO RESP 1.141.990/PR E DO § 3º DO ART. 792 DO CPC/2015. PRECEDENTE DESTA CORTE REGIONAL. VERBA HONORÁRIA MANTIDA. APELAÇÃO IMPROVIDA. (...) 4 - Com efeito, a natureza jurídica do crédito tributário conduz a que a simples alienação de bens e rendas pelo devedor do Fisco, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução. Desconsideram-se, portanto, à vontade e a intenção do devedor alienante, do terceiro adquirente ou mesmo do credor hipotecário, bem como a existência do propósito malicioso de lesar o Fisco. É dizer, a boa-fé do terceiro e seu desconhecimento da existência do débito tributário ou da execução fiscal são irrelevantes para descaracterizar a fraude à execução fiscal, sendo dispensada a necessidade de comprovação, pelo credor, de conluio ou má-fé. 5 - ***Portanto, e de acordo com o parágrafo único do art. 185 do CTN, a presunção de má-fé somente é elidida quando o devedor alienante reserva patrimônio suficiente para garantia do débito em execução, mantendo-se solvente, sendo certo que a demonstração da solvência cabe ao adquirente embargante, conforme revela a jurisprudência consolidada desta Terceira Turma.*** *6 - Na hipótese dos autos, (...). 9 - Apelação improvida.*
(TRF-3 - Ap: 00230005320184039999 SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO CEDENHO, Data de Julgamento: 23/01/2019, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:30/01/2019).

Ocorre que a apelante não comprovou a existência de patrimônio remanescente em nome do devedor.

Sobreleva destacar, ainda, que o montante da dívida exequenda perfaz o montante de R$353.993,71, atualizado em 31/03/2022 (conforme informações do sistema E-Proc), não havendo nenhum elemento nos autos que indiquem que o devedor possui patrimônio suficiente para sua quitação.

8. **Do pedido subsidiário**

A apelante, em caráter subsidiário, requer o reconhecimento da usucapião do imóvel objeto dos autos, nos moldes postulados em sua petição inicial.

Todavia, para a eventual declaração de usucapião do imóvel, a interessada deverá buscar os meios processuais adequados, caso assim queira, mostrando-se inadequada a via eleita dos Embargos de Terceiro, posto que são restritos à discussão de matéria atinente à constrição judicial, motivo pela qual deixo de conhecer a Apelação quanto a tal ponto.

9. Conclui-se, portanto, que a r. sentença merece ser mantida por seus próprios fundamentos, e pelos que ora se lhe acrescem, pois em consonância com a orientação firmada pelo E. STJ.

10. **Honorários recursais - art. 85, § 11, do CPC**

O E. STJ, no julgamento do EAREsp nº 762.075/MT, apontou os requisitos - cumulativos - necessários para a fixação de honorários recursais, quais sejam: (i) provimento jurisdicional recorrido publicado a partir de 18/03/2016 - vigência do CPC/15; (ii) recurso integralmente não conhecido ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e (iii) anterior condenação em honorários advocatícios, em desfavor da parte recorrente.

Nesse contexto, os honorários advocatícios anteriormente fixados na sentença devem ser majorados em 1% (um por cento), na forma do art. 85, §11, do CPC/15, observada a condição suspensiva de exigibilidade, na forma do art. 98, §3º, do CPC, em razão da gratuidade de justiça deferida à embargante.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** à Apelação, mantendo a r. sentença proferida, majorando em 1% (um por cento) os honorários advocatícios anteriormente fixados na sentença, nos termos do art. 85, §11 do CPC.

Documento eletrônico assinado por **CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Desembargadora Federal Relatora** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20002022271v9** e do código CRC **25f8100d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Data e Hora: 28/9/2024, às 18:47:45

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
ACÓRDÃO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
08/10/2024 12:38:20

Usuário.:
T216161 - LUCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - DIRETOR GABINETE/SECRETARIA.

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
27

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5007385-50.2020.4.02.5001/ES

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
APELANTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM (EMBARGANTE)
APELADO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (EMBARGADO)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL ALIENADO APÓS CITAÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRESUNÇÃO ABSOLUTA. BOA-FÉ DO ADQUIRENTE. IRRELEVÂNCIA. RESERVA DE BENS PELO DEVEDOR. NÃO COMPROVAÇÃO. USUCAPIÃO. VIA INADEQUADA. DESPROVIMENTO.

1. Apelação em face de r. sentença que julgou improcedente o pedido formulado, voltado à desconstituição da penhora de imóvel.

2. Em sede de Execução Fiscal, a fraude à execução é regulada pelo art. 185 do CTN, à luz do princípio da especialidade, afastando-se o tratamento dispensado à fraude civil, diante da supremacia do interesse público.

3. Reclama a cautela que o adquirente verifique também se há feitos cíveis ou criminais distribuídos contra o alienante, não bastando checar a ausência de registro de penhora gravada sobre o bem. Tal providência permite saber se o alienante possui, ou não, débito inscrito em dívida ativa, com demanda ajuizada e citação realizada.

4. À luz do art. 185 do CTN, em sua redação original, impõe-se o reconhecimento da fraude à execução quanto ao negócio jurídico realizado em 10/12/2002, após a citação do coexecutado em 19/12/2001, sendo desnecessária a comprovação de má-fé do terceiro adquirente.

5. A apelante não trouxe aos autos elementos capazes de demonstrar a existência de patrimônio remanescente em nome do devedor, porquanto não há indícios de que foram reservados bens suficientes para a quitação do crédito tributário exequendo.

6. Para a eventual declaração de usucapião do imóvel, a interessada deverá buscar os meios processuais adequados, caso assim queira, mostrando-se inadequada a via eleita dos Embargos de Terceiro, posto que são restritos à discussão de matéria atinente à constrição judicial.

7. Honorários majorados em 1% (um por cento), de acordo com o art. 85, §11, do CPC/2015.

8. **Apelação a que se nega provimento.**

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4a. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à Apelação, mantendo a r. sentença proferida, majorando em 1% (um por cento) os honorários advocatícios anteriormente fixados na sentença, nos termos do art. 85, §11 do CPC, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2024.

Documento eletrônico assinado por **CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Desembargadora Federal Relatora** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20002022272v4** e do código CRC **f7a45306**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Data e Hora: 8/10/2024, às 11:32:48

5007385-50.2020.4.02.5001 **20002022272 .V4**

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
RELATÓRIO/VOTO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
05/02/2025 11:38:17

Usuário.:
T216161 - LUCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - DIRETOR GABINETE/SECRETARIA.

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
54

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 5007385-50.2020.4.02.5001/ES

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
EMBARGANTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM (EMBARGANTE)

RELATÓRIO

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **JOAQUINA LOPES LOUVEM**, em face do v. acórdão que negou provimento à Apelação, para manter a r. sentença proferida em Embargos de Terceiro, que julgou improcedente o pedido formulado, voltado ao cancelamento da constrição que recaiu sobre o imóvel constituído pelo apartamento nº 502, do Ed. San Marino, Vitória/ES (evento 27, RELVOTO1 e evento 27, ACOR2).

2. Em suas razões recursais, a embargante sustenta que o v. acórdão contém omissão, pois: (i) deve ser esclarecida a não aplicação do verbete nº 237 das Súmulas do Eg. STF, posto que o usucapião pode ser arguido em defesa e foram preenchidos os requisitos para a aquisição da propriedade do imóvel; (ii) o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente, conforme Tema Repetitivo nº 243 e verbete nº 375 das Súmulas do Eg. STJ; (iii) como não havia qualquer averbação na matrícula do imóvel adquirido de boa-fé pela terceira, deve ser considerada válida a transação realizada pela embargante, em atenção ao art. 54, V, da Lei nº 13.097/15; e (iv) devem ser observados os princípios da estabilidade, integridade e coerência jurisprudencial (evento 36, EMBDECL1).

3. Contrarrazões apresentadas pela embargada, em que pugna pelo desprovimento do recurso (evento 39, CONTRAZ1).

É o relatório. Peço dia para julgamento.

VOTO

1. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço dos Embargos de Declaração, que não merecem ser providos pelos fundamentos expostos a seguir.

2. **Hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração**

Os Embargos de Declaração serão cabíveis quando o julgamento impugnado apresentar um dos vícios constantes dos incisos I, II e III do artigo 1.022, do Código de Processo Civil (CPC).

A omissão, a contradição e a obscuridade, em matéria de Embargos de Declaração, são, respectivamente, a falta de manifestação do julgador sobre pontos sobre os quais deveria se pronunciar; a colisão de afirmações dentro da mesma decisão; e, ainda, a falta de clareza na redação de modo que exista dúvida acerca do entendimento exposto no acórdão.

O erro material, na lição da doutrina, é o erro 'na expressão', não no pensamento: a simples leitura da decisão deve tornar evidente que o Juiz, ao manifestar o seu pensamento, usou nome, ou palavras, ou cifras diversas daquelas que deveria ter usado para exprimir fielmente e corretamente a ideia que havia em mente. Em outros termos, o erro material é aquele devido a uma desatenção ou um erro perceptível na operação de redação do ato[1].

A jurisprudência do E. STJ considera ainda o erro material decorrente de premissa fática equivocada como hipótese de cabimento de Embargos de Declaração, afirmando que estes devem ser acolhidos, inclusive com efeitos modificativos, quando a modificação do resultado do julgamento for consequência necessária da correção da premissa equivocada sobre a qual se tenha fundado o aresto embargado[2].

3. **Pretensão de rediscussão do julgado**

A parte embargante objetiva, com a interposição do recurso, que sejam apreciadas as seguintes questões: (i) reconhecimento da usucapião do imóvel objeto dos autos; e (ii) ausência de fraude à execução.

Não assiste razão à recorrente, uma vez que o voto condutor analisou suficientemente a matéria, não restando caracterizado qualquer vício que necessite ser sanado.

Conforme exposto no voto condutor, a Execução Fiscal foi ajuizada em 24/04/2001, para satisfação de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, em 06/07/2000, e foi comprovada a fraude à execução fiscal, com esteio no art. 185 do CTN, em sua redação original, sendo irrelevante eventual boa-fé da adquirente, de acordo com orientação consolidada do E. STJ.

Quanto ao pedido subsidiário, de reconhecimento da usucapião do imóvel, esta Egrégia 4ª Turma Especializada, por unanimidade, entendeu que a interessada deverá buscar os meios processuais adequados, caso assim queira, mostrando-se inadequada a via eleita dos Embargos de Terceiro, posto que são restritos à discussão de matéria atinente à constrição judicial.

Conforme assente no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *"É incompatível com a via dos embargos de declaração a rediscussão de matéria já decidida por mero inconformismo da embargante"*[3] e firme a jurisprudência desta Corte no sentido de não ser possível a análise de matéria suscitada apenas em embargos de declaração, por configurar indevida inovação recursal.

No caso, as alegações da parte embargante não justificam a utilização da presente via, pois insatisfeita com a decisão proferida, apontou vícios que buscam, em verdade, rediscutir e modificar questões já decididas de forma fundamentada pelo órgão judiciário, sendo evidente a sua intenção de atribuir aos presentes embargos efeitos infringentes.

Não havendo, *in casu*, qualquer vício a ser sanado, mas a simples adoção de tese contrária à sustentada pela parte embargante, não merecem acolhimento os presentes aclaratórios.

4. **Prequestionamento**

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal[4].

Na hipótese, a embargante requer que seja suprida a omissão em relação ao art. 5º, inciso LV, e art. 170, inciso III, ambos da CRFB, art. 1.201 do CC c/c verbete nº 375 das Súmulas do Eg. STJ, art. 927, §1º c/c art. 489, §1º, ambos do CPC, art. 54, inciso V, da Lei nº 13.097/15 e verbete nº 237 das Súmulas do Eg. STF.

Todavia, não obstante o art. 1.025 do CPC consagrar a possibilidade de prequestionamento ficto, que dispensa a menção expressa a dispositivos legais, no caso, a matéria controvertida foi suficientemente examinada e decidida.

Por fim, restam prequestionados, para fins de acesso às instâncias recursais superiores, os demais dispositivos legais e constitucionais elencados pela parte embargante, a despeito de não influenciarem na solução do caso concreto.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração.

Documento eletrônico assinado por **CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Desembargadora Federal Relatora** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20002165531v3** e do código CRC **4a708121**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Data e Hora: 9/1/2025, às 12:27:28

---

1. LIEBMAN, in Revista de Processo, n. 78, 1995, p. 249, citado no AgInt no REsp n. 1.993.480/TO, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 15/8/2022, DJe de 18/8/2022.
2. STJ, EDcl no AgInt no AREsp n. 1.605.562/AM, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 24/4/2023, DJe de 2/5/2023
3. EDcl no AgRg no RMS 66.287/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 08/03/2022, DJe 14/03/2022.
4. STJ, AgInt no AREsp n. 2.021.377/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 26/9/2022, DJe de 29/9/2022.

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 2

Tipo documento:
ACÓRDÃO

Evento:
JUNTADA DE RELATÓRIO/VOTO/ACÓRDÃO

Data:
05/02/2025 11:38:17

Usuário.:
T216161 - LUCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - DIRETOR GABINETE/SECRETARIA.

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
54

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 5007385-50.2020.4.02.5001/ES

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
EMBARGANTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM (EMBARGANTE)

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. DESPROVIMENTO.

I. Caso em exame

1. Embargos de Declaração em face do v. acórdão que negou provimento à Apelação, para manter a r. sentença proferida em Embargos de Terceiro, que julgou improcedente o pedido formulado, voltado ao cancelamento da constrição que recaiu sobre o imóvel.

II. Questão em discussão

2. Caso em que se discute a presença de omissão no v. acórdão recorrido, relacionado à (i) usucapião do imóvel objeto dos autos; e (ii) ausência de fraude à execução.

III. Razões de decidir

3. O voto condutor analisou suficientemente a matéria, não restando caracterizado qualquer vício que necessite ser sanado.

4. É incompatível com a via dos Embargos de Declaração a rediscussão de matéria já decidida, por mero inconformismo do embargante. Precedente do E. STJ.

5. Prequestionamento do art. 5º, inciso LV, e art. 170, inciso III, ambos da CRFB; art. 1.201 do CC c/c verbete nº 375 das Súmulas do Eg. STJ; art. 927, §1º c/c art. 489, §1º, ambos do CPC; art. 54, inciso V, da Lei nº 13.097/15; e verbete nº 237 das Súmulas do Eg. STF. Não obstante o art. 1.025 do CPC consagrar a possibilidade de prequestionamento ficto, que dispensa a menção expressa a dispositivos legais, no caso, a matéria controvertida foi suficientemente examinada e decidida.

6. Restam prequestionados, para fins de acesso às instâncias recursais superiores, os demais dispositivos legais e constitucionais elencados pela parte embargante, a despeito de não influenciarem na solução do caso concreto.

IV. Dispositivo

7. Embargos de Declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025.

Documento eletrônico assinado por **CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, Desembargadora Federal Relatora** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.trf2.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **20002165532v4** e do código CRC **e40acb0d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Data e Hora: 4/2/2025, às 20:28:33

(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Documento 1

Tipo documento:
CERTIDÃO

Evento:
TRANSITADO EM JULGADO - DATA: 04/04/2025

Data:
07/04/2025 12:53:47

Usuário.:
T210766 - SUSANA TUPINAMBA - SERVIDOR GABINETE/SECRETARIA.

Processo:
5007385-50.2020.4.02.5001

Sequência Evento:
66

Poder Judiciário
Justiça Federal da 2ª Região
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Processo: 5007385-50.2020.4.02.5001

Parte(s):
JOAQUINA LOPES LOUVEM - APELANTE
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - APELADO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

CERTIDÃO

CERTIFICO que a decisão/acórdão transitou em julgado em 04/04/2025.

SUSANA TUPINAMBA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 320

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
07/04/2025 16:44:01
Usuário:
JES10704 - PAULO AUGUSTO MICHALSKY E ALVES - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
320

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 321

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
10/04/2025 19:56:50
Usuário:
JES10793 - THIAGO KAUTSCHER GUZZO - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
321

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 322

Evento:
DESPACHO
Data:
11/04/2025 07:42:05
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
322

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo
3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, 5º Andar - Bairro: Monte Belo - CEP: 29053-245 - Fone: (27)3183-5244/99203-2047 (WhatsApp) - www.jfes.jus.br - Email: 03vfef@jfes.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
EXECUTADO: GILSON ANTUNES RIBEIRO
EXECUTADO: MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES

DESPACHO/DECISÃO

Defiro o pedido do(a) UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, nos termos da petição do **Evento 307**, para, em conformidade com art. 879, I do CPC [1], autorizar a alienação por iniciativa particular do bem imóvel penhorado no **Evento 249 - AUTO2 (matrícula nº 23.459 do Cartório de Registro Geral de Imóveis da 3ª Zona de Vitória/ES)** , por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado no sítio Comprei (comprei.pgfn.gov.br), devendo o(a) exequente promover os atos necessários à realização desta alienação e informar a este Juízo assim que houver resultado positivo, respeitando-se os seguintes critérios:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento	Os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O Comprei concederá parcelamento da alienação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União. Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/)
Causa Originária de aquisição de propriedade	A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da arrematação (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)

Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação
Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação.

	O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Sendo assim, deverá a exequente proceder à intimação do(s) executado(s), eventual(is) interessado(s), tais como cônjuge não executado/coproprietário(s)/credor(es) hipotecário(s) descrito(s) na certidão de ônus do(s) imóvel(is), e ocupante(s) do bem, para ciência da alienação por iniciativa particular, nos termos do art. 879, I, do CPC.

Após, suspenda-se o processo por 360 (trezentos e sessenta) dias, a fim de que a exequente implemente as diligências necessárias a esta alienação.

Decorrido o prazo, dê-se vista à exequente para informar o resultado da alienação.

Intime(m)-se.

Documento eletrônico assinado por **RONALD KRUGER RODOR, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc.jfes.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **500003701944v2** e do código CRC **a8e2be4c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALD KRUGER RODOR
Data e Hora: 11/04/2025, às 07:42:05

---

1. Art. 879. A alienação far-se-á:I - por iniciativa particular;

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 323

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
11/04/2025 07:42:10
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
323
Executado:
GILSON ANTUNES RIBEIRO
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/04/2025 00:00:00
Data Final:
30/04/2025 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
GILSON ANTUNES RIBEIRO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 324

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
11/04/2025 07:42:13
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
324
Executado:
ZELAR ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/04/2025 00:00:00
Data Final:
30/04/2025 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
GILSON ANTUNES RIBEIRO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 325

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
11/04/2025 07:42:15
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
325
Exequente:
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
23/04/2025 00:00:00
Data Final:
30/04/2025 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
RODRIGO PADILHA PERUSIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 326

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AOS_EVENTOS__323_324_E_325
Data:
21/04/2025 23:59:59
Usuário:
SECJF - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
326

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 327

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__325
Data:
23/04/2025 10:54:37
Usuário:
P1321980 - ALESSANDRA CARLA MAGALHAES PORTUGAL - PROCURADOR
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
327

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EXMO. SR. DR. JUIZ DA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL

Autos nº

EXECUTADO :

A UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), por seu procurador infra-assinado, vem, perante V.Exa., nos autos em epígrafe, informar estar ciente da decisão anterior.

Termos em que,
P. Deferimento

Alessandra C. Magalhães Portugal
Procuradora da Fazenda Nacional

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 328

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__323_E_324
Data:
01/05/2025 01:03:36
Usuário:
SECAUTOLOC - AUTOMATIZAÇÃO DE LOCALIZADORES - SISTEMA EPROC
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
328

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 329

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
01/05/2025 04:21:49
Usuário:
JES7026 - RONALD KRUGER RODOR - MAGISTRADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
329

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 330

Evento:
PETICAO
Data:
12/05/2025 14:13:16
Usuário:
ES013527 - MARCELO PACHECO MACHADO - ADVOGADO
Processo:
0004474-20.2001.4.02.5001/ES
Sequência Evento:
330

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDRAL DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA

Processo n. 0004474-20.2001.4.02.5001/ES

MARCELO PACHECO MACHADO, brasileiro, casado, inscrito no CPF 09809411723 e na OAB/ES 13.527, com endereço indicado no rodapé desta, na condição de interessado adquirente, vem à presença de vossa excelência expor e apresentar a seguinte proposta de compra judicial do imóvel penhorado nestes autos.

1. Por meio do despacho de id. 322, este MM. Juízo determinou a venda judicial do bem imóvel penhorado no Evento 249 - AUTO2, e avaliado em R$ 400,000,00 (quatrocentos mil reais), nas seguintes condições:

Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação. O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

2. A determinação foi clara no sentido de autorizar desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da alienação, salvo na hipótese de existência de co-proprietário.

3. No caso dos autos, uma vez declarada a fraude à execução, observa-se que os proprietários do imóvel, conforme certidão do RGI, são exatamente ambos os executados Gilson Antunes Ribeiro e Maria Aparecida da Rocha Antunes.

4. Desse modo, não existindo coproprietário que não figura como parte neste processo, requer-se a homologação de proposta com 50% do valor da avaliação, no importe de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), **pago à vista**, nos termos da Portaria PGFN nº 742/2018 e do artigo 895 do Código de Processo Civil.

5. A presente proposta tem validade de 30 (trinta) dias e está sendo apresentada a este MM. Juizo, para homologação, mediante orientação do leiloeiro habilitado LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Junta Comercial MG 1201, (35) 99710-0861, tendo em vista que o desconto de 50% não foi habilitado na plataforma.

Pede deferimento.

Vitória/ES, 12 de maio de 2025.

MARCELO PACHECO MACHADO

OAB.ES 13.527

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Apartamento nº 502 com vaga de garagem do Edifício SAN MARINO do Residencial VILLA D'ITÁLIA, situado nas Ruas José Celso Cláudio, Maria Barbosa de Oliveira, Alcides Viana e Milton R. Simões, no loteamento Balneário Camburi, Camburi, nesta Capital, possuindo as seguintes compartimentações: uma sala, uma varanda, uma suíte, um quarto, três banhos, uma cozinha, uma área de serviços, um depósito e fração ideal de 0,0095140 da quadra nº 73, com a área de 3.318,75m2, constituída pelos lotes nºs 01 a 10, da quadra 73, possuindo as seguintes confrontações e medidas: por uma frente com a Rua Des. Carlos Xavier Barreto, onde mede 90,50m; por outra frente com a Rua José Celso Cláudio, onde mede 68,00m; por outra frente com a Rua Projetada, onde mede 42,00m e por outra frente com Rua Projetada, onde mede 50,00m. PROPRIETÁRIA: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, CGC 39.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital. MATRÍCULA ANTERIOR. 4.260 de ordem do Lº 2-P, deste Cartório. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Vitória, 07 de janeiro de 2003. Eu.....a conferi. O OFICIAL .....RSS.

OBS.: Conforme averbação 03 na matricula nº 4.260 de ordem do Lº 2-P, deste Cartório, a QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, passou a denominar-se QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA.

R.1-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.
TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CGC nº 30.971.584/0001-03, com sede na Rua Madeira de Freitas, 215, Praia do Canto, nesta Capital. ADQUIRENTE: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, casado, empresário, CPF 251.894.176-20, residente no Conjunto Residencial, Jardim Camburi, nº 18, Bloco P/302, Jardim Camburi, nesta Capital. TÍTULO: Promessa de Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Contrato particular assinado pelas partes contratantes em 01/03/1996. VALOR: 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos), que serão pagos nas condições: um sinal de negócios no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vencimento em 29/03/96; sententa parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 498,65 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), a partir de 01/05/96, totalizando R$ 34.905,50 (trinta e quatro mil, novecentos e cinco reais e cinquenta centavos). As parcelas representativas do preço, serão corrigidas mensalmente e cumulativamente, e deverão ser pagas em moeda corrente no palsana data do efetivo vencimento de cada parcela, acrescido da variação mensal do CUB (Custo Unitário Básico) divulgado para SINDICON-ES, mais juros cumulativos de 1,0% ao mês, até a data do HABITE-SE do imóvel objeto de negociação. Para efeito de cálculo das prestações mensais, será tomado como base o CUB do mês anterior ao vencimento de cada parcela. Após e expedição do HABITE-SE o saldo devedor das parcelas vincendas será apurado e na hipótese deste financiamento se feito diretamente junto à transmitente, o saldo devedor será calculado pelo sistema da TABELA PRICE, no mesmo prazo estabelecido no contrato, considerando o mesmo juros já acordado, (1,0% - hum por cento ao mês), sendo que o reajuste será pelo índice integral da Caderneta de Poupança mensalmente, tomando-se como base o índice do dia 1º do mês

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br
SOLICITADO POR: BRENDA ALMEIDA - CPF/CNPJ: ***.639.243-** DATA: 05/05/2025 14:03:48

Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis

Matrícula 23.459 | Folha 59

anterior aos vencimentos. PROTOCOLO nº 33.611 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....MSB.

R.2-23.459, de 7 de Janeiro de 2003.

TRANSMITENTE: QUINTELA TORRES INCORPORADORA LTDA, com sede na Rua Madeira de Freitas, nº 215, Praia do Canto, nesta Capital, CNPJ 30.971.584/0001-03. ANUENTES: GILSON ANTUNES RIBEIRO, brasileiro, administrador de empresas, CPF nº 251.894.176-20 e sua esposa MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES, brasileira, empresária, CPF nº 931.043.327-20, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes nesta Capital. ADQUIRENTE: JOAQUINA LOPES LOUVEM, brasileira, viúva, aposentada, CPF nº 024.558.557-59, residente nesta Capital. TÍTULO: Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Escritura lavrada no Cartório da 1ª Zona Judiciária de Vitória-ES, no Lº 0075 S2, às fls. 122/124, em 10/12/2002, pelo Tabelião Rodrigo Sarlo Antonio. VALOR: R$ 37.405,50 (trinta e sete mil e quatrocentos e cinco reais, cinquenta centavos) e R$ 37.405,50 (trinta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos) aos anuentes. O ITBI foi pago conforme guia nº 6508/02, protocolada em 02/12/02. PROTOCOLO nº 33.612 de ordem do Lº 1-G. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu.....a conferi. O OFICIAL.....RSS.

AV-3-23.459: **EXEQUENTE**: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL. **EXECUTADOS**: GILSON ANTUNES RIBEIRO, ZELAR ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA e MARIA APARECIDA DA ROCHA ANTUNES. **TÍTULO**: Mandado nº 500000476904, expedido em 20/01/2020 pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória - Seção Judiciária do Espírito Santo e Ofício datado de 18/06/2018, expedido pela Procuradoria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal (Processo nº 0004474-20.2001.4.02.5001/ES), com Auto de Penhora e Avaliação datado de 12/03/2020. **FORMA**: Penhora. **VALOR**: R$ 233.215,81 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e quinze reais e oitenta e um centavos) - Valor da Dívida e R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) - Valor da Avaliação. Lançado no Protocolo sob o nº 127.783. O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ. Vitória, 19 de março de 2020. Eu, _____ a conferi. O OFICIAL, _____ (LEG)

Selo Digital: 021782.CDA2001.00118

Emolumentos R$ 0,00 Taxas R$ 0,00 Total R$ 0,00

PARA SIMPLES CONSULTA NÃO VALE COMO CERTIDÃO

Visualização disponibilizada em www.registradores.org.br

SOLICITADO POR: BRENDA ALMEIDA - CPF/CNPJ: ***.639.243-** DATA: 05/05/2025 14:03:48